

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LAURO RAFAEL CRUZ

DO ASSISTENCIALISMO AO ABANDONO ASSISTIDO:
A REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL
DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO (PNLD/EM) NO CONTEXTO DA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR E DA LEI Nº 13.415 DE 2017

CURITIBA
2025

LAURO RAFAEL CRUZ

DO ASSISTENCIALISMO AO ABANDONO ASSISTIDO:
A REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL
DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO (PNLD/EM) NO CONTEXTO DA BASE NACIONAL
COMUM CURRICULAR E DA LEI Nº 13.415 DE 2017

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação, no Curso de Pós-Graduação em Educação - PPGE, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Monica Ribeiro da Silva

CURITIBA
2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Cruz, Lauro Rafael.

Do assistencialismo ao abandono assistido : a reestruturação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Ensino Médio (PNLD/EM) no contexto da Base Comum Curricular e da Lei Nº 13.415 de 2017 / Lauro Rafael Cruz – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.
Orientadora: Profª Drª Mônica Ribeiro da Silva

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Ensino médio – Reformas. 3. Educação e Estado. 4. Ensino médio – Livros didáticos. 5. Ensino médio – Currículos. I. Universidade Federal do Paraná. II. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

Bibliotecária: Maria Teresa Alves Gonzati CRB-9/1584



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **LAURO RAFAEL CRUZ**, intitulada: **DO ASSISTENCIALISMO AO ABANDONO ASSISTIDO: A REESTRUTURAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO (PNLD/EM) NO CONTEXTO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E DA LEI Nº 13.415 DE 2017**, sob orientação da Profa. Dra. MONICA RIBEIRO DA SILVA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 28 de Março de 2025.

Assinatura Eletrônica

15/04/2025 14:20:46.0

MONICA RIBEIRO DA SILVA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

15/04/2025 14:13:04.0

RENATA PERES BARBOSA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

15/04/2025 13:36:31.0

FILOMENA LUCIA GOSSLER RODRIGUES DA SILVA

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE)

Assinatura Eletrônica

15/04/2025 22:55:37.0

TANIA MARIA FIGUEIREDO BRAGA GARCIA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

15/04/2025 18:24:40.0

EDILSON APARECIDO CHAVES

Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

Rockefeller nº 57 Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80230-130 - Tet: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.academico@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 443060

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 443060

Em memória de Alexandre Vanzuita
(1979 – 2024)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me dar a vida e me fortalecer durante todo o processo de realização desta pesquisa.

Agradeço à Professora Dra. Monica Ribeiro da Silva pela grande generosidade com a qual me tratou ao longo de vários anos de trabalho em conjunto. Obrigado pela acolhida afetuosa nas suas disciplinas e no Observatório do Ensino Médio; por me ajudar quando estive inseguro; me corrigir em momentos de excesso de segurança, e me apoiar de muitas formas diferentes. As muitas lições que aprendi com você deixaram marcas eternas em mim, será sempre a minha orientadora.

Agradeço aos professores participantes do exame de qualificação, Dra. Tânia Braga Garcia (UFPR), Dra. Filomena Lucia Rodrigues Gossler da Silva (IFC) e Dra. Renata Peres Barbosa (UFPR). Suas preciosas contribuições foram fundamentais para a conclusão deste texto.

Agradeço aos membros e ex-membros do Observatório do Ensino Médio da UFPR com os quais tive o privilégio de compartilhar a minha jornada acadêmica na pesquisa. Destaco, em especial, Adriana Martins, Alana Lemos Bueno, Alice Raquel Maia Negrão, Andrea Caldas, Alessandro Eziquiel da Paixão, Brena Andrade, Carlos Sene, Clecí Körbes, Cleverson José dos Santos, Eliane Felisbino, Gabriel de Lima Germano, Gabriele Borinelli, Joselita Romualdo da Silva, Lucas Gabriel Motta, Mateus Alvez Nedbajluk, Rafaela Ferreira Dias, Rossano Rafaelle Sczip, Simone Milliorin e Isabela Miranda.

Agradeço aos professores e professoras que tive no âmbito da pós-graduação em educação que, de modos e em disciplinas diferentes, foram fundamentais para a minha formação. Destaco, em especial, Dra. Gisele Masson (UEPG), Renata Peres Barbosa (UFPR), Dr. Marcos Ferraz (UFPR), Dra. Elisângela Scaff (UFPR), Dra. Adriana Aparecida Dragone (UFPR), Dra. Andréa Gouveia (UFPR), Dr. Ângelo Ricardo de Souza (UFPR), Dra. Gabriela Schneider (UFPR) e Domingos Sávio de Abreu (UFC).

Agradeço aos meus pais, Eliane Maria Cruz e Jacir Itamar Cruz, e meu irmão, Diego da Cruz, por serem um importante apoio material e emocional durante todo o

período de pós-graduação. Obrigado por compreenderem a minha ausência, por torcer sempre pelo meu êxito e me ajudar a realizar todos os meus sonhos.

Agradeço à minha amiga, parceira acadêmica e companheira de vida, Camila Grassi Mendes de Faria, por me ajudar a desenvolver ideias, enriquecer meu repertório, me acompanhar em momentos difíceis e, especialmente, por tornar o período de doutorado mais leve e feliz. Te conhecer foi o melhor presente que a universidade me deu.

Por fim, agradeço à Fundação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa que me permitiu ter dedicação exclusiva à pesquisa. Essa condição tornou possível um processo formativo rico e ampliado que foi muito além do cumprimento das disciplinas e requisitos obrigatórios.

Cabe àqueles que, em sua formação espiritual, tiveram a felicidade imerecida de não se adaptar completamente às normas vigentes — uma felicidade que eles muito frequentemente perderam em sua relação com o mundo circundante —, expor com um esforço moral, por assim dizer por procuração, aquilo que a maioria daqueles em favor dos quais eles o dizem não consegue ver ou se proíbe de ver por respeito à realidade.

Theodor W. Adorno

RESUMO

A partir do ano de 2017, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) passou por uma das maiores reestruturações em seus 30 anos de existência. As mudanças visaram, principalmente, a adequar os livros e materiais didáticos distribuídos para as escolas públicas brasileiras aos princípios formativos e determinações contidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e na Lei nº 13.415 de 2017, também conhecida como “Novo Ensino Médio” (NEM). Levando em consideração que as maiores alterações foram publicadas no edital correspondente à etapa do Ensino Médio, o objetivo da presente pesquisa foi o de analisar o teor das alterações no PNLD/EM ciclo 2021 e suas implicações para o sentido de política social que este programa expressa na contemporaneidade. Para tanto, realizamos uma pesquisa documental com fontes empíricas organizadas em dois grupos: (1) documentos oficiais que orientaram as mudanças no programa e (2) manifestações públicas do governo e interessados sobre elas, incluindo dados oficiais sobre as implicações econômicas dessas mudanças. Sob o ponto de vista epistemológico nos orientamos pela Teoria Crítica da Sociedade, adotando a noção de crítica imanente (Adorno, 1998; 2009) como um princípio metodológico. Tal noção consiste em um movimento de confronto do objeto analisado com os seus próprios pressupostos no intuito de interpretar as mediações subjetivas que geram uma sensação de total identificação. Do ponto de vista analítico, dialogamos com o conceito de racionalidade instrumental (Adorno, Horkheimer, 2018), bem como com as reflexões sobre as implicações do neoliberalismo para as políticas sociais presentes nos estudos de Dardot e Laval (2016) e Brown (2019). Ao final, defendemos que as mudanças realizadas no PNLD/EM 2021 o tornaram um exemplar de “*política de abandono assistido*”, conceito que remete a um tipo específico de política social que busca conciliar uma racionalidade instrumental neoliberal com a garantia de direitos sociais, mas que, nesse movimento, acaba incorporando uma lógica contrária aos seus próprios fundamentos. A análise empírica demonstrou que a adoção de um ideal formativo empreendedor e a vinculação do investimento público estatal na política social com a necessidade de promover o mercado de materiais didáticos prejudicou significativamente o potencial formativo das obras e desestruturou os pequenos espaços de participação social na tomada de decisões sobre os rumos dessa política. Sendo assim, destacamos a necessidade da revisão das medidas adotadas e de novos estudos sobre os usos que são dados a esses materiais didáticos em diferentes contextos educacionais no Brasil.

Palavras-chave: Programa Nacional do Livro Didático; PNLD; Reforma do Ensino Médio; BNCC; Teoria Crítica.

ABSTRACT

Starting in 2017, the National Textbook Program (PNLD) underwent one of the largest restructurings in its 30 years of existence. The changes aimed mainly at adapting the books and teaching materials distributed to Brazilian public schools to the formative principles and determinations contained in the National Common Curricular Base (BNCC) and Law No. 13,415 of 2017, also known as the “New High School” (NEM). Taking into account that the largest changes were published in the notice corresponding to the High School stage, the objective of this research was to analyze the content of the changes in the PNLD/EM cycle 2021 and their implications for the meaning of social policy that this program expresses in contemporary times. To this end, we conducted documentary research with empirical sources organized into two groups: official documents that guided the changes in the program and public statements by the government and interested parties about them; official data on the economic implications of these changes. From an epistemological point of view, we are guided by the Critical Theory of Society, adopting the notion of immanent critique (Adorno, 1998; 2009) as a methodological principle. This notion consists of a movement of confrontation of the analyzed object with its own assumptions in order to interpret the subjective mediations that generate a feeling of total identification. From an analytical point of view, we dialogue with the concept of instrumental rationality (Adorno, Horkheimer, 2018), as well as the reflections on the implications of neoliberalism for social policies present in the studies of Dardot and Laval (2016) and Brown (2019). Finally, we argue that the changes made to the PNLD/EM 2021 have made it an example of a “policy of assisted abandonment” a concept that refers to a specific type of social policy that seeks to reconcile a neoliberal instrumental rationality with the guarantee of social rights, but which, in this movement, ends up incorporating a logic that is contrary to its own foundations. The empirical analysis demonstrated that the adoption of an entrepreneurial educational ideal and the linking of state public investment in social policy with the need to promote the market for teaching materials significantly harmed the educational potential of the works and disrupted the small spaces for social participation in decision-making about the direction of this policy. Therefore, we highlight the need to review the measures adopted and for new studies on the uses given to these teaching materials in different educational contexts in Brazil.

Keywords: National Textbook Program; PNLD; High School Reform; Critical Theory.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Distribuição de livros no ano de 1986 por região.....	38
QUADRO 2- Investimento total com o PNLD (1996 - 2002).....	42
QUADRO 3 - Composição do objeto 1 e 2 no PNLD/EM 2021.....	84
QUADRO 4 - Temas da obra de projetos integradores.....	89
QUADRO 5 - Composição do objeto 4 (recursos educacionais digitais).....	93
QUADRO 6 - Investimento estatal no PNLD entre 1996 e 2016.....	122
QUADRO 7 - Distribuição da captação de recursos públicos no PNLD em 2018...	125
QUADRO 8 - Empresas participantes do PNLD que possuem SEPE.....	137
QUADRO 10 - Série histórica do investimento no PNLD/EM (2008-2021).....	137
QUADRO 11 - Livros didáticos por áreas de conhecimento e específicos distribuídos para o estado de Alagoas por editora.....	145

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Composição das obras do PNLD/EM ciclo 2021.....	19
FIGURA 2 - Marcos históricos da Política Nacional do Livro Didático (1937 – 2009).....	28
FIGURA 3 - Comparação dos livros e materiais didáticos do PNLD/EM 2018 e 2021.....	82
FIGURA 4 - Ciclo de avaliação das obras didáticas.....	97

APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICE 1 - Etapas do funcionamento do PNLD em detalhes.....	169
APÊNDICE 2 – Material Empírico consultado.....	171
APÊNDICE 3 – Produções acadêmicas analisadas na revisão bibliográfica.....	177
APÊNDICE 4 – Obras e materiais didáticos aprovados no PNLD/EM 2021.....	195
ANEXO 1 - Resposta obtida via Lei de acesso à informação sobre a suspensão do objeto 4 (recursos educacionais digitais).....	248

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABRELIVROS	Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
CF/88	Constituição Federal de 1988
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONIF	Conselho Nacional da Rede Federal de Educação
CT	Comissão Técnica
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DCN/EM	Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDB/96	Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MP 746/16	Medida Provisória nº 746 de 2016
MEC	Ministério da Educação
NEM	Novo Ensino Médio
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCN/EM	Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLD/EM	Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio

PNLD/EM 21	Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio ciclo 2021
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PNAD/Contínua	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNLD/EM	Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Ensino Médio
SEB/MEC	Secretária de Educação Básica do Ministério da Educação
SEPE	Sistemas Estruturados Privados de Ensino

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. AS FASES DO PNLD.....	25
1.1. ASSISTÊNCIA E/OU ASSISTENCIALISMO (1985 – 1995).....	27
1.2. DEMOCRATIZAÇÃO GERENCIADA (1995 – 2017).....	35
1.3 TERCEIRA FASE DO PNLD (2017-2025).....	44
1.4. RESUMO DO CAPÍTULO.....	49
2. RACIONALIDADE INSTRUMENTAL E POLÍTICAS SOCIAIS.....	51
2.1. A CRÍTICA DA RAZÃO INSTRUMENTAL.....	52
2.2. NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS.....	62
2.3. A CRÍTICA IMANENTE COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO.....	68
2.4. RESUMO DO CAPÍTULO.....	78
3. O PNLD DO ENSINO MÉDIO 2021.....	80
3.1. LIVROS DE PROJETOS E DE ÁREAS DE CONHECIMENTO.....	83
3. 2. RECURSOS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E GESTORES E OBRAS LITERÁRIAS.....	90
3.3. NOVOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	96
3.3.1. Olhar para o futuro sem medo.....	98
3.3. 2. Alterar a noção de tempo.....	103
3.3.3. A crítica propositiva.....	108
3.3.4. O eu, o outro e o nós.....	112
3. 4. RESUMO DO CAPÍTULO.....	115
4. MAL-ESTAR NA POLÍTICA SOCIAL.....	118
4.1. ESTADO E MERCADO DE MATERIAIS DIDÁTICOS.....	119
4.2. QUEM ESCOLHE AS OBRAS DIDÁTICAS.....	141
4.3. QUEM AVALIA AS OBRAS DIDÁTICAS.....	147
4.4. RESUMO DO CAPÍTULO.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	164
ANEXOS E APÊNDICES.....	172

INTRODUÇÃO

Com a prerrogativa de garantir o direito à educação, que foi firmado na Constituição Federal de 1988, e com a justificativa manifesta de tornar as escolas mais atrativas e adequadas para os estudantes do séc. XXI, a partir do ano de 2014, o Ministério da Educação (MEC), o Congresso Nacional e o Conselho Nacional de Educação (CNE), anunciaram a realização de uma ampla reforma na educação brasileira. Tal reforma ganhou materialidade nos anos seguintes com a publicação de um conjunto de documentos que, sob o ponto de vista normativo, alteraram a concepção formativa, a estrutura curricular e as possibilidades de oferta e de financiamento da Educação Básica no país. Entre esses, se destaca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº 13.415 de 2017, também conhecida como “Novo Ensino Médio” (NEM).

Entre as consequências iniciais desse processo se destacam a reestruturação dos cursos de formação inicial e continuada de professores, das avaliações nacionais e dos materiais didáticos. Sobre os últimos, é necessário reconhecer seu papel de destaque. Desde as primeiras discussões a respeito da BNCC e do NEM, os materiais didáticos foram compreendidos pelos formuladores da reforma como ferramentas indispensáveis para a indução da implementação das mudanças curriculares preconizadas. Sendo assim, paralelamente à tramitação dos documentos normativos, o MEC reestruturou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), assegurando que novos e diversificados materiais didáticos chegassem às escolas. Esses materiais teriam a capacidade de orientar a implementação da BNCC e do NEM, contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e fornecer subsídios para o trabalho docente em um momento de grandes mudanças.

Orientados pela Teoria Crítica da Sociedade¹, nosso intuito nesta pesquisa foi o de analisar algumas das mudanças no âmbito do novo PNLD, adotando como

¹ Por Teoria Crítica entendemos as contribuições epistemológicas, analíticas, teóricas e metodológicas fornecidas pela primeira geração da Escola de Frankfurt, que teve como representantes proeminentes Max Horkheimer, Theodor W. Adorno e Herbert Marcuse.

recorte o PNLD do Ensino Médio ciclo 2021 (PNLD/EM 2021), e verificando se nessas alterações não haveria vícios que comprometem os fundamentos democráticos desse programa.

Identificamos a necessidade de um estudo sobre os novos materiais didáticos do Ensino Médio ainda em uma pesquisa anterior na qual analisamos o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC/EM). Nela, constatamos que um dos principais objetivos atribuídos à BNCC pelos seus formuladores foi o de orientar as avaliações nacionais, assim como o conteúdo dos livros e materiais didáticos em todo o território nacional (Cruz, 2021), expressando uma tendência de origem gerencialista na condução da política educacional brasileira. A mesma tendência já havia sido expressa em outra reforma educacional, realizada no final dos anos 1990, durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), na qual os livros didáticos também tiveram um papel importante.

Naquele momento (anos 1990), a adesão às diretrizes de organismos internacionais associada ao posicionamento político dos governantes brasileiros contribuiu para a formulação e implementação de um amplo projeto de intervenção estatal na educação. A reforma foi organizada por políticas em, ao menos, três direções: 1) definição dos objetivos educacionais a serem alcançados pelo sistema escolar brasileiro; 2) criação de mecanismos de controle e indução do currículo escolar; e 3) produção de dados e indicadores dos resultados educacionais. Data justamente desse período a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação e o Sistema de Dados Educacionais, assim como a primeira grande ampliação e reestruturação do PNLD.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado oficialmente em 1985, como resultado direto das lutas populares pelo reconhecimento de direitos sociais. Por esse motivo, é reconhecido também na literatura acadêmica como um dos frutos do processo de redemocratização do Brasil após a ditadura militar (Cassiano, 2007; Cury, 2009; Silva, 2013; Deziderio, 2016; Nascimento et al 2018; Copatti; Andres, 2020; Höfling, 2000). O princípio fundamental do programa é de que, em um país tão desigual como o Brasil, uma democracia plena só poderá ser efetivada no momento em que for superada a dívida social existente. Nesse sentido, a oferta universal de livros e materiais didáticos, enquanto bens culturais

tradicionalmente identificados como condição para a qualidade na educação, tem sido assumida como responsabilidade do Estado brasileiro.

Desde os primeiros anos de funcionamento do PNLD, ainda na década de 1980, o grande número de livros didáticos distribuídos pelo Governo Federal deixou clara a relevância atribuída a esse programa na agenda da política nacional. Ainda assim, muitos problemas para a sua operacionalização só foram resolvidos na década seguinte, nos anos 1990, quando, como afirmamos anteriormente, os sentidos atribuídos a esse programa foram ampliados. No contexto da reforma educacional do governo Fernando Henrique Cardoso, o investimento em livros didáticos ganhou uma importância estratégica enquanto um modo de induzir a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais² (PCN). Por esse motivo também, em estudos acadêmicos que tratam do PNLD, é possível perceber que a crítica e a defesa desse programa se complementam e se misturam³.

Se, por um lado, o programa é compreendido predominantemente como uma política social fundamental para a mediação da cidadania no Brasil, por outro expressa-se também uma série de fissuras que colocam sua identidade democrática em constante tensão. As dubiedades não se circunscrevem a elementos específicos, mas abrangem as diferentes dimensões do programa.

Com relação à avaliação dos livros didáticos que é realizada pelo MEC no âmbito do PNLD, predomina o juízo de que se trata de uma regulação importante do conteúdo e da qualidade das obras que são utilizadas nas escolas públicas brasileiras. Todavia, as implicações dessa avaliação para a redução da autonomia de escolha dos professores, assim como a vinculação desse processo à necessidade de indução da implementação de políticas curriculares, são apontadas

² Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram documentos curriculares de caráter consultivo (não obrigatório), aprovados no final dos anos 1990. Trata-se da primeira tentativa de estabelecer um documento com algumas características similares a Base Nacional Comum Curricular no Brasil. No entanto, na ocasião, devido à resistência da comunidade acadêmica, que compreendiam que tal documento seria um ataque à autonomia dos entes federados, acabaram não sendo aprovados como obrigatórios, restando ao Governo elaborar formas de induzir a sua implementação (Macedo, 2014).

³ A título de nos aproximarmos dessa temática, realizamos uma revisão da bibliografia sobre o PNLD, da qual selecionamos 90 produções, entre artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. A pesquisa foi feita nas seguintes Bases de Dados: Educa, Redalyc, Scielo, Scopus e o Banco de Teses e Periódicos da Capes. Pelo fato de haver uma larga produção bibliográfica sobre o assunto do livro didático, utilizamos como critério de seleção, a aproximação com o objeto de estudo, ou seja, a análise do PNLD e dos materiais didáticos como política educacional. Tendo em vista a sua pertinência para a composição do presente relatório de pesquisa, optamos por não apresentar a revisão de literatura detalhadamente no corpo do texto. A lista das produções analisadas encontra-se no apêndice da tese.

como déficits democráticos do programa (Cassiano, 2007; Stamatto; Caimi, 2016; Mantovani, 2009; Horikawa; Jardimino, 2010; Deziderio, 2016; Albuquerque; Ferreira, 2019; Camilo, 2020; Assis, 2021).

Outra dubiedade aparece em análises sobre a relação entre o Governo Federal e o mercado de materiais didáticos no âmbito do PNLD. As chamadas pesquisas sobre a “economia do livro didático” demonstram que no momento em que o governo ampliou o PNLD, os livros didáticos distribuídos por esse programa se tornaram um dos poucos livros que muitos brasileiros têm acesso em toda a sua vida. Por outro lado, a garantia de uma expressiva compra regular e anual de livros didáticos, somada aos incentivos governamentais para a entrada de capital estrangeiro no Brasil nos anos 1990, influenciou a compra de muitas editoras nacionais por conglomerados internacionais que trouxeram consigo novas práticas de produção e comercialização de livros e materiais didáticos que colocam em risco esse princípio democrático (Höfling, 2000; Cassiano 2007; Silva, 2008; Cunha, 2011; Santos; Silva, 2019; Silva, 2012; Silva, 2013; Martins; Sales; Souza, 2009; Pinheiro, 2014; Galzerano, 2015; Pinheiro; Echalar; Queiroz, 2021).

A coedição de obras, assim como a elaboração e montagem de livros por grupos de autores, produção em larga escala, desenvolvimento de expertise em atender às exigências do Governo Federal e aumento de influência sobre a mesmo, fez com que, independentemente dos seus autores e das editoras responsáveis, - muitas delas sendo parte do mesmo grupo – os livros didáticos se tornassem muito parecidos entre si, gerando descontentamento tanto nos professores quanto nos próprios autores⁴ (Höfling, 2000; Cassiano, 2007; Silva, 2008; Cunha, 2011; Santos; Silva, 2019; Silva, 2012; Silva, 2013; Martins; Sales; Souza, 2009; Pinheiro, 2014; Galzerano, 2015; Pinheiro; Echalar; Queiroz, 2021).

A influência do poder econômico das empresas no êxito da vendagem dos livros didáticos para o Governo Federal também é comprovada nos estudos que tratam do processo de escolha das obras pelos professores (Cassiano, 2007; Mantovani, 2009; Martins; Sales; Souza, 2009; Camilo, 2020; Moraes, 2011;

⁴ Em entrevistas realizadas com alguns dos autores dos livros mais vendidos no PNLD, Santos e Silva (2019) evidenciaram um desconforto em relação às pressões exercidas pelas editoras para a vendagem das obras. Além disso, mostraram que para boa parte dos autores entrevistados, havia o entendimento de que ter sua obra aprovada no PNLD não significava necessariamente que ela fosse de boa qualidade. Bastava cumprir as exigências impostas pelo Governo, tornar os livros atrativos visualmente e fazer um bom trabalho de divulgação nas escolas (Santos; Silva, 2019).

Zambom; Terrazam, 2013; Turin; Aires, 2016; Ströher; Monteiro, 2018; Nascimento; Amestoy; Tolentin-neto, 2018; Martins; Garcia, 2019; Alves, Santos 2021). Como tem sido o professor o responsável por indicar as obras a serem compradas pelo Governo Federal no processo do PNLD, a partir dos anos 1990 o deslocamento da atenção do mercado editorial para esses sujeitos também ganhou um impulso. Nesses estudos demonstra-se a ausência de condições objetivas para a escolha, como a falta de informação e de tempo para o estudo das resenhas críticas elaboradas pelo governo, o que faz com que os professores pautem suas escolhas predominantemente pelos livros que são distribuídos gratuitamente pelas editoras com maior poder econômico para as escolas - sendo esse um fator que ajuda a explicar a grande concentração da venda em algumas empresas.

Para Höfliing (2000), que estudou a reestruturação do PNLD no contexto da reforma educacional dos anos 1990, a perpetuação da tendência de formação de um oligopólio no mercado editorial nacional e a crescente influência dessas instituições na condução das políticas educacionais poderia chegar ao ponto de comprometer a natureza do PNLD enquanto uma política social com contornos democratizantes. Inspirados por essa afirmativa e tendo o conhecimento dos antecedentes históricos da relação entre o crescimento do PNLD e as reformas curriculares nacionais, compreendemos então que um dos nossos focos de análise sobre a atual reforma deveria ser sobre as implicações da BNCC e da Lei nº 13.415 de 2017 para a política de livro didático no Brasil. Demos um primeiro passo nessa direção ao realizarmos uma pesquisa exploratória que foi orientada pela seguinte pergunta: *Houve alterações no PNLD a partir do ano de 2015?*

Nossa hipótese inicial era de que a reforma curricular referida implicaria na necessidade de mudanças profundas nos livros didáticos do país, considerando que a mudança projetada para o Ensino Médio, por meio da Lei nº 13.415 de 2017, que trata da reforma do Ensino Médio, apresentava alterações expressivas na estrutura curricular e na concepção de formação humana para esta etapa de ensino.

A Lei nº 13.415 de 2017, assim como a própria BNCC/EM, dividiram a estrutura curricular da última etapa da Educação Básica em duas partes: uma pequena parte comum na qual todos os matriculados seriam obrigados a cursar, e uma parte diversificada, na qual eles, em tese, poderiam escolher por um itinerário formativo de seu interesse para aprofundar os estudos. O argumento de que os

jovens brasileiros passariam a poder escolher o que estudar na escola foi bastante utilizado pelo MEC para defender que o currículo proposto pela reforma seria muito mais interessante para os estudantes do séc. XXI do que o anterior, com 12 componentes curriculares obrigatórios. Mas essa proposição se tornou predominante na agenda política nacional em um contexto político bastante conturbado.

Logo após as eleições presidenciais de 2013, a oposição abriu um processo de *impeachment* contra a presidente eleita Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) que acabou por culminar em seu primeiro afastamento em maio de 2016. Como consequência, vários ministérios foram reestruturados a fim de diminuir as resistências e garantir a governabilidade. Esse fato possibilitou que muitas das decisões sobre as políticas educacionais nacionais no país fossem centralizadas em um pequeno grupo de pessoas, muitos dos quais haviam participado ativamente da elaboração da reforma educacional dos anos de 1990, estando também articuladas ao “Movimento pela Base Nacional Comum”, composto predominantemente por agentes e entidades do setor privado⁵ (Cruz, 2021; Faria, 2022).

A Lei nº 13.415 de 2017 e a BNCC carregam em comum, além do processo e dos atores que as originaram, a retomada da concepção de formação por competências difundida em diretrizes de organismos internacionais, especialmente da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A proposta formativa preconiza a formação de subjetividades adequadas aos novos padrões de vida, empregabilidade e consumo próprios do séc. XXI. Frente a uma realidade na qual as transformações tecnológicas fazem com que as formas de trabalho e sociabilidade mudem em uma velocidade nunca antes vista, essa concepção assume que a escola deveria se orientar primordialmente pelo desenvolvimento das capacidades cognitivas e socioemocionais, julgadas capazes de empoderar os estudantes para lidar com os desafios dessa realidade (Silva, 2008).

Esse é um dos motivos pelos quais, sob essa perspectiva, a construção de conhecimentos perde centralidade dentro dos processos formativos escolares. Um

⁵ Como estratégia para a efetivação dessa política foi montado um Comitê Gestor das políticas educacionais responsável pela elaboração da BNCC e por propor subsídios para uma reforma no Ensino Médio, apresentada por medida provisória em setembro de 2016 e convertida em lei em setembro de 2017, mesmo com grandes movimentos de resistência estudantil e de coletivos vinculados à educação (Cruz, 2021).

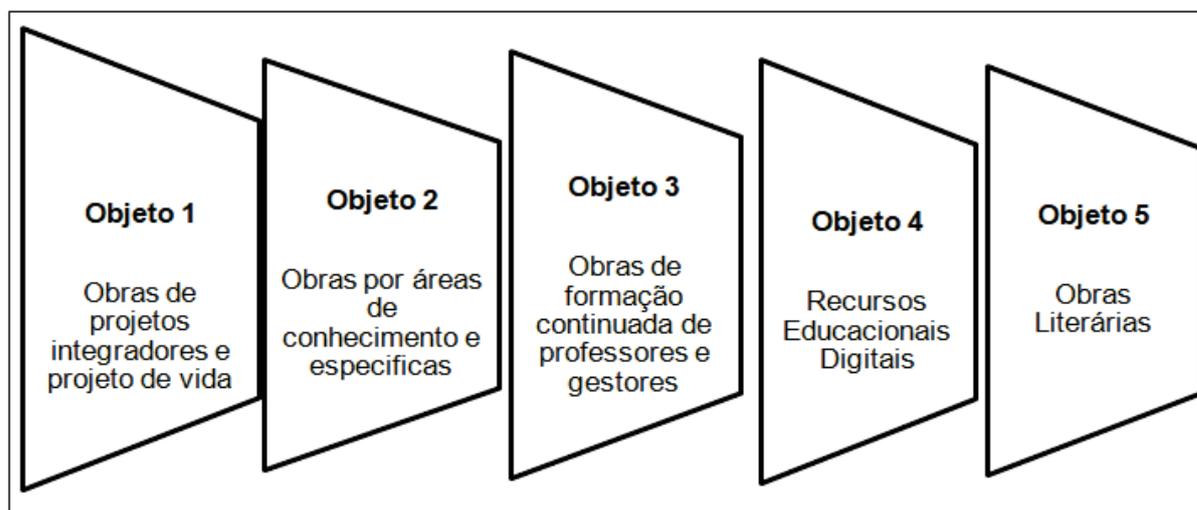
dos seus problemas está no fato de que a relação com o conhecimento é mediada por padrões de comportamento considerados de antemão como necessários, e sob os quais não é permitido aos estudantes e professores desvios. A preconização, no NEM e na BNCC, de uma lógica como essa é um sintoma do recrudescimento de uma irracionalidade que, em um contexto de avanço do neoliberalismo, possui muitas interfaces com aquilo que Adorno e Horkheimer (1985) chamaram de razão instrumental.

De acordo com Adorno e Horkheimer (1985), a racionalidade instrumental é um tipo de razão que torna a subjetividade humana apenas meio para a autopreservação. Nesse processo, abdica-se da capacidade de refletir sobre as finalidades das ações e de determiná-las racionalmente de modo que, assumindo que a única coisa que resta para a formação humana é a atividade de coordenação de meios, a formação se submete a processos totalmente heterônomos, o que, na prática, acaba lhe danificando. Nessa direção, mesmo defendendo que a escola seria impotente se desconsiderasse a necessidade de preparar as pessoas para se adaptar ao mundo tal como ele se apresenta, Adorno (2010; 2024) argumenta que, se a tarefa da educação se reduzisse a isso - à dimensão da adaptação -, ela prenderia as pessoas no que a situação existente impusesse, convertendo-se um modo de irracionalismo antidemocrático.

Na BNCC e na reforma do Ensino Médio a adaptação é a palavra de ordem, devendo ser buscada a todo custo e a todo momento. Nem um desvio sequer pode ser tolerado; especialmente aquele proporcionado por um tipo de conhecimento que lhe é estranho para esses propósitos e, por vezes, hostil. Isso explica o porquê de algumas disciplinas, ao serem tomadas por uma ótica instrumental, permaneceram como obrigatórias, enquanto outras, perdendo cada vez mais espaço, são substituídas por diversos componentes curriculares mais adequados à essa lógica. Foi justamente por essa substituição do foco formativo e na estrutura do Ensino Médio que acreditamos que, ao assumir a função de induzir a implementação do novo currículo, que uma mudança no conteúdo e no formato dos livros didáticos do PNLD/EM, tradicionalmente organizados por disciplinas, seria inevitável. O que descobrimos, porém, em nossa pesquisa exploratória foram ações ainda mais abrangentes.

Antes mesmo da BNCC ser completamente aprovada, o MEC, por meio do Decreto nº 9.099 de 2017, alterou várias regras do PNLD, informando que o objetivo de tais mudanças no programa seria o de, assim como no passado, tornar os materiais didáticos indutores da implementação da atual reforma educacional. O indicativo mais claro a respeito de quais seriam os novos recursos educacionais foi apresentado somente no edital do PNLD do novo Ensino Médio, publicado em 2019. Esse edital foi organizado por 5 instrumentos mediadores do currículo, chamados de “objetos educacionais”.

FIGURA 1- COMPOSIÇÃO DAS OBRAS DO PNLD/EM CICLO 2021



Fonte: MEC⁶ (2019).

As obras de projetos (projetos integradores e projeto de vida) e obras por áreas de conhecimento, demonstraram desde logo um primeiro movimento de adequação à nova perspectiva de formação com o foco no desenvolvimento de competências.

Os objetos 3 e 4, contudo, foram os que apresentaram os indícios das maiores inovações. O primeiro contemplou obras de formação inicial e continuada de professores e gestores. Já o segundo, destinado aos Recursos Educacionais Digitais (RED), apresentou uma série de outras inovações e funcionalidades que nunca fizeram parte das obras do PNLD. Nele, foram contemplados planos de

⁶

Disponível em https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/encontros/arquivos/ApresentaoPNLD2021EnsinoMdioObjeto2_Resultado_PNLD2021.pdf. Acesso em dezembro de 2024.

desenvolvimento, planos de ensino, sequências didáticas, planos de aula, vídeo-aulas, indicadores de aprendizagem e plataformas geradoras de avaliação. Por fim, o edital do PNLD do Ensino Médio contemplou também obras literárias.

A ampliação das obras no edital demonstrou também uma grande aproximação com o nicho de “soluções educacionais”, bastante lucrativo no meio privado. Se considerarmos que a reforma (NEM e BCC) gerou um enorme desafio para os Governos Federais, Estaduais e Municipais, por outro lado criou espaço para existir também – no conhecido jargão empresarial – uma oportunidade de expansão dos negócios por meio da oferta de soluções colaborativas. E, como afirmamos no início, a história recente do PNLD ensina como as reformas educacionais podem ser uma grande oportunidade para a ampliação da centralidade dos materiais didáticos e, em última instância, da subvenção pública ao mercado de “soluções educacionais”.

Sendo assim, ao final da nossa pesquisa exploratória, concluímos que houve sim mudanças expressivas no PNLD, especialmente no PNLD/EM, e que essas foram em ao menos duas direções: nas orientações sobre o conteúdo e a organização das obras e na ampliação do próprio entendimento da função dos materiais didáticos. Dada a amplitude desse fenômeno e suas potencialidades de nos fornecer um retrato da realidade educacional e do sentido do PNLD no país, consideramos que tais nuances mereciam ser estudadas, sob o ponto de vista da necessidade de se compreender e analisar o sentido da atual reforma educacional e de seus desdobramentos para essa política pública.

Esse esforço se inseriu no contexto de um projeto coletivo de análise da implementação e das repercussões da reforma do Ensino Médio realizada no âmbito da Rede Nacional EMPEquisa⁷ e do Observatório do Ensino Médio⁸. Com esse intuito, e utilizando como recorte de estudo o caso do novo PNLD do Ensino Médio, nos mobilizamos para estudar esse fenômeno nessa tese guiados pela seguinte

⁷ EMPesquisa é uma rede de grupos de pesquisa que tem como propósito articular investigações científicas em torno dos mais variados aspectos que envolvem, direta ou indiretamente, o Ensino Médio. Atualmente se dedica a uma pesquisa nacional intitulada “Reforma do Ensino Médio com a Lei 13.415/2017: percursos das redes estaduais e da rede federal de Ensino Médio”, da qual participam professores vinculados a programas de pós-graduação e estudantes de iniciação científica, mestrado e doutorado de 31 grupos de pesquisa e abrange todo o território nacional.

⁸ O Observatório do Ensino Médio da Universidade Federal do Paraná tem por objetivo reunir estudantes, educadores e pesquisadores dos diversos níveis e modalidades de ensino que tenham interesse em compartilhar ideias, temas e pesquisas sobre ensino médio, juventude, suas relações com a escola e com o mundo do trabalho.

pergunta: - ***Quais as implicações do NEM e da BNCC para o sentido de política social inerente ao Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Ensino Médio (PNLD/EM)?***

A hipótese que guiou esse trabalho é a de que o PNLD/EM chegou na terceira fase da sua história na qual, ao mesmo tempo em que há uma ampliação significativa dos recursos didáticos (e possivelmente dos recursos financeiros) e uma promessa de contribuir para a melhoria das condições de ensino, ampliar as possibilidades de acesso à cultura e garantir o direito à cidadania, a vinculação do programa aos princípios formativos da BNCC e do NEM, cuja lógica é a racionalidade instrumental, e mediada pelo imperativo do lucro do mercado editorial, o programa se converte também no contrário do que anuncia formalmente, constituindo o que podemos chamar por uma *política de abandono assistido*.

Consideramos que, se confirmada essa hipótese, isso demandaria a necessidade de colocar essa política social sob novos termos, considerando os elementos, hoje, que escapam da sua identidade enquanto política social. Encontramos uma pista nessa direção nos estudos de Dardot e Laval (2016) quando afirmaram, que mediada pela racionalidade neoliberal em seu estágio avançado, há uma emergência de um novo gênero de política social na sociedade contemporânea. De acordo com os autores, ainda que por inércia semântica o termo “política social” permaneça sendo bastante usado – o que expressa a persistência da promessa e dos anseios por uma sociedade livre e justa - no atual momento ele tem adquirido um outro sentido, perdendo cada vez mais substância. Ao deixar de ser um fim vinculado à práxis social humana, a política social se torna um meio cujo valor depende estritamente da sua relação com objetivos particulares.

Nesse movimento, o acesso a “determinados bens e serviços” – dos quais se inclui o material didático e a educação - perderia o status de “abre portas para direitos”, tornando-se o resultado de uma transação entre: a) um subsídio e um comportamento esperado (comportamento empreendedor) e/ou b) um custo para o usuário (custeamento público de empresas privadas que disputam entre si uma parcela da mais valia circundante) (Dardot; Laval, 2006). Esse apontamento, tal como o alerta de Höfling (2000) sobre as possibilidades de regressão no sentido de política social no PNLD, em confronto com os nossos achados iniciais, servem como

uma justificativa suficiente para a nossa hipótese, que é confrontada e melhor elaborada na tensão com os dados da pesquisa empírica que realizamos.

O objetivo geral da pesquisa foi o de analisar as mudanças no novo PNLD enquanto uma parte estruturante da política curricular do Ensino Médio, bem como as suas implicações para os significados deste programa em âmbito nacional. Deste objetivo geral, se desdobram os seguintes objetivos específicos:

- Analisar historicamente a relação entre o Estado e a política de materiais didáticos no Brasil no contexto do PNLD;
- Identificar no PNLD/EM os elementos que induzem à implementação da Base Nacional Comum Curricular e do Novo Ensino Médio;
- Analisar as determinações que operam sobre a avaliação, aquisição e distribuição dos materiais didáticos no contexto do novo PNLD;

Para o desenvolvimento da pesquisa analisamos um corpus empírico que é composto por fontes documentais. Organizamos as fontes em duas partes principais: 1) Documentos oficiais que orientaram as mudanças no programa, como a BNCC, Lei nº 13.415 de 2017, Decreto 9099 de 2017, Edital MEC/FNDE nº 2 e 4 de 2019, e 2) manifestações públicas do governo e interessados sobre elas, incluindo dados oficiais sobre as implicações econômicas dessas mudanças, como *lives*, webinários, manifestos, posicionamentos oficiais, reportagens, estatísticas sobre os gastos com o PNLD/EM obtidos via Lei de Acesso à informação, portarias e informes.

Submetemos esses dados à análise qualitativa interpretativa que é baseada na noção de crítica imanente⁹ (Adorno, 1988; 2009). O objetivo dessa abordagem é encontrar os resquícios da verdade temporal que está contida no fenômeno mediante o tensionamento entre seus princípios estruturantes – nesse caso as aspirações democráticas do PNLD – e a sua materialidade em determinado momento histórico. Compreendemos que essa metodologia, desenvolvida na Dialética Negativa adorniana, forneceu um caminho fértil para a análise crítica do

⁹ No tópico 2.4 desenvolvemos os principais aspectos dessa metodologia bem como os fatores que justificam a sua adoção na presente pesquisa.

PNLD, permitindo superar as pesquisas de natureza descritiva centrada apenas na descrição, quantificação e categorização do fenômeno estudado. Ao tomar como referência os próprios fundamentos do programa, permitiu também ir além das abordagens crítico-dogmáticas que utilizam de categorias e princípios externos para emitir juízos sobre o fenômeno analisado.

O capítulo 1, “*Três fases do PNLD*”, elabora o movimento histórico desse programa social nos últimos 30 anos. Em diálogo com a literatura acadêmica especializada, discute-se as potencialidades e limites da política do livro didático em um país desigual como o Brasil. O capítulo cumpre um objetivo fundamental da pesquisa de lançar luz sobre os elementos essenciais desse programa e suas mudanças ao longo do tempo, assim como apresentar a tese de que o PNLD chegou a uma terceira fase da sua história.

O capítulo 2, “A razão instrumental e as políticas sociais neoliberais”, apresenta contribuições teórico-metodológicas que subsidiam a análise da reestruturação do PNLD/EM 2021. Em um primeiro momento, retoma e desenvolve os aspectos centrais da crítica da racionalidade instrumental da Escola de Frankfurt, estabelecendo interlocuções com análises sobre a racionalidade neoliberal. Discute, especialmente, as implicações do neoliberalismo e seu eixo formativo central: o sentido do empreendedorismo para as políticas sociais contemporâneas. Ao final, apresenta as contribuições metodológicas da Teoria Crítica para o desenvolvimento do estudo.

O capítulo 3, “*O PNLD do Ensino Médio 2021*”, é dedicado à análise das mudanças na concepção formativa dos materiais didáticos comprados e distribuídos pelo PNLD/EM no seu ciclo 2021. Aborda as alterações na composição de livros e materiais didáticos do programa que foram introduzidas com objetivo de auxiliar a implementação do Novo Ensino Médio (NEM - Lei nº 13.415 de 2017) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em seguida, trata dos novos critérios de avaliação das obras, discutindo as respostas dadas aos desafios formativos para a juventude do séc. XXI, bem como a maneira pela qual essas respostas estabelecem uma maneira específica de se relacionar com o conhecimento. Nesse movimento, demonstra que a primazia da racionalidade instrumental e adaptativa dos sujeitos frente ao que se supõe ser um comportamento adequado ao contexto

contemporâneo acaba gerando novos problemas que tornam o projeto formativo do programa insuficiente perante aos seus próprios objetivos.

O capítulo 4, “*Mal-estar na política social*”, é dedicado à análise das alterações na dinâmica de funcionamento do PNLD/EM ciclo 2021. Busca evidenciar a maneira pela qual a vinculação, de partida, de corresponder ao princípio neoliberal de promover e se igualar ao mercado acabou destruindo importantes pilares democráticos desse programa. Em um primeiro momento, trata da influência das determinações econômicas na condução dessa política social, tratando, em específico, do papel efetuado pelo Novo Ensino Médio e pela BNCC na ampliação do mercado educacional, bem como os resultados financeiros do investimento público no programa, que demonstram uma ampliação do subsídio público para o setor e um potencial de maior concentração na captação desses recursos em poucas empresas. Em seguida, discute duas das principais mudanças no processo de funcionamento do PNLD a partir do ano de 2017, a saber, a mudança no processo de avaliação das obras didáticas, assim como na escolha dos livros didáticos. Defende que ambas alterações expressam a liquidação das possibilidades de participação e controle social dos direcionamentos que são dados ao programa, gerando um mal-estar nessa política social, e expressando um sintoma do fechamento do espaço político.

Por fim, o texto das considerações finais é voltado para a retomada dos elementos centrais da pesquisa e a exposição da tese elaborada a partir da análise empírica: as mudanças realizadas no PNLD/EM 2021 o tornaram um exemplar de “*política de abandono assistido*”, conceito que remete a um tipo específico de política social que busca conciliar uma racionalidade instrumental neoliberal com a garantia de direitos sociais, mas que, nesse movimento, acaba incorporando uma lógica contrária aos seus próprios fundamentos. Destaca ainda a necessidade da revisão das medidas adotadas e de novos estudos sobre os usos que são dados a esses materiais didáticos em diferentes contextos educacionais no Brasil.

1. AS FASES DO PNLD

A lembrança é um modo de distanciamento diante dos fatos dados, um modo de mediação que rompe por poucos momentos o poder onipresente dos fatos dados. A memória recorda ao mesmo tempo o terror e a esperança que passaram, mas enquanto na realidade o primeiro recorre a formas cada vez mais novas, a última permanece esperança

Herbert Marcuse

Livro didático, livro-texto, manual escolar, material didático, são muitos os nomes. Segundo Choppin (2009), entre as maiores dificuldades de quem se propõe a pensar sobre esse tema está a dificuldade de definição. Se, para muitos, o material didático que é usado nas escolas por professores e estudantes parece um tema banal comparado a outros que permeiam a vida social, a diversidade dos seus formatos, sentidos e funções nos diferentes tempos e espaços em que se inserem nos mostra que sua histórica presença nas escolas é permeada por elementos bastante complexos.

Podemos constatar a complexidade dos materiais didáticos escolares, entre outros fatores, em sua capacidade de adequação às mudanças nos programas de ensino e diretrizes curriculares, às transformações tecnológicas e aos diferentes usos que são dados pelos estudantes e pelos professores (Bittencourt, 1993; Choppin, 2009; Cuesta, 2006; Silva, 2013). E é justamente por essa característica diversa e cambiante que os torna objetos de estudos fundamentais para compreender o passado e presente da cultura escolar (Cuesta, 2006).

Nos últimos anos, os materiais didáticos vêm passando por um amplo processo de transformação. Não é possível afirmar que os tradicionais livros didáticos tenham caído totalmente em desuso, mas estes, hoje, não estão sozinhos. São acompanhados por vários outros recursos e tecnologias inseridos nas escolas sob a promessa de infinitas possibilidades de mediação pedagógica. A destreza dos novos recursos, também chamados de soluções educacionais, é tamanha que, com

frequência, são anunciados em comerciais como máquinas potentes e velozes, capazes de melhorar resultados e facilitar a vida de professores e estudantes¹⁰.

É inegável a potencialidade dos materiais didáticos. Ainda assim, em sua naturalização há um risco conhecido: o encobrimento da sua dimensão política (Cuesta, 2006). Por mais que as empresas insistam em afirmar o contrário, livros e materiais didáticos não são simplesmente ferramentas de ensino. Neles, diferentes interesses e concepções formativas que transpassam a educação se expressam de um modo particular, implicando na seleção do conhecimento apresentado, nas metodologias de ensino adotadas e em suas possibilidades de mediação pedagógica. Tais mediações não estão à vista em um primeiro momento, o que torna necessário que as pesquisas sobre os materiais didáticos adotem um posicionamento epistemológico crítico (Cuesta, 2006).

Nesse sentido, nos referimos aos estudos que, além de descrever e classificar quais são as principais inovações pedagógicas e suas tendências – tarefas que são, sem dúvida, muito importantes –, analisaram também os sentidos desses recursos nos contextos em que se inserem. Nesse itinerário de estudo existem muitas possibilidades interessantes, dentre elas, as ações governamentais e políticas para os livros e materiais didáticos. A importância das políticas educacionais vincula-se ao fato de que em muitos países existem programas de compra, avaliação e distribuição que, em boa medida, regulamentam a difusão e o seu uso nos territórios nacionais (Cuesta, 2006).

No Brasil, a importância da política nacional do livro didático é tamanha que, em um clássico estudo, Freitag, Costa e Motta (1997) chegaram a afirmar – com algum exagero – que a história do livro didático no país não passava de uma série de leis, decretos e medidas governamentais. Possuidor de um longo histórico de políticas para o livro didático, o Brasil conta com um dos maiores programas de livros e materiais didáticos do mundo: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que vem se tornando peça-chave na interpretação das reformas educacionais no país. Sem a pretensão de esgotar o assunto, nosso objetivo no presente capítulo é contribuir com a análise crítica do movimento histórico dialético do PNLD nas últimas décadas. Nos guiamos pela hipótese de que, atualmente, este

¹⁰ Em referência ao comercial do sistema de ensino FTD, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DRdgM67KaGk>>. Acesso em novembro de 2022.

programa chegou em uma terceira fase da sua história na qual o seu vínculo com princípios democratizantes corre o risco de ser seriamente comprometido.

O capítulo é composto por três tópicos que se articulam na análise de diferentes momentos do PNLD. No primeiro tópico, abordamos os primeiros anos do programa, discutindo, em diálogo com a literatura especializada, os seus sentidos, avanços e limites enquanto uma política social. No segundo, analisamos a primeira grande reformulação deste programa nos anos 90, bem como as implicações objetivas e simbólicas para esse programa. Por fim, trataremos sucintamente do contexto de mudanças do PNLD do Ensino Médio, discutindo a hipótese de que é possível que este programa tenha chegado a uma terceira fase da sua história.

1.1. ASSISTÊNCIA E/OU ASSISTENCIALISMO (1985 – 1995)

Se alguém quiser conhecer toda a história da circulação e uso de livros e materiais didáticos no Brasil será obrigado a retornar ao período colonial. Muito possivelmente ao ano de 1808 quando, junto com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, foi trazida uma máquina de impressão que permitiu a fundação do que podemos considerar ser uma das primeiras editoras do país, a Imprensa Régia. Nas vezes em que o Governo Federal e a literatura acadêmica citam essa história, porém, é muito mais comum encontrarmos menções aos eventos que se sucederam após o início do século XX, em decorrência de uma série de políticas públicas.

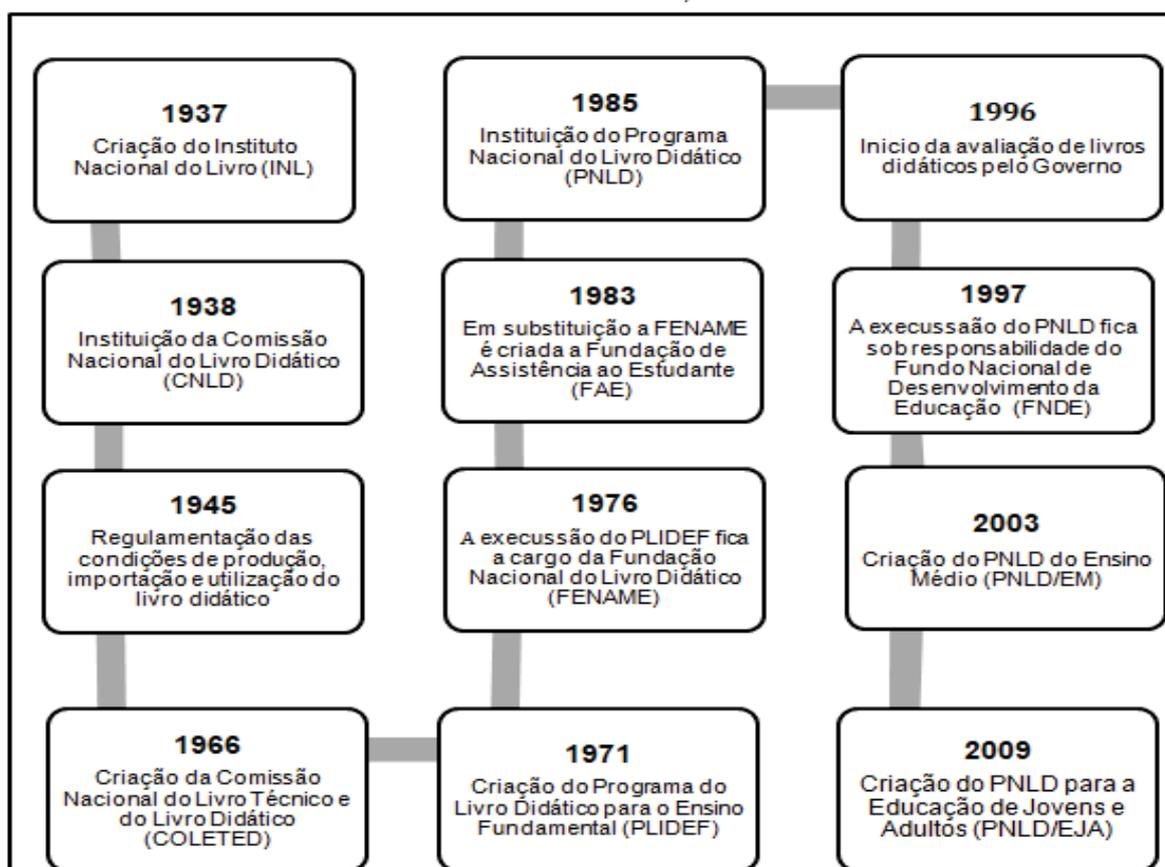
No *website* do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por exemplo, há uma extensa linha do tempo das políticas para o livro didático que tem dois marcos iniciais: o ano de 1937, quando foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) e o ano de 1938, quando foi criada a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Ambas as instituições tiveram como objetivo principal regulamentar o uso dos livros que eram vindos do exterior em um momento em que eles começaram a circular em maior número no país.

A compreensão de que existe uma continuidade entre essas duas primeiras iniciativas – a criação do INL e da CNL - com todas as outras que as sucederam no decorrer do séc. XX e XXI é o que sustenta a afirmação de que o Brasil tem uma

longa tradição de políticas para o livro didático, e que essa pode ser considerada como uma “senhora de idade”.

Na figura abaixo apresentamos uma breve síntese dessa história, tomando como referência alguns dos marcos legais e das novas regulamentações referentes ao livro didático no Brasil entre 1937 e 2009.

FIGURA - MARCOS HISTÓRICOS DA POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (1937 – 2009)



Fonte: Adaptado de FNDE.

O Governo Federal brasileiro¹¹ admite que a política do livro didático passou por várias fases e transformações ao longo do tempo, sendo uma das mais significativas delas a que ocorreu no início dos anos 1980. O Decreto nº 91.542 de 1985 não criou apenas o nome do programa que posteriormente ficou conhecido como PNLD. O anúncio de uma distribuição gratuita de livros didáticos para todos os estudantes brasileiros matriculados no 1º grau, com financiamento do Governo

¹¹ Ver a linha do tempo do PNLD em <<https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>> Acesso em dezembro de 2024.

Federal e a indicação das obras pelos professores apontou um novo horizonte para a política nacional do livro didático (Bittencourt, 1993; Freitag; Costa; Motta, 1997; Cassiano, 2007; Graça;).

No âmbito legal, a criação do PNLD foi justificada por três motivos principais, sendo eles: 1) promover a universalização e melhoria do 1º grau; 2) promover a valorização do magistério; e 3) reduzir os gastos das famílias com a educação (Brasil, 1985). Desse modo, a histórica vinculação do livro didático à condição de ser um importante mediador da educação escolar foi reforçada, o que se evidenciou não somente nos documentos normativos e no plano das ideias, mas também nas ações concretas. É somente quando levamos em consideração alguns dos dados dos primeiros anos de funcionamento do PNLD que podemos vislumbrar um pouco da sua excepcionalidade e do seu sentido em um país como o Brasil.

Em um estudo realizado junto ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Castro (1996) chamou a atenção para o grande salto no investimento público após a criação do PNLD. Somente no ano de 1986 – segundo ano do PNLD - o Governo Federal investiu o equivalente a R\$129, 826 milhões de reais; valor que, se atualmente pode não impressionar muito, na época representava seis vezes mais do que o maior investimento anual feito com livros didáticos até então. Cabe lembrar que, naquele período, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD – IBGE), cerca de 52,6% da população brasileira era considerada abaixo da linha da pobreza, com renda entre 1 e 2 salários mínimos, e 20% na linha da miséria, com renda inferior a 1 salário mínimo, situação considerada em risco alimentício.

Sendo assim, a ampliação no investimento estatal em livros didáticos permitiu com que mais pessoas, por suas frágeis condições de vida, nunca veriam um livro, passassem a ter a possibilidade de ter acesso a esses bens culturais no início do ano letivo. O livro didático distribuído pelo Governo Federal se tornou um dos poucos livros que muitos brasileiros teriam acesso em toda a sua vida (Cassiano, 2007). Esse fato conferiu ao PNLD a razão de ser uma política de enfrentamento das desigualdades sociais, culturais e econômicas.

Mas, se para os estudantes a criação do PNLD representou um aumento nas possibilidades de acesso aos bens culturais escassos em uma realidade extremamente desigual, para as editoras, que a essa altura já eram bastante

numerosas no país, houve um ganho bastante expressivo de mercado. De acordo com Bittencourt (1986), embora no Brasil o livro didático tenha sempre sido reconhecido como um mediador importante do saber escolar, no país coube quase sempre à iniciativa privada a responsabilidade pela sua produção. Com a instituição do PNLD, a relação entre Estado e o mercado editorial tornou-se mais ampla, complexa e contraditória, pois, como o livro didático é uma mercadoria, este se manteve ligado à necessidade de lucro das editoras, estabelecendo, dessa maneira, uma relação de codependência entre o Estado e o mercado editorial.

O investimento público na compra de livros didáticos alcançou uma posição destacada na agenda política nos anos 1980, tornando-se um fator bastante determinante nos ganhos das editoras. A consequência disso foi a de que essa se tornou uma das mais importantes vias pelas quais passaram a ocorrer influências econômicas no currículo das escolas públicas brasileiras e na política educacional nacional como um todo. Como bem afirmou Cassiano (2007), mesmo que os interesses econômicos presentes na produção e distribuição de livros didáticos não tenham determinado exatamente o currículo e as práticas pedagógicas realizadas nas escolas, eles, sem dúvida, deixaram “marcas que adentram aos seus muros”.

Podemos compreender algumas das implicações dos interesses econômicos no PNLD tomando como referência alguns aspectos daquilo que Adorno e Horkheimer (1985) chamaram de Indústria Cultural. Diferente do seu significado mais usual, a Indústria Cultural não é apenas um ramo da economia que se ocupa da produção de “bens culturais”, como os livros didáticos. Trata-se de um conjunto de forças voltadas para a conformação dos seres humanos à ordem social capitalista por meio do consumo. Para Adorno e Horkheimer (1985), a Indústria Cultural foi entendida como um sistema de dominação política que, dirigido pela funcionalidade econômica, no séc. XX passou a atingir o mais profundo da subjetividade humana – “a tirania deixa o corpo livre e vai direto à alma” (Adorno; Horkheimer, 1985. p. 110).

Uma das nocividades da Indústria Cultural está situada naquilo que Adorno e Horkheimer (1985) chamaram de “circuito de manipulação retroativa”. Isto é, os autores perceberam que as corporações voltadas para a produção de entretenimento no séc. XX, valendo-se das necessidades e desejos mais profundos dos seres humanos, passaram a tentar ocupar esses espaços com suas mercadorias. Porém, dado ao fato das mercadorias culturais da Indústria Cultural

serem em última instância “apenas bons negócios”, condicionadas primordialmente pela busca do ganho monetário dos seus produtores, as necessidades que prometiam realizar não eram saciadas. Ao contrário, por suas próprias condições, as mercadorias eram efêmeras, facilmente substituíveis, e tendendo a produzir padrões de subjetividade nos quais os sujeitos se identificam com o sistema que os exploravam (Adorno; Horkheimer, 1985; Horkheimer, 2015).

Entre as autoras que mobilizaram esse conceito para refletir sobre a condição dos livros didáticos no Brasil e o sentido do PNLD estão Freitag, Costa e Motta (1997). As autoras afirmam que, devido ao PNLD, os livros didáticos no Brasil possuem as seguintes características: 1) são produzidos em larga escala para atender a todo o território nacional e garantir o máximo possível de lucro às editoras; 2) são mercadorias padronizadas para poder se inserir nas diferentes regiões da federação; 3) devido aos ciclos do PNLD e à necessidade de renovação das obras, os livros didáticos adquirem uma obsolescência rápida; 4) prometem suprir necessidade educacionais e formativas dos estudantes e professores, mas por seus limites anteriormente mencionados, também acabam contribuindo para que os sujeitos não se deem conta das suas condições de explorados; e 5) os livros didáticos podem ser compreendidos como portadores de valor de uso, nas mãos de professores e estudantes, e de valor de troca, que está no ganho financeiro das editoras e dos burocratas (Freitag; Costa; Motta, 1997).

Ao assumirmos que no Brasil o livro didático é um produto característico da Indústria Cultural (Adorno; Horkheimer, 1985) somos levados a concluir que o PNLD é uma política social que, pelo seu grande alcance, mesmo com um potencial de contribuir com a superação das desigualdades sociais, culturais e econômicas, ao estabelecer uma relação de dependência com o mercado editorial, atua também na reprodução e perpetuação das condições que geram as desigualdades e déficits sociais no país.

Para Munakata (2012), porém, a identificação dessa contradição não poderia ser feita tão rapidamente. O autor chamou a atenção para o fato de que, no contexto brasileiro, os livros didáticos não poderiam ser compreendidos como produtos culturais como quaisquer outros. Afinal, são mercadorias que, sob muitos aspectos, também são reguladas pelo Estado. Enquanto uma política pública, o PNLD assumiu, desde a sua criação, o papel de mediação dos diferentes interesses

envolvidos em seu processo, papel esse que variou ao longo do tempo entre períodos mais ou menos democráticos.

Em relação ao próprio sentido do PNLD enquanto política social, são variadas as posições. Em sua primeira fase, entre o final dos anos 80 e início dos anos 90, uma das interpretações mais difundidas na literatura acadêmica é a de que essa política social seria apenas uma forma de assistencialismo (Freitag; Costa; Motta, 1997; Höfling, 2000; Cassiano, 2007; Mantovani, 2009; Melo; Gabrelon, 2016; Camilo, 2010). Isso se deve principalmente ao fato de que, mesmo com a ampliação no investimento governamental, em seu início, o PNLD era focalizado em pequenos grupos. Estando vinculado à Fundação de Assistência aos Estudantes (FAE), em seu início, atendia, primordialmente, às regiões mais pobres do país, como é possível perceber no quadro a seguir.

QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS NO ANO DE 1986 POR REGIÃO

REGIÃO	QUANTIDADE. DE LIVROS	MANUAL DE ATIVIDADES	TOTAL	%
Norte	4.577.404	160.086	4.787.138	10,6
Nordeste	18.525.332	647.221	19.373.273	43,0
Centro-oeste	4.811.158	168.252	5.031.593	11,2
Sul	4.154.940	145.733	4.345.593	9,6
Sudeste	11.048.025	386.384	11.554.239	25,6
Total	43.116.859	1.507.676	45.091.466	100

Fonte: Adaptado de Cassiano (2007).

No quadro, é possível perceber o descompasso entre a distribuição dos livros didáticos no norte e nordeste, que concentram mais de 50% das obras, e as demais do país. Mesmo sendo as regiões com grande densidade populacional, no sul e sudeste o número de livros distribuídos foi significativamente inferior. E, para além da desigual distribuição, outros fatores como a identificação de irregularidades na distribuição das obras, limites orçamentários, problemas logísticos, denúncias de corrupção nos contratos com as empresas que realizavam o transporte das obras até as escolas e a articulação do PNLD com outras ações consideradas importantes

para combater as desigualdades sociais no país, contribuíram para a ideia de que se tratava de uma política assistencialista.

De acordo com os dados do Quadro 1, o PNLD poderia ser considerado apenas um paliativo ao desamparo do povo brasileiro. Com uma só ação tornou possível agradar ao mercado editorial, subsidiado diretamente com dinheiro público, e a população que deveria não se sentir totalmente abandonada pelo Estado, ainda que as suas principais demandas não fossem necessariamente atendidas (Freitag; Costa; Motta, 1997). Não obstante, uma parcela da literatura acadêmica especializada também retoma com frequência o fato de que a criação do PNLD, mesmo permeada por aspectos ideológicos¹², foi uma resposta direta às lutas pela redemocratização do país. Seria assim, também, uma expressão de um aumento do compromisso do Estado com as demandas sociais, embora o programa não realizasse necessariamente essas demandas (Cury, 2009; Silva, 2013; Deziderio, 2016; Nascimento et al, 2018; Copatti; Andres, 2020; Höffling, 2000).

Uma prova da aspiração democrática do PNLD pode ser encontrada em um dos documentos citados na exposição de motivos do decreto que o instituiu: O documento *Educação Para Todos: um caminho para a mudança* (1985). Trata-se de um manifesto da Nova República para a educação onde afirma-se que a construção de uma democracia plena demandaria a superação das estruturas sociais estratificadas que impunham a boa parte da população a pior privação que poderia existir, a privação do direito à cidadania. Sob esse entendimento, o documento anunciou a necessidade de um conjunto de políticas públicas – das quais se inclui a distribuição de livros didáticos – tanto como práticas de justiça social quanto como base para a garantia de direitos à educação e à cidadania.

Com relação à perspectiva de educação almejada e subsidiada pelos livros didáticos do PNLD, o documento defendeu uma concepção democrática, voltada não apenas para proporcionar uma formação que daria conta da adaptação dos estudantes às demandas sociais mais imediatas, mas também contribuiria para fornecer subsídio ao pensamento crítico. No plano de políticas públicas mais urgentes, priorizou-se três linhas de atuação: 1) valorização do magistério, 2) ampliação do acesso à escola, 3) assistência ao estudante carente (Brasil, 1985).

¹² Ideologia é compreendida aqui como falsa consciência.

Após a aprovação da Constituição Federal de 1988, a distribuição de livros didáticos passou a compor parte da obrigação do Estado brasileiro para com a educação, momento no qual passou efetivamente de um programa possivelmente conjuntural, limitado e assistencialista para um programa obrigatório, destinado a todos que têm o direito à educação (Höfling, 2000).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Brasil, 1988).

Se, como afirmou Höfling (2000), a previsão constitucional não colocou fim às contradições e limites do PNLD, a vinculação com esse princípio democrático, resultado de uma conquista histórica, se tornou o fundamento e ponto de partida para as avaliações desse programa. Partilhando desse entendimento, Cury (2009) asseverou que o PNLD deveria ser defendido como uma política de assistência social. De acordo com o autor, o entendimento do PNLD como assistência se justifica pelo fato do Brasil distribuir muito mal a sua riqueza, de modo que esse programa cumpriria uma dupla função: fornecer apoio para a qualidade no ensino e abrir caminhos para uma redistribuição da riqueza, enquanto não fossem alcançados patamares mais elevados de justiça social.

Mas, uma vez que esses patamares de justiça social não foram alcançados nos anos posteriores, merece um destaque a inutilização do conceito de assistência social pelo Ministério da Educação para defender o PNLD nos anos 90. É possível que isso se deva à conotação negativa que esse termo adquiriu, bem como pelo fato de que em 1996, o PNLD deixou de ser responsabilidade da FAE - que foi extinta - passando para o FNDE. No entanto, há também um outro indício que aponta para as transformações no sentido que o PNLD foi adquirindo no início dos anos 1990

Mello (1991), que ocupou cargos importantes no Conselho Nacional de Educação (CNE) nesse período, comentou esse fato. Para a autora, a vinculação do livro didático à assistência social distorcia o seu propósito, pois, segundo ela, o aluno não comeria o livro nem precisaria dele para sobreviver (Mello, 1991). A autora argumentou que em muitos países nos quais populações escolares não possuíam mais carência, o livro continuava a ser entendido como responsabilidade

fundamental do governo, como um instrumento de adequação entre os conteúdos considerados nacionalmente indispensáveis e para o trabalho em sala de aula. Sugeriu, assim, que a política do livro deixasse de ser vinculada às ações de assistência social para estar vinculada às esferas que cuidavam do currículo, tornando-se ele mesmo política de indução curricular.

Foi a predominância dessa dimensão na reforma educacional nos anos 90 que conferiu justamente um novo papel de destaque ao PNLD. No contexto de uma reforma educacional, os livros didáticos foram entendidos como um dos principais mecanismos de indução à implementação das mudanças curriculares apresentadas. Deixando de ser defendidos apenas como uma forma de garantir o acesso ao conhecimento e equalização social, tal como o seu conceito inicial, passou a ser interpretado também como meio de condicionamento e controle do processo educativo.

1.2. DEMOCRATIZAÇÃO GERENCIADA (1995 – 2017)

O ato de distribuir livros didáticos em um país com as dimensões territoriais e populacionais como as do Brasil impõe, por si só, uma série de desafios. Conforme as pretensões a respeito do alcance dessa distribuição aumentam, aumenta também a complexidade dessa operação. Afirmamos que a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985 foi um marco na história das políticas educacionais e sociais no Brasil. Pois, a partir desse momento ampliou-se significativamente as possibilidades de muitos brasileiros terem acesso a um livro didático. Mas, mencionamos também que isso não significa que esse programa não tenha sido atravessado por uma série de ambiguidades/problemas em seus primeiros anos.

É necessário retomar que o Decreto nº 91.542 de 1985, que instituiu o PNLD, não lhe assegurou um fluxo de recursos regulares. O resultado foi que a promessa do programa de democratizar o acesso aos livros didáticos para todos os estudantes do antigo 1º grau, em um primeiro momento, acabou não sendo cumprida. A distribuição de livros didáticos era limitada, privilegiando as regiões mais pobres do país. Ainda que os diversos interesses sobre esse programa fossem fortes o suficiente para o fazer adquirir predominância na agenda política, a disponibilização de recursos para o PNLD ficava sempre dependente das disputas nos centros decisórios de poder (Castro, 1996).

Atrasos na entrega dos livros didáticos era um outro problema bastante recorrente (Castro, 1996; Höfling, 2000; Souza, 2005; Cassiano, 2007; Silva, 2013). Para além da questão orçamentária, outro motivo para tanto foi muito bem pontuado por Cassiano (2007). A autora encontrou em vários depoimentos de proprietários de editoras a afirmação de que eles se inscreviam nos editais do PNLD mesmo sabendo que não teriam condições de cumprir os prazos, afinal, os recursos advindos do programa eram uma condição de sobrevivência. Pelo lado do poder público, por sua vez, também há relatos de denúncias sobre fraudes nos contratos com as transportadoras que informam outros indícios sobre o motivo dos atrasos (Souza, 1996; Cassiano, 2007).

Por fim, a própria qualidade dos livros também eram alvo de controvérsias. As críticas ao conteúdo dos livros didáticos comprados pelo PNLD eram divulgadas por diferentes meios. Tanto reportagens quanto estudos acadêmicos enfatizavam uma série de inconsistências teóricas, metodológicas e erros gramaticais nos livros, assim como a difusão de estereótipos, preconceitos e ideologias incompatíveis com os princípios democráticos (Freitag; Costa; Motta, 1997; Höfling, 2000; Souza, 2005; Mantovani, 2009; Silva, 2013; Deziderio, 2016; Assis, 2021).

As primeiras sinalizações de mudanças nesse cenário começaram a aparecer somente no ano de 1993, quando o Governo Federal estabeleceu a vinculação de um fluxo contínuo de recursos, em caráter prioritário, para o PNLD. Nesse mesmo ano, foi criada uma Comissão Técnica com o objetivo de produzir estudos sobre a qualidade dos livros didáticos comprados pelo PNLD.

Foi a partir do ano de 1995, porém, que a reestruturação mais expressiva no PNLD começou a ser realizada. Ampliando os recursos que já haviam sido previstos, a Portaria nº 542 de 1995 estabeleceu a destinação de recursos regulares que eram suficientes para garantir o atendimento de todos os estudantes matriculados nos oito anos do Ensino Fundamental. De modo conjunto, também foram realizadas outras alterações estruturais no programa: a implementação de uma dinâmica de funcionamento cíclico (com a mudança das obras de 3 em 3 anos), a vinculação da compra dos livros didáticos aos dados da matrícula fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (INEP) e uma ampla mudança logística.

Até o ano de 1995, o MEC ainda dispunha de um depósito de armazenamento de livros didáticos centralizado de onde saíam uma série de transportadoras contratadas para fazer a distribuição em todo o Brasil. Em 1996, porém, toda a responsabilidade dessa operação passou a ficar a cargo da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), reconhecida internacionalmente pela excelência no cumprimento dessa tarefa (Souza, 2005; Cassiano, 2007).

Nesse mesmo ano, a avaliação dos livros didáticos também passou a compor uma etapa regular do PNLD. Ficou sob responsabilidade do Ministério da Educação e da Comissão Técnica (CT), a definição dos critérios de avaliação das obras. Já a análise dos livros, bem como a elaboração de resenhas críticas para orientar a escolha dos professores, foram delegadas a uma comissão de avaliadores selecionada sempre antes de cada edital. Todo o processo era coordenado por uma instituição de Ensino Superior pública.

Cassiano (2007) considera que a reestruturação do PNLD nos anos 1990 marcou uma segunda fase dessa política, na qual nota-se avanços significativos. A partir desse momento, finalmente foram criadas as condições para uma operação regular e em larga escala, conforme havia sido anunciado no decreto que o instituiu, tornando o PNLD um dos maiores programas do livro didático do mundo. Para a autora, porém, tais transformações só podem ser compreendidas em um quadro mais amplo de uma complexa reforma educacional e do Estado brasileiro.

O momento político do Brasil era marcado pelo confronto de duas tendências conflitantes (Saad Filho; Morais, 2009; Pochmann, 2022). Se, por um lado, o Governo Federal não podia ignorar o projeto de previsão de direitos defendido por um conjunto de forças sociais, que foi consolidado em boa medida na Constituição Federal de 1988, por outro se intensificava uma pressão das altas finanças pela contenção da intervenção na economia. De certo modo, o firmamento do compromisso social do Estado brasileiro havia colocado o país na contramão das tendências neoliberais predominantes nos Estados Unidos e na Inglaterra desde o fim dos anos 70 (Saad Filho; Morais, 2009; Pochmann, 2022).

Mas, para sanar a crise que se alastrava no Brasil desde o fim da ditadura civil-militar, foi se formando gradativamente um consenso por parte de analistas econômicos de que era necessário modernizar a economia brasileira. O que se entendia por tanto materializou-se em um conjunto de medidas de ajustamento do

capital brasileiro aos conglomerados transnacionais e mercados financeiros internacionais: a estabilização da moeda, as privatizações em larga escala e uma retração da intervenção do Estado na economia (Saad Filho; Morais, 2009; Pochmann, 2022), orientações que ganharam espaço durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (2005-2002), responsável pela reestruturação do PNLD.

A reforma educacional que foi realizada nos anos 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mostrou que, no âmbito das políticas sociais, o debate não era mais simplesmente sobre os limites da intervenção do Estado na economia, mas, especialmente, sobre a forma e o sentido dessa intervenção.

Para Souza (2005), que foi Ministro da Educação do Brasil entre os anos de 1995 e 2002, a oposição entre o intervencionismo e o liberalismo clássico havia se tornado totalmente obsoleta. O ministro considerava que, ainda que o “bom-humor” do mercado não demonstrasse capacidade de garantir o desenvolvimento social, a saída puramente intervencionista havia se tornado impraticável com o predomínio do capital financeiro a nível global. Sendo assim, a solução do problema não seria tentar se opor aos efeitos nocivos da macroeconomia, mas tomar partido da situação e tentar revertê-la em benefício próprio.

Desse modo, sob a compreensão de que as políticas sociais não poderiam se opor às tendências macroeconômicas predominantes, foi realizada uma reforma educacional baseada em um modo de intervenção pública que buscou conciliar a promoção do “bom-humor do mercado” com a garantia dos direitos sociais. Uma das estratégias para tanto foi convocar o setor privado para assumir a sua parcela de responsabilidade social com a demanda educacional, mediante a colaboração com o setor público, tendo em vista a centralidade da educação no contexto de transformação tecnológica, e o convencimento desta como o grande negócio do século XXI.

Demanda infinita, de um lado, e possibilidades de massificação da oferta de educação mediante a pesados investimentos econômicos, de outro, são uma equação que ao certo atrai cada vez mais o interesse de grandes grupos econômicos para oferecer serviços educacionais de boa qualidade a custos razoáveis. Será muito difícil que os sistemas nacionais de educação consigam simplesmente evitar a materialização dessa tendência. Nesse contexto, abrem-se enormes oportunidades, inclusive para o desenvolvimento do comércio na área de serviços educacionais. Os países que melhor e mais rapidamente desenvolverem as metodologias e os

conteúdos para a educação mediante o uso de novas tecnologias passarão a desfrutar de enormes vantagens comparativas para oferecer serviços educacionais como um item de transações comerciais (Souza, 2005, p.17)

Outra estratégia foi mimetizar as práticas e as perspectivas de administração mais modernas do setor empresarial na gestão pública, o que em termos de orientação das políticas educacionais implicou em um conjunto de ações, em ao menos três direções: 1) na definição e explicitação dos objetivos educacionais a serem alcançados; 2) no estabelecimento de mecanismos de controle do processo educativo para a previsibilidade dos fins; e 3) na produção de dados e avaliação dos resultados.

Souza (2005) defendeu que um aumento do envolvimento do Estado na educação seria inevitável por dois motivos: 1) pelas reivindicações do direito à educação como base para a cidadania desde a redemocratização e 2) pela intensificação da necessidade de uma maior qualificação para o trabalho devido às novas tecnologias de comunicação e à abertura econômica. Porém, embora não tenha ignorado totalmente o primeiro ponto, evidenciou uma primazia do segundo, ao defender o papel estratégico da educação nos novos tempos. O ministro afirmou que com as novas tecnologias de informação e as mudanças constantes no mundo, o conhecimento humano havia se tornado muito mais líquido, de modo que caberia à escola essencialmente formar competências para que os sujeitos pudessem se adaptar a um mundo onde tudo muda rapidamente.

O ministro também fez questão de retomar o fato de que o estabelecimento da educação como um direito foi consolidado, em boa medida, no contexto de ruptura e questionamento das estruturas estratificadas herdadas do período medieval, sendo assim, um direito de liberdade e autonomia do indivíduo que não pode ser submetido nem ao Estado e nem ao mercado. Todavia, argumentou que o sujeito vive sob determinadas condições que herda das gerações anteriores sob as quais ele tem que lidar, mas que essas condições são as condições sob as quais não faz sentido se opor¹³.

¹³ O ministro esqueceu que, o postulado de que o sujeito era dotado de determinados direitos fundamentais que nenhuma autoridade externa poderia desrespeitar surgiu, não simplesmente como um ato de vontade particular, mas, como afirmou Marcuse (1999), pela reflexão concreta das contradições que se enfrentava e, nesse caso, ao reivindicar a autonomia implicava em se opor radicalmente à ordem vigente, o que se expressa por movimentos e revoluções no campo da razão, das artes e da religião.

Desse modo, o vínculo de educação, cidadania e democracia estabelecido carregou como pressuposto não uma liberdade como fim, mas uma liberdade condicionada, uma liberdade para escolher os meios. Como sabemos, tal racionalidade, característica do neoliberalismo, não está vinculada a um fato apenas subjetivo, mas também objetivo. Pois, no momento em que a ordem econômica obriga a maioria das pessoas a depender de situações em relação às quais são praticamente impotentes, elas sentem que, se querem viver, nada lhes resta a não ser se adaptarem à situação existente. O resultado é que para que possam viver, têm que abrir mão da subjetividade autônoma que é o pressuposto da democracia – uma democracia que funcione não apenas no plano formal, mas segundo o seu próprio conceito (Adorno, 2009).

Do exposto depreendemos também o motivo da grande atenção dada aos materiais didáticos e ao PNLD à medida em que ela incorpora, como instrumento, essas tendências. Para Souza (2005) a questão do aumento da qualidade da educação e sua contribuição para a formação do cidadão deveria ser resolvida pela racionalização e controle do seu processo, sob os moldes do padrão empresarial, o que o autor chama de “Revolução Gerencial”. E, por isso, na reforma, os materiais didáticos, como um modo de gerenciamento do currículo (controle do processo para previsibilidade dos fins), adquiriram um papel bastante relevante, especialmente por um acontecimento específico. Na ocasião, como não foi possível tornar obrigatórios os PCN, principal documento de definição de objetivos educacionais, os livros didáticos passaram a ser vistos como mecanismos de indução à sua implementação. O governo, então, garantiu a regularidade na distribuição desses materiais em todo o território nacional e instituiu a avaliação dos livros didáticos com base nesses documentos.

Ao final prevaleceu a orientação de elaborar um parâmetro curricular nacional ou referencial curricular nacional para evitar justamente os entraves legais: um parâmetro ou referencial não é obrigatório e nem fere a autonomia de estados e municípios. De todo modo, se o parâmetro ou o referencial são de boa qualidade, acabam se impondo. Essa tendência no Brasil foi reforçada e acelerada pelo fato de o Ministério da Educação ser um grande comprador de livros didáticos e ter introduzido, a partir de 1996, a avaliação desses livros com base precisamente nos parâmetros (Souza, 2005, p.123).

Em relação aos impactos econômicos, a tese de Cassiano (2007) foi a que melhor analisou o processo. A autora demonstrou que, concomitantemente com a reforma educacional, houve uma reconfiguração do mercado editorial brasileiro, caracterizada pela compra de editoras nacionais por grandes grupos nacionais e internacionais do ramo dos livros didáticos e da indústria do entretenimento. O mercado brasileiro do livro didático, que até então era composto predominantemente por editoras familiares consolidadas na década de 60 – das quais se destacam as editoras Saraiva, Scipione, Cia Ed. Nacional, Ática, IBEP, Moderna, Atual, Ed. do Brasil – foi, então, significativamente modificado com a entrada dos grupos transnacionais, seguindo uma tendência de anexação de diversas outras empresas e setores da economia brasileira, no mesmo período. A ampliação do investimento tornou o programa ainda mais atrativo e gerador de novas oportunidades de parcerias público-privadas.

Ao ponderar algumas condições favoráveis, como as políticas neoliberais de estabilização monetária e de incentivo à entrada de capital estrangeiro no país, bem como o fato de que o Brasil passou a garantir uma compra regular e anual para um quantitativo de estudantes maior do que a população total de vários países da Europa, não foi difícil para Cassiano (2007) explicar o que levou as grandes corporações internacionais a se inserirem no país, comprando as editoras locais familiares que predominavam até então. Na tabela abaixo, vemos um levantamento realizado pela autora, que demonstra não apenas uma regularidade no gasto com o PNLD, mas uma tendência progressiva de ampliação que acabou se seguindo ao longo dos anos.

QUADRO 2 - INVESTIMENTO TOTAL COM O PNLD (1996 - 2002)

PNLD	LIVROS ADQUIRIDOS	RECURSOS INVESTIDOS (R\$)	ALUNOS ATENDIDOS
1996	80.267.799	196.408.625.96	29.423.376
1997	84.732.227	223.251.104.59	30.565.229
1998	84.254.768	253.871.511.35	22.920.522
1999	109.159.542	373.008.768.44	32.927.703
2000	72.616.050	249.053.551.82	33.459.900
2001	130.283.354	475.334.698.90	32.523.493
2002	120.695.592	539.040.870.21	31.924.076

Fonte: Adaptado de Cassiano (2007).

Entre 1996 e 2002 houve um aumento tanto nos recursos investidos no programa – esses praticamente quintuplicaram – quanto no número de alunos atendidos e nos livros adquiridos. Como consequência, na primeira onda de reestruturação do mercado editorial, destaca-se a compra da Editora Saraiva, que havia sido fundada em 1910, inicialmente como um comércio de livros para instituições internacionais, e também das Editoras Ática e Scipione, de grande destaque nacional, pelo Grupo Abril – um conglomerado midiático brasileiro – em conjunto com o grupo de comunicação francês Havas. Contudo, um dos processos que chamou mais a atenção foi a compra da Editora Moderna pelo gigante das comunicações espanhol Prisa, a partir do seu braço editorial Santillana, que, a partir de então, se tornou o líder do setor dos livros didáticos no Brasil durante muitos anos, junto com o grupo FTD, dos irmãos Maristas.

Com a inserção de grupos transnacionais nos mercados dos materiais didáticos brasileiros, vieram novas práticas de produção e vendagem. Uma delas, destacada por Cassiano (2007), foi a produção dos livros em coautoria, algo que já era muito comum em outros países. A especialização na produção das obras, contudo, aparece em outros estudos como um elemento de mal-estar. A dependência das editoras do PNLD como parte substancial do seu lucro, bem como o seu poderio econômico de investimento, fez com que várias estratégias de vendagem também passassem a fazer parte do cotidiano das escolas. A distribuição

de brindes, catálogos e a organização de congressos com os autores ou especialistas em educação direcionadas aos professores são apenas algumas delas. Mesmo com a regulamentação do Governo Federal nos anos posteriores, o aperfeiçoamento das chamadas “práticas predatórias” pereceu, como demonstram diversos estudos empíricos, tensionando a possibilidade de escolha dos professores (Cassiano, 2007; Mantovani, 2009; Martins; Sales; Souza, 2009; Camilo, 2020; Moraes, 2011; Zambom; Terrazan, 2013).

Nem mesmo a mudança de orientação na política nacional fez com a dinâmica de expansão do PNLD fosse alterada¹⁴. Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o Governo Federal brasileiro no ano de 2003. De origem sindical, o político se tornou nacionalmente conhecido ao liderar as greves de metalúrgicos no estado de São Paulo, bem como ao fundar o Partido dos Trabalhadores (PT), junto com diversos movimentos sociais. Após a sua vitória eleitoral no ano de 2002, havia uma grande expectativa, por parte dos seus eleitores, de que a política nacional para a educação fosse elaborada de um modo mais democrático do que nos governos anteriores. Mas, apesar de em certa medida isso se realizar, em relação ao PNLD, alvo de críticas na época, a postura foi de mantê-lo. Sendo assim, ainda que a mudança no governo tenha proporcionado novas inflexões nas políticas curriculares vigentes, a organização e estruturação do PNLD acabaram seguindo os mesmos direcionamentos da gestão de Paulo Renato de Souza.

Silva (2013) destacou a controvérsia em torno do PNLD, mencionando os debates realizados por movimentos sociais e pela comunidade acadêmica nos primeiros anos do governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002- 2010). Apesar das ponderações críticas a esse programa, a tendência predominante assegurou uma base de apoio para a permanência do PNLD e sua expansão, considerando esse programa talvez como um “mal necessário”.

Durante o Governo Lula, algumas normatizações no programa, especialmente no processo de avaliação, se fizeram notar, como a inserção das Universidades Públicas no processo de avaliação das obras. Em relação à ampliação do PNLD, as principais ações nesse período foram: Em 2003, a Resolução CNE/CP, n° 25, instituiu o PNLD do Ensino Médio, que a partir desse momento foi sendo implementado de forma gradativa em 2007; a resolução CD/FNDE, n° 18, que criou

14

o PNLA, Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos, com vistas à distribuição e doação de obras didáticas às instituições parceiras na execução do Programa Brasil Alfabetizado; em 2009, a resolução CD/FNDE, nº 15, que criou o PNLD Educação de Jovens e Adultos; e, já durante a gestão de Dilma Rousseff, a resolução CD/FNDE, nº 40, de 2011, instituiu o PNLD Campo.

1.3 TERCEIRA FASE DO PNLD (2017-2025)

Após quase 30 anos de existência, o PNLD revela indícios de que possivelmente chegou a uma terceira fase da sua história. Essa se estabelece a partir do momento em que o programa não somente é convocado como passa a compor uma parte essencial de uma nova reforma educacional. No mesmo momento em que uma ampla reforma educacional voltou a ser anunciada pelo MEC, numa série de mediações curriculares, reguladas por políticas educacionais no Brasil, também passaram a ser repensadas, como é o caso do PNLD, identificado desde os 90 como um dos principais indutores das políticas curriculares.

A atual reforma é, em boa medida, inspirada na reforma dos anos 1990 que mencionamos no tópico anterior. É orientada por dois documentos normativos principais: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Lei nº 13.415 de 2017, também conhecida como Reforma do Ensino Médio ou Novo Ensino Médio (NEM). A primeira, aprovada no ano de 2018, retoma a proposta inicial dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), ou seja, define os objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento para os estudantes da Educação Básica de todo o território nacional a partir de um conjunto de competências e habilidades de modo que possam ser mensurados pelas avaliações em larga escala. Por esse motivo, o documento aprovado da BNCC estrutura-se por uma listagem de objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento para as três etapas da educação básica, dispostos em códigos alfanuméricos que são replicados para outras mediações curriculares.

A Lei nº 13.415 de 2017, por sua vez, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, estabelecendo – entre outros aspectos – mudanças estruturais no currículo do Ensino Médio. Sustentada pelo diagnóstico de que o alto

índice de evasão nessa etapa de ensino estaria relacionado, primordialmente, a um desinteresse do jovem em relação à educação ofertada, dividiu o currículo do Ensino Médio em duas partes: uma parte comum que todos os estudantes obrigatoriamente deveriam cursar com até 1800 horas e uma parte diversificada com 1200 horas, na qual os estudantes supostamente poderiam escolher um itinerário formativo do seu interesse para se aprofundar.

Essa organização gerou críticas de pesquisadores, movimentos sociais e comunidade acadêmica, que identificaram uma contradição com o princípio de Educação Básica estabelecido na LDB/96. Pois, a ideia de que o estudante seria obrigado a escolher entre um itinerário formativo ou outro negligencia seu direito de ter uma formação ampla e comum, que configurava uma conquista histórica em face da tradicional bifurcação de caminhos que sempre caracterizou essa etapa de ensino no país.

Uma questão ainda mais problemática é o fato de que a Lei nº 13.415 de 2017 desobriga as redes de ensino a ofertarem todos os itinerários formativos que foram propostos inicialmente. Considerando a desigualdade social existente no país e nas redes de ensino, essa determinação tornou impraticável o discurso da liberdade de escolha. E, mesmo na parte comum do currículo, que supostamente seria definida pela BNCC, tradicionais componentes curriculares como História, Geografia, Artes, Educação Física, Biologia, Química e Física foram agrupados em áreas de conhecimentos mais amplas, sendo que Filosofia e Sociologia seriam contemplados no currículo como “estudos e práticas”.

Ambos os documentos (a Lei nº 13.415 de 2017 e a BNCC) foram elaborados e aprovados de forma articulada em um período de grande instabilidade política. Após o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, motivado pelo processo de *impeachment* aberto no final de 2015, boa parte da condução das políticas educacionais no país ficou a cargo de um Comitê Gestor, composto por atores que estiveram presentes na condução e elaboração da reforma dos anos 1990 e que eram bastante articuladas ao “Movimento pela Base Nacional Comum”, composto predominantemente por agentes e entidades do setor privado (Faria, 2022). Por esse motivo vários elementos daquela reforma foram incorporados nas atuais políticas, entre elas a concepção de formação por competências, responsável por certa negligência em relação aos conteúdos.

Difundida nas diretrizes de organismos internacionais, especialmente da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa concepção formativa preconiza a adaptação da formação escolar às demandas oriundas da reestruturação no processo de produção de mercadorias e serviços, mediante o emprego de novas tecnologias que passaram a exigir outras características dos trabalhadores. Passar-se-ia do trabalhador portador de um determinado conhecimento e de direito para o trabalhador flexível que necessita estar em constante atualização. Esse processo de mudança no mundo do trabalho acabou sendo intensificado nas duas primeiras décadas do séc. XXI com o emprego de tecnologias digitais informacionais e inteligência artificial nos processos produtivos, gerando uma grande massa de trabalhadores desempregados que são obrigados a se responsabilizar pelos próprios meios de trabalho.

Daí que o foco e o modelo formativo assumido, nesse contexto de intensas mudanças no mundo do trabalho, tornou-se o empreendedorismo. Pois, embora a preparação para a adaptação social seja uma das funções elementares da escola – conforme define a própria LDB/96 –, reduzir a educação a essa experiência adaptativa acaba por aprisionar os sujeitos no que a situação existente impõe e especialmente no que ela tem de pior (Adorno, 2009). Assim, o resultado da assimilação da formação por competências no processo educacional acaba adotando uma concepção instrumental de conhecimento, se mostrando regressiva em relação aos princípios democráticos e implicando em um grande reducionismo educacional.

Em relação ao PNLD, as implicações dessas mudanças começaram a ser sentidas ainda antes da versão final da Base Nacional Comum Curricular, o que mostra a centralidade que este programa adquiriu no conjunto da reforma educacional. O Decreto nº 9.009 de 2017 propôs algumas alterações nos objetivos do PNLD que passou a incorporar o apoio à implementação da BNCC.

I - aprimorar o processo de ensino e aprendizagem nas escolas públicas de educação básica, com a conseqüente melhoria da qualidade da educação; II - garantir o padrão de qualidade do material de apoio à prática educativa utilizado nas escolas públicas de educação básica; III - democratizar o acesso às fontes de informação e cultura; IV - fomentar a leitura e o estímulo à atitude investigativa dos estudantes; V - apoiar a atualização, a autonomia e o desenvolvimento profissional do professor; e VI - apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017).

Entre as alterações mais objetivas no programa foi a ampliação nos recursos que podem ser adquiridos, abrangendo para além dos tradicionais livros didáticos, uma série de outros recursos educacionais. Os indícios mais claros sobre quais seriam as mudanças, contudo, foram divulgados no Edital do PNLD do Novo Ensino Médio, etapa de maiores reformulações, na qual se evidenciaram ao menos duas direções para as alterações: 1) nas mudanças acerca das orientações sobre o conteúdo e a organização das obras e 2) na ampliação do próprio entendimento da função dos materiais didáticos, evidenciando a possibilidade de ampliação da atuação do mercado editorial neste programa.

Dessa forma, a vinculação com a necessidade de induzir à implementação da atual reforma educacional, cuja lógica está firmada em uma razão de tipo instrumental, e mediada pelo imperativo do lucro da indústria cultural (os oligopólios editoriais), o PNLD parece se converter no contrário do que se propõe formalmente. Os indícios ora sinalizados impõem a necessidade de colocar essa política social sob novos termos, sob o ponto de vista do que escapa à sua totalidade conceitual.

As alterações mencionadas não passaram despercebidas por instituições ligadas à educação. Exemplo disso foi a nota técnica publicada no ano de 2021 pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação (CONIF) formado por 41 instituições federais. Na nota, o CONIF manifestou uma grande preocupação com o novo PNLD/EM 2021, compreendendo que as mudanças realizadas no programa poderiam colocar em cheque o horizonte formativo emancipatório que deveria ser inerente a esse programa.

Até então, os livros didáticos mantinham a identidade e os pressupostos basilares de campos disciplinares historicamente constituídos e, longe de reproduzirem visões de mundo enclausuradas e segmentadas em matrizes disciplinares, vinham avançando em seu conteúdo programático, bem como na constituição de pontes entre o conhecimento escolar e os inúmeros desafios do mundo contemporâneo. Entretanto, com a Reforma do Ensino Médio, a implementação da Base Nacional Curricular Comum e a consequente necessidade de adequações curriculares dos sistemas de ensino nacionais, o PNLD acabou trilhando um novo caminho, colocando em xeque um projeto que, apesar dos desafios inerentes a todos os materiais didáticos, ainda tinha em seu horizonte a opção por uma educação emancipadora.(...) Nesse sentido, os livros do PNLD, especialmente os relativos ao objeto 2, mostram-se extremamente problemáticos no atendimento aos pressupostos basilares da Rede Federal, comprometendo frontalmente os princípios demandados pela formação integral e de qualidade. Sugerindo uma preocupante indistinção entre o protagonismo e o individualismo competitivo, entre a preparação para o mundo do trabalho e a legitimação de relações precarizadas sob a égide do

empreendedorismo, entre a interdisciplinaridade e a dissolução da identidade de saberes historicamente constituídos, as obras parecem não assegurar minimamente uma abordagem capaz de contribuir para a formação humanística, científica e tecnológica de nossos estudantes (Conif, 2021).

No mesmo ano, educadores e educadoras constituíram a Frente Nacional por um PNLD democrático, mediante uma carta manifesto que denunciava vários dos aspectos do novo PNLD/EM. Por meio dessa frente, foram realizados webinários formativos, com a participação de professores universitários, pesquisadores, estudantes e docentes da educação básica que abordaram a importância do PNLD, assim como a necessidade de que práticas mais participativas fossem implementadas.

Para Höfliing (2000), o crescimento na concentração do investimento público em pequenos grupos editoriais poderia comprometer o princípio democratizante desse programa. Afinal, uma das causas e consequências do acirramento da relação de codependência entre Estado e o mercado de didáticos na operacionalização do PNLD é que os contornos dados a esse programa tenderiam a ser cada vez mais mediados pelos interesses econômicos que o perpassam e, que muitas vezes não vão na direção do interesse público.

Soma-se a esse aspecto também o fato do próprio livro didático, que até o momento organizava-se a partir do conhecimento historicamente construído pela humanidade, estar agora vinculado, necessariamente, ao desenvolvimento de uma subjetividade empreendedora. Com isso, deixa de ser um “bem” com o status de garantidor de direitos sociais. A oferta do livro didático pelo governo brasileiro poderia convergir, assim, para o que Dardot e Laval (2016) afirmam ser uma relação de transação entre um subsídio público ao mercado e o desenvolvimento de um comportamento esperado para o sujeito.

Em ambas as dimensões se observa uma concepção de política social que instrumentaliza o seu propósito no sentido da integração à sociedade e da maneira como ela se apresenta. Desse modo, se no passado a oferta de livros didáticos era vinculada a uma promessa de assistência social para a superação das desigualdades existentes e, assim, assegurava uma liberdade política, no atual contexto ela corre o risco de se tornar o inverso: uma espécie de política de

abandono assistido na qual o acesso aos bens culturais se torna uma duplicação da realidade e um meio de conformação social.

1.4. RESUMO DO CAPÍTULO

No presente capítulo abordamos o movimento dialético do PNLD nas últimas décadas. Utilizando a Crítica Imanente como um princípio metodológico, colocamos em evidência as potencialidades, desafios e contradições que permeiam um programa desta natureza ao longo do tempo. Nesse movimento, a aspiração de universalizar obras didáticas como modo de promoção de uma emancipação política acaba entrando em conflito com compromissos imediatos referentes a necessidade de adaptação social. A partir desta análise, ficou ainda mais evidente algo que já era apontado pela literatura acadêmica especializada: no Brasil, a política de garantia do acesso aos livros e materiais didáticos passou por diferentes fases ao longo da sua história.

A divisão utilizada para a organização textual e para a análise tomou como referência inicial o trabalho de Cassiano (2007). No entanto, compreendendo a necessidade de ampliar essa formulação, foram acrescentados outros elementos que consideramos fundamentais para a interpretação dos sentidos do programa, e, ao final, atualizamos as fases do PNLD apresentando a hipótese de que o programa teria chegado a um novo período da sua história.

Em um primeiro momento, mesmo proclamando-se assistencial – política voltada essencialmente para o enfrentamento das desigualdades sociais como forma de subsídio à emancipação política da população – a oferta de livros didáticos não foi universalizada e algumas localidades mais pobres do país concentraram a maior parte de obras distribuídas. Junto com isso, denúncias sobre irregularidades no programa, a escolha pela não produção pública das obras e a falta de regulamentação sobre o seu conteúdo acabaram caracterizando-o como um programa intimamente mediado por compromissos políticos conflitantes e objetivos muito mais particulares do que coletivos. De todo modo, já nesse momento, o programa deu indicativos da sua grandeza, tornando-se um marco na política educacional brasileira.

Na segunda fase deste programa, ainda que muitos dos seus problemas operacionais tenham sido resolvidos, o PNLD adquiriu um novo sentido. Mais do que uma política com as marcas do que de mais próximo o país teve de um Estado de bem-estar social, o programa passou a ser concebido como um instrumento gerencial de controle da implementação de uma reforma curricular com forte influência da racionalidade neoliberal. Nesse momento, a manutenção da produção privada de livros didáticos contribuiu para a formação de um oligopólio, e, em consequência, estabeleceu-se uma relação de codependência entre Governo Federal e mercado editorial que passou a tensionar de forma substancial os fundamentos democráticos deste programa. Curiosamente, também foi nesse período que o PNLD foi universalizado e se estabeleceu uma fonte de recursos regulares para o seu financiamento.

Por fim, a partir de indícios que tomamos conhecimento em uma pesquisa exploratória, a terceira seção do capítulo permite reafirmar a hipótese de que, na contemporaneidade, o PNLD chegou a uma terceira fase da sua história. Nessa, ao mesmo tempo em que há uma ampliação significativa nos recursos didáticos (e possivelmente dos recursos financeiros) e a promessa de contribuir para uma melhoria das condições de ensino, ampliar as possibilidades de acesso à cultura e garantir o direito à cidadania, a vinculação do programa aos princípios formativos da BNCC e do NEM, cuja lógica é um tipo de racionalidade instrumental, e mediada pelo imperativo do lucro do mercado editorial, converte esse programa também no contrário do que se propõe formalmente.

Nos próximos capítulos trataremos desses elementos por meio de uma análise empírica. Antes, no entanto, é necessário explicitar os subsídios teóricos que contribuíram para o desenvolvimento deste estudo.

2. RACIONALIDADE INSTRUMENTAL E POLÍTICAS SOCIAIS

Originalmente, a constituição da política foi pensada como uma expressão de princípios concretos fundados na razão objetiva; as ideias de justiça, igualdade, felicidade, democracia, propriedade deveriam corresponder à razão, emanar da razão. Posteriormente, o conteúdo da razão é arbitrariamente reduzido ao escopo de uma mera parte desse conteúdo, à moldura de apenas um de seus princípios: o particular toma o lugar do universal.

Max Horkheimer

Afirmamos anteriormente a nossa hipótese de que inerente à reestruturação do Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio há uma tendência de recrudescimento de uma racionalidade instrumental, e que esta se manifesta objetivamente nas mudanças que foram implementadas no programa com o objetivo de induzir à implementação do Novo Ensino Médio (NEM) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para que possamos prosseguir em nossa análise, é necessário, portanto, que apresentemos alguns dos aspectos constitutivos desse conceito (razão instrumental), assim como as possíveis mediações que lhe conferem atualidade e potencial analítico para o fenômeno estudado.

No presente capítulo estabelecemos diálogo com os filósofos frankfurtianos Theodor W. Adorno e Max Horkheimer tomando como referência sua crítica à racionalidade instrumental. Buscamos avançar nessa discussão tecendo algumas considerações sobre esse conceito na sociedade neoliberal por meio das contribuições de Dardot e Laval (2016) e Brown (2019). Tratamos também da tese da emergência de um novo gênero de políticas sociais, mediada por um pensamento instrumental, na qual as políticas perdem vinculação com fundamentos democráticos. Por fim, apresentamos os subsídios metodológicos da noção de crítica imanente de Adorno (1988; 2009), discutindo suas características, contribuições e repercussões para o desenvolvimento desta pesquisa.

2.1. A CRÍTICA DA RAZÃO INSTRUMENTAL

Se aproximava o fim da Segunda Guerra Mundial quando os intelectuais judeus-alemães Theodor Adorno e Max Horkheimer, então exilados nos Estados Unidos da América (EUA), começaram a desenvolver um trabalho em conjunto que deu origem a um dos maiores clássicos da filosofia do séc. XX: *Dialektik der Aufklärung* ou *Dialética do Esclarecimento* (título em português), publicada pela primeira vez em 1944. Para o biógrafo Jay (2008), a colaboração entre os dois frankfurtianos nos anos de 1940 resultou em uma crítica tão profunda ao pensamento ocidental que todos os seus trabalhos posteriores foram apenas uma espécie de “aclarção adicional”. O que ambos buscavam compreender era o porquê da humanidade, ao invés de entrar em um estado “verdadeiramente humano”, se afundou em uma nova espécie de barbárie (Adorno, Horkheimer, 1985).

Na Europa, o nazifascismo havia dado provas suficientes de que o incrível progresso técnico, diferentemente do que propunham os precursores da revolução científica, não repercutiram necessariamente em melhores condições de vida para a maioria das pessoas. Os mesmos recursos que, em sua origem, prometiam aliviar a vida humana, estavam sendo usados intencionalmente para exterminar milhares de pessoas, de diferentes culturas e etnias por motivações irracionais. Para Adorno e Horkheimer (1985), esse fenômeno possuía raízes muito mais profundas do que aparentava em um primeiro momento.

Podendo ser chamados amplamente de “marxistas”, Adorno e Horkheimer, porém, sempre se opuseram a uma aplicação dogmática da teoria de Karl Marx, em que a interpretação da realidade parte do entendimento de que a política e a cultura (superestrutura) eram determinadas inteiramente pelas relações de produção (infraestrutura). O contato direto com a autonomia relativa da esfera política na sociedade alemã do Terceiro Reich contribuiu para que Adorno e Horkheimer partilhassem dessa oposição e, durante o exílio nos Estados Unidos, ela se solidificou e repercutiu em posições ainda mais elaboradas pelos autores (Jay, 2008).

Imersos no contexto norte-americano do início do séc. XX, Adorno e Horkheimer identificaram a existência de uma integração voluntária, e cada vez

maior, da classe trabalhadora à ordem social capitalista responsável pelo seu estado de sujeição. Essa integração voluntária ocorria, em boa medida, mediada por uma ampliação nas possibilidades de vários bens de consumo, especialmente os chamados “bens culturais”, que, em um período anterior, eram restritos à classe dominante. Essa experiência foi decisiva para o estabelecimento de um novo programa de pesquisa que se tornou a marca da “Teoria Crítica/Escola de Frankfurt”: a análise dos fundamentos da razão ocidental (Jay, 2008).

Diante da necessidade objetiva – e pessoal – de compreender os motivos da barbárie, somente as teses clássicas do materialismo marxiano não eram suficientes. Foi preciso que os autores ampliassem a investigação, alterando o enfoque essencial da história da luta de classes para uma contradição ainda mais profunda: a relação dialética entre os seres humanos e a dominação da natureza que expressa o processo de progresso e regressão da razão (Jay, 2008).

É de se estarrecer a constatação de que atualmente temos condições objetivas de eliminar a fome da face da terra e ao invés disso observamos a reprodução da miséria e da barbárie (Zuin; Pucci; Oliveira; 2008. p.47).

Hoje, apenas presumimos dominar a natureza, mas, de fato, estamos submetidos à sua necessidade; se, contudo, nos deixássemos guiar por ela na intervenção, nós a comandaríamos na prática (Adorno; Horkheimer, 1985. p. 17).

Na *Dialética do Esclarecimento*, de 1947, Adorno e Horkheimer (1985) evidenciam que a essência da contradição entre o progresso técnico e a civilização – que ambos sentiram na pele sendo judeus alemães no séc. XX – era mais antiga do que aparentava em um primeiro momento. Para a compreensão do teor desta tese, é necessário que tenhamos atenção ao sentido pouco usual que os autores conferem à palavra do idioma alemão *Aufklärung*, por vezes traduzida para o português como “esclarecimento” e outras como “iluminismo”.

De acordo com os autores, *Aufklärung* não remetia apenas ao momento filosófico que conhecemos popularmente como “época das luzes” e/ou “iluminismo”. Tratava-se, mais precisamente, de todo o processo pelo qual os seres humanos buscaram se libertar do medo das forças da natureza pela razão. *Aufklärung* era uma disciplina de poder que, segundo eles, já poderia ser encontrada nos primeiros mitos e rituais das civilizações antigas.

Mas os mitos que caem como vítimas do esclarecimento já eram produtos do próprio esclarecimento (...). Os mitos, como os encontraram os poetas trágicos, já se encontram sob o signo daquela disciplina e poder que Bacon enaltece como o objetivo a se alcançar (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 20).

As danças, representações, pinturas corporais e objetos simbólicos que compõem muitos dos rituais antigos que ainda são realizados por diferentes povos não são apenas simples representações lúdicas. Tratam-se de formas de influenciar a realidade, incluindo a natureza e os outros seres humanos, fundamentando-se em conjuntos de regras e normas sobre como é possível obter esse poder. Essa lógica também está presente nos mitos que surgiram com a sistematização desse conjunto de práticas, afinal, os mitos nunca foram apenas histórias de ficção, mas formas de explicar, relacionar-se e dominar os fenômenos que estão imbricados na vida humana.

Por esse motivo, tanto os rituais quanto os mitos foram compreendidos, por Adorno e Horkheimer (1985), como um primeiro estágio do esclarecimento (*Aufklärung*), uma espécie de antecipação da ciência moderna, uma vez que em sua lógica interna estava a busca pela autopreservação do ser humano através da razão. Ambos os processos se fundamentam no entendimento de que, mesmo que os seres humanos estejam submetidos às leis e forças da natureza, é possível manipulá-las em seu favor, libertando-se do medo das ameaças internas e externas. Para os autores, “no sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 17).

Todavia, isso não significa que a magia, os mitos e a ciência sejam consideradas atividades totalmente idênticas para Adorno e Horkheimer (1985). Foi a análise tanto da distinção quanto da semelhança de tais práticas que os permitiu perceber que, no processo de busca pela libertação do medo da natureza, mesmo que progressos impressionantes tenham sido realizados, a racionalidade humana também regrediu. Em outras palavras, o processo histórico da dialética do esclarecimento – no sentido de um progresso da razão – não conduz necessariamente a uma superação qualitativa da racionalidade de períodos

anteriores, pois “o mito já é esclarecimento e o esclarecimento acaba por reverter à mitologia” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 15).

Um dos elementos regressivos e centrais da dialética do esclarecimento encontra-se naquilo que Adorno e Horkheimer (1985) chamaram de não-identificação ou não semelhança total entre as necessidades humanas e a relação razão/poder. Os autores ponderam que, mesmo que os rituais e mitos antigos possuíssem várias formulações e princípios que historicamente se provaram falsos, neles ainda não havia uma pretensão de tornar equivalente às demandas humanas de autopreservação com o poder e a verdade que era própria do mundo externo. Na magia, a influência sobre a natureza tinha como princípio, ao mesmo tempo, uma identificação e uma distinção entre os seres humanos e suas deidades; e é justamente dessa distinção que é o motivo da crise da razão.

Isso se torna mais compreensível quando analisamos a dinâmica dos rituais mágicos. Nos rituais, homens e mulheres tornam-se semelhantes à natureza, imitando-a por meio de gestos, sons, máscaras e pinturas corporais. Acredita-se que, por meio da imitação da natureza (mimese), seria possível se apropriar do poder misterioso da natureza e usá-lo em benefício próprio. Mas o que gera essa percepção não é o entendimento de que os seres humanos são equivalentes à natureza. A percepção de que essas práticas poderiam ser exitosas em seus propósitos se dava pelo entendimento de que entre os seres humanos e a natureza havia uma relação de parentesco e consubstancialidade. O objetivo do ritual é preservar e promover essa relação, cessando qualquer tipo de hostilidade entre os seres humanos e a natureza e permitindo o recebimento de favores.

Vemos, assim, que na magia e no mito, o ato de tornar-se semelhante à natureza não advém da compreensão de que os seres humanos poderiam substituir as deidades naturais e se apropriar totalmente dos seus poderes. Ao contrário, o poder, a sabedoria e o conhecimento são compreendidos como sendo um domínio predominantemente do mundo exterior, de tal forma que os seres humanos realizam sacrifícios, uma submissão calculada com o fim de autopreservação. Rituais são cerimônias organizadas pelos seres humanos que buscam, por meio do sacrifício e da mimese, dominar os deuses, respeitando as suas próprias leis e normas. Sua astúcia encontra-se na ideia de que, sendo necessário e inevitável cumprir as regras

estabelecidas pelas autoridades externas poderosas, é possível não sucumbir (Zuin; Pucci; Oliveira, 2008).

No texto “O conceito de esclarecimento” – que abre a *Dialética do Esclarecimento* e é considerado por Adorno e Horkheimer, o fundamento teórico de toda a crítica frankfurtiana – os autores demonstraram que, ao longo do tempo, o pensamento humano se tornou progressivamente autônomo em relação à objetividade, perdendo a sua capacidade autorreflexiva. Se, como afirmamos, na magia, rituais, mitos e até mesmo na metafísica clássica, a distinção entre poder e a razão humana estava presente no esclarecimento, isso mudou decisivamente durante o período do Iluminismo.

A partir do séc. XVII, a insatisfação crescente da população diante da opressão que era exercida pelos monarcas absolutistas e pela igreja católica impulsionou uma busca por um outro paradigma para o conhecimento. Junto com a crítica à busca por verdades e princípios universais metafísicos, entendida como uma forma de dominação e perda de energia, o movimento iluminista passou a depositar toda a fé dos seres humanos em sua racionalidade subjetiva. Nessa fase, o esclarecimento instaura uma luta contra as pretensões do conhecimento metafísico-teológico, acusado de credice e projeção do medo humano.

Um dos grandes representantes do espírito iluminista, Immanuel Kant escreveu em 1782 um breve ensaio intitulado: “*Resposta à pergunta o que é o esclarecimento (aufklärung)?*”, no qual afirmou que era chegada a hora do homem sair do seu estado de minoridade e tutela. Para Kant, o estágio de minoridade do ser humano não era resultado de uma ausência de capacidade, mas do seu medo e da covardia; sendo esse “ser menor” o motivo do atraso e da má sorte. Kant, defendeu, então, a necessidade de que o homem se emancipasse desenvolvendo a capacidade de fazer uso do seu intelecto sem a direção de outrem, ou seja, sem a submissão ao mundo externo.

Mesmo partilhando do entendimento de que havia nesse desejo por emancipação um núcleo de verdade, Adorno e Horkheimer mostraram que ao criticar as pretensões metafísicas do conhecimento, os seres humanos foram obrigados a desenvolver a noção de objetividade própria, pautada exclusivamente em sua racionalidade subjetiva, o que se radicalizou no positivismo. Uma vez que toda a validade do conhecimento dependia exclusivamente da racionalidade subjetiva

movida pela autopreservação, estabeleceu-se, assim, um distanciamento do mundo exterior que gerou uma enorme crise da razão.

O humanismo característico da época das luzes, defende que o homem não precisa de qualquer padrão ou princípio a não ser o seu próprio. Acima de todo e qualquer princípio, dos deuses condenados como mito, se eleva o princípio subjetivo de autopreservação. Contudo, em paralelo a esse aumento de independência, emergiu também um elemento regressivo, um aumento de passividade e uma perda de reflexividade, manifesta sobre a forma de crise da razão (Horkheimer, 1947, p. 65)

O que os autores chamam de crise da razão consiste no fato de que, à certa altura, o pensamento humano se instrumentalizou tornando-se incapaz de conceber a existência de uma objetividade para além dos seus fins de dominação, ignorando e rompendo a não-identidade total entre pensamento humano e razão objetiva (Horkheimer, 1947). Assim, no mesmo momento em que o interesse pela autopreservação foi aumentando, o interesse pelo mundo foi diminuindo (Adorno; Horkheimer, 1947).

Para Adorno e Horkheimer (1985), o que a ciência moderna fez não foi uma superação linear em relação à magia e os mitos, mas uma inversão da relação estabelecida anteriormente. Ao invés da submissão calculada e sacrificial, houve um distanciamento e, ao mesmo tempo, submissão da natureza ao imperativo de dominação patriarcal dos seres humanos. E o preço pago por esse “aumento de poder” foi uma grande perda da reflexividade, a necessidade clássica do pensamento de pensar sobre si mesmo, pois só “pensamento que é violento com si mesmo é duro o suficiente para destruir os mitos” (Adorno; Horkheimer, 1985).

Ao criticar a irracionalidade da magia e do mito, o esclarecimento excluiu também o princípio de que as coisas possuem qualidades próprias para além da necessidade dos seres humanos de submeter os céus e a terra à sua necessidade e autopreservação. A exclusão dos elementos objetivos da razão ocorreu porque, como escreveram Adorno e Horkheimer, na autoridade dos conceitos e princípios universais objetivos os homens ainda enxergavam o reflexo do seu medo. E uma vez que os deuses não puderam livrar os homens desse medo por meio dos rituais e sacrifícios, presumiu-se que a liberdade seria alcançada quando não existisse mais nenhuma qualidade oculta e além das pretensões humanas (Adorno; Horkheimer, 1985).

Assim, na razão moderna, o que os seres humanos passam a querer saber da natureza não é mais a verdade, os princípios e as causas primeiras. O único critério de validade para a razão e para o conhecimento tornou-se o provimento de novos inventos, recursos e técnicas a fim de auxiliar a vida. E para melhor prover e auxiliar a vida, não poderia haver mais nenhum mistério, e tampouco o desejo da sua revelação (Adorno; Horkheimer, 1985. p.18). Mas a renúncia da objetividade subjacente à magia, ao mito, à religião e à metafísica fez com que o foco da razão se deslocasse das causas primeiras para as leis da natureza, isto é, apenas para a apreensão das dimensões espaço-temporais e das regularidades da matéria, na medida em que estas permitem ao homem agarrá-las, prevê-las e usá-las em benefício próprio: “o que o homem quer saber da natureza é apenas como dominá-la e dominar os outros homens” (Adorno; Horkheimer, 1985.)

Se a distância em relação àquilo a que o poder é dirigido, o objeto/natureza, foi o que garantiu o êxito da dominação dos seres humanos, a sua consequência foi um enorme vazio. Todo o mundo externo passou a ser apreendido como um emaranhado caótico de matéria, que deve ser decomposto e classificado pela razão. Nada poderia ficar de fora do pensamento esclarecedor; nada poderia ser distinto. Tudo o que não se submetesse a esse critério de classificação, coordenação e calculabilidade passou a ser considerado suspeito para a razão. Desse modo, o homem se comporta com o objeto do mesmo modo que o dominador se comporta com o homem, ele só o conhece a partir do momento em que pode dominá-lo totalmente, transformando o seu ser em si em um ser para si.

O preço pago pela identidade de tudo com o pensamento ordenador (instrumental) é que nada efetivamente pode ser conhecido. A substitutividade, que era própria da mimese realizada nos rituais mágicos, foi levada a fim na ciência, convertendo-se em um consumo universal.

O eu, que aprendeu a ordem e a subordinação em geral com a sujeição ao mundo, não demorou a identificar a verdade em geral com o pensamento ordenador, e essa verdade não pode subsistir sem as rígidas e diferenciações daquele pensamento ordenador. Juntamente com a magia mimética, ele tornou tabu o conhecimento que atinge efetivamente o objeto (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 25).

No estágio avançado do esclarecimento, a essência do saber humano passou a ser compreendida como a técnica, o instrumento e a operação matemática

abstrata. O esclarecimento renunciou à capacidade de conhecer e determinar os fins, princípios e objetivos supremos da vida. Adorno e Horkheimer (1985) afirmam que o que lhe restou foi reduzir tudo o que encontrava a um mero instrumento. A sua atividade remanescente se tornou uma perpetuação de meios para fins que devem ser admitidos, a priori, como razoáveis, tornando o pensamento apenas um instrumento para finalidades irrefletidas.

A matemática tornou-se o ritual do esclarecimento, transformando o próprio pensamento em uma coisa. Até mesmo aquilo que não se deixa necessariamente compreender pela fórmula matemática é cercada por teoremas, como no caso dos fenômenos sociais cujo modelo das ciências naturais deu origem à sociologia moderna¹⁵ (Adorno, 2008). É justamente esse processo que os autores chamam de instrumentalização da razão. Para Adorno e Horkheimer, a inverdade da razão instrumental não está no seu procedimento em si, no método analítico, mas na decisão antecipada de todo o processo de apreensão independente do seu objeto. Quando, no procedimento matemático, o desconhecido se torna uma incógnita de uma operação, ele se vê caracterizado como muito conhecido, antes mesmo que se introduza qualquer valor (Adorno; Horkheimer, 1985).

Sem qualquer consideração sobre si mesmo, o pensar se tornou um processo automático, emulando (imitando) a própria máquina que ele produz para que essa possa substituir o ser humano. E o mesmo distanciamento utilizado para dominar a natureza externa, sob o qual se funda a conquista do seu poder, foi usado também em relação à natureza interna humana.

Em *Eclipse da razão* (1947) Horkheimer afirma que a busca desesperada pela autoconservação de si mesmo, sem um si mesmo – ou seja, um esvaziamento do ego – é a maldição do esclarecimento, uma espécie de vingança da natureza. Perdendo toda a sua autonomia, a razão passou a ser compreendida simplesmente como a capacidade de adequação de meios para fins previamente determinados por outras forças. Na modernidade, princípios como justiça e liberdade, ainda que permaneçam a ser anunciados, perdem cada vez mais a vinculação com as suas origens intelectuais. Afinal, sob o primado da razão instrumental, dizer que uma finalidade é melhor do que outra soa como supersticioso.

¹⁵ Este ponto é muito bem desenvolvido por Adorno em um curso ministrado em 1968, na Universidade de Frankfurt, publicado em língua portuguesa com o título “Introdução à Sociologia” (2008).

Assim, a conclusão à qual os autores chegaram foi a de que, a cada passo que o esclarecimento (progresso da razão) deu para superar os mitos e se livrar do seu estado de tutela, ele acabou por chegar a uma forma ainda mais profunda de submissão e mitologia. Pois, quando a razão consiste única e simplesmente em uma atividade coordenadora de meios, ela pode servir para qualquer fim. Tornou-se incapaz de afirmar racionalmente que um regime democrático é melhor em si do que um regime ditatorial, formalizando conceitos e princípios criados pela capacidade reflexiva. A mesma faculdade que é capaz de criar vacinas e salvar vidas pode ser usada para criar a câmara de gás e a bomba atômica. E, à medida em que o sujeito perde a sua capacidade de autorreflexão, o mal-estar gerado por essa contradição torna-se propício de ser mobilizado para fins de manipulação política, vingando-se, de modo delirante, em objetos substitutivos.

Pelo fato da instrumentalização da razão e barbárie não poderem ser compreendidas apenas como um processo mental, uma patologia psíquica, é que Adorno afirmou, nos anos 60, que mais preocupante do que o surgimento de partidos neonazistas na Alemanha era a manutenção das condições de vida que o gerou¹⁶. Devemos considerar que tais condições permanecem intactas. Tal como no capitalismo monopolista nascente no séc. XX, sob o primado do neoliberalismo atual, frequentemente os sujeitos são submetidos a processos heterônomos que se impõe sobre eles, dos quais se sentem praticamente impotentes, e cuja única saída aparente é uma adaptação irrestrita. Essa tendência faz com que, muitas vezes, o sistema econômico-social humano ocupe o lugar das antigas deidades, se comportando em relação ao sujeito como uma espécie de máquina que ejetou o piloto (Horkheimer, 2015).

¹⁶ “Considero a sobrevivência do nacional-socialismo na democracia como potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência de tendências fascistas contra a democracia. A corrosão por dentro representa algo objetivo; e as figuras ambíguas que efetivam o seu retorno só o fazem porque as condições lhes são favoráveis”. (Adorno, 2024. p.32).

“A sobrevivência do fascismo e a tão falada elaboração do passado, hoje desvirtuada em sua caricatura como esquecimento vazio e frio, devem-se à persistência dos pressupostos objetivos que geraram o fascismo. Este não pode ser produzido meramente a partir de disposições subjetivas. A ordem econômica e, seguindo o seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não emancipação. Se as pessoas quiserem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma que remete a ideia de democracia; conseguem sobreviver apenas na medida em que abdicam seu próprio eu”. (Adorno, 2024. p. 46).

Em seu ensaio *Meios e fins*, publicado em 1947, Horkheimer analisa a dialética da razão humana e em que medida a tendência de uma razão se formalizar não conteria germes que contrariam seus objetivos. Inicia com uma reflexão sobre a tendência predominante da instrumentalização da razão a partir do seguinte exemplo:

Hoje, quando você é intimado por um tribunal de trânsito, e o juiz lhe pergunta se o seu modo de dirigir era razoável, ele quer dizer: você fez tudo que estava ao seu alcance para proteger sua vida, sua propriedade e a de outras pessoas e para obedecer à lei? Ele assume implicitamente que esses valores devem ser respeitados. O que ele questiona meramente é a adequação do seu comportamento nos termos desses padrões em geral reconhecidos. Na maioria das vezes ser razoável significa não ser obstinado, o que por sua vez significa conformidade com a realidade tal como ela é (Horkheimer, 2015, p.18)

A conformidade cega a todas as forças econômicas e sociais se apresenta como única alternativa para a razão instrumentalizada. E, quanto mais tímido se torna o conceito de razão, mais facilmente essa razão se presta à manipulação ideológica (Horkheimer, 2015). A conclusão é que quando o conceito de razão é reduzido a uma mera atividade técnica de coordenação de meios, incapaz de determinar racionalmente os seus fins, pode ser mobilizado para a propagação de mentiras e servir a objetivos delirantes, tal como no caso do nazismo. Nesse aspecto está a contradição do progresso da razão e a sua regressão em uma nova espécie de mitologia.

A recusa da dimensão teleológica da razão deixou os sujeitos à mercê das forças sociais e econômicas que “vestem as roupas” das antigas deidades, sendo concebidas como poderes naturais cegos que se impõe sobre o homem, dos quais, para que ele possa se preservar a única coisa que resta é o ajustamento. O pensamento subjetivo que excluiu a alma da natureza, domina essa natureza excluindo a si mesmo como um animista. O resultado final é, de um lado, um sujeito vazio de toda substância a não ser do seu objetivo de transformar tudo em um meio para a autopreservação, e de outro, uma natureza degradada e vazia, concebida como um mero material a ser dominado, mera coisa sem qualquer propósito (Horkheimer, 2015, p. 110).

Sendo uma forma de razão dominante em diferentes contextos contemporâneos, em termos educacionais, o emprego da racionalidade instrumental

pode ser verificado em projetos que pregam – de um modo mais ou menos explícito – a conformidade cega à vida tal como ela se apresenta. Uma formação nessa direção vai ao encontro do que Adorno chamou de semiformação (2009), que não se trata apenas de uma formação parcial, mas sim de uma formação regressiva que se confunde com a profissão de fé a um dogma religioso do qual não reflete e que lhe causa dano. Análises desse fenômeno no contexto educacional brasileiro e mundial foram apresentadas em diferentes obras como *Indústria Cultural e educação: O novo canto da sereia* (1999) de Antônio Álvaro Soares Zuin, *Pedagogia sem sujeito: qualidade total e neoliberalismo na educação* (2003) de Sinésio Ferraz Bueno e em *Currículo e competências: a formação administrada* (2008) de Monica Ribeiro da Silva.

Conforme destacou Horkheimer (2015), a instrumentalização da razão tende a ser uma forma subjetiva predominante quanto mais os horizontes de uma vida segura e realizada são reduzidos, algo que se observa de um modo cada vez mais preciso no neoliberalismo. Sendo assim, a crítica à razão instrumental, apesar de ter sido elaborada nos anos 1940, segue sendo uma importante contribuição para a análise dos sentidos dos fenômenos sociais que permeiam a vida no séc. XXI, especialmente no que diz respeito aos temas relacionados à formação e à racionalidade humana.

2.2. NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS SOCIAIS

Afirmamos que as condições objetivas que deram origem ao fenômeno da regressão da razão analisado por Adorno e Horkheimer no séc. XX. não mudaram em sua essência. Mas, ainda que muitos dos elementos apresentados pelos autores tenham atualidade, não seria coerente e nem oportuno para os nossos propósitos analíticos adotá-los como verdades absolutas. Se, conforme apontou Adorno (2009), todo conceito tem um núcleo temporal de verdade, para que a crítica da razão instrumental possa contribuir para análise das tendências inerentes ao novo PNLD/EM, é necessário que realizemos uma breve mediação considerando as especificidades do nosso objeto e momento histórico.

É comum que em algumas análises sociológicas o paradigma neoliberal, predominante no Brasil a partir dos anos 1990, seja compreendido como uma doutrina econômica pautada na privatização dos bens públicos e redução do Estado (Saad Filho e Morais, 2019). Nesta concepção, se trataria apenas de uma espécie de retomada do projeto político-econômico liberal clássico motivada pela crise nos modelos de Estado de bem-estar social orientados pela garantia dos direitos sociais. Apesar desta interpretação não estar totalmente incorreta, ela tem se mostrado cada vez mais insuficiente para a compreensão de muitos dos fenômenos que permeiam a vida social contemporânea, especialmente para análise das políticas sociais como o PNLD.

Há, contudo, uma outra maneira de compreender esse fenômeno que parece ser mais fértil em termos analíticos, e que possui grande interface com a crítica de Adorno e Horkheimer (1985), a racionalidade instrumental. Sem desconsiderar o forte apelo político à privatização dos bens públicos, Brown (2019) e Dardot e Laval (2016) defenderam que o neoliberalismo não poderia ser compreendido se fosse considerado apenas como uma doutrina econômica. Para os autores, o neoliberalismo deveria ser visto também como uma racionalidade que adota dois elementos fundamentais a priori: 1) a concorrência como um princípio fundamental e 2) a empresa ou o empreendedorismo como um modelo de subjetividade a ser estendido para todas as esferas da vida.

A noção ampliada de neoliberalismo como uma racionalidade permite aos autores explicar algo que escapa às análises reducionistas e que é fundamental para a compreensão das mudanças realizadas no PNLD: - *Como é possível que políticos com clara orientação neoliberal, por vezes, defendam uma ampliação da intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais?* Além disso, permite também reconhecer a característica própria dessa racionalidade enquanto uma derivação de uma racionalidade instrumental e suas implicações para o sentido de política social. Trataremos destes aspectos a seguir. Em primeiro lugar é oportuno diferenciarmos o neoliberalismo do liberalismo clássico.

O liberalismo clássico, enquanto uma doutrina política, tinha como objetivo principal libertar os seres humanos da submissão à estrutura social medieval que era amplamente justificada e reforçada pelo domínio da igreja e pelo conhecimento metafísico escolástico que se produzia até então. Como o seu próprio nome indica, a

doutrina liberal tinha como princípio fundamental a liberdade individual. Em oposição às formas de sujeição a autoridades externas, reconhecia que os seres humanos eram dotados de uma capacidade racional que os tornava os únicos responsáveis legítimos por definir seu próprio destino. Sob a concepção liberal, nenhuma autoridade poderia desrespeitar a individualidade humana, sendo responsabilidade da sociedade e do Estado eliminar todos os obstáculos para o exercício da liberdade.

Para o filósofo liberal John Locke, apenas uma forma de intervenção do Estado na economia seria legítima, aquela que se orientasse pela limitação das possibilidades de restrições mais amplas às liberdades individuais e o livre exercício do potencial racional de autodeterminação humana. Por esse motivo, o liberalismo admitia também a necessidade da oferta de uma educação pública ainda que restrita à infância com o objetivo de garantir o aprendizado de aspectos básicos para a vida social. É justamente esta fé na capacidade racional do ser humano, própria do iluminismo, que diferencia a doutrina liberal clássica do neoliberalismo contemporâneo.

A análise minuciosa da obra de um dos principais expoentes do neoliberalismo, Friedrich Hayek, permitiu que Brown (2019) chegasse à conclusão de que, assim como no liberalismo, há uma defesa da superioridade da sociedade de livre mercado. No entanto, no neoliberalismo essa defesa não se encontra na adequação do mercado à necessidade de garantir o exercício da individualidade racional. Neste caso, a economia de mercado é considerada superior apenas por ter sido uma organização social que prevaleceu ao longo do tempo em concorrência e disputa com outras, como por exemplo, o socialismo soviético.

A racionalidade neoliberal não trataria, assim, de um conjunto de normas econômicas ou comportamentos fixos bem elaborados racionalmente. Defende, na realidade, seus princípios pela lógica do mais forte, por terem prevalecido historicamente e se aprimorado constantemente, sem direcionamento racional e intencional humano.

A experiência histórica seria capaz de incorporar mais experiências do que qualquer homem individual (...) somos (para Hayek) disciplinados e orientados pelas regras do mercado, elas evoluem, mudam e se desenvolvem, mas ninguém os projetou, ninguém está no comando e ninguém nos coage dentro delas (Brown, 2019, p. 122-123).

Brown (2019) observa que, no pensamento de Hayek, a defesa do homem como um agente autônomo é vista como uma ilusão. E a busca por emancipação, no sentido kantiano do termo, é abandonada como um ataque à verdadeira liberdade que vem da adequação à tradição. Fica claro que, sob a racionalidade neoliberal, o conceito de liberdade consiste em uma experimentação de códigos de conduta gerados pela tradição (Brown, 2019), o que permite compreender também a integração entre a defesa de uma economia liberal e o “conservadorismo nos costumes”, presentes no discurso da nova direita global.

Hayek apressa-se a chamar as crenças religiosas de “verdades simbólicas” que promovem a sobrevivência e a prosperidade. Deus, especula ele, pode ser uma espécie de taquígrafo necessário para uma cosmologia que seria de outro modo demasiadamente complexa para de se aprender, descrever ou até mesmo imaginar. Talvez o que muitas pessoas querem dizer quando falam de Deus seja somente a personificação desta tradição de moral ou valores que mantém viva sua comunidade (Brown, 2019, p. 124).

A partir desses elementos, nota-se que o neoliberalismo é uma forma de racionalidade instrumental que tem como pressuposto a incapacidade da razão, isto é, tem como fundamento uma razão irracional para usar os termos de Adorno e Horkheimer (1985). Sua especificidade é a adoção do princípio da concorrência como um ente separado da promessa de liberdade subjetiva e política humana e a desistência de qualquer possibilidade de oposição. O neoliberalismo preconiza como única possibilidade de existência na sociedade contemporânea uma adaptação irrestrita à realidade tal como ela se apresenta, isto é, a concorrência e ao modelo da empresa em todas as esferas da vida, impondo a racionalidade neoliberal vários sacrifícios para os sujeitos.

Assim como nos antigos rituais, o sacrifício é sempre o sacrifício de si, da própria identidade pela mimetização dos deuses (a empresa) com o objetivo de autopreservação. Até por isso, Brown (2019) se refere ao modo de cidadania neoliberal como uma cidadania sacrificial, ou seja, uma cidadania que não é pautada na garantia pelo exercício da liberdade política, mas na qual o sujeito se sacrifica, abre mão dos sonhos e direitos em benefício da totalidade social da qual faz parte, tendo a expectativa de poder receber alguma garantia em troca que nunca se concretiza.

Na contemporaneidade, lemas como autonomia, pensamento crítico, solidariedade são assumidos cada vez mais em peças publicitárias, mas apenas na medida em que evocam a necessidade de um comportamento empreendedor. Nisso encontramos a atualidade do pensamento de Adorno e Horkheimer, na desistência da capacidade de determinar racionalmente as finalidades últimas da vida humana, tendo como consequência uma regressão a uma nova espécie de ritual mimético no qual é o próprio sistema econômico capitalista que assume a vez das antigas deidades.

Isso não significa que, sob a racionalidade neoliberal, a ordem social seja entendida como espontânea ou natural, no sentido de não ter sido construída pela ação humana. Para Dardot e Laval (2016), uma das novidades do neoliberalismo atual consiste no fato de poder pensar e defender que a sociedade de mercado é uma ordem construída pelo ser humano, ainda que não racionalmente, o que torna necessária a previsão de um programa político para a sua conservação no sentido de preservar a tradição. Para tanto, o programa político do neoliberalismo não repercute necessariamente em menos Estado, mas sim em mais Estado, um “Estado Máximo Neoliberal” (Dardot; Laval, 2016),

Sob essa perspectiva, a Ilusão da capacidade humana de coordenar as relações econômicas não significa que essas por si mesmas gerem a estabilidade social e o desenvolvimento. Sendo uma construção histórica, uma invenção humana e uma máquina (Dardot; Laval, 2016), o mercado exigiria vigilância, manutenção e regulação constantes para sua preservação.

Em termos políticos, a racionalidade neoliberal mostra que o que está em jogo não é a intervenção ou não do Estado na economia, mas os modelos e imperativos dessa ação. Por sua oposição ao conceito de soberania humana, Dardot e Laval (2016) e Brown (2019) sustentam que o neoliberalismo é uma racionalidade da pós-democracia. Com esse argumento, os autores não pressupõem idealisticamente que a democracia plena tenha sido conquistada e agora é desmantelada, mas que inerente à racionalidade neoliberal existe uma inutilização/formalização prática dos fundamentos da democracia burguesa.

A legitimidade da política não seria nem a proteção da liberdade mediante a limitação do Estado, como no liberalismo, nem a proteção da liberdade mediante o fornecimento das condições necessárias para o bem-estar e o exercício da

cidadania, como no Estado de Bem-estar. A legitimidade da política estatal seria apenas se essa promovesse a produção de condições para que a lógica concorrencial satisfizesse o interesse coletivo. Para o neoliberalismo, a fronteira entre o Estado e o mercado não faria sentido, pois o Estado não é entendido como árbitro da ordem social e do mercado, mas o seu parceiro, sendo ele mesmo uma empresa a serviço de empresas (Dardot; Laval, 2016).

Sob a racionalidade neoliberal, o que ocorre tende a ser uma relativização da função do Estado como entidade integradora da vida coletiva, pois ele mesmo não pode estar isento da lógica concorrencial. O neoliberalismo não retira simplesmente o Estado, mas altera sua lógica de atuação. Ao invés da promoção da cidadania ativa, promove a concorrência mediante mecanismos de controle social. Não se trata de uma erosão das margens do Estado, mas que o Estado se põe a serviço de interesses oligopolistas específicos e não hesita em transferir a ele parte da gestão (Dardot; Laval, 2019).

O neoliberalismo não procura tanto a retirada do Estado e ampliação do domínio da acumulação capitalista quanto a transformação da ação pública tornando o estado uma esfera que também é regida pela concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas que se sujeitam a empresa privada (Dardot; Laval 2016, p. 272).

Entre as implicações da racionalidade neoliberal para as políticas sociais, Dardot e Laval (2016) não identificam simplesmente a defesa da sua ausência, como se o Estado abandonasse os sujeitos à própria sorte. O que existe é uma transformação qualitativa do seu sentido. Ao perder a vinculação com o princípio da cidadania participativa, mediada por uma consciência autônoma, a garantia de bens e serviços públicos acabam se tornando uma relação de transação econômica que, como contrapartida, deve necessariamente promover comportamentos esperados, o padrão de subjetividade empreendedor, e que gerem um custo direto para os sujeitos, fornecendo subsídios para o desenvolvimento do mercado.

De fato, é toda a cidadania, tal como se constituiu nos países ocidentais desde o século XVIII, que é questionada até em suas raízes. É o que se vê em especial pelo questionamento prático de direitos até então ligados à cidadania, a começar pelo direito de proteção social, que foi historicamente estabelecido como consequência lógica da democracia política. "Nada de direitos se não houver contrapartidas" é o refrão para obrigar os desempregados a aceitar um emprego inferior, para fazer os estudantes pagarem por um serviço cujo benefício é visto estritamente como individual,

para condicionar os auxílios recebidos à família às formas desejáveis de educação parental. O acesso a certos bens e serviços não é mais considerado ligado a um status que abre portas para direitos, mas o resultado de uma transação entre um subsídio e um comportamento esperado ou um custo direto para o usuário (Dardot; Laval, 2016, p. 381).

É desta maneira pela qual uma política social poderia, em um só tempo, promover as condições que mantém a tradição econômica sem desamparar totalmente os sujeitos em suas condições sociais. Como dissemos anteriormente, as modificações inerentes ao novo PNLD/EM com o objetivo de induzir à implementação do NEM e da BNCC parecem fornecer dados que vão ao encontro dessa constatação. Nos importa, portanto, que a análise dessa política social considere a necessidade de colocá-la sob novos termos rompendo a sua aparência imediata com os elementos que escapam ao seu conceito como uma política social democratizante. É somente assim que se torna possível a interpretação do sentido que uma política como essa adquire na realidade educacional brasileira. No tópico seguinte, desenvolvemos alguns dos princípios metodológicos aos quais lançamos mão para realizar esse movimento analítico.

2.3. A CRÍTICA IMANENTE COMO PRINCÍPIO METODOLÓGICO

Desde que se tornou público, o anúncio de mudanças no sistema educacional brasileiro – especialmente no Ensino Médio – despertou a atenção de vários estudiosos sobre educação no país. Tão rápido quanto a elaboração e a tramitação dos documentos normativos que orientam a reforma educacional que está em curso foi o olhar atento de muitos pesquisadores que se dedicaram a compreender os sentidos e as implicações dessas medidas para a escola oferecida à juventude brasileira. Entre as pesquisas que se notabilizaram certamente está a realizada pela Rede Escola Pública e Universidade (REPU) sobre a implementação do Novo Ensino Médio (NEM) no Estado de São Paulo, cujo resultado indica uma considerável redução nas possibilidades formativas dos estudantes.

Isso nos levou a refletir sobre a importância e o papel das pesquisas em educação nesse contexto complexo e contraditório. Ao nos propormos a pesquisar as mudanças no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ensino Médio,

percebemos desde o início que não seria suficiente apenas descrever e categorizar suas principais tendências. Pois, se assim procedêssemos, correríamos o risco de tornar o nosso estudo uma sistematização simplificada de um conjunto de fatos. E, por mais exaustivo que fosse nosso trabalho, não estaria clara sua real contribuição se não realizássemos uma avaliação crítica desse fenômeno.

Nesse percurso, porém, nos vimos diante de uma dificuldade: - Quais critérios utilizar? Se a opção fosse adotar uma abordagem transcendente na qual o objeto é interpretado como um resíduo de uma totalidade mais ampla, correríamos o risco de ofuscar aquilo que o próprio fenômeno nos apresenta em sua singularidade. Contudo, se optássemos por seguir a tradição positivista nas avaliações de políticas públicas, seríamos obrigados a cristalizar e assumir que os objetivos que orientam a reforma estão acima de suspeitas, e que esses, por si só, serviriam como bons parâmetros para a análise das mudanças PNLD, o que obviamente limitaria a interpretação e o próprio alcance da análise.

Encontramos um caminho mais fértil e coeso com as nossas posições ao retomarmos os estudos da Teoria Crítica da Sociedade. Nos aproximamos da Teoria Crítica inicialmente por entendermos que algumas das produções de Theodor W. Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin poderiam contribuir para a reflexão sobre algumas das mudanças no PNLD – ainda que fossem necessárias as devidas mediações. Para além dos conceitos, acabamos identificando nesses autores uma inspiração metodológica: a noção de crítica imanente, que foi por eles desenvolvida em diversas obras, entre elas *Prismas* (1936) e *Dialética Negativa* (1966) de Theodor Adorno.

No sentido dado por Adorno, a dialética negativa presta uma “solidariedade à metafísica no instante da sua queda” (Adorno, 2009, p. 337). Isso significa que essa proposta insiste em ao menos dois princípios da metafísica que foram praticamente abandonados na racionalidade moderna hegemônica. Em primeiro lugar insiste no entendimento de que o papel da razão é chegar a uma verdade absoluta e universalmente válida. E, derivado desse entendimento, também implica na compreensão de que a razão humana não está fadada apenas à atividade de coordenação de meios (razão instrumental), mas também pode e deve determinar avaliar aquilo que é correto a se fazer em um determinado momento histórico, retomando a sua dimensão teleológica.

Mas, como uma trilha na floresta que ainda precisa ser aberta para se chegar ao destino, para Adorno o caminho para a verdade é de difícil acesso, cheio de incertezas, obstáculos e sem qualquer garantia de êxito. Ao elaborar uma dialética negativa, o frankfurtiano nunca teve o objetivo de propor um mapa, uma metodologia estruturada que por si só daria alguma segurança ao viajante. Se tratava, antes, de apresentar uma “maneira de conduzir o pensar”, aberta para a experiência, que sempre vinculada aos fenômenos, não poderia usar fórmulas previamente definidas.

O motivo do autor em se opor à definição de um fundamento metodológico é porque, inerente a essa noção (de fundamento), está a pressuposição de um alicerce racional que sustenta um edifício teórico independente, tal como se vê em muitas escolas do conhecimento como as metafísicas, positivistas e até mesmo algumas abordagens marxistas. A dialética adorniana, diferentemente, não se justifica por sua coerência ou lógica interna, mas por fazer referência a um fenômeno objetivo: a persistência da dor, do sofrimento e da miséria no mundo em um momento em que já poderiam ter sido superados. Enquanto um materialista com grande influência freudiana, Adorno compreendia que a dor – a qual faz questão de ressaltar que é sempre física – é o principal motor da razão. Afinal, a dor mobilizou os primeiros humanistas a tecer críticas à aristocracia monárquica e à sua metafísica. Também foi a dor que influenciou homens e mulheres das primeiras civilizações para tentar dar explicações e estabelecer controle sobre os fenômenos que os afligiam. Portanto, seria essa mesma dor que, contemporaneamente, deveria levar os sujeitos a buscar compreender o porquê ainda existe a persistência da miséria em um momento em que ela poderia se tornar praticamente obsoleta (Nobre, 1998).

É daí que se origina a insistência de Adorno no segundo momento da dialética hegeliana, a negação, bem como um adiamento da síntese (ou negação da negação) por tempo indeterminado. Essa suspensão não remete apenas a um procedimento metodológico e mental, mas também objetivo. Remete à suspensão da supressão (superação por incorporação) das próprias contradições sociais. De acordo com o autor, diante do “adiamento das práxis por tempo indeterminado no contexto da possibilidade efetiva da sua realização” (Adorno, 2009). Ou seja, diante da não realização de uma sociedade livre e humana em um momento em que o avanço tecnológico finalmente lhe permitiu – a razão que outrora pareceu

ultrapassada ganha novamente importância. Essa deveria continuar interpretando o mundo e “criticando a si mesma sem piedade” (Adorno, 2009, p. 11).

A dialética negativa opera, assim, como uma forma de crítica imanente da sociedade, partindo das aspirações e princípios normativos que guiam a humanidade na busca por sua felicidade, e tensionando-os com a sua não realização em um contexto de possibilidade concreta. Por isso Adorno (2009) afirma que se trata de uma ontologia (teoria do ser) do Estado Falso que, por meio da análise hermenêutica e interpretativa dos escombros da realidade, pretende responder o porquê a práxis persiste não se realizando, e, assim, preservando a possibilidade para a sua realização.

No sentido dado por Adorno (1998; 2009), a crítica imanente supera, dessa maneira, a oposição que mencionamos no início entre criticar a cultura – em nosso caso, a política – a partir de fora (posição transcendente), que compreende essa apenas como aparência socialmente necessária (ideologia) e resíduo da totalidade, como também não recai apenas no simples confronto do objeto com as normas que ele mesma cristalizou, em uma posição imanente simplista como a adotada pela prática positivista de avaliação de políticas educacionais.

O ataque transcendente à cultura (...) despreza o espírito: as formações espirituais, apesar de tudo, são feitas pelo homem e servem apenas para encobrir a vida natural. Em nome dessa suposta futilidade, as formações espirituais deixam-se manipular arbitrariamente, sendo utilizadas para fins de dominação. Isso explica a insuficiência da maioria das contribuições socialistas à crítica cultural: elas fogem à experiência daquilo que se ocupam. (...) O procedimento imanente, por ser o mais essencialmente dialético resiste contra isso. Ele leva a sério o princípio de que o não-verdadeiro não é a ideologia em si, mas a sua pretensão de coincidir com a realidade. Crítica imanente de formações espirituais significa entender, na análise da sua conformação e de seu sentido, a contradição entre a ideia objetiva dessas formações e aquela pretensão, nomeando aquilo que expressa, em si, a consistência e inconsistência dessas formações em face da constituição da existência (Adorno, 1998, p. 23).

De modo similar ao trabalho do artista que não suportando as privações impostas pela realidade se distancia dela para depois retornar por meio dos seus dons e obras (Freud, 1911), nessa prática não pode haver nenhum compromisso com o mundo tal como ele se apresenta. Contudo, na dialética, a independência é conquistada por uma adesão intransigente às promessas da sociedade burguesa, utilizando a dor pela sua não realização como impulso para uma elaboração teórica

e conceitual negativa, o que se mostra como a única possibilidade para uma teoria que ainda não aderiu completamente à ordem vigente, cuja consequência seria cair no abismo da barbárie (Adorno, 2009).

Para Adorno, caberia àqueles poucos que, dentro das condições danificadas de vida, por uma série de felizes acasos e não por mérito próprio, tiveram a possibilidade de não se adaptar completamente à ordem vigente, expor aquilo que a grande maioria das pessoas constantemente é impedida de ver. Se poucas pessoas têm o privilégio de poder cultivar a sensibilidade, de estudar os clássicos, de dedicar tempo à análise da realidade e de ter encontros que potencializam a capacidade de sentir e pensar complexamente, caberia aos que tiveram esse “favor imerecido” dizer o que para as pessoas é usurpado de ver cotidianamente, de modo que a crítica social, para o autor, se apresenta ao mesmo tempo como um compromisso ético e moral.

Cabe aqueles que em sua formação espiritual, tiveram a felicidade imerecida de não se adaptar completamente às normas vigentes – uma felicidade que eles muito frequentemente perderam em sua relação com o mundo circundante –, expor com um esforço moral, por assim dizer, por procuração, aquilo que a maioria daqueles em favor dos quais eles dizem não conseguem ver ou se proíbe de ver por respeito à realidade (Adorno, 2009, p.43).

Nessa abordagem, o perigo de que a produção do conhecimento regresse ao status de “sermão” (retornando à metafísica) foi combatido pelo que Adorno (2009) chamou de “primazia do objeto”. Para Adorno (2009), a dialética não assume antecipadamente pontos de vista – critérios ou categorias a priori. É necessário se ater àquilo que o próprio fenômeno anuncia, tensionando as suas aspirações e princípios constitutivos (o que ele quer ser) com o que lhe escapa objetivamente (aquilo que é), não somente para expor as contradições, tornando os conceitos o padrão de medida para as coisas. O objetivo é interpretar as mediações estabelecidas entre as aspirações e a realidade (conceito e objeto) que geram uma falsa sensação de uma identificação total, ou seja, de que já estaríamos vivendo no “reino da felicidade que tanto almejamos”. O objetivo da crítica imanente é analisar o fenômeno objetivo através do seu próprio conceito que, sempre insuficiente, é transformado sob a persistência do negativo (daquilo que lhe escapa).

De acordo com o autor, “a utopia do conhecimento é abrir o não-conceitual com conceitos sem equipará-los a esses conceitos” (Adorno, 2009, p.17). Isso implica dizer também que conceito e objeto nunca se igualam totalmente, mas se interpenetram mutuamente (Adorno, 2009).

Um dos empregos mais conhecidos da crítica imanente está no clássico da filosofia do séc. XX, *Dialética do Esclarecimento* (1947), obra na qual Adorno e Max Horkheimer analisaram a dialética do progresso do pensamento, cujo motor, segundo consideraram, sempre foi o medo causado pelo contato humano com as forças heterônomas que geram dor e ameaçam a sua existência. No desenvolver do texto, os frankfurtianos mostraram que no início da civilização humana, a prática mais usual para combater esse medo eram as práticas ritualísticas, que foram superadas pelos mitos, seguidos pela religião e posteriormente pela ciência, que proclamou finalmente uma emancipação, mas que ao perder a sua qualidade reflexiva, regrediu à uma nova forma de mitologia.

A regressão das massas, de que hoje se fala, não é mais se não a capacidade de ouvir o imediato com os próprios ouvidos, de poder tocar o intocado com as próprias mãos: a nova forma de ofuscamento que vem substituir as formas míticas superadas (Adorno; Horkheimer, 1985, p.41).

Nota-se, nesta obra, que o conceito de emancipação, proclamado pelos precursores da revolução burguesa e da ciência moderna, não foi totalmente recusado. Foi justamente essa aspiração que foi mobilizada para analisar e julgar o movimento dialético da razão, o que levou os frankfurtianos à conclusão não apenas de que a promessa não se cumpriu, mas que o progresso também se converteu em regressão. “Tocar com os próprios braços, olhar com os próprios olhos” é uma referência direta ao filósofo Immanuel Kant (1774), que, em seu conhecido ensaio *Resposta à pergunta: o que é o Esclarecimento (Aufklärung)?* (escrito em 1783), colocou sobre esses mesmos termos a necessidade de o homem sair do seu estado de minoridade e tutela. Após uma densa e sofisticada análise, a conclusão a que Adorno e Horkheimer chegaram foi, em síntese, que o germe da instrumentalização da razão fundada em uma autopreservação absoluta de si gerou uma alienação profunda do homem tanto em relação à natureza quanto em relação a si mesmo. Não atingindo a autonomia almejada, passou de uma heteronomia para outra, dos deuses ou para seu próprio sistema econômico e social. Mesmo sendo críticos ao

iluminismo, tanto Adorno quanto Horkheimer asseveram que em seus pressupostos havia também uma aspiração verdadeira ou momento/um núcleo de verdade (Adorno, 2009). Ao realizarem uma crítica imanente da dialética do esclarecimento e, assim, não jogando fora o que é falso junto como o verdadeiro – “a criança com a água do banho¹⁷” (Adorno, 1993) preservaram também o posicionamento característico da época das luzes, ainda orientado para a emancipação humana.

Por esses elementos, que foram sinteticamente apresentados para cumprir nossos propósitos, pudemos perceber uma grande afinidade teórica da dialética adorniana com nossas posições iniciais. Afinal, essa teoria não apenas se opõe à ciência positiva fundada essencialmente na precisão do método – na capacidade de decompor, dissecar, quantificar e resumir “aquilo que é” – mas também às análises que realizam a crítica da realidade por categorias externas a ela.

A origem da dialética negativa como uma mediação teórica do sangrento século XX é clara. Para Adorno (2009), na tentativa de captar totalmente um objeto pelo pensamento existe algo autocrático: o sujeito inconscientemente sufocava o exterior do que estava contido nele mesmo. A abdicação da tentativa de estabelecer uma total identidade entre ser e pensar é uma característica do pensamento adorniano, uma oposição aos sistemas totalitários que promoveram a barbárie (Jay, 2008). E, uma vez que a barbárie ainda perdura, pois, o diagnóstico de que “estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontram de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização” não mudou, compreendemos que a crítica imanente permanece atual e necessária.

Entretanto, esses breves elementos não respondem a uma questão fundamental: como se estabelece então, para Adorno (2009), o vínculo entre conceito e objeto, pensamento e realidade, cuja busca é o princípio básico de todo conhecimento? De acordo com o autor, o nome “dialética” diz logo de início que o pensamento humano tem uma insuficiência intrínseca. Mesmo que em nosso ato intelectual sempre almejamos ir além de nós mesmos, tocando um objeto externo, a união entre ser e pensar não acontece sem mediações. Ao pensar, a substância fisiológica humana não concebe imediatamente o ente (aquilo que existe em si

¹⁷ Este aspecto foi desenvolvido pelo autor no ensaio “Não jogar a criança com a água do banho” que compõe a obra de 1949 *Minima Moralia* (1993).

mesmo), mas por esquemas de percepção que estão vinculados à maneira como esse objeto afeta o sujeito que o pensa.

Dessa posição, Adorno foi devedor de Kant que, em sua *Crítica da Razão Pura*, defendeu a existência de um mediador entre as faculdades sensíveis e o entendimento humano. Faculdade, por sua vez, responsável por criar os conceitos e categorias puras a priori que de nenhuma maneira poderiam ser encontradas objetivamente na realidade (Kant, 2009, p. 111). O esquematismo kantiano foi apropriado por Adorno para se referir à capacidade humana de elaborar a multiplicidade sensível sem que o pensamento se igualasse totalmente a essa mesma realidade. Para Adorno, contudo, assumir a não identidade total entre os conceitos e os objetos não implica tornar-se partidário do idealismo kantiano. Pois, se todos os conceitos necessariamente teriam que apontar para um elemento não-conceitual (Kant, 2009, p. 20), eles também fariam parte do “momento da realidade que impeliu sua formação” (Adorno, 2009, p. 18), contendo um núcleo temporal de verdade, subjetivo e objetivo.

Como já afirmado, Adorno considerava que a mediação entre o que é interno e externo foi o motor primordial para a dominação da natureza – processo que se converteu em regressão – mas que, contendo elementos objetivos e subjetivos ao mesmo tempo, também portaria dentro de si uma aspiração de reconciliação do sujeito com o mundo que o circunda (Adorno, 2009). Por essa via a conciliação entre a razão subjetiva e a razão objetiva, que sempre foi o objetivo da metafísica, aparece dessa maneira sob uma nova forma no pensamento adorniano. Nesse caso, não se trataria mais de uma busca por uma harmonia absoluta entre razão subjetiva e razão objetiva, onde a segunda seria interpretada como superior (tal como na metafísica), e tampouco de estabelecer um primado absoluto do sujeito em relação ao mundo externo, tornando o conhecimento um modo de afirmação do poder humano na busca pela autopreservação. Se trataria, antes, de um modo de coexistência entre o sujeito com o heterônimo sem o postulado da dominação, o que em termos epistemológicos significa que os conceitos que usamos para pensar a realidade têm uma dubiedade imanente: são falsos e verdadeiros ao mesmo tempo.

São verdadeiros porque contém uma mediação subjetiva da objetividade na qual se insere – um momento da realidade que impeliu sua formação (Adorno, 2009)

–, mas também são falsos porque nunca conseguem captar a totalidade do ente. Abaixo vemos que esse “duplo sentido dos conceitos” foi usado por Adorno para concordar com idealismo kantiano, mas também para se opor a ele:

A verdade e a não verdade da filosofia kantiana se dissociaram. Ela é verdadeira na medida em que destrói a ilusão do saber imediato do absoluto; não verdadeira à medida em que descreve esse absoluto segundo um modelo que corresponderia uma consciência imediata, mesmo que essa fosse a princípio o *intellectus archetypus* [arquétipo do intactos] (Adorno, 2009, p. 123).

Desse modo, a crítica ao pensamento que busca captar a totalidade do real a partir dos seus esquemas próprios não poderia levar a dialética negativa adorniana a simplesmente abdicar da pretensão de estabelecer uma identidade entre ser e pensar, pois, isso a faria cair no irracionalismo. Nela, contudo, o princípio da identidade muda qualitativamente, deixando de ser o ponto de chegada. O alvo a ser alcançado pelo conhecimento humano, a identidade, é assumida apenas como ponto de partida, enquanto falsidade e possibilidade de um dia vir a ser (Zuin; Pucci; Oliveira, 2008).

Segundo Adorno (2009, p. 134), “como o ente não é percebido de modo imediato, mas apenas por meio e através do conceito, seria preciso começar pelo conceito e não pelo mero dado”. No entanto, esse ponto de partida, devido à sua insuficiência inevitável, gera sempre um inconformismo – “uma culpa em relação ao que se pensa” (Adorno, 2009) –, que leva à busca da razão por penetrar o objeto mais e mais. Seria somente negando a identidade primeira, mas sem abandonar totalmente o seu núcleo de verdade, que seria possível vislumbrar a verdade temporal.

Sob esses termos, diante da consciência da falsidade e da verdade imanente à totalidade conceitual, não restaria outra coisa para a razão senão “(..) romper de maneira imanente, isto é, segundo o seu próprio critério a ilusão de uma identidade total. Chocando-se com seus próprios limites esse pensamento ultrapassa a si mesmo” (Adorno, 2009, p.13).

A persistência no negativo, em Adorno, é uma teimosia em colocar luz sobre os pontos cegos que escapam à ordem vigente sob o ponto de vista da sua superação e da emancipação humana. E uma vez que são muitas as formas como agimos e enganamos a nós mesmos (mediações) esse procedimento não se faz por

meio de um elemento único, mas pelo conjunto de fragmentos e ruínas que são articuladas para a interpretação e crítica do Estado Falso. Uma combinação de fissuras que Adorno, inspirado em Benjamim, deu o nome de “constelação”.

As constelações só representam de fora aquilo que o conceito amputou no interior, o mais que ele quer ser tanto quanto não pode ser. Na medida em que os conceitos se reúnem em torno da coisa a ser conhecida, eles determinam potencialmente o seu interior, alcançam por meio do pensamento aquilo que o pensamento necessariamente extirpa de si (...) Perceber a constelação na qual a coisa se encontra significa o mesmo que decifrar aquilo que ela porta em si enquanto algo que veio a ser (...) O conhecimento do objeto em sua constelação é o conhecimento do processo que ele acumula em si. Enquanto constelação, o pensamento teórico circunscreve o conceito que ele gostaria de abrir esperando que salte, mais ou menos como cadeados de cofres bem guardados, não apenas por meio de uma chave única, mas de uma combinação numérica” (Adorno, 2009, p. 141-142).

Para Adorno, a constelação é um movimento do pensamento na busca por transcender os seus próprios limites por meio do que lhe escapa: dos fragmentos e dados despercebidos da realidade que resistem à totalidade conceitual. No movimento da crítica imanente, esses fragmentos são analisados demoradamente, mobilizados e reordenados para compor uma nova imagem elucidativa que resiste ao todo. Assim, ainda que não seja possível alcançar uma verdade definitiva, e de captar na totalidade o ente pelos conceitos, a ação de colocar diferentes luzes sobre o objeto, negando a sua identidade primeira e o observando por vários ângulos, permitiria conhecê-lo melhor em seu momento histórico. Nesse sentido, o autor também fez uso desse procedimento de um modo exemplar para compor a sua conhecida obra *Minima Moralia* (1949), na qual as análises de fragmentos da vida cotidiana, que poderiam ser considerados sem importância a uma primeira vista – como o ato de bater à porta com força desproporcional e de dar presentes pensando no retorno para si –, aparecem como chaves de cadeados para abrir aquilo que ele chamou de “vida danificada”, um conceito criado não para esgotar o todo, mas para criticar o todo.

Nossa opção por operar de modo similar em nossa análise, para além dos motivos epistemológicos já citados, se deve também à própria natureza do objeto analisado (primazia do objeto). Trata-se do movimento de uma política educacional – o PNLD – que não foi criada apenas a partir da preferência dos governantes, mas, como afirmamos, nasceu de um processo histórico bastante específico. Afirmamos

na Introdução que a promessa de uma ampla distribuição de livros didáticos no Brasil foi um resultado direto das lutas pela democracia e do reconhecimento, para que essa funcionasse efetivamente (como governo do povo), de que era necessário fornecer ao conjunto da população as condições objetivas para o exercício da cidadania, das quais se incluem o direito à educação e cultura. Em uma primeira aproximação com as mudanças que estão sendo efetuadas nesse programa percebemos que, nessas, poderiam haver vícios que comprometem substancialmente o caráter democratizante desse programa. Portanto, diante da necessidade de avaliar mudanças no PNLD, utilizamos a crítica imanente como recurso interpretativo.

Para realizar este feito, utilizamos um corpus empírico composto por fontes documentais, que organizamos em duas partes principais:

1. Documentos oficiais que orientaram as mudanças no programa, como a BNCC, Lei nº 13.415 de 2017, Decreto Nº 9.099 de 2017, Edital MEC/FNDE nº 2 e 4 de 2019, e
2. Manifestações públicas do governo e interessados sobre elas, incluindo dados oficiais sobre as implicações econômicas dessas mudanças, como *lives*, webinários, manifestos, posicionamentos oficiais, reportagens, dados sobre os gastos com o PNLD/EM obtidos via Lei de Acesso à informação, portarias e informes.

Submetemos, assim, esses dados à análise qualitativa baseada na interpretação crítica cujo objetivo é encontrar os resquícios da objetividade social, mediante o tensionamento entre os princípios estruturantes do PNLD (aspirações) com aquilo que os escapa objetivamente.

2.4. RESUMO DO CAPÍTULO

No presente capítulo explicitamos os subsídios epistemológicos e analíticos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa.

Tendo em vista nossa hipótese de que inerente às mudanças no PNLD/EM há uma tendência ao recrudescimento de uma racionalidade instrumental (Adorno, Horkheimer, 1985), no primeiro tópico retomamos alguns dos elementos da crítica frankfurtiana ao progresso da razão. Entre os elementos abordados, destaca-se a posição dos autores de que, na dialética do esclarecimento, houve não apenas um movimento linear em direção a uma melhoria qualitativa, mas também uma regressão. A regressão da razão é composta pela perda de sua dimensão teleológica (capacidade de determinar e refletir sobre os fins) e a sua instrumentalização, o que explica, em boa medida, a contradição entre o aumento dos recursos tecnológicos e o seu emprego para o extermínio de milhares de pessoas.

No segundo tópico, buscamos desenvolver as aproximações da crítica frankfurtiana com aquilo que Brown (2019) e Dardot e Laval (2016) chamam de racionalidade instrumental, assim como as suas implicações para o sentido que as políticas sociais adquirem na contemporaneidade. Mostramos que, para esses autores, o neoliberalismo é visto essencialmente como uma racionalidade que tem na concorrência o seu princípio geral e a empresa como um modelo de subjetividade a ser estendido para todas as esferas da vida. Em diálogo com esses autores, buscamos demonstrar que a racionalidade neoliberal é uma forma de racionalidade instrumental que, ao ser empregada nas políticas sociais, modifica os seus elementos essenciais, ocasionando uma regressão democrática.

Por último, trazemos as contribuições da noção de crítica imanente (Adorno, 2009; 1998) para o desenvolvimento da pesquisa. Destacamos as suas afinidades com o objeto de estudo, bem como a maneira como essa metodologia supera as formas de análise imanente simplista e transcendente. Ao tensionar o objeto com seus próprios fundamentos e pressupostos, sem buscar captar a totalidade do real, tal metodologia se aproxima do núcleo de verdade temporal nele contido, contribuindo para uma avaliação crítica e ampla das políticas sociais como um todo e do PNLD em específico. Explicitamos também as fontes empíricas selecionadas e sua forma de organização. A análise será exposta tanto no capítulo a seguir, que trata da lógica de composição das obras, quanto no último capítulo, no qual é abordado o sentido das mudanças estruturais no PNLD.

3. O PNLD DO ENSINO MÉDIO 2021

A habilmente processada mentalidade deste século conserva a hostilidade do homem das cavernas em relação ao estranho. Isso se expressa não apenas no ódio àqueles que têm uma pele de cor diferente ou vestem uma roupa diferente, mas também ao pensamento estranho e inusual, ou mesmo ao pensamento em si quando ele segue a verdade para além das fronteiras delimitadas pelas exigências de uma dada ordem social.

Max Horkheimer

Após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM – Lei nº 13.415 de 2017), o desafio do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para propor os livros e materiais didáticos a serem distribuídos para as escolas públicas aumentou substancialmente. Conforme apontamos no capítulo 1, há muito tempo, no Brasil, os livros e materiais didáticos são compreendidos como ferramentas de indução do processo de ensino e aprendizagem e implementação de reformas educacionais. No contexto do NEM e da BNCC, isso se afirmou novamente. Diante de uma nova mudança na educação brasileira, o Programa Nacional do Livro Didático, compreendido essencialmente como um instrumento, foi obrigado a passar por alterações na sua composição.

Dessa vez, contudo, a relação entre as novas políticas e diretrizes curriculares e os materiais didáticos não foram alvo de um determinismo linear, “de cima para baixo”. Isso se deve ao fato de que, tanto na BNCC quanto no NEM, uma boa parte da definição a respeito da maneira como a nova proposta curricular deveria ser implementada foi deixada sob a responsabilidade de governos estaduais e municipais, respeitando o princípio constitucional da autonomia dos governos locais.

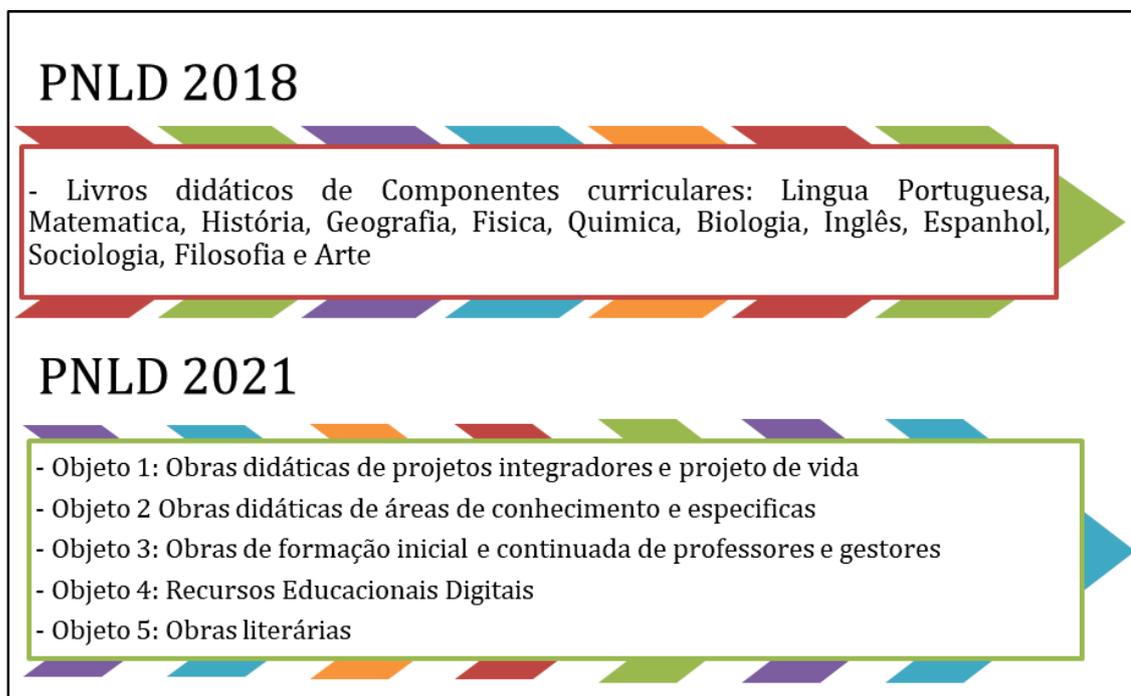
De todo modo, diante da necessidade de uma coordenação da implementação da reforma pelo Governo Federal, o MEC acabou conferindo aos livros e materiais didáticos distribuídos pelo PNLD – especialmente os do Ensino Médio –, além do papel de induzir à implementação da nova proposta curricular, o preenchimento de muitas das lacunas que foram deixadas pela reforma. No caso do PNLD do Ensino Médio ciclo 2021, os livros e materiais didáticos foram interpretados como responsáveis centrais pela materialização da BNCC e do NEM e pela implementação de uma nova cultura escolar.

Talvez o grande desafio do 21 (PNLD/EM 2021) seja mudar processos mentais nossos mesmo, não só de formulação de obras, mas de fluxo de informações dentro da escola de dinâmica interna mesmo (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 7 min. 27 segs.).

A gente sabe que o PNLD, esse senhor de 82 anos, ele é um dos principais indutores do processo de ensino-aprendizagem da educação brasileira. A gente conversa com as nossas equipes, a gente fala e frisa muito isso, essa necessidade de enxergarmos aquele aluno discente que está lá na sua escola e, principalmente, nesse processo de transformação o gestor e o professor, porque sem o professor é ... logicamente coordenado pelo gestor, realmente, aquilo que está previsto na base, na BNCC, todo esse processo poderá cair por terra se aquele material chegar na escola e não for utilizado ou for mal-empregado (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 13 min. 3 segs.).

Na proposta de composição de livros e materiais didáticos do Ensino Médio apresentada pelo PNLD/EM 2021, a mudança que mais se destacou foi a substituição dos tradicionais livros didáticos dos componentes curriculares por outros cinco artefatos de mediação curricular, chamados de objetos. A figura a seguir apresenta uma comparação entre a estrutura dos Editais do PNLD/EM 2018 e 2021 que permite perceber com maior nitidez essa mudança.

FIGURA 3 - COMPARAÇÃO DOS LIVROS E MATERIAIS DIDÁTICOS DO PNLD/EM 2018 E 2021



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação à composição dos livros e materiais didáticos, a mudança no PNLD/EM foi em ao menos duas direções: reconfiguração do formato dos livros didáticos até então existentes e ampliação dos recursos de mediação curricular que poderiam ser adquiridos por essa política social.

Cabe ressaltar que a possibilidade de que, para além dos tradicionais livros didáticos, pudessem ser adquiridos uma série de outros recursos de mediação curricular no PNLD foi estabelecida pelo Decreto nº 9.099 de 2017, aprovado ainda antes da BNCC com o objetivo de tornar o programa um indutor desta. Entre outras coisas, o decreto alterou o próprio nome do PNLD que passou a se chamar Programa Nacional do Livro e do Material Didático, permitindo que novos recursos de mediação curricular não especificados pudessem compor os editais do programa. Mas foi o edital do Ensino Médio ciclo 2021 que apresentou as maiores mudanças.

Atendendo ao nosso objetivo específico de analisar os mecanismos de indução à implementação da BNCC e do NEM no PNLD/EM 2021, abordamos a composição dos livros e materiais didáticos neste edital, assim como alguns dos novos critérios de avaliação das obras. Buscamos demonstrar como cada elemento

particular analisado ajuda a esclarecer o nosso objetivo geral de compreender as implicações do NEM para o sentido de política social presente no novo PNLD/EM. O foco de investigação não é apenas as decisões do MEC e FNDE sobre a composição do edital em si, mas a racionalidade que orientou essas decisões, ou seja, as mediações subjetivas que não estavam postas na reforma e que repercutiram em ações concretas para o PNLD. Para tanto, não analisamos as obras aprovadas, mas as especificações contidas no edital, assim como as justificativas e explicações dadas por representantes do MEC e FNDE em consultas públicas e em outras manifestações oficiais.

Nos dois primeiros itens do presente capítulo tratamos da lógica de organização de obras por projetos e por áreas de conhecimento (Objetos 1 e 2), bem como as características e os argumentos que justificam a necessidade de obras para a formação inicial e continuada de professores e gestores, os recursos educacionais digitais e literários (Objetos 3, 4 e 5). No último tópico tratamos, por meio de pequenos textos independentes, do sentido dos novos critérios de avaliação, utilizando como fonte dados de algumas manifestações públicas de representantes do MEC em audiências públicas, seminários e *lives* sobre o tema.

3.1. LIVROS DE PROJETOS E DE ÁREAS DE CONHECIMENTO

No edital do PNLD/EM 2021, o Objeto 1 (obras de projetos integradores e projeto de vida) e o Objeto 2 (obras específicas e por áreas de conhecimento) foram o que de mais próximo restou dos tradicionais livros didáticos por componentes curriculares. A organização das obras didáticas desta maneira está diretamente relacionada às determinações do NEM e da BNCC – ainda que ambas as políticas não tenham necessariamente previsto tal formato.

Sobre essa mudança, é necessário recordar que, fundamentada na concepção de formação por competências, que subordina todo o acesso ao conhecimento ao desenvolvimento das competências, habilidades, atitudes e valores considerados fundamentais para os jovens do séc. XXI, o NEM (Lei nº 13.415 de 2017) determinou que somente língua portuguesa e matemática seriam componentes curriculares obrigatórios em todos os anos do Ensino Médio brasileiro. Os demais componentes curriculares que historicamente compunham o currículo

desta etapa de ensino foram agrupados em áreas ou assumiram a denominação de “estudos e práticas”, não obtendo o status de disciplina e nem tendo assegurado um professor com formação específica para ministrá-las.

A possibilidade e o desejo de que, nos anos seguintes à aprovação da BNCC e do NEM, passassem a existir diferentes organizações curriculares em todo o território nacional, influenciou que, no edital do PNLD/EM de 2021, o MEC acabasse optando por não dar continuidade à compra dos tradicionais livros didáticos por componentes curriculares. A única exceção foram as obras de língua portuguesa e matemática que, no NEM, permaneceram obrigatórias nos três anos do Ensino Médio e, por isso, ganharam livros didáticos específicos.

No lugar dos demais livros por disciplina foram criadas novas obras que, além de julgadas mais adequadas à perspectiva de formação humana almejada (papel indutor), poderiam se adequar com mais facilidade às estruturas curriculares criadas pelo NEM. A figura a seguir apresenta uma síntese da composição do Objeto 1 e Objeto 2.

QUADRO 3 - COMPOSIÇÃO DO OBJETO 1 E 2 NO PNLD/EM 2021

OBJETO (NÚMERO)	OBRAS – LIVROS
1	PROJETOS INTEGRADORES
	PROJETO DE VIDA
2	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS
	CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS
	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS
	CIÊNCIAS HUMANAS EM DIÁLOGO COM A MATEMÁTICA
	LÍNGUA PORTUGUESA
	MATEMÁTICA
LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS	

Brasil (2019)

O pensamento por detrás da criação das obras de projetos (objeto 1) e obras específicas e por áreas de conhecimento (objeto 2) foi fundamentado por motivos, tanto pedagógicos quanto extrapedagógicos, mas ambos essencialmente políticos, relacionados ao critério da utilidade dessas obras para finalidades externas.

De início, a proposta do MEC era a de que, no ano de 2020, deveriam chegar às escolas apenas os novos livros por áreas de conhecimento e específicos (língua portuguesa e matemática) em substituição às obras disciplinares. O formato dos livros seria, assim, em boa medida, inspirado na estrutura do currículo conforme consta da BNCC, que definiu a parte comum, no caso do Ensino Médio, em 4 áreas do conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza (Brasil, 2021). Mas, segundo o MEC, isso acabou não ocorrendo devido a uma sinalização, por parte dos produtores de materiais didáticos, da impossibilidade de adequar a sua produção a novas e radicais mudanças tão rapidamente¹⁸. Sendo dependente dessas empresas para viabilizar o programa, o governo foi então obrigado a realizar uma readequação em seu projeto inicial.

A solução encontrada para resolver esse entrave foi a criação de novas obras, as obras de projetos integradores e projeto de vida que foram inseridas no edital como Objeto 1, essas devendo, pelo cronograma estabelecido inicialmente, chegar às escolas antes das demais. Em um menor número, de acordo com o MEC, essas obras seriam “de transição”, tanto para os produtores, que não necessitariam mudar rapidamente toda a sua produção, quanto para professores e estudantes, à medida em que permitiriam uma introdução e adaptação gradativa entre a organização curricular anterior, por componentes curriculares, e o que viria a ser a estrutura das obras do Novo Ensino Médio (NEM), na qual o objeto de estudo das ciências de referência que compunham as disciplinas não teriam centralidade.

Após esse momento de adaptação, as obras do Objeto 2, versão mais amadurecida dessa lógica, corresponderiam ao novo formato ideal dos livros didáticos, devendo essas chegarem posteriormente às escolas em consonância com as necessidades dos produtores.

Primeiro foi imaginado que em 2021 chegariam obras por área do conhecimento e complementares direto. Em conversa com vocês, entendemos que isso não seria possível pela própria produção do mercado editorial brasileiro. E aí a gente teve uma adaptação no nosso projeto inicial que foi a construção desses livros que chegarão em 21, que se chamarão livros de projetos, que são projetos integradores, que vão chegar na escola para auxiliar nesse momento de transição mesmo. Invés da gente partir direto, em termos de finalidade pedagógica, para trabalhar com área do

¹⁸ Devido ao prazo curto estabelecido pelo programa, o processo de produção das obras didáticas que são inscritas no PNLD inicia, muitas vezes, antes mesmo da publicação dos editais.

conhecimento, a gente começa ainda trabalhando a partir dos componentes curriculares, baseados no PNLD 18, a gente tem essas obras que vão produzir momentos de integração (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 44 min. 8 segs.).

Em relação ao pensamento pedagógico presente na organização e composição das obras vale lembrar que um dos principais argumentos para a reformulação do currículo do Ensino Médio foi o excesso de componentes curriculares, a ausência de integração entre elas e de conexão com os interesses dos jovens. De acordo com os propositores da reforma, essa característica seria responsável por uma “perda de sentido da escola”, apontada como causa para o baixo rendimento nas avaliações nacionais e pelos altos índices de evasão escolar sem que, no entanto, outros elementos fossem considerados. Portanto, para que fosse possível superar esse modelo e melhorar a qualidade da educação ofertada assumiu-se que era necessário orientar o processo formativo não mais pelo foco no conhecimento, mas, como afirmado anteriormente, no desenvolvimento de competências e habilidades.

Tal orientação formativa foi acolhida no edital do novo PNLD/EM para pensar as novas obras didáticas indutoras do NEM e da BNCC. A solução encontrada foi a de que tanto as obras de projetos quanto as por áreas de conhecimento seriam descritas no edital não como obras baseadas nos conteúdos e especificidades de cada disciplina ou área do conhecimento, mas como obras que utilizam e subordinam os conteúdos clássicos aos objetivos de desenvolvimento de um tipo específico de comportamento e subjetividade, tomando como base a ideia de sujeito empreendedor.

O fato do formato das obras do objeto 1 e 2 serem predominantemente por projetos e por áreas de conhecimento acabou sendo justificado pelo princípio da interdisciplinaridade, que há muito tempo já compunha os editais do PNLD em uma tentativa de propor subsídios para a superação da fragmentação dos conhecimentos escolares. Mas, neste caso, diferentemente dos editais anteriores, a ideia de que as obras deveriam contribuir para uma visão interdisciplinar não esteve orientada pela necessidade de uma compreensão mais complexa dos fenômenos que permeiam a vida social das juventudes brasileiras. Se tratou antes da defesa de que as obras deveriam desenvolver necessariamente determinados processos cognitivos de

apreensão da realidade, dando uma primazia maior para a metodologia do que para o conteúdo a que as obras se referiam.

Por que a gente está trabalhando por projetos, com temas integradores específicos que rodeiam por áreas? Porque uma grande chave do interdisciplinar, isso foi depois de muitas lutas, de muitas videoconferências, que a gente entendeu, que aí é uma outra noção - mas um conceito chave é o perspectivismo ou ponto de vista. Eu aprendo trabalhar interdisciplinarmente quando eu observo de diferentes pontos, de diferentes perspectivas o mesmo objeto. Por isso era o grande jogo de você trazer temas integradores por áreas distintas, e o que que isso pode gerar em termos, e aí vem.... Porque não importa tanto o objeto, importa o que? A metodologia (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 44 min. 21 segs.).

Vemos, assim, que a predominância de um enfoque formativo metodológico interdisciplinar nas obras acabou justificando uma desvalorização dos objetos das ciências que eram referência para as disciplinas, o que explica, em boa medida, a mudança no formato dos livros. Essa desvalorização da especificidade desses objetos e sua posterior instrumentalização apresenta-se como oposição e repulsa a tudo aquilo que escapa da finalidade de adaptação ao mundo tal como ele se apresenta. Afinal, sob esse entendimento, tratar da especificidade de cada ciência ou da Arte não faria mais sentido a não ser que eles fossem um meio para objetivos educacionais que lhes fossem externos, e sob os quais não deveriam possuir nenhuma contribuição para a problematização crítica.

Assumiu-se que mais importante do que oportunizar o acesso e criação de saberes, os livros deveriam ensinar como cada área do conhecimento e projeto poderiam contribuir para a formação de sujeitos supostamente aptos a se adaptar a um mundo em constante transformação. Por esse motivo também, ainda que as mudanças objetivas nas obras, em sua forma, tenham de fato rompido com as fronteiras históricas das disciplinas, o resultado da proposta de livros didáticos não foi de oportunizar uma maior aproximação e compreensão mais complexa da realidade, mas – conforme apontaram Adorno e Horkheimer (1985) – consistiu em um distanciamento do mundo com vistas à busca pela autopreservação. Assim como no mito de Ulisses¹⁹, no qual o herói tapa os ouvidos para não sucumbir ao canto

¹⁹ O mito de Ulisses contido na obra de Homero foi analisado por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento* enquanto uma expressão e um protótipo da racionalidade instrumental moderna.

das sereias, as novas obras didáticas se fecham para todos os conteúdos e conhecimentos que não podem ser instrumentalizados necessariamente para atender ao fim da adaptação e do ajustamento. Apenas doses de Artes, Sociologia, Filosofia, História, Geografia, Física e Química foram colocadas de forma homeopática na composição das obras.

Em um contexto no qual postos de trabalho e formas de sociabilidade se modificam rapidamente, compreendeu-se que nos livros didáticos os objetos de conhecimento também deveriam se tornar mais líquidos e imprecisos, forçando os estudantes a, mesmo dentro de um processo formativo escolar, se familiarizar com a contingência da realidade.

É fácil perceber que, se por um lado um projeto como esse de fato aproxima os estudantes das demandas contemporâneas, por outro não favorece necessariamente uma maior atribuição de sentido ao processo formativo escolar. A atribuição de sentidos ao processo formativo e a atratividade da escola saem prejudicadas quando sua função se torna apenas a de replicar os padrões de comportamento coletivos que a realidade, por si só, já impõe sobre os sujeitos; e, principalmente, quanto é evidente que não seria possível que, sob as atuais condições, todos os estudantes de escolas públicas obtenham êxito em sua tarefa empreendedora.

A integração entre os conhecimentos propostos nas obras, ao contrário do que anunciou, acabou por não enriquecer o projeto de composição editorial, mas por praticamente anular essa possibilidade. Uma interdisciplinaridade sem disciplinas apresenta o mundo de um modo ainda mais fragmentado e sem sentido do que antes; no lugar do conteúdo ultrapassado o que resta é o vazio. Nesse vazio, as qualidades e contradições internas dos fenômenos que deveriam ser estudados por diferentes campos do conhecimento a fim de obter uma aproximação maior com o real perdem importância. A interdisciplinaridade significa apenas pontos de vista dispersos que se unem sob uma linguagem comum entre as áreas do conhecimento orientadas para o desenvolvimento de competências e habilidades. A rigidez metodológica sufocou a própria necessidade e possibilidade de promover conhecimento, contrariando os princípios plurais do PNLD.

Mas, se a orientação primordial para o desenvolvimento das obras é o seu enfoque metodológico, seria até justo de se esperar que, no desenvolvimento das

obras de projetos integradores, os produtores teriam uma certa autonomia para escolher os temas e conteúdos utilizados. No entanto, nem mesmo neste caso houve essa possibilidade, uma vez que dos 6 projetos integradores que deveriam ser apresentados em cada obra, apenas a definição de 2 ficaram sob responsabilidade das editoras, e tendo esses que cumprir necessariamente o desenvolvimento de competências específicas da BNCC, especialmente a de argumentação.

Dos 4 projetos determinados pelo MEC, todos eles, em tese, se referem a objetos e fenômenos contemporâneos, como demonstrado no quadro a seguir:

QUADRO 4 - TEMAS DA OBRA DE PROJETOS INTEGRADORES

PROJETO	TEMA INTEGRADOR	COMPETÊNCIAS GERAIS DA BNCC
1	STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Arte e Matemática)	7 (argumentação), 1 (conhecimento) e 2 (pensamento científico, crítico e criativo)
2	Protagonismo Juvenil	7(argumentação), 3 (repertório cultural) e 8 (autoconhecimento e autocuidado)
3	Mídiaeducação	7(argumentação), 3 (repertório cultural) e 8 (autoconhecimento e autocuidado)
4	Mediação de Conflitos	7 (argumentação), 9 (empatia e cooperação) e 10 (responsabilidade e cidadania)
5	Livre escolha de um dos temas anteriores e respectivo grupo de competências correlatas ou tema novo, enfocando obrigatoriamente três competências gerais, sendo uma delas necessariamente a competência de número de 7 (argumentação) da BNCC	

6	Livre escolha de um dos temas anteriores e respectivo grupo de competências correlatas ou tema novo, enfocando obrigatoriamente três competências gerais, sendo uma delas necessariamente a competência de número de 7 (argumentação) da BNCC
----------	---

Brasil (2019)

Em todos os casos, nota-se que se tratam exclusivamente de objetos de conhecimento vinculados a operações técnicas e comportamentos esperados dos sujeitos. Até mesmo nos aspectos mais criativos como o STEAM, que abrangem áreas bastante distintas, são subordinados ao desenvolvimento de capacidades técnicas e produtivas no sentido de criação de soluções para problemas. Ademais, Mídiaeducação, Mediação de Conflitos e Protagonismo Juvenil se referem a elementos que não estão necessariamente no seio das preocupações juvenis, mas elementos que se julgam importantes para a vida em sociedade no século XXI. A subordinação das possibilidades negativas das obras, isto é, de oportunizar uma reflexão mais ampla acaba por conceber o papel desses livros como incapazes de oportunizar aos estudantes uma reflexão sobre a finalidade das produções que tanto almejam.

3. 2. RECURSOS EDUCACIONAIS PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E GESTORES E OBRAS LITERÁRIAS

Apesar da profundidade da mudança nos livros didáticos, é possível que a maior inovação estabelecida pelo PNLD/EM 2021 tenha sido a determinação da produção de obras e materiais didáticos especificamente voltados para a formação inicial e continuada de docentes e gestores escolares. Desde a criação do PNLD, a valorização do trabalho docente sempre foi um dos objetivos fundamentais que foram citados em documentos normativos do programa. Mesmo assim, dentro do programa, nunca antes haviam sido realizadas ações objetivas para atender a essa finalidade. Pressupunha-se que o PNLD atuava nessa direção apenas ao disponibilizar os livros didáticos com textos, figuras e atividades que serviam como apoio para a elaboração das aulas. Essas obras eram acompanhadas do chamado

“manual do professor”- uma obra similar a distribuída para os estudantes com o acréscimo de orientações metodológicas.

Em complementaridade com as obras dos Objetos 1 e 2 – obras por projetos e por áreas de conhecimento –, o MEC e o FNDE compreenderam, porém, que, dadas as circunstâncias de reformulação do Ensino Médio, desta vez os professores necessitariam de um apoio maior do programa. Foram criados, então, outros dois recursos de mediação curricular voltados fundamentalmente para fornecer apoio ao trabalho dos docentes e dos gestores escolares. O Objeto 3, estabelecido pelo edital do PNLD/EM 2021, correspondeu às obras de formação inicial e continuada de professores e gestores, duas obras com 1 volume, enquanto o Objeto 4 refere-se a recursos educacionais digitais. A inserção desses novos recursos no programa tornou o PNLD/EM 2021 a maior edição da história do programa, tanto em termos de objetos de mediação curricular quanto em termos de investimento de recursos financeiros²⁰. Assim como as outras mudanças anteriormente citadas, essa ampliação também foi justificada pela necessidade de induzir a implementação da BNCC e do NEM.

Olha, o PNLD conectado, ele tem uma especificidade muito, que eu já falei isso, mas eu repito, muito bonita. Até então o PNLD era focado muito no livro do estudante. Desta vez a gente entra com força, com força, na formação continuada dos professores. Então vídeo-aulas é para professor se localizar, sempre lembrando aquele professor que trabalha 40 horas semanais, ele tem pouquíssimo tempo, então ele precisa de algo próximo a um tutorial que ajude... - pera aí, é isso, é isso que eu tenho que fazer, eu vou olhar aqui no meu *whats...*, no meu celular, e vou entrar na sala de aula (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 53 min. 3 segs.).

A proposta de vocês é maravilhosa, mas a universidade não formou, os professores não vão conseguir, e aí eles começam, no sentido de que, como esses livros vão chegar? E aí eu falo o seguinte, se eu continuar na lógica de vocês, eu paro todos os livros agora porque eu vou esperar que todas as universidades brasileiras, institutos federais, adaptem todas as licenciaturas para aí começar algo novo. Isso não é possível, a mudança começa agora com esses livros e isso vai induzir toda a formação. Não é à toa que a gente está dando essa formação continuada. Então eu quero deixar isso muito bem claro, para todos os especialistas que a gente voltar a conversar, provavelmente estão nos assistindo, a gente sabe que vai ser um desafio para os professores, mas a gente tem que começar agora. Que daí a gente talvez pule esses 15 minutos primeiros de como a universidade brasileira não adaptou as licenciaturas. (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 1 h. 6 min. 45 segs.).

²⁰ Ver capítulo 4.

Tendo em vista que os professores de todo o país não estavam aptos para implementar uma reforma educacional com uma concepção de formação humana e estrutura curricular distinta da que estava até então em vigência, e que a universidade não os havia preparado nessa direção, os representantes do governo compreenderam que seria necessário fornecer uma formação continuada para os professores e gestores em âmbito nacional que os captasse para começar esse movimento de mudança, o que, nesse contexto, poderia ocorrer por meio de um programa com a grandeza e o alcance do PNLD.

Os representantes do MEC e do FNDE deixam claro que, nos diálogos com especialistas que antecederam à elaboração do edital, houve a manifestação de apreensão sobre o conteúdo e a característica das obras e a falta de preparo dos professores para lidar com mudanças dessa magnitude. No entanto, contra argumentam essas manifestações defendendo novamente o papel fundamental do PNLD/EM 2021 para a indução da reforma. Caberia aos novos materiais didáticos capacitar diretamente os professores e gestores de modo que estes novos materiais didáticos deveriam assumir funções muito maiores do que a dos antigos livros didáticos.

A proposta de novos objetos de mediação curricular no PNLD também foi considerada pertinente em face do conhecido quadro de sobrecarga do trabalho docente. Os dados publicados pela Rede Nacional EMPesquisa (Körbes; Ferreira; Silva; Barbosa, 2022) confirmaram a suspeita amplamente difundida pela literatura acadêmica de que uma das consequências da reestruturação curricular proposta pelo NEM seria o agravamento da precariedade do trabalho docente. Os professores viram o seu tempo de trabalho aumentar significativamente após os primeiros anos de implementação dessa política. Com a diminuição da carga horária de diversas disciplinas, professores que antes estavam lotados em uma ou duas escolas foram obrigados a assumir mais turmas e instituições de ensino diferentes (Körbes; Ferreira; Silva; Barbosa, 2022).

Desse modo, considerando que no Brasil a maior parte dos professores trabalham 40 horas ou mais, e que esses possivelmente teriam que lidar com a reconfiguração da sua disciplina no currículo escolar ou até mesmo com o seu fim, o MEC e o FNDE propuseram a distribuição de obras e materiais didáticos que disponibilizassem recursos técnicos capazes de formar o novo professor e facilitar o

seu trabalho. Os recursos deveriam situar os docentes e gestores educacionais na reforma como um todo, mas o seu objetivo prático, como indica a fala, seria dizer exatamente o que fazer em sala de aula, poupando tempo e energia. Em um sentido mais amplo, o objetivo dos materiais didáticos seria “aliviar a precária condição docente”. Por esse motivo, para além do Objeto 3, voltado para um processo de formação continuada mais ampla dos professores e gestores, o Objeto 4, composto por recursos educacionais digitais, foi constituído por planos de desenvolvimento, planos de ensino, sequências didáticas, ferramentas de avaliação dos estudantes, entre outros.

Exemplificamos a composição do Objeto 4, dos recursos educacionais digitais, no quadro a seguir.

QUADRO 5 - COMPOSIÇÃO DO OBJETO 4 (RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS)

ÁREAS DO CONHECIMENTO	TIPOS DE RECURSOS					Itens de avaliação resolvidos
	Manual do professor digital	Vídeoaulas	Instrumentos pedagógicos			
	Quantidade	Planos de desenvolvimento	Sequências didáticas	Relatórios e indicadores de acompanhamento de aprendizagem	Quantidade	
	Videotutorial	Manual digital (PDF)	Quantidade	Quantidade	Quantidade	
Linguagens e suas tecnologias	1		1	7	1	300
Matemática e suas tecnologias	1		1	10	1	300
Ciências da Natureza e suas tecnologias	1		1	6	1	300

Ciências da natureza e suas tecnologias	1	1	12	1	4000
Língua inglesa	1	1	4	1	60
Língua Portuguesa	1	1	6	1	120

Fonte: Brasil (2019)

A redução da importância dada ao conteúdo e ao conhecimento escolar em si mesmo, isto é, além da sua versão subordinada ao desenvolvimento de competências e habilidades, fez com que a própria profissão docente adquirisse uma nova compreensão nas diretrizes do PNLD. E isso, curiosamente, repercutiu em um aumento do apoio e investimento voltado para esses profissionais. Em sua origem, as funções que muitos dos novos materiais didáticos adquiriram – como elaborar planos de aula, planos de ensino e avaliações – eram dos próprios docentes, de modo que tal alteração, no âmbito do programa, testemunha uma passagem da compreensão do professor de um trabalhador intelectual para um trabalhador técnico. No PNLD/EM 2021, o docente acabou sendo concebido como um mero executor de tarefas responsável por colocar em prática um plano detalhado e previamente estabelecido pelos materiais didáticos.

Em que pese isso não significar necessariamente que o efeito pretendido de fato se realize na prática, ou seja, que o professor passaria a seguir o plano estabelecido pelos materiais didáticos, esse processo acaba sendo favorecido por um mecanismo similar ao que Adorno e Horkheimer (1985) chamaram de “circuito de manipulação retroativa”. Valendo-se de necessidades reais dos professores, e, neste caso, com a intenção de mitigar as condições precárias de trabalho, o governo passou a oferecer recursos didáticos, mas que, ao não atacar a gênese do problema (a falta de tempo para planejamento, a quantidade de turmas, etc), reforçaram essas condições na mesma proporção.

Assumindo que a carreira docente nunca teve a valorização necessária, tanto em termos de condição de trabalho quanto de remuneração, e que com o NEM esse quadro correria o risco de piorar significativamente, o PNLD/EM 2021 buscou, dentro dos seus limites, mitigar essa condição. O fornecimento de um material didático de

formação de gestores e professores, assim como de apoio para o trabalho docente, não é um problema em si. Em muitos casos seguramente seria desejável pelos próprios docentes. Porém, a substituição de funções intelectuais docentes pelo material didático, enquanto uma estratégia de política pública para valorizar esses profissionais, apesar de fornecer um instrumento de auxílio momentâneo, tende a legitimar a sua condição de precariedade. Ao invés de apresentar uma proposta, ou pelo menos um horizonte no qual os professores teriam condições de trabalho dignas que tornariam os materiais didáticos nesse formato prescritivo dispensáveis, o PNLD/EM 2021 assumiu essa condição como um dado. E ao buscar padronizar uma boa parte do que é o processo educativo acabou ignorando a sua complexidade e especificidade.

Por mais bem elaborados que possam ser os planos de aula, planos de desenvolvimento e planos de ensino produzidos pelas empresas de materiais didáticos, quando estabelecidos previamente, tal como um roteiro no qual o professor pode “abrir 5 minutos antes da aula” e saber o que tem que fazer, eles se tornam vazios de experiência e descontextualizados. Pois, como defende a proposta do NEM, e nisso encontra-se a sua parcela de verdade, para que um conhecimento possa de fato ser significativo ele tem que fazer referência aos sujeitos a quem se destina. Em um país tão diversificado como o Brasil, crer que modelos de aulas e formas avaliativas podem ser estabelecidos previamente ignora toda a dialética do processo educativo, tendo como consequência, no melhor dos casos, a não utilização do próprio material e, no pior, uma aula sem significado.

Por fim, é necessário ainda tecer alguns comentários sobre a inserção das obras literárias (Objeto 5) no PNLD. Sobre isso é preciso esclarecer que não se trata de um dado tão novo assim. Pelo menos desde 2012, o MEC havia optado por contemplar, em editais próprios, a compra e avaliação de obras literárias para as escolas públicas, suplementando assim o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE). O novo encontra-se na opção por fundir os dois programas e inserir a compra das obras literárias nos editais das etapas de ensino.

Assim como no caso das outras mudanças já mencionadas, essa opção também ocorreu pela necessidade de adequar o conteúdo das obras literárias aos princípios do NEM e da BNCC. Sendo assim, o edital do PNLD/EM ciclo 2021, além de definir novos critérios específicos para a avaliação dessas obras – os quais

abordamos no Capítulo 3 –, determinou a necessidade de que os materiais inscritos no programa realizassem uma adequação aos seguintes temas: projeto de vida, inquietação das juventudes, o jovem no mundo do trabalho, cultura digital no cotidiano, *bullying* e respeito a diferença, protagonismo juvenil e cidadania. Com isso, o edital acabou controlando significativamente o conteúdo e a abordagem das obras literárias, reduzindo a possibilidade de inscrição de uma série de obras clássicas importantes.

3.3. NOVOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Afirmamos anteriormente que uma das principais formas de regulação da produção e da qualidade dos livros e materiais didáticos que chegam às escolas públicas no Brasil é por meio da definição de especificações técnicas e critérios de avaliação de obras que são publicados em editais em cada ciclo do Programa Nacional do Livro e Material Didático. A avaliação das obras, portanto, é mediada por um processo de tomada de decisões técnicas e pedagógicas que lhe antecede, realizado pelo MEC e pelo FNDE.

O primeiro e principal determinante da definição de critérios de avaliação é a legislação e documentos normativos sobre a educação em vigência. Sendo uma política de Estado, não é possível que os responsáveis pela elaboração dos editais do PNLD contrariem ou não considerem as normativas que tratam com especificidade da educação; e, à medida que vão surgindo novos documentos e leis, esses acabam sendo incorporados aos editais do PNLD, repercutindo em mudanças no programa. Há de se considerar, contudo, que os documentos de políticas educacionais normalmente são amplos e muitas vezes não tratam especificamente dos livros e materiais didáticos, deixando um espaço de discricionariedade para essas instâncias tomarem decisões a respeito dos contornos dados ao programa.

Vemos, assim, que o processo de funcionamento do PNLD é bastante complexo e não se restringe apenas a compra e distribuição de livros e materiais didáticos. Suas etapas podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

FIGURA 4 - CICLO DE AVALIAÇÃO DAS OBRAS DIDÁTICAS



Fonte: FNDE²¹

Para os produtores de livros e materiais didáticos, o processo de avaliação das obras tem uma grande importância. Afinal, o não atendimento dos critérios de avaliação e das especificações técnicas que são definidas pelo Governo implica diretamente na exclusão das obras no programa, e esse é um fator de grande impacto em seus rendimentos. Mas, conforme apontamos anteriormente, uma vez que o próprio Governo também depende das empresas para a operacionalização e viabilização do PNLD, a relação entre Governo e mercado na definição das especificações técnicas e critérios de avaliação tende a ser mais dialética do que aparenta em um primeiro momento. É frequente que representantes das empresas sejam chamadas pelo Governo para participar de reuniões sobre os editais antes

21

<<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/funcionamento>> Acesso em dezembro de 2024.

mesmo das consultas públicas, ainda que a influência desse setor esteja mais relacionada com a composição das obras.

Após a aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM), as especificações técnicas e critérios de avaliação das obras didáticas do Ensino Médio foram modificados substancialmente. Diante das mudanças na concepção formativa nas políticas educacionais mais amplas, o MEC priorizou a elaboração de orientações e especificações técnicas e pedagógicas que pudessem ser claras quanto ao sentido da relação preconizada com o conhecimento escolar nas novas obras. O objetivo era de, a partir desses critérios, as empresas pudessem ter clareza no que fazer para que as obras produzidas estivessem em uma maior consonância com as necessidades formativas dos jovens brasileiros contemporâneos. Analisamos a seguir alguns dos novos critérios de avaliação dos livros e materiais didáticos presentes no Edital MEC/FNDE nº 09 de 2019 e no Edital complementar MEC/FNDE nº 1 de 2020, referentes aos novos livros e materiais didáticos do Ensino Médio.

3.3.1. Olhar para o futuro sem medo

O texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 1996 – LDB/96) declara que uma das finalidades essenciais da formação escolar no Brasil é preparar os estudantes para o trabalho. O trabalho é aqui compreendido apenas como atividade profissional e remunerada. No Ensino Médio, corresponde à formação de jovens com idade regular de 15 a 17 anos, sendo esse compromisso ainda mais reforçado. O art. 35 da LDB/96 declara que cabe ao Ensino Médio formar para *“o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”* (Brasil, 1996).

A preparação para o trabalho está no centro das preocupações do setor produtivo, pois trata da preparação dos sujeitos que irão formar parte da sua mão-de-obra. Está também no centro do interesse dos próprios jovens. Nesse período da vida, mesmo em meio a uma grande diversidade social, cultural e econômica, é comum que os sujeitos vão sentindo a necessidade de se libertar da

heteronomia infantil, o que para uma boa parte da população só pode ocorrer mediante a algum tipo de inserção no mercado de trabalho.

Não é de se surpreender, portanto, que no acirrado debate sobre os objetivos da formação escolar para as juventudes brasileiras ao longo dos anos tenha havido poucas divergências quanto à função social da escola no Ensino Médio de preparar para o trabalho, e, quando ocorreram foram relativas às formas pelas quais deva se dar essa formação, se integrada ou concomitante, por exemplo.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD/Contínua) de 2023, o número de jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, desempregados era de 18%, o que é duas vezes maior do que a média nacional de 8%. Esse dado, de certa forma, vem a confirmar uma tendência histórica, justificando a preocupação do Ministério da Educação com os desafios para a formação da juventude no séc. XXI.

No ano de 2016, o Governo Federal apresentou um diagnóstico preocupante sobre o rendimento dos estudantes no Ensino Médio. Defendendo a necessidade de mudanças estruturais no currículo, informou sobre a existência de um baixo aproveitamento dos estudantes nas avaliações nacionais, e atribuiu esse resultado a uma “perda de sentidos da escola” e “desinteresse dos jovens” gerada pelo descompasso entre as complexas exigências de formação para o mercado de trabalho e os currículos até então ofertados. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) esse argumento foi reafirmado, destacando o grande desafio de se pensar a proposta curricular do Ensino Médio em um contexto de constantes mudanças tecnológicas no mundo do trabalho.

Atualmente o ensino médio possui um currículo extenso, superficial e fragmentado, que não dialoga com a juventude, com o setor produtivo, tampouco com as demandas do século XXI. (Brasil, 2016, Exposição de motivos da MP n° 746 de 2016)

Mostra-se imprescindível reconhecer que as rápidas transformações na dinâmica social contemporânea nacional e internacional, em grande parte decorrentes do desenvolvimento tecnológico, atingem diretamente as populações jovens e, portanto, suas demandas de formação. Nesse cenário cada vez mais complexo, dinâmico e fluido, as incertezas relativas às mudanças no mundo do trabalho e nas relações sociais como um todo representam um grande desafio para a formulação de políticas e propostas de organização curriculares para a Educação Básica, em geral, e para o Ensino Médio, em particular (Brasil, 2018, p. 462).

O conhecido argumento, presente no debate educacional desde os anos 90, foi de que, para cumprir a demanda formativa de preparação para o trabalho, era fundamental que a escola de Ensino Médio devesse se orientar por um outro paradigma formativo.

Diante de um mercado de trabalho cada vez mais fluido e incerto, a forma tradicional de ensino, focada em conteúdos e disciplinas, teria se tornado obsoleta; fenômeno reforçado pelo estágio avançado do progresso tecnológico. Afinal, se a passagem da mecânica para a microeletrônica nos processos produtivos já havia alterado substancialmente as exigências sobre a formação de trabalhadores, com a emergência de uma série de novas tecnologias comunicacionais e a digitalização esse quadro se tornou muito mais complexo.

A expansão do aparato técnico-comunicacional se intensificou a partir do ano de 2008²², despertando muitas expectativas sobre seus possíveis impactos positivos na vida humana (Antunes, 2020). Se pudéssemos retornar no tempo e comunicar a uma pessoa que viveu no séc. XX que bastaria breves movimentos de polegares em pequena tela para que, dentro de alguns minutos, aparecesse comida na porta da sua casa, é possível que isso pudesse ser compreendido como uma prática de magia. Mas, mesmo com todas essas facilidades, não é possível escapar da percepção de que tais avanços não têm caminhado em uma direção única (Antunes, 2020).

As repercussões do emprego de novas tecnologias digitais e comunicacionais nos processos de produção de mercadorias e serviços podem ser constatadas também sob forma de mal-estar, angústia e ansiedades que atingem hoje boa parte da população brasileira, especialmente a população mais jovem (Antunes, 2020). Estando vinculado a necessidade de manutenção e crescimento do acúmulo do grande capital transnacional, o emprego de inovações tecnológicas no mundo do trabalho, para os jovens, tem despertado dúvidas a respeito das suas possibilidades de se manterem em condições de garantir sua subsistência no médio e no longo prazo (Antunes, 2020).

Para Antunes (2020), esse processo poderia ser compreendido como uma flexibilização liofilizada, em que cada vez mais se aglutina o menor contingente de

²² Impulsionada pela crise econômica global de 2008, e pela necessidade de reorganização do grande capital transnacional (Antunes, 2020).

trabalho vivo, concentrando maior volume de trabalho morto, que é corporificado no maquinário informacional digital, cujo resultado indica duas tendências principais: de um lado e, em escala minoritária, um trabalho polivalente e multifuncional da era informacional digital, destinado a sujeitos capazes de executar as funções intelectuais exigidas com maior facilidade; de outro, uma massa imensa de trabalhadores precarizados, flexibilizados e informatizados.

O cenário contraditório explica o grande desafio do Ensino Médio no cumprimento de um dos seus objetivos históricos. Na esteira de todo o processo do esclarecimento, de “libertar os homens do medo e lhe colocar na posição de senhores” (Adorno; Horkheimer, 2015), a educação para a juventude tem sido constantemente chamada para dar novas respostas à demanda de preparação para o trabalho, o que para além de mudanças estruturais no currículo, como nas apresentadas pelo NEM, tem implicado em mudanças nos materiais didáticos desta etapa de ensino.

Nessa direção, no Programa Nacional do Livros e do Material Didático do Ensino Médio (PNLD/EM) – incumbido pelo governo de apoiar e operacionalizar a implementação da BNCC e do NEM – o MEC propôs uma reformulação das antigas obras por disciplinas, com acréscimo de obras sobre projeto de vida e de formação continuada dos professores que tiveram como um dos seus critérios de avaliação “Olhar para o futuro sem medo” (Brasil, 2019).

De acordo como o Novo PNLD/EM:

Última etapa da educação básica, o ensino médio passa por um amplo processo de reformulação que tem como propósito promover uma trajetória escolar que faça mais sentido, gere maior engajamento, dialogue com o projeto de vida dos estudantes e desenvolva conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que os empoderem para lidar com os desafios da sociedade contemporânea (Brasil, 2019).

Para dar conta do medo e da angústia gerada pelas mudanças no mundo do trabalho, a alternativa apresentada nas obras didáticas do novo PNLD/EM foi a preconização de materiais voltados para o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores capazes de dar poder ao sujeito para lidar com o contexto adverso. Desse modo, o conteúdo e conhecimento presente nas obras e em todo o processo educativo passaram a ser entendidos apenas como meios e instrumentos para o

desenvolvimento de tais capacidades – assumidas como desejáveis e fundamentais nesse contexto de incerteza.

Representantes do Governo Federal defendem que a vantagem objetiva de tal proposta estaria no desenvolvimento de um comportamento flexível e empreendedor, capaz de dar condições aos jovens se inserirem no mundo do trabalho, e se alinharem com a necessidade de polivalência do trabalhador contemporâneo, capaz de identificar problemas, automatizar processos e transformar suas soluções em renda. Mas, para além do sentido prático e ideológico que essa proposta de materiais didáticos evidentemente apresenta, há ainda um outro aspecto que toca nas raízes da subjetividade neoliberal materializada na proposta de materiais didáticos para o Ensino Médio. Isso se mostra de um modo mais claro na seguinte fala realizada em uma audiência pública sobre o novo PNLD/EM:

Bom, a gente tinha uma produção (de livros didáticos) focada muito em objetos de conhecimento, e que isso também tá posto na BNCC do ensino fundamental, e chega no ensino médio esses objetos de alguma maneira se tornam mais genéricos, mas aí eu continuo com algo muito forte que é essa aprendizagem de competências e habilidades, que são os ditos processos cognitivos (...) o Novo Ensino Médio ele é metodológico, os objetos de conhecimento, os conteúdos estão no mundo, certo? Tanto é que eles viram grande parte desses objetos no Ensino Fundamental ou são facilmente encontrados na internet. A grande questão é, para esse estudante que está chegando lá, eu tenho toda essa informação no mundo, como eu trabalho com ela? Como eu trabalho essa informação e conhecimento? E mais do que isso, como eu trabalho essa informação e conhecimento e transformo isso em proposição? Porque eu saio desses processos cognitivos mais internos, mais passivos, que é de escrever, de analisar, de comparar, para processos extremamente complexos que é propor, sugerir, argumentar. Essa vertente, essa mudança em termo do que eu tenho que fazer com o documento que é a grande chave (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 37 min. 49 segs.).

O aspecto fatal da lógica empregada nas novas obras didáticas foi tentar transferir o jovem de uma posição *passiva* para uma posição *ativa* em relação aos processos de transformação tecnológica no mundo do trabalho. Reconhecendo que o principal fato gerador de medo, angústia e insegurança na juventude é a instabilidade causada pelas constantes mudanças no mundo do trabalho advindas do progresso técnico, assumiu-se que o problema estaria resolvido se, ao invés de ser afetado por essa instabilidade, os materiais didáticos os fizessem acreditar que eles mesmos poderiam produzir essas mudanças.

A astúcia, no presente caso, encontra-se em uma tentativa de introjeção do fenômeno causador do medo e projeção no mundo externo, um mecanismo de defesa do ego que Anna Freud chamou de identificação com o agressor. De acordo com Horkheimer (2015) quanto mais as vias para uma vida realizada estão impedidas, e mais os sujeitos sentem dificuldades de fazer planos para o futuro, mais somos levados a crer que só existe uma forma de se sentir seguros: diminuir a pretensão de felicidade individual, assumindo como estratégia a adaptação e imitação das coletividades nas quais nos inserimos; “é a sobrevivência alcançada pelo mais antigo meio biológico de sobrevivência, o mimetismo” (Horkheimer, 2015, p. 157).

Mas a consequência do emprego dessa racionalidade em uma política social como o PNLD que preconiza a formação cidadã, contudo, é o subsídio a uma atrofia no ego que ao invés de promover melhores possibilidades de compreensão da realidade, geram uma incapacidade de qualquer oposição a ela. Ao preconizar uma adaptação e imitação irrestrita do mundo em constante mudança, especialmente do padrão da empresa como modelo ideal, a proposta do novo PNLD/EM pressupõe possibilitar uma formação que qualifique melhor os sujeitos, aproximando-os da realidade. Mas uma vez que, hoje, pelas próprias características da realidade objetiva essa sobrevivência pouco pode ser garantida pela prudência e sacrifício individual, a proposta do novo PNLD/EM se mostrou ainda mais insuficiente do que a sua antecessora.

Apresentou-se como uma espécie de exercício mental para fazer com que os sujeitos lidem melhor com o contexto adverso. Todavia, como afirmou Freud em seu conhecido ensaio, *Inibição, Sintoma e Angústia: “Ao cantar na escuridão, o andarilho nega seu medo, mas nem por isso enxerga mais claro”* (Freud, 2014, p. 26).

3.3. 2. Alterar a noção de tempo

As várias formas pelas quais os seres humanos se relacionam com o tempo e com a memória revelam muito sobre a relação dialética entre a educação e as nossas necessidades históricas.

Na Grécia antiga há um bom exemplo de um regime de temporalidade que é cíclico, no qual relatos históricos, abundantes na literatura e nas artes, longe de

serem apenas passatempos vazios cumpriam um objetivo bastante preciso: transmitir experiências passadas que serviam de modelos para o que iria acontecer no futuro próximo. Essa possibilidade de antecipar o futuro dava aos seres humanos uma vantagem significativa para sua autopreservação. Tornava possível a preparação com antecedência para as contingências da vida.

A noção de tempo cíclica pode ser melhor compreendida se levarmos em consideração a sua relação com princípios universais. A busca por conhecer quais seriam as causas primeiras foi um grande objetivo de muitos rituais, mitos, religiões e de boa parte da filosofia antiga, e sempre implicou em uma grande valorização da memória. Afinal, sob essa perspectiva, relatar e conhecer os eventos que se passaram tornava-se a forma privilegiada por meio da qual os seres humanos poderiam conhecer e fixar os padrões e princípios de boa e má sorte a serem seguidos, assim como combater todos os vícios causados pela ação desorientada. O passado era compreendido como um grande “mestre da vida” (Koselleck, 2006).

Outro regime de temporalidade bastante conhecido é o linear e progressivo. Esse pode ser encontrado no seio do pensamento ocidental que convencionamos a chamar de “iluminismo”. A principal característica desse regime de temporalidade é a substituição do passado pelo futuro como um mestre da vida. No momento em que os princípios absolutos começaram a ser interpretados como ideologia, o passado deixou de lançar luz e deu lugar a um porvir que se pensava ser o momento do progresso humano. Na modernidade, o futuro passou a subordinar a relação tanto com passado – a ser derrubado como um resquício de mitologia – quanto com o presente - a ser acelerado em direção ao futuro próspero e humano.

Se desde a aurora da humanidade já é possível perceber elementos regressivos na dialética do progresso histórico, o sangrento e bárbaro século. XX solidificou ainda mais a percepção de que o progresso técnico não resultou necessariamente em progresso humano, o que alterou decisivamente a noção de temporalidade ocidental. Benjamin talvez tenha sido um dos que melhor apresentou a crítica a noção linear e progressiva de tempo em suas *Teses sobre o conceito de História* (1940). Nesse breve texto, Benjamin defende que a marcha em direção ao progresso ao ser carente de elaboração do passado, conduziu a um quadro de reprodução e intensificação da barbárie. O anjo da história havia sido empurrado

pelo vento do progresso, de onde via se acumularem entulhos, mortos e feridos sob os seus pés (Benjamim, 2001).

Por esse motivo, contemporaneamente parece haver um certo consenso de que a noção de historicidade linear perdeu a sua vinculação com a realidade objetiva. Em um período histórico no qual a barbárie persiste se reproduzindo, o modo como nos relacionamos com o tempo tem sido alvo de reflexões no debate educacional.

Uma manifestação desse fenômeno pode ser encontrada no novo Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Ensino Médio (PNLD/EM) brasileiro, cujo um dos critérios de avaliação de várias das obras propostas é “alterar a noção de tempo” (Brasil, 2019) em direção a sua superação, ou seja, uma imagem mais aproximada da complexa realidade. Em uma audiência pública sobre o novo PNLD/EM, um dos representantes do Ministério da Educação afirmou:

Tradicionalmente a gente tem uma aprendizagem que é assim, eu tenho um entendimento de progressão, eu estudo lá a antiguidade clássica daí eu vou para o medievo, daí eu vou para a modernidade e depois eu vou para o contemporâneo. E aí eu crio um modelo mental de que as relações de nexos causal são assim, vão em uma escadinha, que é uma forma muito legítima de se aprender, porque é o tempo, é uma das formas de organização do tempo, a historiografia da arte também trabalha assim, só que no novo Ensino Médio a gente vai comprar esse desafio que está preconizado na Base de mexer com o tempo, porque o tempo não é linear simplesmente, ele também é linear, também é progressivo. Trabalhar com o tempo é um dos maiores desafios em termos de cognição que a gente pode ter. E como a gente faz isso de maneira prática? A gente inverte a escala. É do presente para o passado, é do presente que pensa presente e futuro (...). Eu não vou voltar todo esse passado outra vez, ... não, eu tenho questões específicas que eu quero entender, o que é ser brasileiro, ser brasileira, ser jovem no Brasil, minhas angústias e vou tentar fazer ligações com o passado. Eu vou querer entender, ou seja, manifestações culturais muito próximas da vida desse aluno, porque essa é uma das chaves, é aproximar o aluno da sua vivência cotidiana. (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 40 min. 38 segs.).

Na fala, a necessidade de superar a visão linear e progressiva de tempo nos materiais didáticos foi defendida com referência às angústias cotidianas dos jovens brasileiros do séc. XXI. Para o representante do MEC, nesse contexto, mesmo que a visão linear da história ainda fosse uma forma legítima de se conhecer, essa deveria ser substituída por uma nova forma de temporalidade mediada pelo critério da utilidade para a resolução de problemas e desafios contemporâneos.

Semelhante ao regime de temporalidade linear, vemos que, nesse caso, o passado também não cumpre uma grande função educativa. A relação com o passado não é totalmente abolida no processo educativo, mas acaba seguindo uma outra lógica, a lógica de pequenos *links*. Isso significa que ligações pontuais com acontecimentos históricos seriam úteis para os estudantes, pois permitiriam a eles se inspirar e ter *insights* para resolver os problemas contemporâneos. O exemplo fornecido sobre a música sertaneja universitária evidencia que, sob essa perspectiva, o que se busca não são as lições do passado, mas como utilizá-lo para dar continuidade às transformações que já foram feitas.

A música sertaneja universitária é um ritmo e um estilo musical que se popularizou no Brasil nos anos 2000, movimentando uma indústria milionária, e carrega esse nome por ter se tornado popular entre estudantes universitários, especialmente os que vinham do interior do país para estudar nas grandes metrópoles. Essa integração entre o interior e as capitais contribuiu para a formação de um gênero novo que recebeu influências da música sertaneja tradicional e de uma série de outros estilos musicais urbanos, como pop e funk, tratando de temas da vida juvenil.

Sendo um tema contemporâneo que permeia a vida dos estudantes, mas que ao mesmo tempo possui um passado, o resgate histórico nesse caso não visaria permitir aos estudantes avaliar a situação da música e da vida dos jovens brasileiros, mas especialmente fornecer uma inspiração para que o processo de transformação musical continuasse a ser realizada e produzisse renda. O passado do sertanejo universitário é subordinado às necessidades do presente, não possuindo um ensinamento em si e tendo que fornecer *insights* para outras derivações, como no caso conhecido das “modas retrô”.

No entanto, isso não significa uma retomada do regime de temporalidade linear no processo educativo, pois, se não se pode dizer que o passado adquiriu grande relevância nas novas obras didáticas do Ensino Médio, tampouco o futuro cumpre uma função relevante. A crítica à visão de “escadinha” (progressiva) manifesta tanto no edital quanto na fala do representante do MEC não é apenas uma preferência de concepção. Está relacionada ao próprio contexto de angústia do jovem contemporâneo em relação a sua segurança no trabalho e nas relações sociais. Esse dado objetivo da realidade torna praticamente impossível a defesa de

uma visão positiva do futuro, demandando a necessidade de superação da visão progressiva nos processos formativos.

É sintomático desse fenômeno que, hoje, seja muito fácil de pensar o futuro como distopia do que como utopia, como mostra um sem número de filmes e séries que, na intenção de ser mera ficção, se aproximam da realidade mais do que muitos documentários. Nesse contexto, o que acaba restando para a educação é pensar o futuro também como extensão do presente. Quando tanto o passado quanto o futuro já não lançam mais luz, ou seja, já não ensinam lições e nem produzem esperança, o que resta é para a educação é uma reprodução incessante do presente sob diferentes formas e métodos. A orientação é que *links* e fragmentos de abordagem do passado e do futuro nas obras ajudem o estudante a reproduzir sua forma de vida.

Conforme apontou Adorno (2024), no texto “O que significa elaborar o passado”, adquire cumplicidade com a barbárie e, ao mesmo tempo, como uma forma de eliminar tudo aquilo que não se enquadra nessa lógica como se fosse um resquício irracional.

O tempo e a lembrança são liquidados pela sociedade burguesa em seu desenvolvimento como se fossem uma espécie de resquício irracional, do mesmo modo como a racionalização progressiva dos procedimentos da produção industrial elimina junto aos outros restos da atividade artesanal também categorias como a da aprendizagem, ou seja, do tempo de aquisição da experiência do ofício. Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando sem fôlego na adaptação ao existente, nisto reflete-se uma lei objetiva do desenvolvimento (Adorno, 2024, p. 35).

Desse modo, se a visão de temporalidade cíclica de tempo pressupunha a possibilidade de conhecer os princípios essenciais da vida, e a noção progressiva/linear de tempo pressupunha a possibilidade de superar com as formas estratificadas de vida em direção ao progresso, na proposta dos novos materiais didáticos do Ensino Médio assume-se que a história só pode ensinar uma lição: o mundo tem que ser aceito como ele é.

3.3.3. A crítica propositiva

Parece ser senso comum o entendimento de que o governo brasileiro não assegura os direitos educacionais que foram instituídos na Constituição Federal de 1988 (CF/88) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96). É verdade que nas últimas décadas houve alguns avanços importantes nas matrículas, no entanto ainda estamos muito distantes de alcançar nossas metas. De acordo com dados do Censo Escolar de 2024, apenas 74,5% da população com idade entre 15 e 17 anos estava efetivamente matriculada no Ensino Médio, o que significa que aproximadamente 3 milhões de jovens ainda se encontram fora da escola ou em uma etapa escolar que não é a esperada para a sua idade.

Somado a isso, condições estruturais deficitárias na escola, a persistente falta de valorização do trabalho docente e a ausência de articulação das políticas educacionais com políticas sociais mais amplas contribuem para compor um cenário que revela que as necessidades mais básicas para o funcionamento de um sistema de ensino ainda não foram alcançadas.

Mas isso não quer dizer que o desejo pela oferta de uma educação de qualidade para todos os brasileiros e brasileiras tenha sido totalmente abandonado e que não se faça nada a esse respeito. Ocorre que, em boa parte das vezes, os esforços acabam se concentrando na estrutura curricular das escolas. Essa estratégia adquire uma proeminência no debate educacional uma vez que a reformulação dos currículos não implica necessariamente em um aumento no investimento na educação, dando a impressão que ações para a melhoria no ensino estão sempre sendo realizadas.

Um grande exemplo é o caso da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se tornou a política educacional prioritária do Governo Federal a partir do ano de 2014 (Cruz, 2015), a despeito de todas as outras metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

A BNCC é um documento curricular normativo que foi aprovado no ano de 2018 com o objetivo de definir os direitos e objetivos de aprendizagem para toda a Educação Básica no Brasil. Mas a origem da ideia de que a educação brasileira necessitava de uma “base nacional comum” é outra. Remonta a uma tentativa de superar uma forma de oferta educacional dualista que perdurou durante quase todo

o séc. XX: de um lado a escola para as elites econômicas voltada para o preparo para o ingresso no Ensino Superior e, de outro, uma escola voltada para os menos favorecidos que tinha o objetivo de preparar para um rápido ingresso no mundo do trabalho.

Em articulação com a redemocratização, a base nacional comum, tal como foi inscrita na LDB/96, não trata de um documento curricular, mas de um princípio unificador de toda a Educação Básica. Enquanto um direito de cidadania, essa base nacional comum deveria ser universalizada para todos os cidadãos brasileiros. E para além da necessidade de preparar os estudantes para dar conta das necessidades mais imediatas - trabalho ou ensino superior -, deveria se orientar essencialmente pela formação da autonomia intelectual e o pensamento crítico.

A formação de subjetividades autônomas, dotadas da capacidade de pensar criticamente e se opor à realidade é uma condição da democracia. Afinal, conforme bem destacou Adorno (2009), a democracia está fundamentada na vontade de cada pessoa em particular, considerando que essa possui uma faculdade racional autônoma. Para se evitar um resultado irracional pressupõe a garantia de que cada sujeito possa servir do seu próprio entendimento sem a direção de outros. Pelo menos desde o momento da redemocratização, a formação de sujeitos críticos faz parte de um dos objetivos essenciais da educação no Brasil.

É necessário repensar todo o processo educativo para torná-lo democrático, bem como libertar a escola das suas tarefas compensatórias, devolvendo-lhe o relevante e essencial papel de bem ensinar a ler, escrever, contar e desenvolver no aluno habilidades básicas que lhe permitam uma atitude crítica diante da realidade” (Brasil, 1988, p. 18).

A maneira como um princípio como o de Base Nacional Comum, que em última instância aponta para uma necessidade de emancipação política, foi interpretado posteriormente como sinônimo de um documento curricular que prescreve competências e habilidades a serem exigidas dos estudantes, e o contexto político que o originou, já foi abordada em uma vasta literatura. Esse fato, assim como os outros mencionados, nos mostra que tão importante quanto demonstrar que os princípios e direitos que orientam a oferta educacional brasileira

não se concretizam é responder e buscar compreender as mediações que geram a falsa sensação de que eles estariam postos.

Nessa direção, se tomarmos como foco o princípio da autonomia intelectual, um caso referente aos critérios de avaliação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Ensino Médio nos fornece bons indicativos. A partir do ano de 2021, este programa tornou-se um dos principais responsáveis por induzir a implementação da BNCC e da Lei nº 13.415 de 2017, ambas políticas que visam tornar a escola mais adequada para os estudantes do séc. XXI. Ao seguir esse postulado, o edital que regulamenta a produção de livros didáticos no país retomou a discussão sobre o desenvolvimento do pensamento crítico, acrescentando uma interpretação a respeito de como esse princípio deveria se configurar na proposta educacional contemporânea.

No Brasil, em termos analíticos, a gente tem o que se chama de análise crítica, que é uma análise fundamentada, que é uma análise que vai no detalhe, que é muito de alguma maneira o que a gente acredita, os intérpretes do Brasil trabalham muito com isso, mas isso não é mais o suficiente. Basta de fazermos diagnósticos porque no fundo a análise crítica me dá um bom diagnóstico da realidade, mas entre fazer um diagnóstico e propor algo a partir desse diagnóstico é um mundo. Não adianta entender que no Brasil tem desigualdades sociais, a partir daí o que eu posso propor? É esse o que eu posso propor que é a chave. Aí é a chave porque aí eu falo de fato em protagonismo juvenil porque senão a BNCC vira uma letra morta. Então essa mudança de uma análise diagnóstica para uma análise propositiva é o norte e é isso que fundamentou todas as falas com todos os especialistas, de todas as áreas. É uma mudança da cultura mesmo escolar brasileira muito forte, mas que é também pauta do novo Ensino Médio trazer o empreendedorismo para dentro da escola (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 40 min. 43 segs.).

Há uma exigência explícita na fala sobre os livros didáticos. Para que ao estudante sejam dadas as condições de compreender e criticar a realidade, seus limites, contradições e problemas ele deveria ser incitado a apresentar individualmente quais seriam as soluções. O caráter coercitivo desse critério indica uma espécie de exigência de “prestação de contas” para o pensamento crítico que limita a possibilidade da promoção do seu desenvolvimento real.

A afirmação que o estudante deve “apresentar as soluções se quiser criticar” parte de uma compreensão de que o pensamento e os processos formativos devem estar a todo momento subordinados ao que as condições existentes impõem. Nesse

processo, qualquer possibilidade de exercício da fantasia, por mais sutil que seja, é desprezado. As soluções devem estar circunscritas a um universo reduzido de possibilidades.

Isso se torna claro na orientação prática para a produção de livros didáticos, e implica na seguinte orientação sobre a abordagem da desigualdade social brasileira: se uma obra quiser tratar da questão da enorme desigualdade existente no Brasil ela deve, ao mesmo tempo, tratar os seus leitores, os estudantes, como responsáveis por essa condição, influenciando-os a, talvez, criar projetos sociais, empreendimentos, soluções, produtos que, dentro das condições existentes, possam atuar em seu enfrentamento, mas nunca nas mudanças mais profundas e estruturais.

O que esse princípio ignora, no entanto, é que a fantasia e o distanciamento dos dados empíricos não são apenas um luxo de intelectuais improdutivos que, fechados em gabinetes e protegidos pela segurança institucional, podem gastar o seu tempo criticando dados óbvios. O distanciamento é uma condição do pensamento e da autonomia política e qualquer prática que não recorra a ela não pode ser chamada de pensamento. É possível que essa mesma dificuldade de pensar que se expressa no PNL D seja responsável pela miséria na imaginação política brasileira.

O pensar e a própria produção dos conhecimentos exige um distanciamento dos dados empíricos, das estruturas e condicionantes objetivos que permeiam a realidade, não por uma insuficiência do dado em si, mas pelos limites da razão. Isso porque, como se sabe, o que existe empiricamente nunca se identifica totalmente com a maneira como os seres humanos os apreendem em sua imediatez (Adorno, 2009). Desse modo, quando o conhecimento busca apreender com o máximo possível de objetividade um fenômeno, a primeira condição é a negação crítica da sua aparência imediata.

Essa independência do pensar não cai em um devaneio vazio no momento, porque, para compreender um objeto, é necessário ir além dele, mediando-o a partir do seu conteúdo histórico e o relacionando-o à constelação no qual se insere. Como ensina Adorno (2009), ainda que nunca seja possível captar a totalidade do real pelo pensamento, o pensamento que compreende os seus limites e vai além de si mesmo, compreende melhor o mundo em seu momento histórico.

Ao prender o raciocínio no que a condição objetiva estabelece, esvazia-se as possibilidades de imaginação política, impondo o que essa situação existente apresenta. A coibição da crítica mostra o quanto ela se torna indigesta em um momento de fechamento do espaço político. A educação se anula enquanto uma demanda social. O PNLD tem uma raiz na possibilidade dessa emancipação através do acesso ao conhecimento que permite o distanciamento da realidade sofrida, porém, a mediação histórica perde a vinculação com esse fundamento quando abdica desse postulado. Para aqueles que pouco têm, só o que resta é aceitar o que existe.

Com a negação da possibilidade da crítica, sem prestação de contas, acaba também a justificativa de uma política social como o PNLD. Pois se tudo o que se almeja é familiarizar os estudantes com o mundo e suas possibilidades de atuação, não seria necessário o investimento para a compra e distribuição de livros. Em sua origem essas obras, além de servirem de material de apoio do professor e melhorar a qualidade da educação, deveriam possibilitar fundamentalmente ao estudante a capacidade imaginativa. Por meio do acesso aos livros e ao conhecimento neles contidos, aos jovens que muitas vezes não tiveram outras fontes de recursos de formação cultural, seria possível ao menos ver além do que está posto, vislumbrando outros mundos e possibilidades.

3.3.4. O eu, o outro e o nós

A psicanálise ensina que o sentimento do eu que os seres humanos adultos possuem ainda não se encontra totalmente desenvolvido nos bebês. No início da vida, a percepção do bebê em relação a si mesmo é parecida com a de um oceano infinito que não tem nenhuma linha divisória. É somente no momento em que nos damos conta que coisas que nos dão prazer, como o leite materno, por vezes, furtam-se de nós que damos um primeiro passo para uma consciência mais clara sobre nosso ego e para o desenvolvimento do princípio de realidade (Freud, 1975).

Para Freud (1975), o desenvolvimento do princípio da realidade é fundamental para o funcionamento da sociedade. É, por meio dele, que conseguimos sublimar nossas pulsões em prol da manutenção de uma vida a longo prazo. Para o autor, se

os seres humanos tivessem toda a possibilidade de seguir os seus instintos não haveria nenhuma possibilidade de associação com outros seres humanos. O adiamento e o desvio dos instintos das suas metas originais (sublimação), mediado pelo princípio da realidade, aparece na obra freudiana como o grande fundamento da civilização e uma das principais tarefas das suas instituições formativas, como a escola. Essa (a civilização) ocuparia uma função muito importante para os seres humanos: 1) a proteção dos homens contra os ditames da natureza e 2) a regulamentação da relação dos homens entre si.

O problema estaria no fato de que a civilização, especialmente na sua forma capitalista, exige um adiamento e uma sublimação tão profunda e contínua dos desejos que acaba debilitando os próprios sujeitos. O adiamento e a sublimação constante dos desejos, por serem soluções fracas, e cada vez mais demonstrarem pouca garantia de uma manutenção de uma vida segura a longo prazo, geram aquilo que o autor chama de uma Mal-estar na Civilização que tende a retornar sob a forma de agressividade dos sujeitos contra os outros e contra si mesmo.

Em *Eros e Civilização*, Marcuse (1968) formulou uma possibilidade de superação desse mal-estar mediante uma sublimação não-repressiva, que poderia gratificar os desejos em outras atividades e realizações, como na forma de trabalho não-alienado – o que demandaria uma outra organização social, não mais mediada pelo desempenho e pelo capital.

No entanto, tendo que lidar com a formação do sujeito nessa sociedade, a escola ainda se depara com essa dubiedade. Na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, por exemplo, a relação com um projeto de vida é mediada por eixos que tentam fornecer respostas às possibilidades de conciliação dos projetos individuais dos estudantes com o mundo, uma proposta que foi melhor desenvolvida somente no novo Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Ensino Médio (PNLD/EM).

No novo PNLD/EM, os eixos “do eu, do outro e do nós” foram contemplados como critérios de avaliação e especificação técnica para a organização dos livros de projeto de vida e de formação inicial e continuada de professores e gestores. A explicação dada pelo MEC foi a seguinte:

Lá no Ensino Fundamental, os alunos eram expostos a uma tríade muito importante, que é o eu, o outro e o nós. Mais uma vez a gente chega no

Ensino Médio e isso supostamente estaria consolidado, mas como eles não tiveram a Base a gente está retomando, o eu, o outro e o nós. Mas deixa eu explicar o eu, o outro e o nós, o que que isso significa, em termos de BNCC. São círculos concêntricos mesmo, eu começo a tentar me investigar como sujeito no mundo, né? Então eu começo a me entender quem sou eu. Invariavelmente, por uma questão de construção identitária, eu só chego a entender quem sou eu a partir do outro. O outro, ele é sempre, sempre parte integrante do eu ou porque eu sou próximo ou porque eu sou diferente, enfim, esse outro é o que me baliza como sujeito. Mas tem uma questão muito grande, esse outro ele sempre pode ser entendido como o diferente, o inimigo, o que não sou eu, mas veja que um dos fundamentos da BNCC que já é uma tradição no PNLD é a formação cidadã. Então em algum momento esse outro, que fez entender o que era eu, tem que se tornar nós, se tornar nós, não quer dizer que eu tenho que concordar com o outro, não quer dizer que eu tenha que ter alinhamento axiológico, de valores de ideias com o outro, mas eu tenho que entender que nós partilhamos a mesma sociedade, o mesmo mundo, o mesmo planeta. Ele não é o outro a parte, ele é o nós. Então, esse caminho de reflexão desse outro que se torna nós, desse outro que faz entender o que sou eu, ele tem que ser retomado, e isso também vai ser uma âncora de todas as obras, ele vai estar ancorado nesse navegar do que esse livro propõe. Então vamos começar pelo autoconhecimento, que é o primeiro módulo, é o encontro consigo, depois tem uma expansão, exploração que é onde começa o encontro com o outro, tipo: - fulano de tal tem uma habilidade que eu não tenho, mas tudo bem porque eu tenho essa habilidade aqui, e tudo bem; - fulano de tal tem essa opinião e não é a que eu tenho, eu tenho essa outra, mas eu tenho que aprender a conviver. Até o que eu acho mais importante, e isso o professor Vitalino sempre fala com a gente, que é para o projeto de vida não cair no coach, não cair no ser autoajuda, tem esse momento que é bastante importante assim, que é o planejamento, porque projeto pressupõe projetar algo. Então se eu me conheço, se eu sei das minhas atitudes, se eu tenho o entendimento de como o mundo funciona, eu começo a... - Quais os planos possíveis que eu tenho para mim, nesse mundo? Isso pode ser os estudos que eu quero fazer no Ensino Superior, os Estudos que eu não quero fazer no Ensino Superior porque eu quero fazer um curso técnico, que pode ser do mesmo nível, ou eu quero dar uma pausa, eu quero ir para o trab...enfim, mas eu tenho que ter consciência dentro do meu universo o que que eu estou me projetando para ser nesse mundo e aí, porque que essa obra é tão... porque que essa obra pode ser tão extraordinária? Porque ela me ensina duas coisas, e isso eu gostaria que vocês estivessem atentos. Ela me ensina a tal da resiliência que a base preconiza, no sentido de: - eu preciso sonhar, mas eu preciso também ter pé no chão. E caso o meu projeto de vida não dê certo eu preciso ter um plano b e tentar outra coisa. E não me desesperar porque a vida é assim. A vida é movimento, a vida é inconstância. Existe os imponderáveis da vida cotidiana e isso tem que estar nesse livro de: - beleza, eu queria isso, mas eu não consigo então eu vou fazer outra coisa ou... não sei... - eu queria fazer um curso superior, mas eu não tenho dinheiro para pagar, então eu fiz outro curso, mas isso é a construção de um jovem resiliente, ou seja, aquele capaz de sofrer um baque e de levantar. Então esses projetos têm que ter planos b, planos cê que tudo bem, tudo bem falhar, tudo bem mudar de rota, mas a ideia de que você tenha entendimento de que a frustração faz parte da vida. Bom, ele é um volume único, então ele tem que ser trabalhado, ele tem que ser aberto ele não é.... isso aí foi muito...foi pautado pelos especialistas é que ele não pode ser um grande livro teórico, não é livro da sociologia da mobilidade social, por exemplo, porque aí se torna um material enf... mas um material para o aluno, pouco prático, pouco que ele consegue de fato produzir um diário, tem que ser um material visualmente atrativo e aí um termo arrojado que vocês chegaram eu vou chegar nesse termo, ou seja, que se aproxime

muito talvez de um RQ, de uma história em quadrinho, ou seja, que visualmente atraia o aluno que ele carregue esse livro também pelo o seu potencial estético, que faça parte dessas culturas juvenis, né? Isso é muito interessante, ele não é... eu não preciso enchê-lo de conteúdo. Isso é muito importante. Mas de provocações, de sugestões de proposições, de inspirações, está bom? (FNDE. Audiência pública sobre o PNLD do Ensino Médio, 2019, 58 min. 21 segs.).

Na primeira parte da fala, a tentativa de pensar os projetos de vida dos estudantes, seus interesses e aptidões ocorre mediado pela relação com os outros seres humanos.

Deixa-se claro que não basta saber o que se quer, é preciso ter “pé no chão”, ou seja, verificar quais são as suas possibilidades na relação com as condições objetivas da sociedade. Mas como mesmo com todo esse cuidado não é possível fazer nenhum prognóstico seguro, o fim da sugestão é manter a resiliência e seguir tendo planos a, b, c e d. Na impossibilidade de realização subjetiva na realidade, o sujeito assume como possibilidade de manutenção da própria vida a transferência das responsabilidades para si mesmo. E como a agressividade não é direcionada para as condições objetivas que causam um descontentamento, ela acaba se dirigindo contra o próprio sujeito.

A relação com a realidade externa também não tem grande sorte. Sobre a promessa de conciliação do eu com o mundo, mediada pelo princípio da realidade, a relação com o outro acaba sendo assumida como uma concorrência e/ou como algo meramente instrumental. O outro é visto como aquele no qual eu realizo as minhas forças, no qual eu penso minhas capacidades e no qual eu tenho que aturar para funcionar nesse mundo. Sutilmente, toda a possibilidade de uma existência na qual o sujeito e o ambiente não sejam vistos como algo hostil é abandonada.

A conciliação proposta entre a individualidade e a civilização, e suas demandas, acabam produzindo um efeito contrário. Ao invés de uma coexistência pacífica, essa relação é mediada pelo critério da utilidade para a produção de lucro.

3. 4. RESUMO DO CAPÍTULO

No presente capítulo, analisamos a composição e as especificações técnicas para os livros e materiais didáticos do PNLD/EM 2021. Constatamos que a tentativa de adequar essas obras à lógica contida no NEM e na BNCC estabeleceu uma nova forma de relação com o conhecimento que implicou significativamente sob a característica dessas obras. Com o conteúdo específico sendo visto apenas como um instrumento para finalidades externas, o desenvolvimento de competências e habilidades, o potencial formativo das obras no sentido de uma educação para a emancipação política acabou sendo significativamente suprimido.

Uma das principais novidades do PNLD/EM 2021 foi a ampliação dos livros e materiais didáticos adquiridos pelo programa. Os dois primeiros objetos, obras de projetos e por área de conhecimento, visaram contribuir para a internalização, tanto por parte de professores quanto por parte de estudantes, do foco formativo preconizado pelo NEM e pela BNCC. A justificativa fornecida pelos elaboradores do edital foi a de que, sob essa lógica, o conteúdo perderia valor em detrimento de processos cognitivos metodológicos, de modo que as obras não deveriam contemplar uma abordagem específica dos objetos do conhecimento. O resultado foi que somente língua portuguesa e matemática tiveram assegurado obras específicas.

Essa mesma lógica justificou o aumento das obras contempladas pelo programa, e a criação de obras específicas para a formação inicial e continuada de professores. Tendo em vista a desvalorização do conhecimento específico nos currículos, os formuladores das mudanças no PNLD/EM 2021 compreenderam que seria necessário fornecer um apoio maior para os professores mediante a proposição de obras que lhes dissessem exatamente o que fazer. Com isso, a própria ideia de um professor intelectual foi desmantelada assim como o objetivo do programa de contribuir com a valorização desse profissional.

Ao final tratamos ainda da neutralização do pensamento crítico em alguns dos principais critérios formativos contemplados no PNLD/EM 2021 e no NEM referentes, entre outros aspectos, à maneira de se relacionar com o tempo e a história, a preparação para o trabalho; a concepção de pensamento crítico e a relação dos estudantes com as outras pessoas na sociedade. Constatamos que, mesmo que esses aspectos tenham de fato dado atenção aos imensos desafios formativos que

os estudantes têm na contemporaneidade, ao estarem intimamente comprometidos com a concepção do NEM e da BNCC, no ciclo de 2021, as respostas que o programa deu a esses desafios foi ainda mais insuficiente que as edições anteriores, o que demanda uma profunda reflexão sobre os seus impactos.

4. MAL-ESTAR NA POLÍTICA SOCIAL

O próprio progresso da civilização conduz à liberação de forças cada vez mais destrutivas

Herbert Marcuse

No presente capítulo, analisamos algumas das alterações na dinâmica e no processo de funcionamento do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) realizadas a partir do ano de 2017 com o objetivo de adequá-lo à demanda de servir como um instrumento de indução para a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM – Lei nº 13.415 de 2017). Nessa direção, buscamos evidenciar a maneira pela qual, sendo mediada por uma racionalidade instrumental (Adorno; Horkheimer, 1985), tais mudanças acabaram destruindo importantes pilares democráticos que estão na origem deste programa, criando o que chamamos de um “mal-estar na política social”.

O conceito de mal-estar empregado não se restringe à analogia de uma situação incômoda gerada por uma patologia biológica ou psicológica. Tal como cunhou a psicanálise, remete à impossibilidade de realização dos desejos e pulsões humanas em um contexto civilizatório que, por sua lógica interna, tende a ser repressivo. No contexto atual, para que políticas sociais como o PNLD possam continuar existindo elas devem prestar contas, isto é, passar a ser totalmente condicionadas pela adequação ao imperativo de promoção e produção de novos mercados e subjetividades empreendedoras. Desse modo, a sua aspiração de ser uma política promotora de justiça social gerida democraticamente é significativamente prejudicada.

Desenvolvemos esse ponto a partir de uma análise empírica que aborda diferentes dimensões do fenômeno estudado. Em um primeiro momento abordamos a relação de codependência entre Estado e mercado de materiais didáticos no âmbito do PNLD, bem como a maneira pela qual essa relação, no contexto do NEM e da BNCC, movimentou interesses econômicos que influenciaram os direcionamentos dados a este programa. Em seguida, tratamos das implicações da

racionalidade instrumental contemporânea (neoliberal) para uma forma específica de fechamento do universo político (Marcuse, 2015) no PNLD, resultando no esgotamento total da escolha dos professores e no fim da participação das universidades no processo de avaliação das obras.

4.1. ESTADO E MERCADO DE MATERIAIS DIDÁTICOS

De acordo com a literatura especializada, a influência da economia nos materiais didáticos é um dos principais pontos de tensão sob o fundamento democrático do PNLD. Como bem apontaram Freitag, Costa e Motta (1997), a determinação de mercado repercute diretamente sobre as características e qualidade dos livros e materiais didáticos, e, sobretudo, sob as suas potencialidades formativas enquanto bens culturais. Além disso, somos obrigados a admitir que, no Brasil, a própria maneira como se constituiu a relação entre o Estado e o mercado de materiais didáticos é permeada por ambiguidades que trazem consequências diretas para as obras distribuídas, e que devem ser consideradas em uma reflexão mais ampla sobre o sentido do PNLD.

Por um lado, é conhecido o fato de que o grande investimento que é realizado pelo poder público no PNLD é responsável por uma boa parte do rendimento financeiro que o setor de livros e materiais didáticos tem no país. Por outro, haja vista que o Estado brasileiro não é – e nunca foi – um produtor de livros e materiais didáticos, para que a operacionalização do PNLD fosse possível, estabeleceu-se, no interior deste programa, uma relação de dependência mútua entre poder público e setor privado.

Parece ser difícil imaginar atualmente que em uma política pública do tamanho do PNLD seria possível uma produção de livros e materiais didáticos 100% pública, e que esta corresponderia plenamente às diferentes necessidades dos professores e estudantes brasileiros. O entendimento de que a compra das obras do setor privado, para além do benefício operacional, possibilita a aquisição de uma maior variedade de obras, incluindo aquelas produzidas especificamente para determinadas regiões, possui uma razão de ser. No entanto, a escolha por delegar ao setor privado toda esta produção não é apenas operacional. Em sua raiz

encontra-se a decisão política de tentar conciliar a garantia de direitos e a diminuição da intervenção do Estado na economia para tanto. O entendimento de que não é possível ignorar ambas as demandas é que gerou políticas sociais como o PNLD que, ao mesmo tempo em que subsidiam setores específicos da economia, garantem acesso a determinados bens para o conjunto da população.

De todo modo, se levarmos em conta que inerente à própria ideia de universalizar o acesso aos livros e materiais didáticos está uma defesa da necessidade de certa formação cultural cidadã e autônoma – que concebe o futuro como algo indeterminado – percebemos que uma vinculação de partida com um pressuposto político como esse acaba já, por si só, tornando o programa um tanto formalizado. Esse aspecto formal dos conceitos (Horkheimer, 2015), resultado da abdicação da racionalidade como uma faculdade teleológica, tende a suprir o conteúdo histórico e objetivo deste programa, fazendo com que entre em contradição com seus fundamentos. As características internas do PNLD e suas diversas polêmicas ao longo do tempo reforçam esse entendimento e demonstram o quanto é difícil estabelecer uma harmonia entre demandas tão opostas. No interior do PNLD, interesses e demandas particulares têm se chocado diretamente com os interesses coletivos, anulando-os por vezes de forma bastante evidente, como no conhecido caso em que editoras e produtores de materiais didáticos distribuem de brindes para os professores com o objetivo de manipular a sua escolha no PNLD.

Um ponto central e de maior tensão no programa é o fato de que, como afirmamos anteriormente, no processo de planejamento do PNLD, assim como de outras políticas educacionais brasileiras, os produtores de materiais didáticos não podem ser compreendidos apenas como meros prestadores de serviços. Devido à sua relação de codependência com o Estado, a qual já abordamos anteriormente, os produtores de materiais didáticos frequentemente têm sido consultados e convidados para participar dos processos decisórios sobre políticas educacionais, podendo atuar, em uma esfera privilegiada, em defesa dos seus interesses, projetos e demandas particulares. Tal característica evidentemente coloca em risco a capacidade de mediação dos diferentes interesses presentes na política pública e o caráter democrático deste programa, como já havia sido apontado por Höfling (2000). É justamente no campo da capacidade de mediação do Estado que reside

um dos argumentos mais sólidos contra a crítica das influências da determinação mercadológica das obras didáticas²³.

A defesa de que, no Brasil, os livros e materiais didáticos que são distribuídos para as escolas públicas por meio do PNLD não seriam produtos por excelência da Indústria Cultural (Adorno; Horkheimer, 1985) – isto é, apenas artefatos utilizados para a manipulação política das necessidades humanas, instrumentos de integração social à ordem mercantil – encontra um fundo de verdade quando reconhecemos as especificidades desses artefatos enquanto resultado de uma mediação direta do poder público, que, em tese, deveria contemplar os interesses de todos os sujeitos inseridos no seu processo. No entanto, à medida em que a capacidade de mediação estatal vai se deteriorando não apenas pelo avanço da atuação e do poder político dos produtores – o que vem ocorrendo ao longo dos anos, seja pelas posições adotadas ou pela formação de um oligopólio no mercado de didáticos e sua crescente influência sob o Estado – mas também pela posição vulnerável dos Estados nacionais frente às tendências macroeconômicas mais amplas, a defesa acaba perdendo fertilidade para a compreensão das reais potencialidades desse programa e seu sentido no contexto nacional.

Alguns dos nomes das empresas participantes do PNLD permanecem sendo os mesmos desde os anos 1980. Conforme apontou Cassiano (2007), nos anos iniciais do programa, a maior parte era de origem familiar e administrada por dirigentes brasileiros. Com o avanço do investimento estatal e a adoção de uma política macroeconômica favorável, a partir dos anos 1990, muitos grupos empresariais estrangeiros do ramo dos didáticos e comunicações adquiriram as editoras nacionais e se instalaram no país. As editoras Saraiva, Ática, Scipione e Moderna fazem parte das que foram adquiridas por grupos ligados ao capital internacional: a editora Saraiva pela International Financial Corporation (IFC); as editoras Ática e Scipione pelo grupo brasileiro Abril e o grupo francês Havas; e a Moderna pelo grupo espanhol Santillana.

Nos anos seguintes, a ampliação da matrícula na Educação Básica e o crescimento do investimento público no PNLD permaneceram tendências na agenda de políticas educacionais brasileiras, o que acabou tornando mais complexa a

²³ Ver Munakata (2012).

relação entre poder público e mercado no interior do programa. A permanência da mobilização de forças sociais que lutaram pela redemocratização certamente contribuiu para que, na Constituição Federal de 1988, o compromisso do Estado com a educação abrangesse um conjunto de garantias das quais se destaca, evidentemente, o fornecimento de programas suplementares de materiais didáticos (Saad Filho; Morais, 2018).

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; **VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde** (Brasil, 1988. art. 208. Grifo nosso).

A título de ilustração do teor da ampliação do investimento público no PNLD, no quadro a seguir, apresentamos a evolução histórica do investimento de todas as etapas de ensino entre os anos de 1996 e 2006.

QUADRO 6 - INVESTIMENTO ESTATAL NO PNLD ENTRE 1996 E 2016

PNLD	OBRAS ADQUIRIDAS	RECURSOS INVESTIDOS (R\$)	ALUNOS ATENDIDOS
1996	80.267.799	196.408.625,96	29.423.376
1997	84.732.227	223.251.104,59	30.565.229
1998	84.254.768	253.871.511,35	22.920.522
1999	109.159.542	373.008.768,44	32.927.703
2000	72.616.050	249.053.551,82	33.459.900
2001	130.283.354	475.334.698,90	32.523.493
2002	120.695.592	539.040.870,21	31.924.076
2003	119.380.441	600.074.313,00	31.911.098
2004	111.189.126	619.247.203,00	30.837.947
2005	50.649.055	352.797.577,00	29.864.445
2006	102.521.965	563.725.709,98	28.591.571
2007	110.241.724	661.411.920,87	31.140.144
2008	60.542.242	405.568.003,49	29.158.208
2009	103.581.176	591.408.143,68	28.968.104
2010	118.891.723	893.003.499,76	29.445.304
2011	135.916.919	1.077.000.000,00	37.114.908
2012	150.255.148	1.164.200.000,00	36.086.820
2013	132.670.307	1.115.887.346,61	33.084.503
2014	202.968.901,27	1.217.893.067,42	39.403.259
2015	186.650.355,63	1.175.967.978,38	30.601.344
2016	128.588.730	1.070.680.044,28	34.513.075
2017	152.351.763	1.295.910.769,73	29.416.511
2018	153.899.147	1.467.232.112,09	31.135.526

Fonte: FNDE²⁴

Vemos que, entre os anos de 1996 e 2006, o investimento público no PNLD obteve um impressionante crescimento de 187 %, e que, na década seguinte, de 2006 a 2016, esse crescimento foi de 108 %. Nesse momento, o valor regular anual investido no programa já começou a superar a marca de R\$ 1 bilhão de reais anuais,

²⁴<

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em dezembro de 2023.

consolidando o PNLD como uma prioridade na agenda governamental e como uma das principais políticas educacionais no âmbito nacional.

Cabe ressaltar que, mesmo que haja na série histórica uma pequena variação no crescimento do investimento – alguns anos possuem um investimento inferior ao do ano anterior –, isso não se deve a uma irregularidade na operação do programa. Trata-se de uma consequência da operação logística de funcionamento por ciclos que foi criada para gerar uma economia no investimento no programa. De três em três anos, o FNDE passou a realizar uma compra de obras que são reutilizadas pelos estudantes e professores nesse período. Desse modo, durante o período de intervalo, apenas as compras de reposição de obras, em um número significativamente menor, passaram a ser feitas pelo Governo; e os editais de compra organizados por etapas de ensino de maneira alternada entre os anos.

Por fim, outro dado que chama a atenção é o crescimento no número de estudantes atendidos e de obras distribuídas. Muito embora esse aumento seja menor se comparado ao do valor financeiro, a partir do ano de 1999, o PNLD manteve uma média histórica acima de 30 milhões de estudantes atendidos, número que por si só é maior do que a população total de muitos países. Como bem salientou Cassiano (2007), um dado como esse ajuda a compreender o grande interesse de corporações internacionais na política pública brasileira, pois essa fornece uma condição ideal de operação que, em outros contextos, dificilmente seria possível: uma compra regular e em grande volume de obras e recursos didáticos.

No momento em que Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), chegou à presidência da república no ano de 2003, as críticas da comunidade acadêmica sobre os vícios no PNLD já eram volumosas. Essas críticas tratavam, em síntese, da falta de qualidade das obras pela produção em larga escala, assim como da interferência do poder econômico no processo de escolha dos professores. Desse modo, existia certa expectativa de que, com um governo de origem democrático-popular, pudesse haver uma reformulação na política nacional do material didático e, até mesmo, o fim do PNLD (Silva, 2007). Todavia, dado a força dos interesses inseridos nesse programa, nesse caso especialmente os interesses econômicos, o PNLD não só continuou uma prioridade como continuou sendo ampliado. Em resposta às críticas dos vícios democráticos do programa, foram implementadas algumas regulamentações para práticas de comercialização do

mercado editorial e novos critérios de avaliação das obras que, contudo, não resolveram os maiores problemas.

Entre as ações mais significativas do início dos anos 2000, se destaca a criação do PNLD do Ensino Médio (Resolução CNE/CP nº 25 de 2005), com uma implementação gradativa a partir de 2005, bem como o PNLD da Educação de Jovens e Adultos (Resolução CD/FNDE nº 15 de 2009), e, já durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016), também do PT que sucedeu o governo Lula, o PNLD de Educação do Campo (Resolução CD/FNDE nº 40 de 2011). Como era de se esperar, o aumento progressivo do investimento público no PNLD intensificou, na segunda década do XXI, o processo de anexação de editoras por grandes grupos do ramo dos didáticos.

Em 2015, a Trapon investimentos, proprietária das editoras Saraiva, Atual, Formato, Benvirá e Caramelo e dos Sistemas de Ensino Ético e Anglo, adquiriu as editoras Ática e Saraiva, formando a maior empresa do ramo dos didáticos do país, a “Somos Educação”. Em 2018, a Somos Educação foi fundida com outra empresa gigante do setor educacional, a Kroton, que passou a se chamar Cogna Educacional, tornando-se o maior grupo empresarial de educação do mundo. Nesse mesmo ano (2018), outras empresas participantes do PNLD também se movimentaram. Um dos líderes de captação de recursos do PNLD, o grupo FTD, dono das editoras FTD e Quinteto Editorial, fechou uma parceria com outra grande editora IBEP, participante do PNLD desde a sua criação. Apesar das empresas negarem que se tratou de um processo de anexação, a parceria incluiu atividades como produção, comercialização e distribuição de obras e coleções da IBEP pela FTD e o nome da campanha publicitária sobre a parceria foi “O melhor da IBEP com a pegada FTD”.

Tudo isso fez com que, em 2018, apenas três corporações captassem cerca de 70% do investimento público realizado no PNLD, o que, juntos, representam mais de 1 bilhão de reais – conforme ilustrado no quadro a seguir.

QUADRO 7 - DISTRIBUIÇÃO DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS NO PNLD EM 2018

SOMOS EDUCAÇÃO	MODERNA	FTD
EDITORA ÁTICA EDITORA SARAIVA EDITORA SCIPIONE	EDITORA MODERNA EDITORA RICHMOND	EDITORA FTD QUINTETO EDITORIAL IBEP (PARCERIA)
R\$ 534.852.426,61 - 36%	R\$ 264.391.848,76 – 17%	R\$ 236.326.301,28 – 16 %
R\$ 1.035.570.576,65 - 70%		
DEMAIS EMPRESAS		
AUTÊNTICA EDITORIAL, BASE EDITORIAL, BERLENDIS EDITORES, CCS EDUCACIONAL, CEREJA EDITORIAL, EDICOES ESCALA EDUCACIONAL LTDA, EDIÇÕES SM LTDA, EDITORA AJS LTDA, EDITORA DIMENSAO LTDA, EDITORA DO BRASIL S.A, EDITORA POSITIVO LTDA, IBEP - INSTITUTO BRASILEIRO DE EDICOES PEDAGOGICAS LTDA, IMPERIAL NOVO MILENIO GRAFICA E EDITORA LTDA, LEYA EDITORA LTDA, MACMILLAN DO BRASIL EDIT.COML IMP E DISTRIBUIDORA LTDA, PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA-ME, ZAPT EDITORA LTDA, GLOBAL EDITORA E DISTRIBUIDORA LTDA, TERRA SUL EDITORA LTDA		
R\$ 431.661.535,44 - 30%		

Fonte: FNDE²⁵

O aumento no investimento público somado à intensificação da concentração das editoras em poucos grupos acabou consolidando o que Cassiano (2007) compreende ser um oligopólio nesta política pública e, sem dúvidas, continuou contribuindo para o aumento do faturamento do setor dos materiais didáticos no Brasil no início do séc. XXI. A prioridade governamental dada ao programa e a sua estabilidade ao longo dos anos consolidou também a importância do PNLD para este setor, tornando o programa um pilar de segurança para a economia do material

²⁵ <

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em dezembro de 2023.

didático no país. Como consequência, o aumento do poder político e a redução de possibilidades de escolha dos professores tornou ainda mais difícil um controle social desta política.

Mas, se a expansão que o PNLD teve no início do séc. XXI foi positiva para o mercado de materiais didáticos ela também acabou dando más notícias para este setor. O atendimento de praticamente todos os níveis e modalidades da Educação Básica fez com o horizonte de aumento no investimento público no programa chegasse ao seu limite. Em 2015 parecia que ao setor de materiais seria necessário aceitar que tudo o que era possível extrair dessa política pública, em termos financeiros, havia sido conquistado – os dados do Quadro 7 caminham nessa direção –, demonstrando uma grande estabilidade nos ciclos do PNLD na segunda década do séc. XXI. E, com o esgotamento do processo de anexação de outras empresas participantes do programa, a única alternativa possível parecia ser o investimento na diversificação dos produtos ofertados para as redes privadas e públicas estaduais que já estava em curso desde os anos 2000 no país.

Surpreendentemente uma nova janela de oportunidades para o crescimento do investimento público no PNLD foi aberta quando o programa passou por uma nova reestruturação com o objetivo de auxiliar a implementação de uma nova reforma educacional proposta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Novo Ensino Médio. Como afirmamos anteriormente, o fato de livros e materiais didáticos serem considerados como instrumentos de indução da implementação de políticas educacionais não é novo no Brasil. Pelo menos desde os anos 1990, o PNLD já era considerado pelo MEC como não apenas um programa voltado para a distribuição de livros didáticos, mas como um grande unificador do currículo nacional – e às vezes como o próprio currículo. Foi justamente esse entendimento o grande responsável pela expansão que o programa teve nesse período²⁶. Por esse motivo, quando a nova reforma educacional, materializada pela BNCC e pelo NEM, modificou não apenas a concepção de ensino, mas a estrutura curricular e as formas de oferta e financiamento do Ensino Médio, os materiais didáticos adquiriram um novo papel de destaque na agenda política brasileira e, em consequência, novas oportunidades de negócio foram geradas – o que não passou despercebido pelas empresas.

²⁶ Ver Capítulo 1.

A proposta do NEM e da BNCC era bastante diferente da anterior no que diz respeito a sua concepção de ensino e composição de disciplinas e componentes curriculares. Se tornou diferente também da formação e experiência dos professores, gestores e estudantes. Diante de currículos a respeito dos quais os professores e gestores não possuíam uma formação prévia e pouco sabiam, o Ministério da Educação se viu diante de um grande desafio para a implementação. Uma das soluções encontradas – para não dizer a única - foi criar novos materiais didáticos que se propusessem a solucionar ou mitigar esses desafios. E, para o mercado de materiais didáticos, esse desafio se tornou uma oportunidade. A atuação do mercado editorial nesse processo de reestruturação do currículo da educação básica, como não poderia deixar de ser, não foi passiva, mas ativa.

Sobre a participação no processo de elaboração da reforma, a Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais²⁷ (Abrelivros) deixou clara a sua posição. Em seu anuário comemorativo de 30 anos, a ABRELIVROS celebrou a sua história homenageando o PNLD como o grande responsável pelo crescimento do setor. O documento destacou a grande relação entre a criação do PNLD e da Abrelivros, afirmando que ao longo desses 30 anos os programas governamentais e o mercado editorial evoluíram juntos. Nessa relação de parceria, destacou um aspecto fundamental da parceria: o papel do setor na elaboração e implementação de reformas educacionais no contexto contemporâneo.

Para as editoras, esta é uma responsabilidade conhecida há bastante tempo. Ao longo da história da Educação brasileira, os livros didáticos vêm se mostrando pilares fundamentais da implantação de políticas públicas. “Foi assim com a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com a reforma ortográfica, e agora está sendo com a BNCC e com a reforma do Ensino Médio”, ressalta Beatriz Grellet, gerente-executiva da Abrelivros. A reforma do Ensino Médio é um caso especial. Desta vez, as mudanças exigem o que o ex-secretário da Educação, Eduardo Deschamps, chama de “mudança cultural”. Além de estabelecer um teto para o número de horas dedicadas à formação geral básica — ou seja, aquela comum a todos os brasileiros que estão na escola

²⁷ A ABRELIVROS foi criada em 1991 com o objetivo de criar e fortalecer um diálogo entre os produtores de livros didáticos e o Ministério da Educação que até então era inexistente. Inicialmente, a instituição contava apenas com 9 editoras associadas, mas em 2022, quando completou 30 anos de existência, esse número chegou a 21, sendo elas: Ateliê da Escrita, Casa das Letras, DSOP Educação Financeira, Edições SM, Editora Ática, Editora Dimensão, Editora do Brasil, Editora FTD, Editora gráfica Opet, Editora Moderna, Editora Schwarcz, Editora Scipione, Editorial 25, Fênix Editorial, IBEB/NACIONAL, Macmillan, Multimarcas Editoriais, Rede Salesiana Brasil, Editora Edebe, Saraiva Educação, Scriba soluções editoriais e Trioleca casa editorial.

de Ensino Médio —, a reforma introduz a figura dos itinerários formativos. Curricular (BNCC) (...) O foco no desenvolvimento das competências estabelecidas na BNCC e a possível integração dos conteúdos em áreas do conhecimento, por essência interdisciplinares, acrescentaram novo grau de complexidade ao trabalho do professor. Por isso, todo o processo da reforma incluiu também o PNLD do Ensino Médio. Evidentemente, os editores e as associações que representam o setor, especialmente a Abrelivros, foram chamados à discussão em diferentes momentos. “Sabemos o quanto é importante que haja materiais escolares de muita qualidade. A Abrelivros tem feito um trabalho essencial para trazer mais qualidade para a sala de aula”, ressalta Alice Ribeiro, diretora de Articulação do Movimento pela Base. “Os livros escolares são apoiadores e mais — são indutores e, muitas vezes, precursores do que pode ser feito em sala de aula” (Abrelivros, 2022, p. 32).

Para a instituição responsável por representar o setor de materiais didáticos, o apoio à implementação de políticas curriculares é uma responsabilidade conhecida há muitos anos. A experiência com reformas educacionais anteriores mostrou que todas as vezes que o currículo e as diretrizes para a Educação Básica mudaram no Brasil, os livros didáticos adquiriram uma maior importância pelo Governo Federal como ferramentas indutoras da implementação, e que esse fenômeno foi seguido de um aumento no investimento no PNLD. Antecipou que, no contexto da BNCC e do NEM, os livros e materiais didáticos teriam uma importância ainda maior do que em outros momentos; que a mudança pretendida pela BNCC e NEM, por suas características próprias, dependeria necessariamente de uma formação continuada, o que, nesse contexto, só poderia ocorrer por meio de materiais didáticos novos e diferentes dos que existiam até então; e que a estrutura do novo foco formativo por competências levou a um novo grau de complexidade o trabalho docente, mudando até mesmo o seu sentido e a sua identidade.

Sendo assim, o setor de materiais didáticos e o governo buscaram dar conta e, ao mesmo tempo, se valer do déficit pedagógico do magistério gerado pelo NEM e pela BNCC. Endossaram, em uma esfera privilegiada, a proposta de uma série de recursos educacionais que foram inseridos no PNLD/EM 2021, como obras de formação inicial e continuada de professores e gestores, recursos educacionais digitais e livros de projetos. Se no passado os livros didáticos apoiaram as mudanças curriculares, no contexto do NEM e da BNCC, os materiais didáticos foram considerados até mesmo como precursores delas, abrindo novas possibilidades de atuação do setor de didáticos no interior do PNLD.

Esse modo de gerir as políticas educacionais no Brasil tem sido usual no país; podemos chamá-lo, em acordo com Faria (2021) e Palú (2024), de Governança de Estado. No campo da educação, a Governança de Estado caracteriza-se pela coexistência entre o modelo burocrático de Estado e uma forma de gestão pública pautada na atuação de agentes e instituições de natureza privada na produção, implementação, avaliação, monitoramento e validação de políticas públicas.

Ao ser adotada como forma administrativa privilegiada na gestão da educação brasileira, a Governança de Estado tem gerado uma mudança estrutural em todo o ciclo de políticas educacionais no Brasil. Sob essa lógica, o governo tende a se comportar, conforme apontaram Dardot e Laval (2019), como uma empresa a favor de empresas. Por motivos óbvios, os defensores da Governança de Estado costumam apresentá-la como a mais democrática das práticas de gestão. No entanto, o seu caráter totalitário é facilmente identificável. Nela, nenhum desvio das normas, técnicas e valores próprios do setor privado pode ser tolerado. Essas práticas tendem a ser adotadas na gestão pública e, especialmente, nas políticas educacionais que passam a ser totalmente condicionadas pela necessidade de promover uma determinada subjetividade e o ganho de empresas interessadas na educação, como se vê também no próprio caso do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) ao longo dos anos.

Formas totalitárias de Estado não se resumem apenas às suas versões mais conhecidas e extremadas, como o Estado Nacional Socialista alemão e o regime stalinista soviético. Considerando o conteúdo histórico objetivo para além das regras formais de eleição de governantes e participação política, chegamos facilmente à constatação de que o totalitarismo também pode ser, em boa medida, compatível com muitos regimes democráticos contemporâneos. Os limites do espaço de deliberação coletiva da vida comum em sociedades democráticas já foram discutidos por diversos pensadores, clássicos e contemporâneos, e sob diferentes perspectivas e vertentes. Entre eles se destaca Marcuse (2015) que, em sua conhecida obra *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada* apresentou a tese de que, na sociedade capitalista industrial dos anos 60, as organizações sociais e econômicas passaram a integrar quase totalitariamente as esferas da vida dos seres humanos, reduzindo as possibilidades de luta por uma

transformação mais ampla da sociedade e produzindo o que ele chamou de “um fechamento do universo político” (Marcuse, 2015).

Em diálogo com a crítica da Indústria Cultural (Adorno; Horkheimer, 1985), Marcuse identificou que a superprodução gerada com o progresso técnico possibilitou a criação de um excedente produtivo de modo que permitiu e demandou um consumo crescente - em boa medida incentivado pelos Estados nacionais por meio de políticas públicas - da população historicamente excluída do acesso a esses bens. Até mesmo os chamados “bens culturais” de certa maneira passam a ser democratizados, assumindo a forma de mercadorias que ocupam o tempo livre e geram oportunidades de lazer integradas ao sistema de consumo. Desse modo, diante da possibilidade de uma “vida boa”, quer dizer mais confortável em relação a períodos anteriores, os trabalhadores não teriam tantos motivos para rejeitar o estado de bem-estar em prol de uma ideia de liberdade abstrata. Forma-se um sistema unidimensional no qual os sujeitos perdem a dimensão de autonomia, servindo e se adaptando praticamente totalmente.

Apesar de tratar de um contexto significativamente mais problemático do que retratado por Marcuse²⁸ (2015), a lógica da Governança de Estado neoliberal possui similaridades com o fenômeno analisado pelo autor. No entanto, para a compreensão desse fenômeno, são necessárias algumas considerações. Em primeiro lugar, devemos reconhecer que a Governança de Estado não é a única lógica operante na produção de políticas educacionais atualmente. Essa forma administrativa coexiste com outras que, por vezes, lhe negam e tencionam (Faria, 2022). Em segundo lugar, como o próprio autor considerou em sua análise, se quisermos realmente compreender o teor e o sentido real da Governança de Estado na educação, devemos assumir também que não se trata apenas de um movimento de influência no qual o Estado é tensionado pelos interesses das empresas em lucrar.

Nos recorrentes debates sobre privatização das políticas educacionais, são bastante comuns, e ao mesmo tempo tentadoras, as interpretações de que os avanços do setor privado sob o setor público são movimentos exclusivamente realizados por sujeitos poderosos economicamente que fazem prevalecer seus interesses na esfera política. Mas, ainda que essa interpretação não esteja

²⁸ O autor se referia especialmente ao Estado de Bem-estar social.

equivocada, é necessário destacar que, muitas vezes, é o próprio poder público que, por incapacidade técnica e/ou posicionamento político, deliberadamente convoca o setor privado para compartilhar a responsabilidade pela garantia dos direitos sociais

Foi o ex-ministro da educação do Brasil, Paulo Renato de Souza, e não um representante do setor privado, que afirmou que uma das maiores conquistas da sua gestão foi justamente convencer empresas e organizações do terceiro setor a assumir sua responsabilidade social com a educação mediante o argumento de que o ganho desse processo seria mútuo. Essa colaboração era vista como uma forma de conciliar interesses tradicionalmente dicotômicos; sob o ponto de vista estatal, poderia contribuir para diminuir a sua responsabilidade com as demandas sociais e, para as empresas, diante do inevitável investimento público no setor, a educação apareceria como uma ótima oportunidade de negócio.

Sendo assim, percebemos que a racionalidade instrumental que sustenta a Governança de Estado não defende a todo custo o fim da intervenção do poder público na economia, mas condiciona essa intervenção a princípios mercadológicos. Ao invés de “menos Estado e políticas sociais” ocorre muitas vezes uma defesa de “mais Estado e políticas sociais” (Dardot; Laval, 2016). Essa intervenção, todavia, não têm o mesmo sentido que aquelas próprias do Estado de bem-estar; trata-se de uma intervenção na qual todas as fases do ciclo de políticas educacionais são vistas como oportunidades para a criação de mercados ainda inexistentes (Faria, 2022).

Caso paradigmático do fenômeno que estamos tratando foi a produção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio (NEM), políticas educacionais orientadas por uma perspectiva de formação cuja referência máxima é o sujeito empreendedor, que contou com grande participação de agentes e instituições ligadas ao setor privado. Após a aprovação dessas políticas, vários dos sujeitos e instituições que participaram da discussão e elaboração desses documentos também acabaram participando do processo de implementação, seja pela prestação de serviços, assessorias, ou até mesmo pela venda de materiais didáticos e tecnologias educacionais.

Entre os atores que tiveram um papel de destaque na defesa de ambas as políticas está o Movimento pela Base Nacional Comum Curricular, criado no ano de 2013 por sujeitos e instituições de natureza privada e pública, com a defesa de que o Brasil necessitava urgentemente de um documento curricular nacional prescritivo

de competências e habilidades a serem aferida dos estudantes da Educação Básica. Na formulação do NEM e da BNCC, o Movimento pela Base Nacional Comum atuou mediante a organização e financiamento de seminários com a participação de burocratas e políticos no processo de proposição de políticas educacionais no Brasil. Também contratou assessorias internacionais para o Ministério da Educação (MEC) e teve como sujeitos integrantes do Governo muitos dos seus membros.

De acordo com Faria (2021), as instituições que compunham o Movimento pela Base no ano de 2019 eram:

Banco Itaú BBA, Fundação Itaú Social, Instituto Unibanco, Instituto Inspirare, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann, Instituto Natura, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Instituto Rodrigo Mendes, Serviço Social do Comércio (SESC), Ministério da Educação (MEC), Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Banco Mundial (BM), Comunidade Educativa (CEDAC), Fundação SM, Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEPE/FGV), Instituto Singularidades, Academia Paulista de Educação, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), Movimento Todos pela Educação, Fundação Cesgranrio, Abrelivros, Laboratório de Educação (Lab Edu), Cidade Escola Aprendiz (ONG), Instituto INSPER, Fundação Roberto Marinho, Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE). (Faria, 2022, p. 28).

A participação da Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros) - criada nos anos 1990 para representar o setor frente ao Governo Federal - no Movimento pela Base Nacional Comum Curricular é compreensível. Desde o início da discussão sobre a BNCC e o NEM, os propositores dessas políticas atribuíram um papel de destaque aos livros e materiais didáticos no processo de implementação. Como vimos anteriormente, a Abrelivros defendeu a reforma e admitiu a participação do setor em debates e espaços decisórios sobre o NEM e a BNCC, afirmando que essa participação se tornou indispensável devido ao papel central que os livros e materiais didáticos ocupam na materialização do currículo escolar no Brasil.

O fato de a Abrelivros compreender que a mudança estrutural no currículo da Educação Básica brasileira seria uma excelente oportunidade para a ampliação dos negócios dos seus representados não retira a possibilidade de que a instituição, de fato, tenha acreditado no mérito e na pertinência educacional dessas ações. De todo

modo, a implementação do NEM e da BNCC se tornou um caminho bastante fértil para a produção de novos mercados educacionais, consolidando essas políticas educacionais na lógica da Governança de Estado, como políticas feitas pelo mercado e para o mercado, isto é, em consonância com seus interesses econômicos.

As dificuldades para o Governo Federal implementar o Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415 de 2017) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abriram uma janela de oportunidades para a expansão da atuação do nicho de materiais didáticos no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Além da reformulação dos tradicionais livros didáticos, que foram organizados em obras por áreas de conhecimento e de projetos (integradores e de vida), o edital do PNLD/EM ciclo 2021 propôs outros três objetos de mediação curricular: obras de formação inicial e continuada de professores e gestores, recursos educacionais digitais e obras literárias.

Esse fenômeno reforça uma tendência de diversificação da atuação do setor de materiais didáticos no Brasil que se intensificou a partir dos anos 2000. Se durante boa parte da sua existência, o PNLD manteve a sua proposta de comprar e distribuir apenas os tradicionais materiais didáticos escolares, em paralelo ao programa o setor de materiais didáticos nacional fez vários outros movimentos para a diversificação e expansão da sua atuação. Neste âmbito, destaca-se a comercialização dos chamados “Sistemas de Ensino”.

De acordo com Cassiano (2007), os Sistemas Estruturados Privados de Ensino (SEPE) ou, como popularmente são conhecidos, “Sistemas Apostilados de Ensino”, são metodologias de trabalho pedagógico escolar totalmente organizadas e fechadas. Essas são vendidas para as escolas por meio de uma série de recursos e tecnologias educacionais que são vendidas para as escolas e secretarias de educação com a promessa de garantir, por si só, o cumprimento das metas educacionais estabelecidas.

Campanhas de publicidade sobre os SEPE costumam divulgá-los como ferramentas/máquinas aceleradoras de resultados. A analogia é justa, afinal os SEPE de fato são recursos técnicos voltados essencialmente para os processos de educação escolar. No entanto, conforme mencionamos anteriormente, eles são compostos por um conjunto de recursos de mediação curricular, sendo um dos mais

conhecidos as apostilas escolares que se popularizaram com o uso massivo em cursinhos pré-vestibulares no Brasil. Com o avanço do progresso tecnológico, no atual momento, os SEPE são compostos também por recursos de mediação curricular digital, como planos de desenvolvimento, planos de ensino, ferramentas de avaliação do estudante, entre muitos outros.

A maior parte da inserção dos SEPE concentra-se na rede privada de ensino. Ainda assim, estudos como de Cassiano (2007) e Adrião, Garcia, Borghi e Arelaro (2009) identificaram que, a partir dos anos 2000, empresas do ramo dos didáticos que comercializavam os SEPE também passaram a direcionar esforços para a sua inserção na rede pública, especialmente em pequenos municípios que adquiriram os materiais com recursos próprios. A ação gerou bastante polêmica, uma vez que esses municípios já recebiam livros didáticos enviados pelo PNLD, evidenciando um grande desperdício de recursos públicos.

Para o setor dos materiais didáticos, se tratava de uma forma de ampliar seu ganho financeiro tendo em vista que a venda dos SEPE se mostrou muito mais lucrativa do que dos tradicionais livros didáticos. Para os Governos Municipais, a compra de Sistemas Estruturados de Ensino com recursos próprios se tornou pertinente por dois motivos. Em primeiro lugar pelo déficit técnico de muitas secretarias da educação em prover formação continuada para os professores e, em segundo lugar, pelo efeito político de tal ação, uma vez que mediante tal ação a rede de ensino passaria a ter o selo de uma grande empresa privada (Cassiano, 2007).

No atual momento, praticamente todas as corporações de materiais didáticos que participam e predominam no PNLD também comercializam Sistemas Estruturados Privados de Ensino.

QUADRO 8 - EMPRESAS PARTICIPANTES DO PNLD QUE POSSUEM SEPE

GRUPOS DE MATERIAIS DIDÁTICOS	SISTEMAS ESTRUTURADOS PRIVADOS DE ENSINO
SOMOS EDUCAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de ensino ANGLO - Sistema de ensino PH - Sistema de ensino Fibonacci - Sistema de ensino Maxi - Sistema de ensino Mackenzie - Sistema de ensino ético - Ampla plataforma de ensino
FTD	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de ensino FTD - Sistema de ensino Trilhas - Sistema de ensino SM - Sistema de ensino Saber + - Sistema de ensino Quero Saber + - Sistema de ensino Stanford Evolution - Sistema de ensino Educação Pública
Santillana (MODERNA)	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema de ensino Farias Brito - Sistema de ensino compartilha - Sistema de ensino UNO - Sistema de ensino Kepler - Sistema de ensino Pitangá

FONTE: O autor.

Com a aprovação do NEM e da BNCC, gerou-se uma situação favorável para que a lógica de composição e organização dos SEPE também adentrasse o próprio PNLD. Devido às profundas mudanças curriculares que ambas as políticas propuseram, o mesmo déficit técnico que antes se observava em pequenos municípios brasileiros foi estendido para todo o conjunto dos estados do país. Esse fenômeno contribuiu para a formação de uma percepção, por parte do Ministério da Educação, de que seria necessário disponibilizar novos e diversos recursos

educacionais no sentido de apoiar a implementação do currículo e a formação continuada de professores. Para tanto, foi necessário alterar as próprias regras de funcionamento do programa, o que foi feito por meio do Decreto nº 9099 de 2017.

Sendo assim, a reforma favoreceu o mercado de materiais didáticos por meio de três processos concomitantes. Em primeiro lugar, destaca-se a comercialização de novos Sistemas Estruturados de Ensino para as redes pública e privada, mediante a propaganda de que tais materiais estariam de acordo com as novas orientações curriculares, obrigatórias de serem compridas em ambos os contextos. Nesse período, a etiqueta de “alinhado à BNCC” ou “alinhado ao Novo Ensino Médio” esteve presente em muitos desses materiais.

Em segundo lugar, o setor de materiais didáticos foi favorecido pela reforma mediante a venda de uma série de soluções educacionais diretamente para estados e municípios, tendo como um dos seus objetivos apoiar a implementação do NEM e da BNCC. Somente no Estado do Paraná, entre 2016 e 2024, o Governo investiu mais de 53 milhões de reais em ferramentas e plataformas educacionais digitais, além de aplicativos e outros recursos.

Por fim, cabe mencionar também aquilo que afirmamos no início. A reforma beneficiou diretamente a expansão no PNLD. A abertura legal que o Decreto nº 9.099 de 2017 permitiu ao Governo Federal inserir uma série de novos recursos educacionais no PNLD-EM ciclo 2021. Com essa configuração, a própria estrutura do programa acabou se aproximando substancialmente da lógica dos Sistemas Estruturados Privados de Ensino.

Note-se que praticamente todos os recursos comercializados pelo nicho de Sistemas Estruturados de Ensino foram inseridos no PNLD-EM. Desse modo, ainda que as obras do programa, por um princípio ético e democrático, sejam independentes entre si, a sua produção, muitas vezes em coleções, tornou-se um fator de articulação que confere unidade a todos os objetos de uma mesma empresa. E, para um professor ou uma rede de ensino, sob essa organização, tornou-se muito mais pertinente optar por escolher obras da mesma coleção.

Outro ponto que favoreceu a implementação de uma lógica de Sistemas Estruturados de Ensino no PNLD-EM foi a abertura para a possibilidade de que estados e municípios optassem por comprar obras ou coleções únicas para todas as escolas, ou parte delas, do seu território. Além de praticamente pôr fim ao processo

democrático de escolha dos professores, esse elemento contribuiu para a ideia de que o Governo Federal poderia comprar um pacote único de materiais didáticos para implementar o Novo Ensino Médio e a BNCC. Assim, se no passado os Sistemas Estruturados Privados de Ensino eram um nicho de mercado que corria em paralelo ao PNLD, com a reestruturação do programa a sua lógica se inseriu na própria composição desta política social.

Em termos de investimento, o ciclo do PNLD-EM 2021 foi o maior da história. A ampliação da composição das obras permitiu que, ao final, o investimento público no programa chegasse ao valor de R\$ 1.155.140.797,00. Esse valor também é superior ao que foi investido nos editais de todas as etapas contempladas no programa no ano de 2013.

O gráfico abaixo mostra a evolução do investimento com o programa na etapa do Ensino Médio.

QUADRO 9 - INVESTIMENTO NO PNLD/EM 2021

OBJETO	ANO DE DISTRIBUIÇÃO	VALOR DO INVESTIMENTO EM R\$
1/2	2022	896.952.236
3	2023	27.486.552,14
4	SUSPENSO	SUSPENSO
5	2023	230.702.009
Total		1.155.140.797

FONTE: Dados obtidos via Lei de Acesso à informação.

QUADRO 10 - SÉRIE HISTÓRICA DO INVESTIMENTO NO PNLD/EM (2008-2021)

CICLO DO PNLD	ANO DE DISTRIBUIÇÃO	VALOR DO INVESTIMENTO EM R\$
2008	2008	504.675.101.27
2011	2011	720.629.200.00
2015	2015	787.905.386,58
2018	2018	879.770.303.13
2021	2022-2023	1.155.140.797

FONTE: FNDE e dados obtidos via Lei de Acesso à informação

Cabe ressaltar, porém, que uma das possibilidades que justificam um valor tão superior às edições dos anos anteriores se deve ao aumento do período de duração dos ciclos do programa, que passou a ser de 4 em 4 anos e não mais de 3 em 3 anos. De todo modo, o valor de investimento deveria ser ainda maior se o objeto 4, de recursos educacionais digitais, não houvesse sido suspenso por tempo indeterminado.

A inserção do objeto 4 no PNLD-EM foi uma das maiores inovações do ciclo 2021 do programa. Sua proposta foi ousada e disruptiva em relação aos editais anteriores e por esse motivo também levantou debates e polêmicas a respeito da sua possibilidade. Na primeira audiência pública promovida pelo FNDE a respeito deste ciclo do programa, em sua exposição, a equipe responsável pelo edital, mesmo apresentando um esboço do que seria esse objeto, demonstrou certa indefinição e insegurança a respeito da proposta.

(..) é desafiador a aquisição e distribuição dos recursos educacionais digitais, consignados no EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2020 – CGPLI EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO - PNLD 2021 – OBJETO 4. Os próprios recursos desse Objeto já exigiram desta Autarquia a cultura inovadora, face a um dos catalisadores para ideias inovadoras, qual seja a necessidade gerada devido ao cenário pandêmico enfrentado no último triênio. Destacamos que a aquisição dos Recursos Educacionais Digitais, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – (PNLD), impõe a esta Autarquia maior desafio notadamente pela inovação e propósito de disponibilizá-los a todos os estudantes e professores, tal como o material impresso, tempestivamente e sem a dependência de artefatos

da própria escola (do contrário a maior parte das 140 mil escolas seriam excluídas da oportunidade de agregar esse ferramental), correndo à conta deste FNDE o Desenvolvimento, Disponibilização e Manutenção da Plataforma Digital PNLD, com o fim de oferecer simultaneamente às escolas referido material. Nesse contexto, de desenvolvimento da referida Plataforma, não caberia ao FNDE contratar e efetuar desembolso para a aquisição dos Reds anterior à viabilização de meios para disponibilizar esses recursos. Assim, quanto à edição do PNLD 2021 - Objeto 4 (recursos educacionais digitais) está em andamento o projeto de Desenvolvimento, Disponibilização e Manutenção da Plataforma Digital PNLD, não cabendo nesta oportunidade à Administração Pública a aquisição dos recursos em comento. Nossas equipes técnicas trabalham com afinco nesse projeto e também anseiam pela sua conclusão e oferta dos recursos educacionais digitais aos mais de trinta milhões de estudantes da rede pública (Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação, 2024, grifo nosso²⁹).

Como se pode notar, a justificativa para a suspensão temporária do objeto 4 envolve aspectos mais técnicos do que políticos. A impossibilidade de disponibilizar os recursos digitais para todas as escolas participantes do PNLD, por suas condições materiais, fez com que o próprio FNDE passasse a se mobilizar para o desenvolvimento de uma plataforma digital própria, na qual seriam hospedados os diversos recursos adquiridos pelo programa. Trata-se de uma solução aparentemente interessante. No entanto, chama a atenção o descompasso evidenciado entre o MEC, responsável pela parte pedagógica do PNLD, e o FNDE, responsável pela parte técnica.

Não é nenhum segredo que boa parte das escolas brasileiras e redes de ensino não possuem condições necessárias para hospedar e receber recursos educacionais digitais. Mesmo assim, foi decisão do Ministério da Educação propor a incorporação dessas obras no programa, sob a justificativa da necessidade de auxiliar de um modo mais direto a implementação do NEM e da BNCC. Desse modo, o desconhecimento das dificuldades para a operacionalização da proposta, papel do FNDE, é um dos fatores que podem levar a essa insistência. De todo modo, a forte pressão, presente nos discursos sobre a reforma, sobre a necessidade de promover mudanças culturais na escola e incorporar recursos digitais também teve a sua parcela de contribuição.

4.2. QUEM ESCOLHE AS OBRAS DIDÁTICAS

²⁹Resposta obtida via Lei de Acesso à informação. O conteúdo completo encontra-se em anexo.

Já faz bastante tempo que a seleção dos livros didáticos que são usados nas escolas públicas de Educação Básica no Brasil fica sob responsabilidade dos professores e professoras. A cada ciclo do PNLD, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – instituição responsável por toda a parte operacional – encaminha para as escolas participantes do programa o chamado “Guia do Livro Didático”. Este consiste em um livro de resenhas – que é totalmente digital –, referente a todas as obras que foram aprovadas no programa pela Comissão de Avaliação do PNLD. O objetivo do guia é fornecer subsídios técnicos para que os docentes possam tomar suas decisões sobre o livro que vão trabalhar da forma mais fundamentada possível. Pressupõe-se que, após lerem o guia, os professores e professoras estariam aptos para indicar suas escolhas na plataforma do Governo Federal.

O fato da escolha dos livros didáticos ser uma responsabilidade dos professores e professoras é uma das principais características do PNLD desde a criação deste programa, no ano de 1985. Em acordo com os princípios democráticos do Estado brasileiro, bem como com um dos objetivos centrais deste programa, valorizar a profissão docente, a escolha docente é uma forma de promover a autonomia deste profissional no exercício do seu trabalho. Contribui igualmente para um melhor aproveitamento do investimento público na educação, uma vez que visa garantir a adequação das obras distribuídas pelo governo com as demandas educacionais das múltiplas realidades culturais e educacionais presentes em um país com dimensões continentais como o Brasil.

Ao longo de todo o tempo de existência do PNLD, o modo como os docentes selecionam as obras com as quais irão trabalhar em sala de aula não foi alterado significativamente pelas diferentes gestões do Governo Federal. Todavia, a falta de condições materiais e objetivas para que os professores possam, efetivamente, eger as obras mais adequadas ao seu contexto vem indicando sérias limitações nesse processo. Trataremos a seguir de alguns dos desafios históricos para a efetivação dessa escolha e, por fim, discutiremos os motivos e os sentidos da sua inviabilização no contexto contemporâneo.

Um conhecido aspecto limitador da liberdade de escolha docente envolve o próprio processo de avaliação das obras didáticas. Quando o Governo Federal passou a realizar uma ampla distribuição dos livros didáticos para estados e

municípios nos anos 1980, durante a gestão de José Sarney, muitas críticas à qualidade dessas obras foram publicadas tanto em jornais quanto em periódicos acadêmicos. Sendo assim, nos anos 1990, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, o MEC passou a se responsabilizar também pela avaliação das obras, o que teve uma consequência direta para a escolha dos professores. Passou, então, a ser mediada por uma seleção prévia e por uma avaliação publicada no formato de resenha crítica no Guia do Livro Didático. Tal decisão, por um lado, contribuiu, em boa medida, para uma maior regulação da produção do mercado editorial, e, por outro, reforçou o entendimento amplamente difundido na época de que os docentes, por sua baixa qualidade formativa, não teriam condições técnicas para avaliar e selecionar boas obras por si sós; entendimento este que, de certo modo, perdura até hoje.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração nessa discussão diz respeito aos impactos do fator econômico. A formação gradativa de um oligopólio no mercado editorial brasileiro a partir dos anos 1990 afetou diretamente as possibilidades de escolha das obras pelos docentes por diferentes motivos. A incorporação de novas práticas de produção de obras, como a coedição, montagem de livros por grupos de autores, o desenvolvimento da expertise em atender as exigências MEC, e a produção em larga escala para o atendimento de todo território brasileiro (Cassiano, 2007), fez com que as obras adquiridas pelo PNLD se tornassem muito parecidas entre si³⁰. A técnica quase industrial, empregada por diferentes grupos editoriais, tornou as distinções entre as obras tão sutis, que gerou um estranhamento para alguns dos seus autores (Santos, Silva, 2017). Seguindo o modelo da Indústria Cultural (Adorno, Horkheimer, 1985), as distinções mais significativas entre as obras acabaram dizendo mais a respeito de certa linguagem para um grupo específico para o qual foram criadas e recursos adicionais (forma) do que em relação ao seu conteúdo propriamente dito. E, além disso, ainda que o catálogo de livros aprovados no PNLD tenha continuado apresentando uma grande quantidade de títulos e coleções, mesmo optando por obras de coleções e editoras distintas, os professores passaram a correr um grande risco de escolher obras do mesmo grupo empresarial.

³⁰ Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica (Adorno, Horkheimer, 1985. p. 100).

A influência do poder econômico das corporações no êxito da vendagem também é apontada em diferentes estudos que abordam o processo de escolha das obras pelos professores (Cassiano, 2007; Mantovani, 2009; Martins; Sales; Souza, 2009; Camilo, 2010; Moraes, 2011; Zambom; Terrazzan, 2013; Turin; Aires, 2016; Ströher; Monteiro, 2018; Nascimento; Amestoy; Tolentino-neto, 2018; Martins; Garcia, 2019; Santos; Alves, 2021). Uma vez que, no processo do PNLD, o professor é o responsável legítimo por indicar as obras a serem adquiridas pelo FNDE, o deslocamento da atenção do mercado editorial para esses sujeitos também ganhou um impulso a partir dos anos 90. Nesses estudos, evidencia-se que a falta de tempo para o estudo das resenhas críticas elaboradas pelo Governo e de diálogo com os pares, contribuiu para que os professores pautassem suas escolhas pelas obras que seriam distribuídas gratuitamente pelas editoras de maior poder econômico para as escolas, sendo estes alguns dos fatores que gera uma enorme concentração da venda.

Considerando somente esses elementos já seria possível afirmarmos que a escolha, mesmo cumprindo uma função fundamental para uma regulação social do PNLD, tem se tornado cada vez mais vazia sob o ponto de vista das suas reais implicações para a adequação das obras ao contexto educacional. No entanto, mais recentemente, o programa acabou passando por um processo de reformulação no qual nem mesmo essa consulta limitada aos docentes foi assegurada plenamente. Com o objetivo de tornar o programa um instrumento indutor da Lei nº 13415 de 2017 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o MEC, por meio do Decreto nº 9.099 de 2017, alterou várias regras do PNLD. A principal alteração apresentada por este decreto foi uma ampliação nos recursos educacionais que o PNLD podia até então adquirir, abrindo a possibilidade da compra de *softwares* e tecnologias educacionais digitais.

Esse fato aproximou as obras do PNLD da lógica e da dinâmica de pacotes de soluções educacionais em intensa expansão na rede privada como vimos no capítulo anterior. No entanto, a abertura desta possibilidade não foi suficiente para que o conjunto das obras pudessem ser vendidas em formato de “pacotes” para estados e municípios em todo o Brasil. Sendo assim, a partir da publicação do Decreto nº de 2017, a forma de escolha das obras didáticas foi reformulada, passando a poder ser realizada de três formas distintas:

a) Material único para cada escola: Cada escola irá realizar sua própria escolha individualmente e receberá o material escolhido pelo seu corpo docente; b) Material único para cada grupo de escolas: A rede de ensino irá definir um grupo específico de escolas que receberá o mesmo material. O sistema processará a escolha de cada grupo e fará a eleição da obra mais registrada pelas escolas para distribuição; c) Material único para toda a rede: A escolha será unificada e TODAS as escolas da rede utilizarão o mesmo material. Os livros a serem entregues serão os mais escolhidos dentre os registrados pelas escolas pertencentes à rede de ensino. Cada escola registrará a sua escolha. Finalizado o prazo para registro das obras, o sistema identifica as redes com escolha unificada e fará o levantamento do material mais escolhido por elas para que seja distribuído para as escolas integrantes da rede (Brasil, 2017).

Vemos que das três opções somente a primeira (material único por escola) ainda conservou alguma autonomia docente no processo de escolha. Tanto a segunda opção (material único para grupo de escolas) quanto a terceira opção (material único por rede) na prática inviabilizaram e tiraram o sentido do próprio gesto de consultar os docentes. Afinal, nos dois casos, somente se a opinião do professor coincidir com a da maioria ou com a preterida pelos governos locais é que os docentes terão alguma possibilidade de trabalhar com as obras que selecionaram.

A consequência dessa alteração pode ser vista de um modo claro nos resultados PNLD/EM ciclo 2021. De acordo com os dados oficiais do FNDE (Brasil, 2021), a composição de obras aprovadas no objeto 2 (obras por área de conhecimento e específicas) ficou da seguinte maneira:

- Ciências da Natureza e Suas Tecnologias: 8 obras aprovadas, cada uma com 6 volumes, das editoras: SM (1), Scipione (2), FTD (3) e Moderna (5);
- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: 14 obras aprovadas, cada uma com 6 volumes, das editoras: Palavras Projetos Editoriais (1), SM (1), AJS (1), Ática (1), Scipione (1), Saraiva (1), Editora do Brasil (1), FTD (2) e Moderna (5);

- Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a matemática: 10 obras aprovadas, cada uma com 1 volume, das editoras: Palavras Projetos Editoriais (1), Editora da Ponte Soluções em educação (1), SM (1), Editora do Brasil (1), FTD (1), Ática (1), Moderna (4);
- Língua Estrangeira Moderna (inglês): 12 obras aprovadas, cada uma com 1 volume, das editoras: SM (1), Saraiva (1), Editora do Brasil (1), Ática (1), Richmond (1), Saraiva (1), Editora do Brasil (1), FTD (2), Ática (1), Moderna (2);
- Língua Portuguesa: 7 obras aprovadas, cada uma com 1 volume, das editoras: SM (1), Saraiva (1), Editora do Brasil (1), Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (1), FTD (1), Ática (1), Moderna (1);
- Linguagens e suas Tecnologias: 8 obras aprovadas, cada uma com 6 volumes das editoras: Palavras Projetos Editoriais (1), SM (1), Saraiva (1), Editora do Brasil (1), FTD (1), Ática (1), Moderna (3);
- Matemática e Suas Tecnologias: 11 obras aprovadas, cada uma com 6 volumes, das editoras: SM (2), SEI (1), Scipione (1), Editora do Brasil (1), FTD (2), Ática (1), Moderna (2)

Apesar de sabermos da possibilidade de muitas dessas obras serem similares entre si, e de pertencerem aos mesmos conglomerados empresariais, os dados indicam, pelo menos, certa diversidade nas opções de escolha dos professores. Essa diversidade, contudo, acabou não se refletindo em uma variedade de distribuição de obras em muitas regiões. Como era de se esperar, muitos estados optaram por um material didático único por grupos de escolas (opção b), como no caso do Paraná, ou por rede de Ensino (opção a), como no caso do Alagoas. Tal opção foi justificada principalmente pela sua pertinência em relação à transferência de estudantes. Compreendendo que os livros e materiais didáticos são as referências principais do currículo, as secretarias estaduais de educação alegaram que a possibilidade de um material didático único proporcionaria ao estudante menos necessidade de adaptação, caso fosse necessário trocar de escola. Portanto,

a adoção das mesmas obras em uma região inteira faria com que, independente da instituição de ensino, os estudantes percorressem o mesmo caminho formativo.

Além de acabar reforçando a velha ideia instrumental e simplista de que as obras didáticas são o próprio currículo das escolas – posição que, algumas vezes, é repudiada pelo MEC e pelo FNDE – esse fenômeno favoreceu que determinados grupos editoriais vendessem em uma escala ainda maior as suas coleções didáticas, conforme exemplificamos no quadro a seguir.

QUADRO 11 - LIVROS DIDÁTICOS POR ÁREAS DE CONHECIMENTO E ESPECÍFICOS DISTRIBUÍDOS PARA O ESTADO DE ALAGOAS POR EDITORA

ÁREA DO CONHECIMENTO	TÍTULO DAS OBRAS OU COLEÇÃO	EDITORAS
MATEMÁTICA	MULTIVERSOS	FTD
LINGUAGENS	COLEÇÃO MULTIVERSOS	FTD
CIÊNCIAS DA NATUREZA	COLEÇÃO MULTIVERSOS	FTD
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	COLEÇÃO MULTIVERSOS	FTD
LÍNGUA PORTUGUESA	COLEÇÃO MULTIVERSOS	FTD
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS EM DIÁLOGO COM A MATEMÁTICA	CENÁRIOS PARA A INVESTIGAÇÃO: HUMANIDADES EM CONTEXTO	ÁTICA
LINGUA ESTRANGEIRA (INGLES)	PLUS INGLÊS	SARAIVA

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados obtidos via Lei de Acesso à Informação

Em Alagoas, todas as escolas da rede estadual receberam as mesmas obras didáticas correspondentes à “Coleção Multiversos” do grupo FTD. As únicas exceções foram as obras de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas em diálogo com a Matemática e Língua Estrangeira que contemplaram, respectivamente, obras das

editoras Ática e Saraiva do grupo Somos Educação. O motivo para tanto, no entanto, não foi uma preferência pedagógica, mas o fato da Coleção Multiversos da FTD não conter essas obras de modo que, se não fosse esse o caso, provavelmente todo o objeto 2 do PNLD/EM 2021 ficaria sob responsabilidade de um único grupo de materiais didáticos.

Ao final, o sentido de uma mudança na escolha das obras como essa fica mais clara. Ela não se deixa explicar apenas pela necessidade das redes de ensino de melhorar a logística de transferência de estudantes. Mesmo nesse caso, sua razão está em uma tentativa fadada ao fracasso – mas significativamente danosa – de mimetização da lógica da gestão de empresas privadas na gestão e administração escolar. Isso se expressa na intenção de introduzir uma dinâmica de uso de materiais didáticos pré-estabelecida, sob os moldes dos Sistemas apostilados de ensino, que não tolera desvios; bem como no favorecimento explícito de grupos editoriais poderosos que participam do programa, os quais tiveram, desde a produção das mudanças, um papel ativo. Em nome desse imperativo sufocante, as orientações dadas ao PNLD foram capazes de admitir até mesmo o fim objetivo de um dos seus maiores pontos de sustentação, a escolha democrática das obras pelos professores. Sob as normas vigentes do programa, passou a não fazer nenhuma diferença se, de uma hora para outra, os professores deixassem de ser consultados. No entanto, a necessidade de adesão popular ao programa e da imagem de que se está de fato preocupado com esses sujeitos fez com que o Governo Federal não tomasse essa decisão por completo.

4.3. QUEM AVALIA AS OBRAS DIDÁTICAS

A retirada das universidades públicas do processo de avaliação das obras didáticas é uma das maiores rupturas que o Programa Nacional do Livro e do Material Didático sofreu nos últimos anos. Essa medida foi determinada pelo Decreto nº 9.099 de 2017 e acabou gerando um obscurantismo a respeito dos novos critérios que serão utilizados pelo MEC para selecionar os avaliadores das obras compradas e distribuídas pelo programa, assim como muitas dúvidas a respeito da sua necessidade. Para que possamos compreender o sentido e o teor dessa mudança, é

importante retomarmos algumas características da participação institucional das universidades na avaliação das obras do programa.

Até o ano de 2017, a cada ciclo do PNLD, o Ministério da Educação lançava uma chamada pública para que universidades públicas interessadas pudessem se candidatar para sediar e realizar uma avaliação das obras inscritas no programa. A candidatura poderia ocorrer de diferentes modos. Uma instituição poderia se candidatar para sediar a avaliação somente de obras de determinados componentes curriculares - ex: Matemática, Sociologia, Física -, ou para todas as obras. Portanto, era possível que acontecesse que mais de uma instituição participasse do processo em um único ciclo do programa - ex: universidade A seria responsável por avaliar as obras inscritas do componente curricular Língua Portuguesa e universidade B responsável por avaliar as obras inscritas do componente curricular Geografia. O motivo dessa possibilidade de inscrição era a existência de quadros variados e disponíveis para participar do programa nas instituições.

Apesar de possuírem profissionais bastante especializados – como afirmamos anteriormente, esse era o motivo pelo qual essas instituições eram convidadas a participar da avaliação pelo MEC e FNDE –, nesse processo as universidades nunca tiveram uma autonomia total para aprovar ou reprovar obras de acordo com suas preferências, perspectivas, posicionamentos epistemológicos e políticos. Desde o início da avaliação pública das obras, a participação das universidades era regulada pelo MEC, por meio da coordenação e elaboração de roteiros de avaliação com base nos critérios que eram publicados previamente em cada edital. Poderíamos afirmar seguramente que o trabalho dos avaliadores, apesar de exigir um grande esforço intelectual e elaboração de resenhas, se assemelhava a um trabalho técnico.

Sendo assim, a escolha por excluir essas instituições do processo levanta ainda mais curiosidade. Na literatura acadêmica especializada, não é possível encontrar dados e análises que justifiquem essa decisão. O processo de avaliação das obras é visto predominantemente como algo positivo, pois se tornou uma das principais formas de regulação da qualidade da produção das obras didáticas pelo Estado. E as críticas, em boa medida, estão mais relacionadas com os limites no processo de avaliação das obras, uma vez que esse levaria em consideração alguns poucos critérios enquanto que muitos outros necessários não seriam contemplados.

As críticas incidem, também, à vinculação da avaliação das obras a processos de indução à implementação de determinadas políticas curriculares controversas.

A oposição mais contundente à participação institucional das universidades no processo de avaliação das obras é proveniente de alguns dos autores e produtores de livros e materiais didáticos. Nessa direção, destaca-se certamente o livro *Com a palavra o autor: um elogio à importância e uma crítica às limitações do Programa Nacional do Livro Didático* publicado em 2010 por Francisco de Azevedo de Arruda Sampaio e Aloma Fernandes de Carvalho, autores de livros didáticos que tiveram suas obras reprovadas no programa. No livro, os autores criticaram especialmente a falta de rotatividade entre as universidades participantes da avaliação, assim como a predominância de professores universitários com pouca ou nenhuma experiência de atuação na Educação Básica. Ao final, chegam à conclusão de necessidade de uma reformulação, entre outros aspectos, do processo de avaliação das obras com inclusão de uma maior diversidade de participantes.

Como afirmamos, essa reformulação no processo de avaliação foi realizada pelo MEC nos anos seguintes e, em certo sentido, a demanda também. Em publicação no *website* oficial do MEC, o Secretário de Educação Básica da época, Rossieli Soares³¹, afirmou que o objetivo era justamente tornar a composição dos avaliadores mais heterogênea.

Estamos tendo mudanças para apresentar melhorias, deixando mais claro e curto o processo de avaliação, além de aumentar a qualidade. O processo está sendo migrado para algo que continua tendo a participação de professores das universidades, mas incluindo e fortalecendo a participação de professores da educação básica, que são os usuários, junto com os alunos, desse material. São eles que utilizam o livro didático no dia a dia e, por isso, conseguem fazer uma avaliação sobre uma perspectiva diferente, ajudando a aprimorar o programa (Brasil, 2019).

Apesar de afirmar que os professores universitários continuariam participando do processo de avaliação, uma das principais mudanças executadas pelo Decreto nº 9.099 de 2017 foi uma centralização do próprio MEC na escolha dos avaliadores. Na prática, o Ministério passou a alimentar um “banco de avaliadores” cuja escolha ficou condicionada pela validação da Comissão Técnica (CT). A composição dessa

31

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/51981-novopnld-abre-espaco-para-estados-municipios-e-professores-da-educacao-basica>

comissão, por sua vez, que antes era composta predominantemente por professores universitários também foi alterada, sendo composta por sujeitos indicados por um conjunto de instituições, dentre as quais se destaca o Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), ambas instituições atuantes na defesa do NEM - Lei nº 13.415 de 2017 e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Portanto, a mudança do entendimento na avaliação das obras do PNLD foi sob a legitimidade das universidades para realizar e coordenar esse processo. Devido aos próprios limites de autonomia que essas instituições já tinham anteriormente, percebemos que essa mudança foi muito mais simbólica do que prática. Nessa decisão há um claro indicativo de um fenômeno que se intensificou nos últimos anos no país: a resistência aos intelectuais (Adorno, 2020).

Em diversas produções dos frankfurtianos, como a *Dialética do Esclarecimento* (1944), *Minima Moralia* (1949) e *Aspectos do novo radicalismo de direita* (1960), Theodor W. Adorno defendeu que o ódio aos intelectuais se apresenta como uma característica própria da racionalidade instrumental à medida que essa, pelo medo, é obrigada a infringir violência sob si mesma e reprimir sua própria liberdade, de modo que o traço de espontaneidade no outro aparece como algo repulsivo, o que o autor também chama de “falsa projeção”. Qualquer estudante que ingressa no primeiro ano de graduação consegue perceber que as universidades brasileiras não são necessariamente um lugar de transgressão ou berço de movimentos de esquerda, conforme permeia certo imaginário coletivo de direita. No entanto, é necessário reconhecer a posição distinta que essas instituições, os estudantes e os profissionais que nela atuam adquirem em um país como o Brasil. Essa condição os aproxima, em certos aspectos, daquilo que Adorno (2020) chamou de “liberdade de espírito”, e, não por acaso, tais instituições são responsáveis por quase a totalidade do conhecimento científico produzido no país.

A racionalidade neoliberal, por outro lado, predominante em políticas educacionais como o NEM e a BNCC, se distingue ao não partir do primado de uma reflexão organizada sobre a realidade, mas sim da busca pela preservação via adaptação ao meio social (Laval; Dardot, 2016; Brown, 2019). Para aqueles que aderem a sua lógica, isso implica na realização de muitos sacrifícios pessoais, como o do próprio espírito, movidos pela esperança de receber alguma garantia de

sobrevivência. Para tanto, emulam o princípio da concorrência e do empreendedorismo para todas as esferas da vida e para todos aqueles que, mesmo que seja apenas em seu imaginário, preservam certa liberdade, tornando-se alvos a serem perseguidos.

Para Brown (2019), é justamente esse aspecto que está na base do pensamento conservador de direita contemporâneo que se materializa em uma nova forma de ódio aos intelectuais e ao conhecimento científico (negacionismo). Por esse motivo também, excluir institucionalmente as universidades do processo de avaliação das obras aparece como uma ação racional e justa ainda que posteriormente – como ocorreu – fosse necessário convidar muitos quadros dessas instituições novamente para participar do processo.

O fundo de verdade dessa lógica consiste no fato de que muitos professores universitários e pesquisadores fizeram resistência ao NEM e à BNCC³² que as obras didáticas tiveram o papel de implementar. A esses somaram-se os professores e estudantes da Educação Básica na denúncia sobre os ataques que as determinações postas na BNCC e na Lei nº 13.415 de 2017 geraram ao direito à educação, apesar desta posição, mesmo sendo majoritária, não ser uma unanimidade no campo. Portanto, sob a ótica estratégica, não faria sentido delegar mais às universidades a responsabilidade de avaliar uma política educacional que ela mesma crítica. A solução encontrada pelo governo foi retirar essa instituição do processo do PNLD e delegar ao Ministério da Educação e ao FNDE a coordenação de todo o processo avaliativo. Além de sobrecarregar ambas as instituições, um dos principais resultados dessa mudança é que o processo de avaliação ficou muito mais nebuloso e com pouca transparência a respeito da sua qualidade.

³² Um exemplo é o do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio e as notas críticas emitidas por várias entidades científicas (<https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/movimento-nacional-em-defesa-do-ensino-medio-2/>)

4.4. RESUMO DO CAPÍTULO

As alterações no processo de funcionamento do PNLD, a partir do ano de 2017, foram significativas e demonstraram um esgotamento e redução nas possibilidades democráticas de participação popular na gestão do programa, o que representa, sem dúvida, um grande prejuízo e regressão da sua potencialidade e alcance enquanto política social. No presente capítulo, demonstramos que, inerente à decisão de ampliar os livros e materiais didáticos adquiridos pelo programa, bem como por implementar um novo processo de escolha e avaliação de obras, está uma racionalidade de devoção ao princípio neoliberal, presente no NEM e na BNCC, de promover empresas e tornar a escola e as políticas públicas sua imagem e semelhança. O resultado é que, programas como o PNLD cujo conteúdo histórico tem uma lógica distinta, perdem substância e sentido a não ser o de tentar promover adesão social a estes mesmos princípios.

Em um primeiro momento, analisamos a relação entre o Estado brasileiro e o setor de materiais didáticos na contemporaneidade, o que nos permitiu constatar que houve um envolvimento, admitido publicamente, deste setor tanto na produção do NEM e da BNCC quanto no seu processo de implementação por meio da reestruturação no PNLD. A influência econômica no direcionamento da política educacional brasileira como um todo, mas especialmente no âmbito do PNLD, demonstrou, assim, o novo grau de complexidade em que se encontra a relação entre poder público e mercado com o avanço da governança de Estado (Grassi, 2021; Palú 2024) como forma administrativa privilegiada. O resultado dos dados gerais de vendagem e concentração acabam sendo preocupantes e são suficientes para a caracterização da reestruturação do PNLD como essencialmente uma política produtora de novos mercados.

Em um segundo momento, buscamos evidenciar por meio da análise que tão preocupante quanto o aumento de poder dos produtores de livros e materiais didáticos, é a consequência antidemocrática dessa racionalidade em geral, que prega a adequação integral e irrestrita ao princípio da mimetização e promoção das empresas na política educacional. Mostramos que, a partir do ano de 2017, os poucos espaços existentes que ainda apontavam para possibilidades de incorporação de outras lógicas no programa foram reduzidos e reprimidos

silenciosamente. O mais grave de todos certamente é o que chamamos de fim objetivo da escolha de obras pelos professores. Se é verdade que essa escolha sempre foi uma escolha limitada e mediada, com as mudanças no PNLD ela se tornou praticamente impraticável em face da necessidade de padronização curricular e venda em larga escala de obras. O fim da participação institucional das universidades na avaliação das obras, por sua vez, aparece apenas como mais um sintoma de ódio aos intelectuais (Adorno, 2020), reduzindo o controle social da política e gerando um obscurantismo a respeito dos critérios utilizados para a seleção de novos especialistas.

Para os ciclos do PNLD, se mantidas, essas decisões tendem a inviabilizar por completo os poucos espaços de participação social na condução e funcionamento do programa, o que demanda a sua discussão com todos os sujeitos a que ela se dirige (estudantes e professores) e revisão se ainda quisermos preservar o sentido original deste programa enquanto uma política social com um caráter democratizante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo analisamos a reestruturação do Programa Nacional do Livro e do Material Didático do Ensino Médio (PNLD/EM) em seu ciclo 2021. Esta reestruturação foi realizada pelo Ministério da Educação e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a partir do ano de 2017, visando tornar o programa uma ferramenta de indução à implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Lei nº 13. 415 de 2017, conhecida como “Novo Ensino Médio” (NEM). O objetivo geral do estudo foi analisar o conteúdo dessas mudanças e suas implicações para o sentido de política social inerente ao PNLD ao longo de sua história e como tal perspectiva se manifesta na contemporaneidade.

Para tanto, realizamos uma pesquisa empírica, de caráter documental, na qual analisamos um conjunto de fontes oficiais e dados publicados pelo MEC, FNDE e seus representantes, assim como outros obtidos via Lei de Acesso à informação (Lei nº 12527 de 2011) e manifestações de sujeitos interessados nesse processo³³. Em termos metodológicos, nos orientamos pela noção de crítica imanente (Adorno, 2009) cujo procedimento consistiu em tensionar os princípios e postulados estruturantes do PNLD enquanto uma política social voltada para a universalização do acesso aos livros e materiais didáticos, com aquilo que este programa de fato se tornou na contemporaneidade; e interpretar as mediações subjetivas que geram a impressão de que estes postulados não estariam sendo de fato contemplados em sua totalidade na atual configuração do programa.

A hipótese que orientou a pesquisa foi a de que o PNLD chegou em uma terceira fase da sua história na qual, ao mesmo tempo em que há uma ampliação significativa dos materiais didáticos, sua vinculação aos princípios orientadores do NEM e da BNCC converteria esse programa no contrário do que ele se propõe formalmente: garantir o acesso à cultura como forma de emancipação política.

Organizamos o relatório de pesquisa em quatro capítulos. No primeiro capítulo tratamos do movimento histórico-dialético do PNLD nos últimos 30 anos. No segundo capítulo explicitamos os subsídios e contribuições epistemológicas e conceituais que contribuíram e orientaram o desenvolvimento da pesquisa. No terceiro capítulo abordamos as mudanças na composição e nos critérios de

³³ Uma lista do material empírico analisado encontra-se em anexo.

avaliação das obras do PNLD/EM 2021. No quarto capítulo, tratamos das mudanças no processo de funcionamento deste programa. Por fim, agora, desenvolvemos as considerações finais deste estudo na qual, a partir da análise desenvolvida, realizamos uma elaboração conceitual que visa contribuir para a interpretação do sentido geral do PNLD na contemporaneidade.

Após a finalização da pesquisa, é possível afirmar que a hipótese inicial se confirmou. A tese que perpassa esse trabalho e que ora defendemos é que as mudanças realizadas no PNLD/EM 2021 tornaram o programa um exemplar do que estamos chamando de abandono assistido. Esse conceito deve ser compreendido como um tipo de ação da política pública que tenta conciliar a racionalidade instrumental neoliberal – seus princípios, ética e forma administrativa (Governança de Estado) – com a demanda pela garantia de direitos que não pode ser ignorada sob o risco de desarticulação social. Como afirmamos na Introdução desta Tese, ao caminharmos nessa direção, nos aproximamos do trabalho de Dardot e Laval (2019) sobre a emergência de um novo gênero de política social na contemporaneidade.

Sendo uma elaboração orientada pela Teoria Crítica da Sociedade, o conceito de abandono assistido não esgota o fenômeno analisado e tampouco chega a uma verdade unificada, absoluta e conclusiva. A intenção dessa formulação teórica é fazer justiça à insuficiência e à não-identidade – para usar um termo de Adorno (2009) – da concepção clássica e idealista sobre políticas sociais nas atuais diretrizes para o PNLD, aproximando o conhecimento produzido sobre esse programa social a sua verdade histórica. Desse modo, cabe-nos, agora, desenvolver os elementos centrais que compõem o conceito de abandono assistido, bem como estes se manifestaram no interior do fenômeno analisado. Para tanto, recorreremos novamente aos elementos expostos na análise empírica apresentada anteriormente, assumindo o risco de nos tornarmos repetitivos.

Na análise empírica, identificamos a existência de, pelo menos, 5 operadores/leis da política de abandono assistido, sendo eles: 1) Ampliação da ação pública em relação a demandas sociais pela garantia de direitos; 2) Adoção da empresa privada enquanto forma administrativa do Estado e modelo de subjetividade humana; 3) Tentativas de reconfiguração da atividade profissional do funcionalismo público mediante o emprego de novas tecnologias; 4) Utilização da política social como forma de ampliação e criação de novos mercados; e 5)

Fechamento dos espaços de participação e controle social sob os rumos da política pública. Trataremos, a seguir, de cada um desses pontos, demonstrando como eles anulam o próprio sentido de política social inerente ao PNLD.

1.

O PNLD/EM 2021 reforça o entendimento de que é necessário complexificarmos nossa avaliação sobre os efeitos da racionalidade instrumental neoliberal para as políticas sociais, como apontado por Dardot e Laval (2016). Diferente da compreensão comum sob este tema, que entende que o neoliberalismo é essencialmente uma doutrina econômica voltada para a privatização de empresas públicas e redução da atuação do Estado nas pautas sociais, somos obrigados a admitir que essa racionalidade não é totalmente incompatível com a ampliação das políticas sociais.

Compreendido como uma peça fundamental para a implementação de documentos de política educacional com características marcadamente neoliberais, - o NEM e a BNCC -, em seu ciclo de 2021 o PNLD/EM teve um dos maiores crescimentos da sua história, crescimento esse que inaugurou uma nova fase nesta política. Além da ampliação na quantidade de livros adquiridos pelo programa e nos recursos públicos investidos, houve também uma mudança nas próprias características e na compreensão do papel dos materiais didáticos enquanto artefatos de mediação curricular.

Junto com os tradicionais livros didáticos que historicamente servem de apoio para professores no planejamento das aulas e estudantes como fonte de consulta, o PNLD/EM passou a abranger também obras específicas voltadas para a formação inicial e continuada de professores e gestores (Objeto 3), recursos educacionais digitais (Objeto 4) e obras literárias (Objeto 5). Esse dado não expressa outra coisa a não ser o reconhecimento da necessidade de o Governo fornecer um apoio maior para os estudantes e professores.

No entanto, em contraste com o fundamento que estruturou o PNLD, de nenhuma maneira – nem no plano das ideias – a ampliação da política foi justificada como uma forma de combater as desigualdades sociais, culturais e educacionais existentes no país. Tratou-se apenas de tornar as obras um meio eficiente para atingir uma finalidade externa: implementar o NEM e a BNCC, e contribuir para

solucionar os problemas e desafios que foram gerados por essas mesmas políticas, conforme apontado no capítulo 3.

2.

No abandono assistido, a ampliação da política pública, sob a forma da oferta de bens e serviços, é acompanhada de uma mudança nos fundamentos dessa mesma política. A análise empírica evidenciou que, mediante a adoção dos princípios formativos da BNCC e do NEM, no PNLD/EM 2021 as orientações dadas para os livros e materiais didáticos estabeleceram novas formas de se relacionar com o conhecimento escolar na qual o mesmo passa a ser avaliado por critérios que dizem respeito a determinados padrões de comportamento e formas de ser. A subjetividade empreendedora é o fundamento desta política. Desse modo, o investimento público para disponibilizar o acesso a esses bens culturais acabou perdendo a sua vinculação primordial com o subsídio a um processo formativo humano crítico e autônomo.

No PNLD/EM 2021, a orientação pedagógica dada para os livros e materiais didáticos justificou-se por uma necessidade real: fornecer respostas formativas para os estudantes do séc. XXI. Todavia, para tanto, o MEC reestruturou a composição, os critérios avaliativos e as especificações técnicas das obras, submetendo o conhecimento escolar ao crivo da utilidade para o desenvolvimento de competências e habilidades empreendedoras (adaptabilidade, resiliência, inovação, resolução de problemas, etc). Tudo aquilo que, por um motivo ou por outro, não se submetia a esse crivo ou foi suprimido nas obras ou instrumentalizado para esse fim. Por esse motivo, obras específicas dos componentes curriculares deram lugar a obras de projetos e por área de conhecimento.

Mesmo que os ideais democráticos do PNLD nunca tenham se concretizado totalmente, até então, a oferta desses bens culturais se consubstanciava em um modo de possibilitar que muitos brasileiros e brasileiras, aos quais a realidade havia sido extremamente dura, pudessem ter acesso a um conhecimento capaz de lhes permitir se distanciar dessa mesma realidade, suas demandas pré-estabelecidas e, até mesmo, se opor a ela enquanto condição para o exercício de uma cidadania e democracia o mais plenas possível. A partir da adesão aos novos princípios, essa ação se tornou (o que foi defendido abertamente pelos formuladores da política)

apenas um modo de contribuir para a aceitação dessa mesma realidade, fechando as portas para aquilo que Adorno (2009) chamou de “fantasia determinada”, isto é, a capacidade do pensamento de criticar o imediato tomando como referência seus próprios elementos.

É verdade que, em outros momentos históricos, as orientações pedagógicas contidas nos editais do PNLD já haviam expressado tendências nessa direção. O que há de novo, porém, é que no PNLD/EM 2021 essa tendência se tornou totalizante. Todas as respostas dadas pelo programa aos desafios e necessidades formativas dos jovens brasileiros consistiram em tentativas de influenciar a mimetização de comportamentos e práticas empreendedoras em todas as esferas da vida. Vimos que a relação das obras com o conhecimento histórico, a empatia entre os seres humanos, e a própria possibilidade de pensar criticamente a sua realidade foram significativamente coibidas.

A adoção da racionalidade instrumental neoliberal nas orientações dadas ao PNLD/EM 2021 gerou também um predomínio, mais ou menos velado, de uma visão responsabilizante da juventude brasileira sobre a sua possibilidade de sucesso ou fracasso no mundo contemporâneo, visão essa contrária a própria ideia de uma política social como o PNLD. Afinal, se admitíssemos que, de fato, o/a jovem individualmente tem uma primazia de responsabilidade sobre os rumos da sua vida, não caberia ao Governo realizar ações compensatórias que visam, de algum modo, dar a todos as mesmas oportunidades e corrigir as desigualdades sociais. Essa é uma das principais dimensões daquilo que estamos chamando de abandono assistido. Se trata menos da sonegação do direito e mais da sua neutralização enquanto forma de oposição ao mundo existente ou, pelo menos, seus efeitos mais nocivos.

3.

A nova relação estabelecida com o conhecimento nas orientações para as obras didáticas possibilitou ainda a constatação da emergência de outro operador da política de abandono assistido: a tentativa de reconfiguração do que se entende por trabalho docente. Uma vez que, na BNCC e no NEM, todo o conhecimento foi subordinado ao critério da utilidade para finalidades que lhes são externas, as

próprias condições de trabalho dos professores e professoras e sua identidade profissional foram reconfiguradas no programa.

Estudos apontam, como visto, que, em alguns casos, a mudança curricular proposta pelo NEM e pela BNCC piorou significativamente as condições de trabalho dos professores e professoras. A consequência mais evidente foi a redução do espaço de muitas disciplinas, fazendo com que, para completar sua carga horária de trabalho muitos professores tivessem que trabalhar em mais de uma escola, ministrando disciplinas que não foram formados. Gerou-se, assim, uma grande demanda por apoio para o trabalho docente que foi respondida com a oferta de novos materiais didáticos.

Vimos que as obras de formação continuada de professores e gestores, assim como os próprios recursos educacionais digitais, tiveram origem na demanda existente de fornecer um apoio mais efetivo para os professores em um momento de transição e sobrecarga de trabalho. Esse diagnóstico assertivo levou aos formuladores do PNLD/EM a acreditarem que seria pertinente que existissem novos materiais didáticos que pudessem informar aos professores e professoras exatamente o que eles deveriam fazer em sala de aula. Desse modo, esses materiais deveriam assumir para si muitas das funções que historicamente eram atribuídas aos professores, como o planejamento de aulas, o acompanhamento do estudante, a elaboração de avaliações, entre outros.

Nessa lógica, contudo, o trabalho dos professores se transformaria de um trabalho intelectual para um trabalho técnico. O professor passaria de um sujeito portador de um determinado conhecimento específico para um mediador de um processo dado e guiado pelos recursos pedagógicos, e seu papel seria o de um mediador de um processo dado, perdendo a capacidade dialética da razão e da reflexão.

A usurpação do trabalho intelectual docente aconteceu quando tarefas que seriam de sua atribuição foram delegadas aos materiais didáticos, fenômeno facilitado pela adoção da concepção de formação por competências, na qual, como afirmamos anteriormente, o conhecimento perde a sua importância em si mesmo e é submetido a formação de personalidades empreendedoras. Sob essa perspectiva, não seria necessário um professor com uma formação específica para ofertar uma

disciplina específica. Tal profissional poderia ser muito bem uma espécie de mediador de um processo pré-estabelecido pelos livros e materiais didáticos.

Em segundo lugar, é necessário considerar que a redução das exigências formativas a respeito do trabalho do professor acaba, no fundo, valorizando o sobretrabalho. Se a grande queixa identificada está na falta de tempo para planejar, a solução apresentada não combate essa condição, mas oferece instrumentos que prometem eliminar as demandas, permitindo que o professor saiba o que fazer sem precisar planejar por si mesmo. Com isso, se legitima as próprias condições de trabalho precárias assim como se ignora a complexidade dos processos educacionais.

4.

Políticas sociais como o PNLD foram criadas diante da constatação de que o chamado “livre mercado”, e seu mecanismo autorregulatório, a concorrência, não é capaz de gerar as condições necessárias para o exercício da liberdade dos seres humanos. Sendo assim essa intervenção na economia, mesmo contendo elementos claramente ideológicos, fundamenta-se como um contraponto a alguns dos elementos regressivos do livre mercado, a saber: a concentração de renda, a monopolização dos meios de produção, a desigualdade social, cultural e econômica.

Essa essência de contraponto característica das políticas sociais, contudo, se perde na fase de abandono assistido, quando a ação é condicionada pela promoção dos próprios aspectos que deveria combater. A ampliação da oferta de bens culturais e serviços para a população no PNLD/EM 2021 caminhou em uma estreita interface com os interesses do mercado de materiais didáticos que se beneficiou diretamente de tais mudanças.

A participação direta de representantes do setor de didáticos tanto no processo de produção da política quanto de sua implementação caracterizou o PNLD/EM 2021 como uma política produtora de “novos mercados”. Ainda que, nesse processo, imprevistos tenham acontecido, como a suspensão do Objeto 4 (Recursos Educacionais Digitais), a reestruturação no programa gerou um investimento de mais de um bilhão de reais somente para a etapa do Ensino Médio.

Contudo, a conciliação esperada entre os interesses públicos e os interesses privados nos atores incluídos nesse processo mostrou como tal equilíbrio é difícil de

alcançar. Para além da redução da qualidade das obras, o que já nos referimos anteriormente, assim como de todos os seus aspectos nocivos para as possibilidades formativas e para o trabalho docente, o interesse econômico que permeia a distribuição de livros e materiais didáticos no Brasil, com sua necessidade de não apenas manter, mas também de expandir o investimento público no programa e a captação de recursos sobre ele acabou por desestruturar os poucos controles sociais e democráticos que existiam: a avaliação das obras e a escolha dos professores.

5.

Como a política de abandono assistido tem, de partida, uma vinculação com pressupostos bem definidos, inerente à sua racionalidade neoliberal – formação de formas administrativas e subjetividades sob os moldes das empresas e o subsídio/promoção de frações do mercado – elas tendem, por sua própria natureza, a se tornarem antidemocráticas. Apenas um tipo de participação popular na sua condução é permitido, justamente aquela que não contraria quaisquer elementos presentes nesses pressupostos. A criação de mecanismos de participação social na formulação e no direcionamento das políticas sociais, que ganhou destaque politicamente no Brasil no contexto da redemocratização (anos 1980) e teve como lógica a necessidade de adequação da ação do Governo às reais necessidades e anseios da população, torna-se, assim, apenas uma ação formal e vazia, como vimos no caso do PNLD/EM 2021.

No atual ciclo do programa dois dos principais pilares democráticos foram totalmente desestruturados. No caso do fim da escolha dos professores apenas duas justificativas foram plausíveis: a necessidade de satisfazer o interesse das empresas de materiais didáticos por uma maior concentração da venda e/ou a padronização do ensino público no Brasil de norte a sul. No caso da retirada das universidades do processo de avaliação apenas uma foi plausível: retirar institucionalmente e simbolicamente o controle da avaliação daqueles que tendem a ser os maiores críticos de tendências pedagógicas que secundarizam o conhecimento.

Ao final é preciso destacar que o conceito de abandono assistido visa fornecer uma possibilidade analítica para o estudo de mudanças não só no PNLD,

mas também nas políticas sociais do séc. XXI, podendo ser dotado de novos contornos e nuances a depender do contexto em que se insere, uma vez que sua essência não é subjetiva, mas objetiva (presente no mundo).

Ao adotarmos um posicionamento epistemológico crítico em relação ao PNLD não negamos a importância de um programa dessa natureza no Brasil. Muito pelo contrário, sendo fieis e intransigentes em relação aos fundamentos que o instituíram – por entendermos que existe nesses um núcleo de verdade – a crítica origina da negação de que existe uma harmonia entre esses princípios e a sua atual configuração, preservando, como afirmou Adorno (2009), a possibilidade de que um dia essa harmonia venha a ser estabelecida. Seguindo as orientações dadas pelo autor, na forma de tratamento dos dados, evitamos ser também demasiadamente personalistas. Afinal, isso implicaria em aceitar que os equívocos evidenciados teriam sua razão apenas em uma incapacidade dos operadores da política e não em estruturas de subjetividade influenciadas pela objetividade social na qual se inserem.

É necessário mencionar que, no ano de 2023, o MEC e o FNDE anunciaram novas alterações para o PNLD/EM 2026. Essas mudanças dizem respeito às obras que, de acordo com a previsão, deverão chegar às escolas a partir do ano de 2026. Essas são, em boa medida, tanto uma resposta à revisão da política nacional para o Ensino Médio proposta pela Lei nº 14.945 de 2024 quanto à própria avaliação interna do Governo Federal em relação ao último edital do programa, que analisamos nesta tese. Uma leitura rápida do novo edital torna possível perceber que alguns dos aspectos nocivos citados neste texto foram revistos. Contudo, a maior parte dos aspectos estruturais do programa, que dizem respeito às leis apresentadas não foram alterados, indicando que o posicionamento geral em relação à orientação do PNLD enquanto política pública não mudou.

Destacamos que uma análise ampla dos impactos das mudanças no PNLD para os potenciais formativos das obras e dessa política pública demanda também uma investigação sobre os usos que são dados a esses artefatos pelos professores e estudantes, o que foge ao alcance do presente estudo. Algumas iniciativas têm caminhado nessa direção com a previsão da publicação de resultados em breve, e suspeitamos que essas tendem a confirmar a hipótese de que os novos livros e materiais didáticos estabelecidos pelo MEC e pelo FNDE são distantes da realidade educacional e pouco utilizados no trabalho em sala de aula, o que os torna

praticamente inutilizáveis. O atraso para a entrega dos materiais pelo MEC e a falta de participação dos docentes também pode ter contribuído para que muitos professores nem tenham conhecimento da existência desses artefatos. Cabe lembrar que somente no final de 2024, o MEC enviou para as escolas um questionário no qual estabelecia interlocução com os educadores a respeito da sua percepção sobre as obras e os usos que são dados a esses materiais.

Dado o grande investimento público que é realizado no programa e sua importância na vida de milhões de brasileiros, encerramos ressaltando a necessidade que os resultados dessa pesquisa sejam discutidos e considerados nos próximos delineamentos dados ao programa.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, T. W. **Dialética Negativa**. 1.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **Prismas**. 1.ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **Educação e Emancipação**. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2024.

_____. **O que significa elaborar o passado**. In: Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

_____. **Minima Moralia**: reflexões a partir da vida danificada. Tradução de Luiz Eduardo Bica. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Teoria da Semiformação**. In: PUCCI, B.; ZUIN, A. Á. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. Teoria Crítica e inconformismo: Novas perspectivas de ensino. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2010. Cap. 1, p. 6-40.

_____. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. 1.ed. São Paulo: editora UNESP, 2020.

_____. **Introdução à dialética**. 1.ed. São Paulo: editora UNESP, 2022.

ADRIÃO, T; GARCIA, T; BORGUI, R; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas estruturados de ensino” por municípios paulistas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818. 2009.

ALBUQUERQUE, E, B, C; FERREIRA, A, T, B. Programa nacional de livro didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.27, n.103, p. 250-270, abr./jun. 2019.

ALVES, L, F, B; SANTOS, B, C. PNLD e a escolha do livro didático: análise do livro contato matemática. **Anais do VII Congresso Nacional de Educação**, Maceió. 2021.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Edição de Giovanni Reale. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

ASSIS, C, F, S. **Análise descritiva e interpretativa do programa do livro didático do ensino médio do Brasil**: opinião dos agentes avaliadores. Tese (doutorado) – Universidade de Santiago de Compostela, Escola de doutoramento internacional, Programa de doutoramento en educación, Santiago de Compostela, 2021.

BACON, F. **Novum Organum** ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da Natureza; Nova Atlântida. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

BENITO ESCOLANO, A. El manual como texto. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 33-50, set/dez. 2012.

BENJAMIM, W. **Teses sobre o conceito de história**. Trad. J. M. Gagnebin e M. L. Müller. In: LOWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história, 2001.

BITTENCOURT, C, M F. **Livro didático e conhecimento histórico**: uma história do saber escolar. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1993

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto nº 9.009 de 18 de julho 2017**. Dispõe sobre Programa Nacional do Livro Didático. Brasília, DF: Senado Federal. 2017.

_____. **Edital de Convocação nº 03 de 2019**. Convoca para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas, literárias e recursos digitais para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2021. Didático. Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 2019.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: ascensão da política antidemocrática no ocidente. 1.ed. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CAIMI, F. E. **Sob nova direção**: O PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. História hoje. v.7, n.14, p. 21-40. 2018.

CAMILO, D, A. **O livro didático no âmbito do PNLD**: contexto de escolha e uso por professores no ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica do IFTM – Campus Uberaba. Dissertação (mestrado) – Instituto Federal de Educação,

Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Uberaba, 2020.

CASSIANO, C. F. **O mercado do livro didático no Brasil**: da criação do Programa Nacional do Livro Didático à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007). Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade, São Paulo, 2007.

CASTRO, J. A. **O Processo do gasto público do programa do livro didático**. IPEA, Brasília Texto para Discussão n° 406. 1996.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CONIF. **Nota técnica sobre o PNLD 2021**. Disponível em: <https://portal.conif.org.br/geral/conif-emite-nota-tecnica-sobre-o-pnld-202>.

CUESTA, R. Los textos visibles del saber y el poder en la escuela. una mirada crítica. In: Benito Escolano (org). **Currículo Editado y sociedade del conocimiento**. Valencia, 2006.

CRUZ, Lauro Rafael. **A base nacional comum curricular do ensino médio: uma análise das continuidades e rupturas no processo de elaboração (2015 – 2018)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Mestrado em Educação, Curitiba, 2021.

_____. Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares. **História**, São Paulo, n. 23 p. 33-44. 2004.

_____. Reconfiguração do Mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do séc. XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 281-312, jul./dez. 2005.

_____. Sistemas Estruturados de Ensino e mercado editorial brasileiro. In: **Anais XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Manaus. 2013.

CUNHA, L, A. Contribuição para a análise das interferências mercadológicas nos currículos escolares. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 48 set-dez. 2011.

CURY, C. R. Livro Didático como assistência ao estudante. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v.9, n. 26, p. 119-130, jan./abr. 2009.

DEZIDERIO, D. **A Lei 10.639 e o Programa Nacional do Livro Didático**: tensões de um processo e seus sujeitos. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREITAG, B; COSTA, W. F; MOTTA, V. R. **O Livro Didático em Questão**. 3.ed. São Paulo: CORTEZ, 1997.

FARIA, Camila Grassi Mendes de. **A privatização da política educacional brasileira**: o papel do Movimento pela Base Nacional Comum na ampliação do modelo de governança de Estado. 372 f. Tese (Doutorado em Educação). Curitiba: UFPR, 2022.

FNDE. Audiência Pública para levantamento de subsídios para a definição de especificações técnicas do edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – PNLD 2021.

FREUD, A. **O ego e os mecanismos de defesa**. Trad. Francisco Settíneri. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

FREUD, S. Além do princípio de prazer (1920). In: _____. **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Direção-geral da tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 12-85. (Edição standard brasileira)

_____. **O Mal-Estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. **Inibição, Sintoma e Angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GALZERANO, L. S. Estratégias do capital privado na educação básica pública: notas sobre a Abril Educação. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, SP, v. 15, n. 65, p. 17–32, 2015.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HÖFLING, E, M. Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano XXI, n. 70, p. 159- 170, Abril. 2000.

HORIKAWA, A, H, Y; JARDILINO, J, L. **A formação de professores e o livro didático**: avaliação e controle dos saberes escolares. Revista Lusófona de Educação, Lisboa, v. 14, n. 15, p. 147-162. 2012.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. Trad. Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In: _____ **Pensadores**. 1º ed. São Paulo: Abril cultural, p.117-154.

_____. **Eclipse da razão**. 1.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

JAY, M. **A imaginação dialética: História da escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais, 1923-1950**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão; Introdução e Notas de Alexandre Fradique Morujão. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

KOSELLECK, R. **Futuro e passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

_____. Resposta à pergunta: Que é "Esclarecimento"? In: KANT, I. **Immanuel Kant - Textos Seletos**. Tradução de Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. Cap. 4, p. 100-117.

KÖRBES, C; FERREIRA, E; SILVA, M; BARBOSA, R. **Ensino Médio em Pesquisa**. Curitiba: CRV, 2022.

LAVAL, C; DARDOT, P. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MACEDO, E. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 03 p.1530 - 1555 out./dez. 2014.

MANTOVANI, P, K. **O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, impactos na qualidade do ensino público**. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2009.

MARCUSE, H. **Eros e Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

_____. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. 1.ed. São Paulo: Edipro, 2015.

_____. **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. São Paulo: Editora UNESP. 1999.

MARTINS, A, A; GARCIA, N, M. Artefato da cultura escolar e mercadoria: a escolha do livro didático de Física em análise. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 74, p. 173-192, mar./abr. 2019.

MARTINS, E, F; SALES, N, A, O; SOUZA, A, C. Estado, o mercado editorial e o professor no processo de seleção dos livros didáticos. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 20, n. 42, p. 11-25. 2009.

MARX, Karl. **Teses contra Feuerbach**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

MELO, G, N. Políticas públicas de Educação. **Revista Estudos Avançados**, v.5, n. 13. 1991

MORAES, M, A, B. **O papel do guia do livro didático de história/PNLD no processo de escolha dos livros pelos professores dos anos finais do ensino fundamental**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Doutorado em Educação, Curitiba, 2011.

MUNAKATA, K. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3, p.51-66, set/dez. 2012.

NASCIMENTO, K; AMESTOY, B.; TOLENTINO-NETO, L.; Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e o Programa Nacional do Livro Didático: aproximações necessárias. **Revista Diálogo Educacional**, [S. l.], v. 18, n. 57, p. 526–550, 2018.

NOBRE, M. **A dialética negativa de Theodor W. Adorno: a ontologia do Estado Falso**. 1. Ed. São Paulo: Ilumiuras, 1998.

PALÚ, Janete. **Novas formas e modos de governança e a gestão da educação e da escola pública: enigmas da esfinge neoliberal contemporânea**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2024.

PINHEIRO, F, C, D. **Educação sob controle do Capital Financeiro: o caso do Programa Nacional do Livro Didático**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro. 2014.

PINHEIRO, R, M, S; ECHALAR, A, D, F; QUEIROZ, J, R, O. As políticas públicas de livro didático no Brasil: editais do PNLD de Biologia em questão. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e81261, 2021

POCHMANN, M. **A grande desistência histórica e o fim da sociedade industrial**. 1.ed. São Paulo: Ideias e Letras, 2022.

POLLACK, F. **Crise e transformação estrutural do capitalismo**: artigos na revista do Instituto de Pesquisa Social 1932-1941, Amaro Fleck, Luiz Philipe de Caux (Orgs). Trad. Florianópolis, 2019.

SAAD FILHO, A; MORAIS, L. **Brasil: neoliberalismo versus democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAMPAIO, F; CARVALHO, A. **Com a palavra, o autor um elogio à importância e uma crítica às limitações do Programa Nacional do Livro Didático**: São Paulo: Sarando, 2010.

SANTOS, J. W. dos; SILVA, M. A. da. Relações de poder na idealização de livros didáticos de Matemática. **Práxis Educativa**, p. 250–272, 2019.

SILVA, I. **O Programa Nacional do Livro Didático Para o Ensino Médio (PNLD/EM) e o mercado editorial: 2003-2011**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande. 2013.

SILVA, M. A. A fetichização do livro didático no Brasil. **Educa. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

SILVA, M. R. **Currículo e competências**: a formação administrada. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, P. R. **A revolução Gerenciada**: educação no Brasil, 1995-2002. 1.ed. São Paulo: Preintice Hall, 2005.

STAMATTO, M, I, S; CAIMI, F, E. O livro didático de história do Ensino Médio: critérios de avaliação e documentos curriculares. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 54, n. 41, p. 220-250, maio/ago. 2016.

STRÖHER, C, E; MOTEIRO, F, S. As políticas do PNLD e as escolhas dos livros didáticos pelos professores de história. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 14, p. 218-238. 2018.

TURIN, J.; AIRES, J. A. Programa Nacional do Livro Didático: um estudo sobre a escolha do livro didático de química por professores da rede pública de ensino de Curitiba. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, [S. l.], v. 21, n. 41, p. 128–152, 2016.

ZAMBOM, B, L; TERRAZZAM, A, E. Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas de educação básica. **Rev. bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 94, n. 237, p. 585-602, maio/ago. 2013.

ZUIN, A; PUCCI, B; OLIVEIRA, N. Adorno: **o poder educativo do pensamento crítico**. 4. Ed., Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

ANEXOS E APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ETAPAS DO FUNCIONAMENTO DO PNLD EM DETALHES

Adesão	As escolas que desejem participar dos programas de material didático manifestam seu interesse mediante adesão formal ao Ministério da Educação
Publicação dos Editais	São publicados os editais, elaborados pelo MEC, FNDE e Comissão Técnica, que estabelecem as regras para a participação das editoras interessadas
Inscrição	Os editais determinam o prazo e os regulamentos para a habilitação e a inscrição das obras pelas empresas detentoras de direitos autorais
Avaliação	Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica. A SEB escolhe os especialistas para analisar as obras, conforme critérios divulgados no edital. Esses especialistas elaboram as resenhas dos livros aprovados, que passam a compor o guia de livros didáticos
Escolha	Os livros didáticos passam por um processo de escolha dos professores e diretores com base no guia de livros didáticos

Aquisição	O FNDE inicia o processo de negociação com as editoras. A aquisição é realizada por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que as escolhas dos livros são efetivadas pelas escolas e que são editoras específicas que detêm o direito de produção de cada livro
Produção	Concluída a negociação, o FNDE firma o contrato e informa as quantidades de livros a serem produzidos e as localidades de entrega para as editoras
Análise da qualidade física	O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) acompanha o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e pela análise das características físicas dos livros, de acordo com especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborado
Distribuição	A distribuição dos livros é feita por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas. Essa etapa do PNLD conta com o acompanhamento de técnicos do FNDE e das secretarias estaduais de educação.
Recebimento	Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no FNDE (2017).

APÊNDICE II – MATERIAL EMPÍRICO CONSULTADO

- **LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, EDITAIS E MANIFESTAÇÕES OFICIAIS**

DECRETO N° 9.009, DE 18 DE JULHO DE 2017. DISPÕE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

LINK:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>

PORTARIA MEC N° 1.048 DE 9 DE OUTUBRO DE 2018. DIVULGA A RELAÇÃO DE INSTITUIÇÕES E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL RESPONSÁVEIS PELA INDICAÇÃO DE ESPECIALISTAS A SEREM CONSIDERADOS NA COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA EDIÇÃO DE 2021 DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO

LINK:https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/44709592/UCEQITzKXPYVi6cWuD3q0ksQ

EDITAL COMPLEMENTAR N° 01/2020 – CGPLI EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO - PNLD 2021 – OBJETO 4

LINK:<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 03/2019 – CGPLI EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS, LITERÁRIAS E RECURSOS DIGITAIS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO PNLD 2021
<https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/consultas/editais-programas-livro/item/13106-edital-pnld-2021>.

- **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, LIVES E WEBINÁRIOS**

WEBINAR (OBJETO 2) PROMOVIDO PELO FNDE – DIA 1

TEMA: ABERTURA DO WEBINAR E APRESENTAÇÃO DE OBRAS DE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS

DATA: 12/07/2021

MATERIAL EMPÍRICO: Vídeo

PARTICIPANTES: Nadja Cezar Ianzer Rodrigues (Coordenadora Geral dos Programas do Livro – CGPLI/FNDE), Samara Zacarias (COGEAM-MEC), João Quaresma (Consultor do MEC)

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=eOwrrhrERsY&t=225s>

WEBINAR (OBJETO 2) PROMOVIDO PELO FNDE – DIA 2

TEMA: APRESENTAÇÃO DAS OBRAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS

DATA: 13/07/2021

MATERIAL EMPÍRICO: Vídeo

PARTICIPANTES: Samara Zacarias (COGEAM-MEC), João Quaresma (Consultor do MEC),

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=dkWrgnuBRBA&t=4296s>

WEBINAR (OBJETO 2) PROMOVIDO PELO FNDE – DIA 3

TEMA: APRESENTAÇÃO DAS OBRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E CIÊNCIAS HUMANAS COM DIÁLOGO COM A MATEMÁTICA

DATA: 14/07/2021

MATERIAL EMPÍRICO: Vídeo

PARTICIPANTES: Samara Zacarias (COGEAM-MEC), João Quaresma (Consultor do MEC)

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=kAlwXEccF2Y&t=515s>

WEBINAR (OBJETO 2) PROMOVIDO PELO FNDE – DIA 4

TEMA: APRESENTAÇÃO DAS OBRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS

DATA: 15/07/2021

MATERIAL EMPÍRICO: Vídeo

PARTICIPANTES: Samara Zacarias (COGEAM-MEC), João Quaresma (Consultor do MEC)

LINK: https://www.youtube.com/watch?v=f5j_xBsrejU&t=4096s

WEBINAR (OBJETO 2) PROMOVIDO PELO FNDE – DIA 5

TEMA: APRESENTAÇÃO DAS OBRAS DE LINGUA PORTUGUESA E LÍNGUA INGLESA

DATA: 16/07/2021

MATERIAL EMPÍRICO: Vídeo

PARTICIPANTES: Samara Zacarias (COGEAM-MEC), João Quaresma (Consultor do MEC)

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=TiRdKPUiID0&t=239s>

LIVE PROMOVIDA PELO INSTITUTO REÚNA

TEMA: Lançamento do Roteiro de Apoio à análise de materiais didáticos do PNLD para auxiliar as secretarias da educação, gestores escolares e professores na escolha dos materiais didáticos do Ensino médio, aprovados pelo novo PNLD

DATA: 27/06/2021

MATERIAL EMPÍRICO: VÍDEO E GUIA (PDF)

PARTICIPANTES: Eduardo Deschamps (CNE - CONSED)

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=uRcVkJst4M&t=2391s>

ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE O FIM DA PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONAL DAS UNIVERSIDADES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PNLD

DATA: 2017

MATERIAL EMPÍRICO: Matéria no website do FNDE

Participantes: Rossieli Soares

LINK:

<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/51981-novopnld-abre-espaco-para-estados-municipios-e-professores-da-educacao-basica>

LIVE PROMOVIDA PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES E PRODUTORES DE CONTEÚDO E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS (ABRELIVROS)

TEMA: A BNCC e o Novo Ensino Médio

DATA: 24/05/2021

MATERIAL EMPÍRICO: Vídeo e Transcrição (em finalização)

PARTICIPANTES: Solange Petrosino (diretora acadêmica da Editora Moderna), Ângelo Xavier (Presidente da Abrelivros), Vítor de Angelo (Presidente do CONSED), Mozart Neves (Conselheiro do CNE) e João Quaresma (Consultor do MEC)

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=ILtso15FJqY&t=4242s>

LIVE PROMOVIDA PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA

TEMA: PNLD do Novo Ensino Médio

DATA: 14/04/2021

Material Empírico: Vídeo e Transcrição (em finalização)

PARTICIPANTES: Rosiane Belcher, Matheus Cruz (REDE ESTADUAL DE SANTA CATARINA), Wilian Bonete (Centro Universitário Guairacá), João Quaresma (Consultor do MEC), Luciana Rossato (UDESC)

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=GSAW4k698wQ&t=61s>

ENCONTRO TÉCNICO PROMOVIDO PELO FNDE

TEMA: ESCOLA DOS PROJETOS INTEGRADORES E PROJETOS DE VIDA

DATA: 25/02/2021

Participantes: Nadja Cezar Ianzer Rodrigues (Coordenadora Geral dos Programas do Livro – CGPLI/FNDE), Samara Zacarias (COGEAM-MEC)

MATERIAL EMPÍRICO: Vídeo e Slides Utilizados

LINK https://www.youtube.com/watch?v=V_vUjH60-LY&t=772s

WEBINAR PROMOVIDO PELO FNDE

TEMA: OBJETO 1 DO PNLD. DIVULGAR A PROPOSTA DE PROJETOS INTEGRADORES E PROJETOS DE VIDA PARA O PÚBLICO BENEFICIÁRIO DO PNLD.

DATA: 16/12/2020

MATERIAL EMPÍRICO

PARTICIPANTES: Nadja Cezar Ianzer Rodrigues (Coordenadora Geral dos Programas do Livro – CGPLI/FNDE), Samara Zacarias (COGEAM-MEC)

LINK: https://www.youtube.com/watch?v=-41_sxCagxQ&list=RDCMUcp3JfOII-BSbHqlijmUWg7A&index=1

WEBCONFERÊNCIA PRÓ-BNCC

TEMA: Novo Edital do PNLD do Ensino Médio

DATA: 05/02/2020

MATERIAL EMPÍRICO: VÍDEO

PARTICIPANTES: Danilo Leite Dalmon (Coordenador do Pró-BNCC), Sebastião Vitalino (Coordenador Geral do Material Didático do MEC), João Quaresma (Consultor DARE/MEC), Samara Zacarias (COGEAM)

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=2JkU2JEilkg>

AUDIÊNCIA PÚBLICA (FNDE/MEC)

TEMA: O novo PNLD do Ensino Médio

DATA: 03/10/2019

Material EMPÍRICO: Vídeo e Transcrição (em finalização), aviso de audiência pública e slides utilizados.

Participantes: Nadja Cezar Ianzer Rodrigues (Coordenadora Geral dos Programas do Livro – CGPLI/FNDE), Sebastião Vitalino (Coordenador Geral do Material Didático do MEC), João Quaresma (Consultor DARE/MEC)

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=SriWT2O3s3Q&t=3s>

AUDIÊNCIA PÚBLICA (FNDE/MEC)

TEMA: O PNLD ATUAL E O PNLD DO FUTURO (NOVO PNLD DO ENSINO MÉDIO)

DATA: 17/12/2018

PARTICIPANTES:

MATERIAL EMPÍRICO: Vídeo, SLIDE e aviso de audiência pública.

LINK: <https://www.youtube.com/watch?v=IOY3-hn00OE&t=1s>

ANUÁRIO ABRELIVROS 2022

LINK <https://www.abrelivros.org.br/anuario/>

- **DADOS OBTIVOS VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO**

INVESTIMENTO TOTAL NO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E MATERIAL DIDPÁTICO POR EDITORA.

RESPOSTA: 04/04/2024

JUSTIFICATIVA DA SUSPENSÃO DO OBJETO 4 – RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

RESPOSTA: 26/07/2024

APÊNDICE 3 - PRODUÇÕES ACADÊMICAS CONSULTADAS NA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS – CHAVE	PORTAL
Karine Bueno do Nascimento Micheli Bordoli Amestoy Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto	Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e o Programa Nacional do Livro Didático: aproximações necessárias	Ensino Médio Livro Didático Currículo Escolar Políticas Públicas	Scielo
Márcio Abondanza Vitiello Núria Hanglei Cacete	Currículo, poder e a política do livro didático de geografia no Brasil	Base Nacional Comum Curricular; Programa Nacional do Livro Didático; política educacional.	Scielo
Alice Yoko Horikawa José Lima Jardimino	A formação de professores e o livro didático: avaliação e controle dos saberes escolares	Formação do professor; Texto escolar; Política Educativa.	Scielo
DÉCIO GATTI JÚNIOR	ESTADO E EDITORAS PRIVADAS NO BRASIL: O PAPEL E O PERFIL DOS EDITORES DE LIVROS DIDÁTICOS (1970-1990)	Livro didático. Editores. Ensino de história	Scielo

Helôisa de Mattos Höfling	Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático	Políticas sociais. Política educacional. Programa de governo. Livro didático.	Scielo
Marco Antônio Silva	A Fetichização do Livro Didático no Brasil.	Livro didático. PNLD. Ensino de História	Scielo
Sonia Regina Miranda	O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD	LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA. PNLD.	Scielo
Alysson Ramos Artuso	O LIMITE DE NÚMERO DE PÁGINAS DOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO MÉDIO NO PNLD – UMA DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS ENTRE 2012 E 2015	Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Políticas públicas educacionais. Manuais escolares.	Scielo
Sandra Regina Ferreira de Oliveira Flávia Eloisa Caimi	Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola	CC. PNLD. Escola. História. Currículo	Scielo
Regiane Machado de Sousa Pinheiro Adda Daniela Lima Figueiredo Echalar José Rildo de Oliveira Queiroz	As políticas públicas de livro didático no Brasil: editais do PNLD de Biologia em questão	Educação Básica. Historicidade. PNLD. Recurso didático.	Scielo

Eliana Borges Correia de Albuquerque Andréa Tereza Brito Ferreira	Programa nacional do livro didático (PNLD): mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula	PNLD. Livro didático. Alfabetização	Scielo
Maura Regina da Silva Dourado	DEZ ANOS DE PCNS DE LÍNGUA ESTRANGEIRA SEM AVALIAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS PELO PNLD	parâmetro curricular; livro didático; língua inglesa; letramento; gênero textual.	Scielo
Guilherme Baumann Achterberg; Eduardo Adolfo Terrazzan; Leonardo Avelhaneda Hendges	ASPECTOS SOBRE O MUNDO DO TRABALHO APRESENTADOS EM LIVROS DIDÁTICOS DE PROJETO DE VIDA.	educação, políticas educacionais, ensino médio, mundo do trabalho, projeto de vida	Scielo
Guilherme Baumann Achterberg; Eduardo Adolfo Terrazzan;	EMPREENDER, DECIDIR O FUTURO E NAVEGAR EM MARES INCERTOS: o mundo do trabalho em livros didáticos sobre projeto de vida.	Projeto de Vida, Empreendedorismo, PNLD	Scielo
Francisco Azevedo de Arruda Sampaio, Aloma Fernandes de Carvalho.	Com a palavra o autor : em nossa defesa: um elogio à importância e uma crítica às limitações do Programa Nacional do Livro Didático.		
Luciana Bagolin Zambon Eduardo Adolfo Terrazzan	Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas	Livro didático Programa Nacional do Livro Didático Instituições de Educação Básica Ensino Médio	Educa

Maria Inês Sucupira Stamatto Universidade Federal do Rio Grande do Norte Flávia Eloisa Caimi	O Livro Didático de História do Ensino Médio: critérios de avaliação e documentos curriculares	Programa Nacional do Livro Didático. Ensino Médio. História.	Educa
Eduardo Peroli Júnior 2 ; Vivian Batista da Silva3	Uma história da Língua Portuguesa no Ensino Médio: a construção da excelência dos livros didáticos no PNLD (1990-2010)	PNLD, disciplina escolar, livro-didático, Língua Portuguesa	Educa
Jeronymo Dalapicolla* Victor de Almeida Silva** Junia Freguglia Machado Garcia**	EVOLUÇÃO BIOLÓGICA COMO EIXO INTEGRADOR DA BIOLOGIA EM LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO MÉDIO	Evolução. Análise de Conteúdo. Livro Didático	Educa
ELIECÍLIA DE FÁTIMA MARTINS NORMA ALMEIDA DE OLIVEIRA DE SALES CLEBER ALVES DE SOUZA	O Estado, o mercado editorial e o professor no processo de seleção dos livros didáticos	livros didáticos professores políticas educacionais currículos	Educa
Flávia Eloisa CAIMI	As disciplinas escolares no contexto do PNLD: avanços, lacunas e desafios na avaliação do livro didático	Livro didático. Avaliação. Ensino Fundamental	Educa
Jussara Turin Joanez Aparecida Aires	Programa Nacional do Livro Didático: um estudo sobre a escolha do livro didático de química por professores da rede pública de ensino de Curitiba	Livro Didático; PNLD; Livro Didático de Química	Educa
Andréa Ferreira Delgado Dilton Maynard	O elefante na sala de aula: usos de sites nos livros didáticos de História do PNLD 2012	Ensino de História Internet Ensino Médio	Educa

Carlos Roberto Jamil Cury	LIVRO DIDÁTICO COMO ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE	Política educacional do livro didático. Assistência ao educando. FNDE. PNL.	Redalyc
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi Silvio Cesar Nunes Militão Andreia Nunes Militão Fabio Perboni Regina Célia Ramos Vanda Moreira Machado Lima Yoshie Ussami Ferrari Leite	Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família	livro didático. PNLD. Políticas Públicas. Capital Cultural.	Redalyc
Célia Cristina de Figueiredo CASSIANO	Aspectos políticos e econômicos da circulação do livro didático de História e suas implicações curriculares	Livro didático; Políticas públicas; Ensino de História.	Redalyc
Célia Cristina de Figueiredo Cassiano	Reconfiguração do mercado editorial brasileiro de livros didáticos no início do século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais	Livro didático; Políticas públicas; Ensino de História.	Radalic
Gláucia Helena Moura Dias 1	FATORES INTERFERENTES NA PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS NO BRASIL	Manuais didáticos. Gramática escolar. Mercado editorial. Fatores interferentes na produção do livro didático de português. Concepção de	Radalic

		ensino de língua portuguesa	
Rita Vilanova	Educação em ciências e cidadania: mudança discursiva e modos de regulação na política do Programa Nacional do Livro Didático	Educação em ciências. Cidadania. Discurso. Livro didático. Programa Nacional do Livro Didático.	Radalic
Ana Lúcia Horta Nogueira Maísa Alves Silva Silmara Regina Colombo	O Trabalho do Professor em Propostas do PNLD de Ensino de Língua Portuguesa	Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), PNLD Dicionários, Contexto de produção, Trabalho do Professor.	Radalic
Jeferson Rodrigo da Silva	DE ANÔNIMO A BEST-SELLER: digressões sobre o sucesso do Projeto Araribá - História no PNLD de 2008	História e ensino. Livro didático. Projeto Araribá. PNLD. Leitura	Radalic
Laura Márcia Luiza Ferreira	SITES DE EDITORAS DE LIVROS DIDÁTICOS PELA PERSPECTIVA DO PROFESSOR	Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Ensino a distância. Livros didáticos. Editoras.	Radalic
Paulo Vinicius Baptista da Silva Rozana Teixeira Tânia Mara Pacifico II	Políticas de promoção de igualdade racial e programas de distribuição de livros didáticos	Relações raciais – Livros didáticos – Políticas educacionais – Branquidade	

João Bosco Pitombeira de Carvalho	Políticas Públicas e o Livro Didático de Matemática	Livros didáticos. Políticas Públicas	Radalic
José Wilson dos Santos Marcio Antonio da Silva	Relações de poder na idealização de livros didáticos de Matemática	Livro didático de Matemática. Análise do discurso. Relações de poder	Radalic
Lívia de Rezende CARDOSO Rosa Virgínia Oliveira Soares de MELO	CONSTRUÇÃO DO CRITÉRIO GÊNERO NO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (2006-2020)	Currículo. Gênero. Livro didático.	Radalic
Alysson Ramos Artuso	LIVRO DIDÁTICO DIGITAL O PRESENTE, AS TENDÊNCIAS E AS POSSIBILIDADES DO MERCADO EDITORIAL NO CONTEXTO BRASILEIRO E INTERNACIONAL	ensino de ciências; mídias eletrônicas; produção de material didático; material didático; tecnologia educacional.	Radalic
Amadeu Moura Bego Eduardo Adolfo Terrazzan	CARACTERÍSTICAS DAS APOSTILAS DE CIÊNCIAS DA NATUREZA PRODUZIDAS POR UM SISTEMA APOSTILADO DE ENSINO E UTILIZADAS EM UMA REDE ESCOLAR PÚBLICA MUNICIPAL	Sistemas Apostilados de Ensino. Ensino de ciências. Parcerias público-privadas.	Radalic
Aline Germano Fonseca Denise Silva Vilela	Livros Didáticos e Apostilas: o currículo de matemática e a dualidade do ensino médio	Livros didáticos. Apostilas. Currículo de Matemática. Ensino Propedêutico ou Profissional.	Radalic

Gláucia Helena Moura Dias	FATORES INTERFERENTES NA PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DE PORTUGUÊS NO BRASIL	Manuais didáticos. Gramática escolar. Mercado editorial. Fatores interferentes na produção do livro didático de português. Concepção de ensino de língua portuguesa	Radalic
Alice Yoko Horikawa José Lima Jardimino	A formação de professores e o livro didático: avaliação e controle dos saberes escolares	Formação do professor; Texto escolar; Política Educacional	Radalic
Carina Copatti Adriana Maria Andreis	Políticas públicas educacionais no Brasil pós-redemocratização: percursos à cidadania?	Políticas públicas de educação. Redemocratização do Brasil. Formação cidadã.	Radalic
Alisson Antonio Martins Nilson Marcos Dias Garcia	Artefato da cultura escolar e mercadoria: a escolha do livro didático de Física em análise	Livro didático de Física. Escolha de livro didático. Cultura escolar. Produção cultural. Mercadoria.	Radalic
LUIZ ANTÔNIO CUNHA	Contribuição para a análise das interferências mercadológicas nos currículos escolares		Radalic

Marcella Albaine Farias da Costa Carmen Teresa Gabriel Le Ravallec	Sentidos de "digital" em disputa no currículo de história: que implicações para o ensino desta disciplina?	História – estudo e ensino; Currículo	Radalic
Ana Paula TORRES Maria Teresa Miceli KERBAUY	UM OLHAR ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DOS CONTORNOS GERENCIAIS PROPOSTOS PELA REFORMA DO ESTADO	Educação. Reforma do Estado. Administração gerência. Planejamento estratégico. Governança.	Radalic
Luciana Pereira Silva Andreia Rutiquewiski Juliana Benatti	OS OBJETOS EDUCACIONAIS DIGITAIS EM LINGUAGEM E INTERAÇÃO: AVANÇOS, PERMANÊNCIAS OU RETROCESSOS?	Ensino-aprendizagem de língua materna; tecnologias digitais de informação e comunicação; objetos educacionais digitais; multiletramentos	Radalic
MARLUCY ALVES PARAÍSO	POLÍTICA DA SUBJETIVIDADE DOCENTE NO CURRÍCULO DA MÍDIA EDUCATIVA BRASILEIRA	Currículo. Mídia educativa. Subjetividade docente	Radalic
Marcelo de Souza Magalhães	Apontamentos para pensar o ensino de História hoje: reformas curriculares, Ensino Médio e formação do professor*	Ensino Médio – Ensino de História – Formação de professores	Radalic

João Ernesto NICOLETI	A LÓGICA DA TERCEIRIZAÇÃO DO ENSINO POR REDES PÚBLICAS MUNICIPAIS POR MEIO DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PRIVADAS DE ENSINO NA REGIÃO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP	Ensino apostilado. Sistemas privados de ensino. Política e educação.	Radalic
Marco Aurelio de Souza Rodrigues Paula Castro Pires de Souza Chimenti Roberto Ramos Nogueira	ADOÇÃO DE INOVAÇÕES EM MERCADOS EM REDE: UMA ANÁLISE DA INTRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DIGITAL NO BRASIL	Estratégia; Inovação; Plataformas; Novas Mídias; Livro Didático.	Radalic
A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MERCADORIA NO BRASIL	A TRANSFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM MERCADORIA NO BRASIL	Educação e globalização. Educação como mercadoria. Financeirização da educação. Mercado educacional. Educação para o lucro.	Radalic
Antonio Deusimar de Oliveira Rosália Maria Netto Prados	Políticas públicas para o livro, leitura, literatura e biblioteca no Brasil	Políticas Públicas Culturais Políticas Públicas Sociais Livro e Leitura Plano Nacional do Livro e Leitura Biblioteca Brasil	Radalic
ATALIA DA SILVA FERNANDES, FRANCISCO HERBERT LIMA VASCONCELOS, WINDSON VIANA DE CARVALHO	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD): UM ESTUDO DE SEU FUNCIONAMENTO E APRESENTAÇÃO DAS MUDANÇAS NOS MATERIAIS À LUZ DO NOVO ENSINO MÉDIO A PARTIR DE 2021		GOOGLE SCHOLAR

Lucimara Del Pozzo Basso	ESTUDO ACERCA DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS DO PNLD – PERÍODO DE 1996 E 2013	PNLD; Avaliação de livros didáticos; Livro Didático de Ciências; Guia do Livro Didático; Ciências no Ensino Fundamental	GOOGLE SCHOLAR
Flávia Eloisa Caimi	Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes	PNLD; mercado editorial; sistema estruturado de ensino.	GOOGLE SCHOLAR
Ludmila Losada da Fonseca 1 Ivaine Maria Tonini	O LIVRO DIDÁTICO NO PNLD 2021: RACIONALIDADE NEOLIBERAL E RESISTÊNCIA	PNLD, Racionalidade Neoliberal, Resistência, Livro Didático de Geografia.	GOOGLE SCHOLAR
Joseane Lima Muniz	ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO 2021-OBJETO 1 E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E PROJEÇÕES PARA O NOVO ENSINO MÉDIO	Ensino Médio. PNLD. Objeto 1. Projetos Interdisciplinares	GOOGLE SCHOLAR
Anderson Gabrelon	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO COMO POLÍTICA DE ESTADO	Políticas Educacionais; Livro didático; PNLD	GOOGLE SCHOLAR
Janilce Santos Domingues Graça Dilton Cândido Santos Maynard	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO: BREVE CONTEXTO HISTÓRICO	Livro didático. Contextualização histórica. Implicações na aprendizagem.	GOOGLE SCHOLAR

Adriana Ferreira Mendonça; Francisco Filipe Passos dos Santos	PROJETOS INTEGRADORES DE MATEMÁTICA: ANÁLISE DE OBRAS DO PNLD 2021	Projetos Integradores. Temáticas Integradoras. PNLD 2021.	GOOGLE SCHOLAR
Fabício de Sousa Sampaio	A intencionalidade formativa dos projetos de vida do PNLD 2021	Projeto de Vida, BNCC, Formação integral	GOOGLE SCHOLAR
Taissa Cordeiro Bichara	O IRRECONCILIÁVEL NOS EDITAIS DO PNLD: EUROCENTRISMO, CIDADANIA E ENSINO DE HISTÓRIA	Livro didático. Formação para cidadania. Ensino de História	GOOGLE SCHOLAR
Pedro Franco de Sá Maria de Lourdes Silva Santos Andrea da Silva Marques Ribeiro	SAEB E PNLD: DISSONÂNCIAS E IMPLICAÇÕES DAS AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO	Avaliação Educacional. Avaliação de Larga Escala. Diálogo entre SAEB e PNLD	GOOGLE SCHOLAR
Cláudia Bezerra dos Santos Lucimara Farias Barros Alves	PNLD E A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO: Análise do Livro Contato Matemática	Matemática. Livro didático. Plano Nacional.	GOOGLE SCHOLAR
Kelly Vanessa Fernandes Dias da Silva Alysson Ramos Artuso Roberta Suero	A POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) COMO UMA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	PNLD. Estado. Tecnologia. Política Pública. CTS.	GOOGLE SCHOLAR
Vanessa Cristina Moraes TEIXEIRA	REPRESENTAÇÕES SOBRE TECNOLOGIA EM LIVROS DIDÁTICOS DE INGLÊS DO PNLD PARA O ENSINO MÉDIO	Representações; Tecnologia; Livro didático de inglês; PNLD	GOOGLE SCHOLAR

Farley Ribeiro Xavier*, Stefani Moreira Aquino Toledo**, Zilmar Santos Cardoso**	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD): CAMINHOS PERCORRIDOS	Política Pública. PNLD. Implementação. Avaliação	GOOGLE SCHOLAR
Cristianni Antunes Leal	UMA BREVE ANÁLISE DO OBJETO 2 DO PNLD 2021 NO ITINERÁRIO “CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS”: O QUE CABE AO ENSINO DE BIOLOGIA?	Coleção de livro didático Objeto 2; Controle curricular; Ensino de Biologia; Esvaziamento curricular; Novo Ensino Médio	GOOGLE SCHOLAR
NATALIA DA SILVA FERNANDES, FRANCISCO HERBERT LIMA VASCONCELOS, WINDSON VIANA DE CARVALHO	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD): UM ESTUDO DE SEU FUNCIONAMENTO E APRESENTAÇÃO DAS MUDANÇAS NOS MATERIAIS À LUZ DO NOVO ENSINO MÉDIO A PARTIR DE 2021	Políticas públicas. PNLD. Contextualização histórica. Novo Ensino Médio. Materiais Didáticos	GOOGLE SCHOLAR
Elaine Vasquez Ferreira de Araújo ¹ Márcio Luiz Corrêa Vilaça ²	ABORDAGEM DO CONTEXTO DIGITAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO: REFLEXÕES SOBRE O PNLD	PNLD, Letramento Digital, Livro Didático	GOOGLE SCHOLAR
Cristiano das Neves Bodart ¹ Thiago de Jesus Esteves ² Caio dos Santos Tavares	OS(AS) AUTORES(AS) DOS LIVROS DIDÁTICOS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS DO PNLD-2021 E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIOLOGIA ESCOLAR	Reforma do Ensino Médio. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD). Sociologia Escolar.	GOOGLE SCHOLAR

Valci Melo 1 Lavoisier Almeida dos Santos	A (IN)ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS AUTORES DAS OBRAS DO OBJETO 1 DO PNLD 2021 AOS COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO MÉDIO	Novo Ensino Médio; PNLD 2021; Adequação da formação docente	GOOGLE SCHOLAR
Camila Rodrigues Viana 38 Carla Bastiani 39 Carla Bastiani 39	CAMINHOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO DIDÁTICO: DO PROCESSO DE SELEÇÃO AOS CRITÉRIOS AVALIATIVOS DO PNLD	CAP DE LIVRO	GOOGLE SCHOLAR
Carlos Eduardo Ströher* Franciele de Souza Monteiro*	As políticas do PNLD e as escolhas dos livros didáticos pelos professores de história	livro didático; ensino de história; docência.	GOOGLE SCHOLAR
CARLOS FRANCISCO DA SILVA	A POLÍTICA PÚBLICA DO LIVRO DIDÁTICO NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE (DES)QUALIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	LIVRO DIDÁTICO, DESQUALIFICAÇÃO, TRABALHO DOCENTE	B- CAPES
IARA AUGUSTA DA SILVA	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO (PNLD/EM) E O MERCADO EDITORIAL: 2003-2011	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM), Livro didático, Estado, Mercado editorial.	B- CAPES
CÉLIA CRISTINA DE FIGUEIREDO CASSIANO	O MERCADO DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: DA CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO À ENTRADA DO CAPITAL INTERNACIONAL ESPANHOL	PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD), MERCADO EDITORIAL, POLÍTICAS	B- CAPES

		PÚBLICAS, LÍNGUA ESPAÑHOLA, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	
Carmencita Ferreira Silva Assis	ANÁLISE DESCRITIVA E INTERPRETATIVA DO PROGRAMA DO LIVRO DIDÁTICO DO ENSINO MÉDIO DO BRASIL: OPINIÃO DOS AGENTES AVALIADORES		
KATIA PAULILO MANTOVANI	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO: IMPACTOS NA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO	LIVRO DIDÁTICO POLÍTICAS PÚBLICAS QUALIDADE DE ENSINO	B- CAPES
Douglas Fraga Silveira	QUANTO CUSTA O LIVRO DIDÁTICO? UMA ANÁLISE A PARTIR DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO FNDE / MEC	PNLD. Custo unitário. Livro Didático	B- CAPES
Daniele Cabral de Freitas Pinheiro	EDUCAÇÃO SOB CONTROLE DO CAPITAL FINANCEIRO: O CASO DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	Capital financeiro, fundos de investimento, PNLD, Abril Educação	B- CAPES
IARA AUGUSTA DA SILVA	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ENSINO MÉDIO (PNLD/EM) E O MERCADO EDITORIAL: 2003-2011	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLD/EM), Livro didático, Estado, Mercado editorial.	B- CAPES

LUCIANA SARDENHA GALZERANO	GRUPOS EMPRESARIAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA: ESTUDO SOBRE A SOMOS EDUCAÇÃO	Programa Nacional do Livro Didático (Brasil). Somos Educação. Educação básica. Privatização. Sistema privado de ensino.	B- CAPES
KATIA PAULILO MANTOVANI	O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNL D IMPACTOS NA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO	POLÍTICAS PÚBLICAS; QUALIDADE NO ENSINO; PROFESSORES ; AVALIAÇÃO	B- CAPES
DALVA ALEXANDRINA CAMILO	O LIVRO DIDÁTICO NO ÂMBITO DO PNL D: CONTEXTO DE ESCOLHA E USO POR PROFESSORES NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO IFTM – CAMPUS UBERABA	Ensino. Educação Profissional e Tecnológica. Livro didático. MAGLI.	B- CAPES
Diego Deziderio	A Lei 10.639 e o Programa Nacional do Livro Didático: tensões de um processo e seus sujeitos	Lei 10.639/03, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Ensino de História.	B- CAPES
Rui Campos Dias	A “INOVAÇÃO CONSERVADORA” NA EDUCAÇÃO: OS LIMITES DA CIBERCULTURA NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DOS PNL D 2014 E 2017 DE HISTÓRIA	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. PNL D. Livro didático. Conteúdos educacionais digitais. Ensino de História	B- CAPES

Dalva Alexandrina Camilo	O LIVRO DIDÁTICO NO ÂMBITO DO PNLD: CONTEXTO DE ESCOLHA E USO POR PROFESSORES NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO IFTM – CAMPUS UBERABA	Ensino. Educação Profissional e Tecnológica. Livro didático. MAGLI.	B- CAPES
Guilherme Baumann Achterberg	O mundo do trabalho em livros didáticos de projeto de vida para o ensino médio	Projeto de Vida. PNLD. Juventudes. BNCC. Empregabilidade . Empreendedoris mo	B- CAPES
MARCELO ANTONIO BUENO MORAES	O PAPEL DO GUIA DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA/PNLD NO PROCESSO DE ESCOLHA DOS LIVROS PELOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Guia do Livro Didático de História. Programa Nacional do Livro Didático. Livro didático de História. Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Guias para escolha pelos professores.	B- CAPES
ROSALIA DE CASTRO SOUSA	AS REGRAS DO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO (PNLD) E A CONCORRÊNCIA DO MERCADO EDITORIAL BRASILEIRO	Compras Públicas. Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Mercado Editorial Brasileiro. Concentração de	B- CAPES

		mercado. Grupos Econômicos.	
--	--	--------------------------------	--

APÊNDICE IV – OBRAS E MATERIAIS DIDÁTICOS APROVADOS NO PNLD/EM
2021

1. OBRAS DE PROJETO DE VIDA (OBJETO 1)

TÍTULO DO PROJETO	EDITORA
PLANEJANDO A JORNADA: UM GUIA PARA SEU PROJETO DE VIDA	FBF CULTURAL LTDA
PROJETO DE VIDA: HISTÓRIAS QUE INSPIRAM	EDITORA DA PONTE SOLUÇÕES EM EDUCACAO - EIRELI
JOVEM PROTAGONISTA PROJETO DE VIDA	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA PROJETO DE VIDA	EDICOES SM LTDA.
PROJETO DE VIDA: VIVÊNCIAS E POSSIBILIDADES	JOANINHA EDICOES LTDA
PROJETO DE VIDA: UM PROJETO VITAL	HEDRA EDUCAÇÃO LTDA
JUVENTUDE PLURAL: PROJETO DE VIDA: VOLUME ÚNICO	DSOP EDUCACAO FINANCEIRA LTDA
EU POSSO	MICHELLE CANDIDO DA SILVA
MEU PROJETO DE VIDA: UMA AVENTURA ENTRE SONHOS E DESAFIOS	TULIPA EDITORA EIRELI
#VIVENCIAS - PROJETO DE VIDA	EDITORA SCIPIONE S.A.
TECER O FUTURO - VOCE, OS OUTROS, O MUNDO AO REDOR - PROJETO DE VIDA	SARAIVA EDUCACAO S.A.
CAMINHAR E CONSTRUIR - PROJETO DE VIDA	SARAIVA EDUCACAO S.A.
SER EM FOCO	EDITORA DO BRASIL SA
PROJETO DE VIDA : MEU PLANO EM AÇÃO	KIT'S EDITORA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
#MEUFUTURO	EDITORA FTD S A

PENSAR, SENTIR E AGIR	EDITORA FTD S A
(DES)ENVOLVER E (TRANS)FORMAR - PROJETO DE VIDA	EDITORA ATICA S.A.
PROJETO DE VIDA: CONSTRUINDO O FUTURO	EDITORA ATICA S.A.
EDUCAÇÃO PARA A VIDA	EDITORA MODERNA LTDA
EXPEDIÇÃO FUTURO	EDITORA MODERNA LTDA
GPS - GUIA DE PROTAGONISMO NO SÉCULO XXI	EDITORA MODERNA LTDA
SE LIGA NA VIDA	EDITORA MODERNA LTDA
VALOR DE UMA VOZ	EDITORA MODERNA LTDA
VOCÊ NO MUNDO	EDITORA MODERNA LTDA

2. OBRAS DE PROJETOS INTEGRADORES (OBJETO 1)

TÍTULO DO PROJETO	EDITORA
JOVEM PROTAGONISTA PROJETOS INTEGRADORES CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA PROJETOS INTEGRADORES CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	EDICOES SM LTDA.
PROJETOS INTEGRADORES: INTEGRANDO SABERES - CIENCIAS DA NATUREZA	UNIVERSO DOS LIVROS EDITORA LTDA
#NOVO ENSINO MEDIO - PROJETOS INTEGRADORES - CIENCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA SCIPIONE S.A.
VAMOS JUNTOS, PROFE! - PROJETOS INTEGRADORES - CIENCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
CONHECER E TRANSFORMAR: PROJETOS INTEGRADORES	EDITORA DO BRASIL SA
INTEGRAÇÃO E PROTAGONISMO	EDITORA DO BRASIL SA
INTEGRALIS – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS - PROJETO INTEGRADORES	IBEP - INSTITUTO BRASILEIRO DE EDICOES PEDAGOGICAS LTDA
+AÇÃO – NA ESCOLA E NA COMUNIDADE – PROJETO INTEGRADORES – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA FTD S A
DE OLHO NO FUTURO - PROJETO INTEGRADORES - CIENCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA ATICA S.A.
MODERNA EM PROJETO: CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA
PRÁTICAS NA ESCOLA - CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO: CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA

TÍTULO DO PROJETO	EDITORA
PALAVRAS PARA INTEGRAR: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
JOVEM PROTAGONISTA PROJETOS INTEGRADORES CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA PROJETOS INTEGRADORES CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDICOES SM LTDA.
PESQUISAR, DISCUTIR & APRENDER - PROJETOS INTEGRADORES - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDITORA AJS LTDA.
CIÊNCIAS HUMANAS EM PROJETOS	FENIX LIVRARIA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS – EIRELI
EXPERIMENTAR, REFLETIR E COMUNICAR	DANIELLA ALMEIDA BARROSO 25879106845
INTEGRAMUNDO: PROJETOS INTEGRADORES CIÊNCIAS HUMANAS	TULIPA EDITORA EIRELI
#NOVO ENSINO MEDIO - PROJETOS INTEGRADORES - CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDITORA SCIPIONE S.A.
CAMINHAR E CONSTRUIR - PROJETOS INTEGRADORES - CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
VAMOS JUNTOS, PROFE! - PROJETOS INTEGRADORES - CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
CONHECER E TRANSFORMAR: PROJETOS INTEGRADORES	EDITORA DO BRASIL SA
INTEGRAÇÃO E PROTAGONISMO	EDITORA DO BRASIL SA
+AÇÃO – NA ESCOLA E NA COMUNIDADE – PROJETOS INTEGRADORES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDITORA FTD S A
VER O MUNDO - PROJETOS INTEGRADORES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDITORA FTD S A
DE OLHO NO FUTURO - PROJETOS INTEGRADORES - CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDITORA ATICA S.A.
DA ESCOLA PARA O MUNDO - PROJETOS INTEGRADORES - CIENCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDITORA ATICA S.A.
IDENTIDADE EM AÇÃO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA EM PROJETOS: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDITORA MODERNA LTDA
PRÁTICAS NA ESCOLA - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	EDITORA MODERNA LTDA

TÍTULO DO PROJETO	EDITORA
--------------------------	----------------

VOCÊ NO MUNDO: PROJETOS INTEGRADORES: LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	MVC EDITORA LTDA
PALAVRAS PARA INTEGRAR: LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
JOVEM PROTAGONISTA PROJETOS INTEGRADORES LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA PROJETOS INTEGRADORES LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDICOES SM LTDA.
AÇÕES EM LINGUAGENS PROJETOS INTEGRADORES - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	RICHMOND EDUCACAO LTDA.
LINGUAGENS EM PROJETOS INTEGRADORES	FENIX LIVRARIA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS - EIRELI
INTEGRAMUNDO: PROJETOS INTEGRADORES LINGUAGENS	TULIPA EDITORA EIRELI
#NOVO ENSINO MEDIO - PROJETOS INTEGRADORES - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA SCIPIONE S.A.
CAMINHAR E CONSTRUIR - PROJETOS INTEGRADORES - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
VAMOS JUNTOS, PROFE! - PROJETOS INTEGRADORES - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
CONHECER E TRANSFORMAR: PROJETOS INTEGRADORES	EDITORA DO BRASIL SA
+ AÇÃO NA ESCOLA E NA COMUNIDADE - PROJETOS INTEGRADORES - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA FTD S A
VER O MUNDO - PROJETOS INTEGRADORES - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA FTD S A
DA ESCOLA PARA O MUNDO - PROJETOS INTEGRADORES - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA ATICA S.A.
IDENTIDADE EM AÇÃO: LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA
INTEGRANDO CONHECIMENTOS - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA EM PROJETOS: LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA
PRÁTICAS NA ESCOLA - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA

TÍTULO DO PROJETO	EDITORA
VOCÊ NO MUNDO: PROJETOS INTEGRADORES: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MVC EDITORA LTDA

SER PROTAGONISTA PROJETOS INTEGRADORES MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	EDICOES SM LTDA.
MATEMÁTICA EM PROJETOS INTEGRADORES	FENIX LIVRARIA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS – EIRELI
#NOVO ENSINO MEDIO - PROJETOS INTEGRADORES - MATEMATICA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA SCIPIONE S.A.
VAMOS JUNTOS, PROFE! - PROJETOS INTEGRADORES - MATEMATICA E SUAS TECNOLOGIAS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
CONHECER E TRANSFORMAR: PROJETOS INTEGRADORES	EDITORA DO BRASIL SA
INTEGRAÇÃO E PROTAGONISMO	EDITORA DO BRASIL SA
PROJETOS INTEGRADORES : TEMPO JOVEM	KIT'S EDITORA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
+AÇÃO – NA ESCOLA E NA COMUNIDADE – PROJETOS INTEGRADORES – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA FTD S A
VER O MUNDO - PROJETOS INTEGRADORES – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA FTD S A
DA ESCOLA PARA O MUNDO - PROJETOS INTEGRADORES - MATEMATICA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA ATICA S.A.
IDENTIDADE EM AÇÃO: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA
PRÁTICAS NA ESCOLA - MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA EM PROJETOS: MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	EDITORA MODERNA LTDA

3. OBRAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO (OBJETO 2)

TÍTULO DA COLEÇÃO	TÍTULO VOLUME	EDITORA
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS - COMPOSIÇÃO E ESTRUTURA DOS CORPOS	SM LTDA.
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS - MATÉRIA E TRANSFORMAÇÕES	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS - ENERGIA E TRANSFORMAÇÕES	EDICOES SM LTDA.

SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS - EVOLUÇÃO, TEMPO E ESPAÇO	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS - AMBIENTE E SER HUMANO	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS - VIDA, SAÚDE E GENÉTICA	EDICOES SM LTDA.
MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR - ORIGENS: O UNIVERSO, A TERRA E A VIDA	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR - EVOLUÇÃO, BIODIVERSIDADE E SUSTENTABILIDADE	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR - MATERIAIS, LUZ E SOM: MODELOS E PROPRIEDADES	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR - MATERIAIS E ENERGIA: TRANSFORMAÇÕES E CONSERVAÇÃO	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DAS JUVENTUDES	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR	MATÉRIA, ENERGIA E VIDA: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR - O MUNDO ATUAL: QUESTÕES SOCIOCIENTÍFICAS	EDITORA SCIPIONE S.A.
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS DA NATUREZA	MATÉRIA, ENERGIA E A VIDA	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS DA NATUREZA	MOVIMENTOS E EQUILÍBRIOS NA NATUREZA	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS DA NATUREZA	ELETRICIDADE NA SOCIEDADE E NA VIDA	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS DA NATUREZA	ORIGENS	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIAS, SOCIEDADE E AMBIENTE	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS DA NATUREZA	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CIDADANIA	EDITORA FTD S A

CIÊNCIAS DA NATUREZA – LOPES & ROSSO	EVOLUÇÃO E UNIVERSO	EDITORA MODERNA LTDA
CIÊNCIAS DA NATUREZA – LOPES & ROSSO	ENERGIA E CONSUMO SUSTENTÁVEL	EDITORA MODERNA LTDA
CIÊNCIAS DA NATUREZA – LOPES & ROSSO	ÁGUA, AGRICULTURA E USO DA TERRA	EDITORA MODERNA LTDA
CIÊNCIAS DA NATUREZA – LOPES & ROSSO	POLUIÇÃO E MOVIMENTO	EDITORA MODERNA LTDA
CIÊNCIAS DA NATUREZA – LOPES & ROSSO	CORPO HUMANO E VIDA SAUDÁVEL	EDITORA MODERNA LTDA
CIÊNCIAS DA NATUREZA – LOPES & ROSSO	MUNDO TECNOLÓGICO E CIÊNCIAS APLICADAS	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	O UNIVERSO DA CIÊNCIA E A CIÊNCIA DO UNIVERSO	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	VIDA NA TERRA: COMO É POSSÍVEL?	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	TERRA: UM SISTEMA DINÂMICO DE MATÉRIA E ENERGIA	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	ENERGIA E SOCIEDADE: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SER HUMANO: ORIGEM E FUNCIONAMENTO	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SER HUMANO E MEIO AMBIENTE: RELAÇÕES E CONSEQUÊNCIAS	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	O CONHECIMENTO CIENTÍFICO	EDITORA MODERNA LTDA

MODERNA PLUS – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	ÁGUA E VIDA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	MATÉRIA E ENERGIA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	HUMANIDADE E AMBIENTE	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS – CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	UNIVERSO E EVOLUÇÃO	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES - CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	MATÉRIA E ENERGIA	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES - CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	ENERGIA E AMBIENTE	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES - CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	SAÚDE E TECNOLOGIA	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES - CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	CONSERVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES - CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	TERRA E EQUILÍBRIOS	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES - CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS	UNIVERSO, MATERIAIS E EVOLUÇÃO	EDITORA MODERNA LTDA

TÍTULO DA COLEÇÃO	TÍTULO VOLUME	EDITORA
PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: O MUNDO EM QUE VIVEMOS:	PALAVRAS PROJETOS

	ORIGENS, TRABALHO E A INVENÇÃO DA LIBERDADE	EDITORIAIS LTDA
PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: MUNDO CONTEMPORÂNEO: TENSÕES, CONFLITOS E COOPERAÇÃO	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: BRASIL DIVERSO: POVOS E PAISAGENS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: BRASIL EM FORMAÇÃO: ENTRE O RURAL E O URBANO	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: MUNDO EM REDE: DEMOCRACIA, CIDADANIA E DIREITOS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS: ESTADO, POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE: DISCUSSÕES NECESSÁRIAS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CIDADANIA E ÉTICA	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - ECONOMIA E TRABALHO	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - POLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - TERRITÓRIO E FRONTEIRA	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - SOCIEDADE E CULTURA	EDICOES SM LTDA.

SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CONHECIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLOGIAS	EDICOES SM LTDA.
MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	INDIVÍDUO, NATUREZA E SOCIEDADE	EDITORA AJS LTDA.
MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	OS TEMPOS E ESPAÇOS DAS CIDADES	EDITORA AJS LTDA.
MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	EDITORA AJS LTDA.
MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	ÉTICA, POLÍTICA E TRABALHO	EDITORA AJS LTDA.
MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	RELAÇÕES DE PODER E CONFLITOS	EDITORA AJS LTDA.
MÓDULOS PARA O NOVO ENSINO MÉDIO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	CULTURAS E DIFERENÇAS	EDITORA AJS LTDA.
CONTEXTO E AÇÃO	CONTEXTO E AÇÃO - GRANDES TRANSFORMAÇÕES	EDITORA SCIPIONE S.A.
CONTEXTO E AÇÃO	CONTEXTO E AÇÃO - TERRITÓRIOS, PAISAGENS E RELAÇÕES SOCIAIS	EDITORA SCIPIONE S.A.
CONTEXTO E AÇÃO	CONTEXTO E AÇÃO - SOCIEDADE E NATUREZA	EDITORA SCIPIONE S.A.
CONTEXTO E AÇÃO	CONTEXTO E AÇÃO - TRABALHO E SOCIEDADE	EDITORA SCIPIONE S.A.

CONTEXTO E AÇÃO	CONTEXTO E AÇÃO - DESIGUALDADE E PODER	EDITORA SCIPIONE S.A.
CONTEXTO E AÇÃO	CONTEXTO E AÇÃO - CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	EDITORA SCIPIONE S.A.
HUMANITAS.DOC	HUMANITAS.DOC - TEMPO E ESPAÇO	SARAIVA EDUCACAO S.A.
HUMANITAS.DOC	HUMANITAS.DOC - TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E FRONTEIRAS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
HUMANITAS.DOC	HUMANITAS.DOC - INDIVÍDUO, SOCIEDADE E NATUREZA	SARAIVA EDUCACAO S.A.
HUMANITAS.DOC	HUMANITAS.DOC - POLÍTICA E MUNDO DO TRABALHO	SARAIVA EDUCACAO S.A.
HUMANITAS.DOC	HUMANITAS.DOC - SOCIEDADE, CULTURA E POLÍTICA	SARAIVA EDUCACAO S.A.
HUMANITAS.DOC	HUMANITAS.DOC - DIVERSIDADE, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
INTERAÇÃO HUMANAS	INTERAÇÃO HUMANAS - A FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES E DAS CIVILIZAÇÕES NO BRASIL E NO MUNDO	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO HUMANAS	INTERAÇÃO HUMANAS - O TRABALHO E A TRANSFORMAÇÃO DA VIDA HUMANA	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO HUMANAS	INTERAÇÃO HUMANAS - O PODER ECONÔMICO E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS POVOS E PAÍSES	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO HUMANAS	INTERAÇÃO HUMANAS - SOCIEDADE BRASILEIRA: CONFLITOS, TENSÕES E A JUVENTUDE	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO HUMANAS	INTERAÇÃO HUMANAS - O BRASIL E O MUNDO NA ATUALIDADE	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO HUMANAS	INTERAÇÃO HUMANAS - AS SOCIEDADES HUMANAS, SEUS DESAFIOS E PERCURSOS	EDITORA DO BRASIL SA

CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - LIBERDADE E VIDA SOCIAL	EDITORA DO BRASIL SA
CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - FRONTEIRAS FÍSICAS E CULTURAIS	EDITORA DO BRASIL SA
CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - SOCIEDADE E NATUREZA	EDITORA DO BRASIL SA
CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - TRABALHO E SOCIEDADE	EDITORA DO BRASIL SA
CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - CONVIVÊNCIAS E CONFLITOS	EDITORA DO BRASIL SA
CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	CONEXÃO MUNDO: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS - POLÍTICA E CIDADANIA	EDITORA DO BRASIL SA
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	GLOBALIZAÇÃO, TEMPO E ESPAÇO	EDITORA FTD SA
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	POPULAÇÕES, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	EDITORA FTD SA
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	SOCIEDADE, NATUREZA E SUSTENTABILIDADE	EDITORA FTD SA
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	TRABALHO, TECNOLOGIA E DESIGUALDADE	EDITORA FTD SA
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	ÉTICA, CULTURA E DIREITOS	EDITORA FTD SA
MULTIVERSOS - CIÊNCIAS HUMANAS	POLÍTICA, CONFLITOS E CIDADANIA	EDITORA FTD SA
PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	MUNDO DO TRABALHO: INDIVÍDUO E SOCIEDADE	EDITORA FTD SA
PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	POLÍTICA E ÉTICA EM AÇÃO: CIDADANIA E DEMOCRACIA	EDITORA FTD SA
PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	BRASIL DA DIVERSIDADE: SOCIEDADE E DIREITOS	EDITORA FTD SA
PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	ESPAÇOS EM TRANSFORMAÇÃO: DESIGUALDADES E CONFLITOS	EDITORA FTD SA

PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	SUSTENTABILIDADE EM AÇÃO: SOCIEDADE E NATUREZA	EDITORA FTD S A
PRISMA - CIÊNCIAS HUMANAS	MUNDO EM MOVIMENTO: GLOBALIZAÇÃO, CONFLITOS E PANDEMIA	EDITORA FTD S A
DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - COMPREENDER O MUNDO	EDITORA ATICA S.A.
DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - MUNDO EM MOVIMENTO	EDITORA ATICA S.A.
DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONSCIÊNCIA AMBIENTAL	EDITORA ATICA S.A.
DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - IMPORTÂNCIA DO TRABALHO	EDITORA ATICA S.A.
DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONVÍVIO DEMOCRÁTICO	EDITORA ATICA S.A.
DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS	DIÁLOGOS EM CIÊNCIAS HUMANAS - CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	EDITORA ATICA S.A.
MODERNA PLUS - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	NATUREZA EM TRANSFORMAÇÃO	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	GLOBALIZAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CIDADANIA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	TRABALHO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	PODER E POLÍTICA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SOCIEDADE, POLÍTICA E CULTURA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	CONFLITOS E DESIGUALDADES	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	INDIVÍDUO, SOCIEDADE E CULTURA	EDITORA MODERNA LTDA

IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	TRABALHO E TECNOLOGIA	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	TRANSFORMAÇÕES DA NATUREZA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	POLÍTICA E TERRITÓRIO	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	DINÂMICAS E FLUXOS	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	ÉTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	CIÊNCIA, CULTURA E SOCIEDADE	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	POPULAÇÃO, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	ÉTICA E CIDADANIA	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	ESTADO, PODER E DEMOCRACIA	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	TRABALHO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	SER HUMANO, CULTURA E SOCIEDADE	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	TRABALHO, TECNOLOGIA E NATUREZA	EDITORA MODERNA LTDA

DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	RELAÇÕES DE PODER: TERRITÓRIO, ESTADO E NAÇÃO	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	LUTAS SOCIAIS E REFLEXÕES SOBRE A EXISTÊNCIA	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	AMÉRICA: POVOS, TERRITÓRIOS E DOMINAÇÃO COLONIAL	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS	DILEMAS DAS REPÚBLICAS LATINO-AMERICANAS	EDITORA MODERNA LTDA

TÍTULO DA COLEÇÃO	TÍTULO VOLUME	EDITORA
Coleção	Volume	Editores
PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS EM DIALOGO COM A MATEMÁTICA	PALAVRAS DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS EM DIALOGO COM A MATEMÁTICA	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
CONHECIMENTO E VIDA EM SOCIEDADE	CONHECIMENTO E VIDA EM SOCIEDADE	EDITORA DA PONTE SOLUCOES EM EDUCACAO - EIRELI
SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS EM DIÁLOGO COM A MATEMÁTICA	SER PROTAGONISTA CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS EM DIÁLOGO COM A MATEMÁTICA	EDICOES SM LTDA.
INTERAÇÃO HUMANAS E MATEMÁTICA	INTERAÇÃO HUMANAS E MATEMÁTICA	EDITORA DO BRASIL SA
DIMENSÕES	DIMENSÕES	EDITORA FTD SA
CENÁRIOS PARA INVESTIGAÇÃO: HUMANIDADES E	CENÁRIOS PARA INVESTIGAÇÃO: HUMANIDADES E MATEMÁTICA EM CONTEXTO	EDITORA ATICA S.A.

MATEMÁTICA EM CONTEXTO		
DIÁLOGO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	DIÁLOGO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	CONEXÕES - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	IDENTIDADE EM AÇÃO - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	MODERNA PLUS - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS E MATEMÁTICA	EDITORA MODERNA LTDA

TÍTULO DA COLEÇÃO	TÍTULO VOLUME	EDITORA
NEW ALIVE HIGH	NEW ALIVE HIGH	EDICOES SM LTDA.
ENGLISH AND MORE!	ENGLISH AND MORE!	RICHMOND EDUCACAO LTDA.
ANYTIME! ALWAYS READY FOR EDUCATION	ANYTIME! ALWAYS READY FOR EDUCATION	SARAIVA EDUCACAO S.A.
INTERAÇÃO INGLÊS	INTERAÇÃO INGLÊS	EDITORA DO BRASIL SA
ENGLISH VIBES FOR BRAZILIAN LEARNERS	ENGLISH VIBES FOR BRAZILIAN LEARNERS	EDITORA FTD S A
JOY! - LÍNGUA INGLESA	JOY! - LÍNGUA INGLESA	EDITORA FTD S A
TAKE ACTION!	TAKE ACTION!	EDITORA ATICA S.A.

DIÁLOGO - LÍNGUA INGLESA	DIÁLOGO - LÍNGUA INGLESA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - INGLÊS	MODERNA PLUS - INGLÊS	EDITORA MODERNA LTDA

TÍTULO DA COLEÇÃO	TÍTULO VOLUME	EDITORA
SER PROTAGONISTA - A VOZ DAS JUVENTUDES - LÍNGUA PORTUGUESA	SER PROTAGONISTA - A VOZ DAS JUVENTUDES - LÍNGUA PORTUGUESA	EDICOES SM LTDA.
PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	PRÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	SARAIVA EDUCACAO S.A.
INTERAÇÃO PORTUGUÊS	INTERAÇÃO PORTUGUÊS	EDITORA DO BRASIL SA
LINGUAGENS EM INTERAÇÃO: LÍNGUA PORTUGUESA	LINGUAGENS EM INTERAÇÃO: LÍNGUA PORTUGUESA	IBEP - INSTITUTO BRASILEIRO DE EDICOES PEDAGOGICAS LTDA
MULTIVERSOS - LÍNGUA PORTUGUESA	MULTIVERSOS - LÍNGUA PORTUGUESA	EDITORA FTD SA
ESTAÇÕES LÍNGUA PORTUGUESA: ROTAS DE ATUAÇÃO SOCIAL	ESTAÇÕES LÍNGUA PORTUGUESA: ROTAS DE ATUAÇÃO SOCIAL	EDITORA ATICA S.A.
SE LIGA NAS LINGUAGENS - PORTUGUÊS	SE LIGA NAS LINGUAGENS - PORTUGUÊS	EDITORA MODERNA LTDA

TÍTULO DA COLEÇÃO	TÍTULO VOLUME	EDITORA
PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS: AMOR	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA

PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS: VIAGENS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS: CIÊNCIAS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS: MITO E METAFÍSICA	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS: PAISAGENS	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	PALAVRAS DE LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS: POVO E MULTIPLICIDADE	PALAVRAS PROJETOS EDITORIAIS LTDA
SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS - CULTURAS	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS - JUVENTUDES, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS - MEIO AMBIENTE	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS - CONVIVÊNCIA	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS - ARTES	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS - INTERAÇÃO SOCIAL	EDICOES SM LTDA.

PRÁTICAS DE LINGUAGENS	PRÁTICAS DE LINGUAGENS: CORPO, ARTE E CULTURA	SARAIVA EDUCACAO S.A.
PRÁTICAS DE LINGUAGENS	PRÁTICAS DE LINGUAGENS: MÚLTIPLAS VOZES	SARAIVA EDUCACAO S.A.
PRÁTICAS DE LINGUAGENS	PRÁTICAS DE LINGUAGENS: PERSPECTIVAS MULTICULTURAIS	SARAIVA EDUCACAO S.A.
PRÁTICAS DE LINGUAGENS	PRÁTICAS DE LINGUAGENS: PROJETOS DE VIDA E SOCIEDADE	SARAIVA EDUCACAO S.A.
PRÁTICAS DE LINGUAGENS	PRÁTICAS DE LINGUAGENS: MUNDO DO TRABALHO	SARAIVA EDUCACAO S.A.
PRÁTICAS DE LINGUAGENS	PRÁTICAS DE LINGUAGENS: CIÊNCIA, ARTE E TECNOLOGIA	SARAIVA EDUCACAO S.A.
INTERAÇÃO LINGUAGENS	INTERAÇÃO LINGUAGENS - IDENTIDADE: SER SINGULAR E PLURAL	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO LINGUAGENS	INTERAÇÃO LINGUAGENS - DIVERSIDADE: QUEM É VOCÊ NO MUNDO?	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO LINGUAGENS	INTERAÇÃO LINGUAGENS - EU, TECNOLÓGICO	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO LINGUAGENS	INTERAÇÃO LINGUAGENS - SER HUMANO: CONSTRUTOR DE SIGNIFICADOS	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO LINGUAGENS	INTERAÇÃO LINGUAGENS - TERRITÓRIOS E VIDA COLETIVA	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO LINGUAGENS	INTERAÇÃO LINGUAGENS - CORPOREIDADE: SOMOS CORPOS OU TEMOS CORPOS?	EDITORA DO BRASIL SA
MULTIVERSOS LINGUAGENS	- CIDADE EM PAUTA	EDITORA FTD S A

MULTIVERSOS LINGUAGENS	-	NATUREZA EM PAUTA	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS LINGUAGENS	-	DIVERSIDADE: LUGARES, FALAS E CULTURAS	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS LINGUAGENS	-	IDENTIDADES	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS LINGUAGENS	-	NO MUNDO DO TRABALHO	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS LINGUAGENS	-	NO MUNDO DOS AFETOS	EDITORA FTD S A
ESTAÇÕES LINGUAGENS		ESTAÇÕES LINGUAGENS: ROTAS DA CULTURA	EDITORA ATICA S.A.
ESTAÇÕES LINGUAGENS		ESTAÇÕES LINGUAGENS: ROTAS DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	EDITORA ATICA S.A.
ESTAÇÕES LINGUAGENS		ESTAÇÕES LINGUAGENS: ROTAS DO BEM-ESTAR	EDITORA ATICA S.A.
ESTAÇÕES LINGUAGENS		ESTAÇÕES LINGUAGENS: ROTAS DA CIDADANIA	EDITORA ATICA S.A.
ESTAÇÕES LINGUAGENS		ESTAÇÕES LINGUAGENS: ROTAS DA SUSTENTABILIDADE	EDITORA ATICA S.A.
ESTAÇÕES LINGUAGENS		ESTAÇÕES LINGUAGENS: ROTAS DO TRABALHO	EDITORA ATICA S.A.
SE LIGA NAS LINGUAGENS		EXPERIMENTA ATUAR! – AS EXPERIÊNCIAS POLÍTICAS, ARTÍSTICAS, CRÍTICAS E DE DIVULGAÇÃO DE CONHECIMENTO	EDITORA MODERNA LTDA
SE LIGA NAS LINGUAGENS		EXPERIMENTA ENXERGAR! – AS EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS, IDENTITÁRIAS, JORNALÍSTICAS E DE BUSCA DE INFORMAÇÃO	EDITORA MODERNA LTDA
SE LIGA NAS LINGUAGENS		EXPERIMENTA PERTENCER! – AS EXPERIÊNCIAS DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, DE SER JOVEM, DA FINITUDE E DE ESTUDAR	EDITORA MODERNA LTDA
SE LIGA NAS LINGUAGENS		EXPERIMENTA SE SITUAR! – AS EXPERIÊNCIAS DE SE POSICIONAR, DE NÃO TEMER O NOVO, DA CURADORIA E DA EXPOSIÇÃO	EDITORA MODERNA LTDA
SE LIGA NAS LINGUAGENS		EXPERIMENTA DIALOGAR! – AS EXPERIÊNCIAS MIDIÁTICAS, DE RECONHECIMENTO DE DIREITOS, DE DIÁLOGOS DA ARTE E DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	EDITORA MODERNA LTDA

SE LIGA NAS LINGUAGENS	EXPERIMENTA COMPARTILHAR! – AS EXPERIÊNCIAS DE COMPARTILHAR QUEM SE É, DE ENGAJAR, DE COMENTAR E DE DESCOBRIR E INFORMAR	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	O MUNDO É FEITO DE LINGUAGENS: LEITURA, DISCURSO E CORPO EM MOVIMENTO	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE: ARTE POPULAR, LITERATURA E PRECONCEITO LINGUÍSTICO	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	COTIDIANO E DIVERSIDADE: LINGUAGENS, ARTE E CORPO EM AÇÃO	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	LINGUAGEM E COMPORTAMENTO: ESTILOS LITERÁRIOS, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, CONSUMO E CONTRACULTURA	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	O CORPO SE EXPRESSA: AÇÃO, DRAMA E A FORÇA DAS PALAVRAS	EDITORA MODERNA LTDA
MODERNA PLUS - LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	A LINGUAGEM EXPRESSA TRANSFORMAÇÕES: LITERATURA, CINEMA, MÚSICA E ESPORTE	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO – LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	UM MUNDO DE LINGUAGENS	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO – LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	LINGUAGENS NA ALDEIA GLOBAL	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO – LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	LINGUAGEM, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO – LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	LINGUAGENS E VIDA EM SOCIEDADE	EDITORA MODERNA LTDA
IDENTIDADE EM AÇÃO – LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	LINGUAGENS, TRABALHO E ECONOMIA	EDITORA MODERNA LTDA

IDENTIDADE EM AÇÃO – LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	LINGUAGENS E MEIO AMBIENTE	EDITORA MODERNA LTDA
--	----------------------------	----------------------------

TÍTULO DA COLEÇÃO	TÍTULO VOLUME	EDITORA
SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - NÚMEROS E ÁLGEBRA	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - ÁLGEBRA E EDUCAÇÃO FINANCEIRA	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - GRANDEZAS E MEDIDAS E TRIGONOMETRIA	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - GEOMETRIA PLANA E ESPACIAL	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	EDICOES SM LTDA.
SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	SER PROTAGONISTA MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - PENSAMENTO COMPUTACIONAL E FLUXOGRAMAS	EDICOES SM LTDA.
QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - FUNÇÕES	EDICOES SM LTDA.
QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - TRIGONOMETRIA E SEQUÊNCIAS	EDICOES SM LTDA.
QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - ESTATÍSTICA, PROBABILIDADE E MATEMÁTICA FINANCEIRA	EDICOES SM LTDA.
QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - GEOMETRIA PLANA E ESPACIAL	EDICOES SM LTDA.
QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - SISTEMAS LINEARES E GEOMETRIA ANALÍTICA	EDICOES SM LTDA.
QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	QUADRANTE MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS - GRANDEZAS, MEDIDAS E PROGRAMAÇÃO	EDICOES SM LTDA.

MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE	MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE - FUNÇÕES	EDITORA SEI LTDA
MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE	MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE - MATEMÁTICA FINANCEIRA E ÁLGEBRA	EDITORA SEI LTDA
MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE	MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE - GEOMETRIA E ÁLGEBRA	EDITORA SEI LTDA
MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE	MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE - MEDIDAS E GEOMETRIA	EDITORA SEI LTDA
MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE	MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE - PROBABILIDADE E ESTATÍSTICA	EDITORA SEI LTDA
MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE	MATEMÁTICA NOS DIAS DE HOJE - ALGORITMOS E ÁLGEBRA	EDITORA SEI LTDA
MATEMÁTICA INTERLIGADA	MATEMÁTICA INTERLIGADA - FUNÇÕES AFIM, QUADRÁTICA, EXPONENCIAL E LOGARÍTMICA	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATEMÁTICA INTERLIGADA	MATEMÁTICA INTERLIGADA - TRIGONOMETRIA, FENÔMENOS PERIÓDICOS E PROGRAMAÇÃO	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATEMÁTICA INTERLIGADA	MATEMÁTICA INTERLIGADA - GRANDEZAS, SEQUÊNCIAS E MATEMÁTICA FINANCEIRA	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATEMÁTICA INTERLIGADA	MATEMÁTICA INTERLIGADA - MATRIZES, SISTEMAS LINEARES E GEOMETRIA ANALÍTICA	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATEMÁTICA INTERLIGADA	MATEMÁTICA INTERLIGADA - ESTATÍSTICA, ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE	EDITORA SCIPIONE S.A.
MATEMÁTICA INTERLIGADA	MATEMÁTICA INTERLIGADA - GEOMETRIA ESPACIAL E PLANA	EDITORA SCIPIONE S.A.
INTERAÇÃO MATEMÁTICA	INTERAÇÃO MATEMÁTICA - O TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO E A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS POR MEIO DA FUNÇÃO DO 1º GRAU	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO MATEMÁTICA	INTERAÇÃO MATEMÁTICA - AS UNIDADES DE MEDIDA E A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS POR MEIO DA FUNÇÃO DO 2º GRAU	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO MATEMÁTICA	INTERAÇÃO MATEMÁTICA - A MATEMÁTICA FINANCEIRA E A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	EDITORA DO BRASIL SA

		POR MEIO DAS FUNÇÕES EXPONENCIAL E LOGARÍTMICA	
INTERAÇÃO MATEMÁTICA		INTERAÇÃO MATEMÁTICA - A ESTATÍSTICA E A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS POR MEIO DE ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO MATEMÁTICA		INTERAÇÃO MATEMÁTICA - A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS POR MEIO DA GEOMETRIA PLANA E DA TRIGONOMETRIA	EDITORA DO BRASIL SA
INTERAÇÃO MATEMÁTICA		INTERAÇÃO MATEMÁTICA - A RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS POR MEIO DA GEOMETRIA ESPACIAL	EDITORA DO BRASIL SA
MULTIVERSOS MATEMÁTICA	-	CONJUNTOS E FUNÇÃO AFIM	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS MATEMÁTICA	-	FUNÇÕES E SUAS APLICAÇÕES	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS MATEMÁTICA	-	SEQUÊNCIAS E TRIGONOMETRIA	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS MATEMÁTICA	-	MATEMÁTICA FINANCEIRA, GRÁFICOS E SISTEMAS	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS MATEMÁTICA	-	GEOMETRIA	EDITORA FTD S A
MULTIVERSOS MATEMÁTICA	-	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	EDITORA FTD S A
PRISMA - MATEMÁTICA		CONJUNTOS E FUNÇÕES	EDITORA FTD S A
PRISMA - MATEMÁTICA		FUNÇÕES E PROGRESSÕES	EDITORA FTD S A
PRISMA - MATEMÁTICA		GEOMETRIA E TRIGONOMETRIA	EDITORA FTD S A
PRISMA - MATEMÁTICA		SISTEMAS, MATEMÁTICA FINANCEIRA E GRANDEZAS	EDITORA FTD S A
PRISMA - MATEMÁTICA		GEOMETRIA	EDITORA FTD S A
PRISMA - MATEMÁTICA		ESTATÍSTICA, COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE	EDITORA FTD S A
MATEMÁTICA EM CONTEXTOS	EM	MATEMÁTICA EM CONTEXTOS - FUNÇÃO EXPONENCIAL, FUNÇÃO LOGARÍTMICA E SEQUÊNCIAS	EDITORA ATICA S.A.

MATEMÁTICA CONTEXTOS	EM	MATEMÁTICA EM CONTEXTOS - FUNÇÃO AFIM E FUNÇÃO QUADRÁTICA	EDITORA ATICA S.A.
MATEMÁTICA CONTEXTOS	EM	MATEMÁTICA EM CONTEXTOS - GEOMETRIA PLANA E GEOMETRIA ESPACIAL	EDITORA ATICA S.A.
MATEMÁTICA CONTEXTOS	EM	MATEMÁTICA EM CONTEXTOS - TRIGONOMETRIA E SISTEMAS LINEARES	EDITORA ATICA S.A.
MATEMÁTICA CONTEXTOS	EM	MATEMÁTICA EM CONTEXTOS - ANÁLISE COMBINATÓRIA, PROBABILIDADE E COMPUTAÇÃO	EDITORA ATICA S.A.
MATEMÁTICA CONTEXTOS	EM	MATEMÁTICA EM CONTEXTOS - ESTATÍSTICA E MATEMÁTICA FINANCEIRA	EDITORA ATICA S.A.
CONEXÕES – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		GRANDEZAS, ÁLGEBRA E ALGORITMOS	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		FUNÇÕES E APLICAÇÕES	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		TRIGONOMETRIA	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		GEOMETRIA PLANA E ESPACIAL	EDITORA MODERNA LTDA
CONEXÕES – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		MATRIZES E GEOMETRIA ANALÍTICA	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		GRANDEZAS, MEDIDAS E MATEMÁTICA FINANCEIRA	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		GEOMETRIA PLANA	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS		GEOMETRIA ESPACIAL	EDITORA MODERNA LTDA

DIÁLOGO – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	GEOMETRIA ANALÍTICA, SISTEMAS E TRANSFORMAÇÕES GEOMÉTRICAS	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	ESTATÍSTICA E PROBABILIDADE	EDITORA MODERNA LTDA
DIÁLOGO – MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	FUNÇÕES E PROGRESSÕES	EDITORA MODERNA LTDA

4. OBRAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E GESTORES (OBJETO 3)

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
MODERNA EM FORMAÇÃO - ARTES VISUAIS	MODERNA EM FORMAÇÃO - ARTES VISUAIS	EDITORA MODERNA LTDA
REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - ARTES VISUAIS	REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - ARTES VISUAIS	EDITORA MODERNA LTDA
ARTE - ARTES VISUAIS: PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO	ARTE - ARTES VISUAIS: PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO	EDITORA DO BRASIL SA
TRAMAS DAS LINGUAGENS: CAMINHOS PARA A PRÁTICA DOCENTE	TRAMAS DAS LINGUAGENS: CAMINHOS PARA A PRÁTICA DOCENTE - ARTES VISUAIS	EDITORA ATICA S.A.
A EDUCAÇÃO NO UNIVERSO DAS IMAGENS - ARTES VISUAIS	A EDUCAÇÃO NO UNIVERSO DAS IMAGENS - ARTES VISUAIS	EDITORA FTD S A

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
ARTE - DANÇA: PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO	ARTE - DANÇA: PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO	EDITORA DO BRASIL S.A.
TRAMAS DAS LINGUAGENS: CAMINHOS PARA A PRÁTICA DOCENTE	TRAMAS DAS LINGUAGENS: CAMINHOS PARA A PRÁTICA DOCENTE - DANÇA	EDITORA ATICA S.A.

A POÉTICA DO CORPO EM MOVIMENTO - DANÇA	A POÉTICA DO CORPO EM MOVIMENTO - DANÇA	EDITORA FTD S.A.
---	---	---------------------

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
TRAMAS DAS LINGUAGENS: CAMINHOS PARA A PRÁTICA DOCENTE	TRAMAS DAS LINGUAGENS: CAMINHOS PARA A PRÁTICA DOCENTE - TEATRO	EDITORA ATICA S.A.
PROFESSOR EM CENA - TEATRO	PROFESSOR EM CENA - TEATRO	EDITORA FTD S.A.

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
MODERNA EM FORMAÇÃO - MÚSICA	MODERNA EM FORMAÇÃO - MÚSICA	EDITORA MODERNA LTDA
ARTE - MÚSICA: PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO	ARTE - MÚSICA: PROPOSIÇÕES PARA O ENSINO MÉDIO	EDITORA DO BRASIL SA
TRAMAS DAS LINGUAGENS: CAMINHOS PARA A PRÁTICA DOCENTE	TRAMAS DAS LINGUAGENS: CAMINHOS PARA A PRÁTICA DOCENTE - MÚSICA	EDITORA ATICA S.A.
APRENDER, VIVER E SER - MÚSICA	APRENDER, VIVER E SER - MÚSICA	EDITORA FTD S.A.

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - EDUCAÇÃO FÍSICA	REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - EDUCAÇÃO FÍSICA	EDITORA MODERNA LTDA
MOVIMENTO, CULTURA E VIDA - EDUCAÇÃO FÍSICA	MOVIMENTO, CULTURA E VIDA - EDUCAÇÃO FÍSICA	EDITORA FTD S.A.

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
PRÁTICAS NA ESCOLA FORMAÇÃO CONTINUADA - LÍNGUA PORTUGUESA	PRÁTICAS NA ESCOLA FORMAÇÃO CONTINUADA - LÍNGUA PORTUGUESA	EDITORA MODERNA LTDA

MODERNA EM FORMAÇÃO - LÍNGUA PORTUGUESA	MODERNA EM FORMAÇÃO - LÍNGUA PORTUGUESA	EDITORA MODERNA LTDA
NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - PORTUGUÊS	NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - PORTUGUÊS	EDITORA DO BRASIL S.A.

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
MODERNA EM FORMAÇÃO - INGLÊS	MODERNA EM FORMAÇÃO - INGLÊS	EDITORA MODERNA LTDA
A FORMAÇÃO EM DIÁLOGO - LÍNGUA INGLESA	A FORMAÇÃO EM DIÁLOGO - LÍNGUA INGLESA	RICHMOND EDUCACAO LTDA.
NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - INGLÊS	NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - INGLÊS	EDITORA DO BRASIL SA

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
MODERNA EM FORMAÇÃO - FÍSICA	MODERNA EM FORMAÇÃO - FÍSICA	EDITORA MODERNA LTDA
CONSTRUINDO O NOVO ENSINO MÉDIO: PROJETOS INTERDISCIPLINARES - FÍSICA	CONSTRUINDO O NOVO ENSINO MÉDIO: PROJETOS INTERDISCIPLINARES - FÍSICA	EDITORA DO BRASIL SA
O ENSINO EM UM NOVO CONTEXTO - FÍSICA	O ENSINO EM UM NOVO CONTEXTO - FÍSICA	EDITORA FTD S A
PRÁTICAS E VIVÊNCIAS NO ENSINO DE FÍSICA	PRÁTICAS E VIVÊNCIAS NO ENSINO DE FÍSICA	EDITORA SEI LTDA

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
---------	--------	---------

REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - QUÍMICA	REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - QUÍMICA	EDITORA MODERNA LTDA
CONSTRUINDO O NOVO ENSINO MÉDIO: PROJETOS INTERDISCIPLINARES - QUÍMICA	CONSTRUINDO O NOVO ENSINO MÉDIO: PROJETOS INTERDISCIPLINARES - QUÍMICA	EDITORA DO BRASIL SA
TRANSFORMANDO EXPERIÊNCIAS QUÍMICA	TRANSFORMANDO EXPERIÊNCIAS - QUÍMICA	EDITORA FTD S A

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
MODERNA EM FORMAÇÃO FILOSOFIA	MODERNA EM FORMAÇÃO - FILOSOFIA	EDITORA MODERNA LTDA
REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA FILOSOFIA	REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - FILOSOFIA	EDITORA MODERNA LTDA
NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - FILOSOFIA	NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - FILOSOFIA	EDITORA DO BRASIL SA
TRAVESSIAS FILOSÓFICAS: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR PARA A FORMAÇÃO NO NOVO ENSINO MÉDIO - FILOSOFIA	TRAVESSIAS FILOSÓFICAS: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR PARA A FORMAÇÃO NO NOVO ENSINO MÉDIO - FILOSOFIA	EDITORA FTD S A

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
PRÁTICAS NA ESCOLA FORMAÇÃO CONTINUADA GEOGRAFIA	PRÁTICAS NA ESCOLA FORMAÇÃO CONTINUADA - GEOGRAFIA	EDITORA MODERNA LTDA

MODERNA EM FORMAÇÃO - GEOGRAFIA	MODERNA EM FORMAÇÃO - GEOGRAFIA	EDITORA MODERNA LTDA
REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - GEOGRAFIA	REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - GEOGRAFIA	EDITORA MODERNA LTDA
NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - GEOGRAFIA	NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - GEOGRAFIA	EDITORA DO BRASIL SA
ENTRE LUGARES E TERRITÓRIOS - GEOGRAFIA	ENTRE LUGARES E TERRITÓRIOS - GEOGRAFIA	EDITORA FTD S A
TEMAS E PROJETOS NO ENSINO MÉDIO: GEOGRAFIA	TEMAS E PROJETOS NO ENSINO MÉDIO: GEOGRAFIA	DANIELLA ALMEIDA BARROSO 2587910684 5

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
MODERNA EM FORMAÇÃO - SOCIOLOGIA	MODERNA EM FORMAÇÃO - SOCIOLOGIA	EDITORA MODERNA LTDA
NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - SOCIOLOGIA	NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - SOCIOLOGIA	EDITORA DO BRASIL SA
CONEXÕES: ENSINO E APRENDIZAGEM - SOCIOLOGIA	CONEXÕES: ENSINO E APRENDIZAGEM - SOCIOLOGIA	EDITORA FTD S A
TEMAS E PROJETOS NO ENSINO MÉDIO: SOCIOLOGIA	TEMAS E PROJETOS NO ENSINO MÉDIO: SOCIOLOGIA	DANIELLA ALMEIDA BARROSO 2587910684 5

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
----------------	---------------	----------------

MODERNA EM FORMAÇÃO - HISTÓRIA	MODERNA EM FORMAÇÃO - HISTÓRIA	EDITORA MODERNA LTDA
TEMPO, SOCIEDADE E CULTURA: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR - HISTÓRIA	TEMPO, SOCIEDADE E CULTURA: UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR - HISTÓRIA	EDITORA FTD S A

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
MODERNA EM FORMAÇÃO - EQUIPE GESTORA	MODERNA EM FORMAÇÃO - EQUIPE GESTORA	EDITORA MODERNA LTDA
REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - EQUIPE GESTORA	REFLEXÕES E PRÁTICAS FORMAÇÃO CONTINUADA - EQUIPE GESTORA	EDITORA MODERNA LTDA
NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - GESTÃO	NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - GESTÃO	EDITORA DO BRASIL SA
DIÁLOGOS SOBRE GESTÃO - EQUIPE GESTORA	DIÁLOGOS SOBRE GESTÃO - EQUIPE GESTORA	EDITORA FTD S A

COLEÇÃO	VOLUME	EDITORA
NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - MATEMÁTICA	NOVAS PRÁTICAS PARA O ENSINO MÉDIO - MATEMÁTICA	EDITORA DO BRASIL SA
NOVAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO - MATEMÁTICA	NOVAS TRAJETÓRIAS DE FORMAÇÃO - MATEMÁTICA	EDITORA FTD S A

3. OBRAS LITERÁRIAS (OBJETO 5)

EDITORA	VOLUME
Texto Editores Ltda	A Bruxa Não Vai Para a Fogueira Neste Livro
Editores Mamute Ltda	A Filha Do Escritor
Bela Brava Cultural Ltda	A Máscara Da Morte Rubra

Representacoes Paulista Ltda	A Sombra Do Vento
Editora Nemo Ltda	Aprendendo a Cair
A Maquina De Ideias Design Grafico e De Objetos S/S Ltda	Breve Lapso Entre o Ovo e a Galinha
Editora Scipione S.A.	Crescer é Perigoso
Prosa Nova Editora De Livros Ltda	Crônicas Do Varal Da Casa Ao Lado
Editora Dmr Eireli	Cyrano De Bergerac
Editora Salto Grande Ltda	Dinamene
Bom Bini Editora e Assessoria Ltda	Em Busca Do Passado Perdido
Editora Schwarcz S.A.	Eu Sou Malala: a História Da Garota Que Defendeu o Direito à Educação e Foi Baleada Pelo Talibã
A Pagina Distribuidora De Livros Ltda	Itinerário De Pasárgada
Boa Viagem Distribuidora De Livros Ltda	Melhores Poemas Paulo Leminski
Vitrine Editora Ltda	Miss Davis: a Vida e As Lutas De Angela Davis
Fernandes & Warth Editora e Distribuidora Ltda	Nada Digo De Ti, Que Em Ti Não Veja
Edicoes Arlecchino Ltda	O Médico e o Monstro
Ediouro Grafica e Editora Participacoes S.A	O Melhor De Nelson Rodrigues: Teatro, Contos e Crônicas
A Pagina Store Comercio De Livros Eireli	O Mundo De Sofia: Romance Da História Da Filosofia
Inquilinos Producao Cultural e Comercio Ltda	Passando-Se
Editora Dcl - Difusao Cultural Do Livro Eireli	Pena De Ganso
Editora Gaia Ltda	Primeiras Estórias
Editora Projeto Eireli	Reverso
Macmillan Do Brasil Edit.Coml Imp e Distribuidora Ltda	Robinson Crusoe

Amok Servicos Ltda	Ye
--------------------	----

EDITORA	VOLUME (CÓDIGO)
Editora Joaquim Ltda	A Outra Face : História De Uma Garota Afegã
Acorde Producoes Musicais Ltda	Antologia De Prosa e Versos
Editora Peiropolis Ltda	Auto Da Barca Do Inferno Em Quadrinhos
Amok Servicos Ltda	Beco Do Rosário
Bom Bini Editora e Assessoria Ltda	Bob Kurt
Agape Editora e Distribuidora Ltda	Cafeína
Quinteto Editorial Ltda	Caleidoscópio De Vidas
Edicoes Mmm Editora e Livraria Ltda	Caminho Para Ver Estrelas
Editora Semente Cultural Ltda	Confraria Van Gogh - a Vida Secreta De Um Livro De Biblioteca Pública
Instituto Da Evolucao Individual Solaris Ltda	Contos Russos Juvenis
Editora 34 Ltda	Dois Hussardos
Abacatte Editorial Ltda	Há Uma Gota De Poesia Em Cada Rio Da Amazônia : Diário Poético De Um Turista Aprendiz
Agape Producoes Didaticas e Literarias S/C Ltda	Horror Em Dose Dupla: Contos De Edgar Allan Poe e Edith Nesbit
Melhoramentos De Sao Paulo Livrarias Limitada	Ian Não Está Mais Aqui
Editora Reviravolta Ltda	Menino Do Mato
A Maquina De Ideias Design Grafico e De Objetos S/S Ltda	Namíbia, Não!
Tote Editora Ltda	O Cortiço Em Cordel
Rhj Livros Ltda	O Grumete e o Tupinambá – Romance Da França Antártica
Fimac Distribuidora De Livros Ltda	Pantera No Porão
Albanisa Lucia Dummar Pontes	Prece a Uma Aldeia Perdida
Editora Do Brasil Sa	Romeu e Julieta
Editora Iluminuras Ltda	Sofia

Bela Brava Cultural Ltda	The Masque Of The Red Death
Editora Semente Cultural Ltda	Travessia - Memorial De Um Contador De Histórias
Editora Scipione S.A.	Tudo Ao Mesmo Tempo Agora

EDITORA	VOLUME
Lexikon Editora Digital Ltda	1984
Book Editora e Distribuidora De Livros Ltda	A Barca Dos Amantes
Editora Peiropolis Ltda	A Divina Comédia Em Quadrinhos
Editora Tavola Infanto Juvenil Ltda	A MãE Da MãE De Sua MãE e Suas Filhas
Van Blad Comunicacao e Entretenimento Ltda	A Tragédia De Romeu e Julieta - Recontada
Arco 43 Editora Ltda	Civilização e Outros Contos De Eça De Queiroz
Agape Producoes Didaticas e Literarias S/C Ltda	Contos De Yokai: Fantasmas Do Japão
Reticencias Producoes Literarias e Editoriais Ltda	Contos Macabros
Agape Editora e Distribuidora Ltda	D. Pedro li: a História Não Contada
Editora Tantatinta Ltda	Inclassificáveis
Bellatrix Servicos Em Tecnologia Ltda	Jogo Da Memória
Editora 34 Ltda	Malagueta, Perus e Bacanaço
Laboratorio De Ideias Editoracao Eletronica, Grafica e Brindes Ltda	Manjaleu e Outros Contos Do Folclore Mundial
Editora Sonora Servicos Ltda	Memórias Póstumas De Brás Cubas Em Cordel
Alexandre Fonseca Editor e Livreiro Eireli	Não: Poemas
Agencia o Globo Servicos De Imprensa S/A	No Caminho Contaremos Nossos Sonhos
Edicoes Sm Ltda	No Corredor Dos Cobogós
Melhoramentos Livros Ltda	O Efeito Frankenstein
Palavrinhos Projetos Editoriais Ltda	Pelos Olhos De Minha Mae - Diarios, Memorias e Outras Lembrancas
Rio 40o Trade Ltda	Pelos Olhos De Sandra

Fokaexpress Armazenagem e Logística Ltda	Qualquer Chão Leva Ao Céu: a História Do Menino e Do Cigano
Editora Melhoramentos Ltda	Rose Procura Jack
Andorinhas Editorial Eireli	Sermões
Editora Dublinense Ltda	Vamos Comprar Um Poeta
Editora Le Ltda	Vicente Em Palavras

EDITORA	VOLUME
Editora Dublinense Ltda	A Casa Na Rua Mango
Vmp Representacoes e Comercio Ltda	A Despedida De Fernando Pessoa
Rodrigo Pereira Lopes De Faria e Silva	A Misteriosa Carta Portuguesa
Editora Pequena Zahar Ltda	A Revolução Dos Bichos
Agencia o Globo Servicos De Imprensa S/A	A Valentia Das Personagens Secundárias
Akpalo Editora Ltda	Ainda Assim Te Quero Bem
Editora Lendo e Aprendendo Ltda	Crônicas Para Jovens: De Amor e Amizade
Editora Miragem Ltda	Demerara – Livro Do Estudante
Berlendis Editores Ltda	Dentro De Mim Ninguem Entra
Editora Aleph Ltda	Eu, Robô
Daniella Cunha De Andrade 85309427104	História Da Província De Santa Cruz
Estante De Livros Editora Ltda	Invenção Do Desenho: Ficções Da Memória
Box Editora Ltda	Me Encrenquei De Novo!
Editora Vermelho Marinho Usina De Letras Ltda	Memórias Póstumas De Brás Cubas: Com Comentários De Aprofundamento e Notas De Leitura
Reticencias Producoes Literarias e Editoriais Ltda	Numa Pensão Alemã
Editora Timbo Ltda	O Caderno Do Jardineiro
Meneghetti'S Grafica e Editora Ltda	O Dia Seguinte

Editora Tavola Infante Juvenil Ltda	O Homem Ilustrado
Edicoes Sm Ltda	O Rapaz Que Não Era De Liverpool
Vienense Conteudo e Servicos Editoriais Ltda	Os Donos Do Inverno
Arco 43 Editora Ltda	Os Faroleiros e Outros Contos De Monteiro Lobato
Alexandre Fonseca Editor e Livreiro Eireli	Outro
Lamparina Editora Ltda	Rio De Sonhos
Agir Editora Ltda	Sobre o Tempo
Palavrinhas Projetos Editoriais Ltda	Vai Dj! o Intrigante Caso Dos Discos Perdidos

EDITORA	VOLUME
Editora Estrela Cultural Ltda	A Brecha: Uma Reviravolta Quilombola
Ediouro Duetto Editorial Ltda	A História Do Amor De Fernando e Isaura
Editora Jpa Ltda	A Lenda Do Violeiro Invejoso
A Pagina Distribuidora De Livros Ltda	Antologia Poética Manuel Bandeira
Akpalo Editora Ltda	Como Subir Em árvores
Eureka - Solucoes Pedagogicas Ltda	D. Pedro: a História Não Contada
Fabbrica De Ideias Editora Ltda	Dente De Leao
Richmond Educacao Ltda	Dom Quixote
Direta Editora e Comercio De Livros Ltda	Euclides Da Cunha Em Quadrinhos
Editora Vermelho Marinho Usina De Letras Ltda	Expedição Vera Cruz: Uma Fantástica Aventura Pelos Mitos e Lendas Do Brasil
Mge - Distribuidora De Livros Ltda	Fogo Morto
Atelie Da Escrita Editora Ltda	Iracema De José De Alencar
Alameda Casa Editorial Ltda	JúLia – Nos Campos Conflagrados Do Senhor
Boa Viagem Distribuidora De Livros Ltda	Melhores Crônicas Rubem Braga
Editora Lendo e Aprendendo Ltda	O MáGico De Verdade
Editora Atica S.A.	O Trono No Morro

Lfe Editora, Consultoria e Negocios Ltda	O Vale De Solombra
Editora Pequena Zahar Ltda	Os Sertões: a Luta
Amf Editora e Design Ltda	Perguntas Que Me Fazem Sobre o Holocausto
Editora Todas As Letras Ltda	Rede De Abusos
Editora Morro Branco Ltda	Semente De Bruxa
Solucoes Moderna Editora e Servicos Educacionais Ltda	Sonho De Uma Noite De Verão
Fundacao Getulio Vargas	Três Dias e Mais Alguns
Cameron Editora e Grafica Ltda	Vidas Secas
Rodrigues & Rodrigues Editora Ltda	Viva Ludovico

EDITORA	VOLUME
Editora Vestigio Ltda	A Gigantesca Barba Do Mal
Carochinha Editora Ltda	A Ilha Do Tesouro
Godoy'S Representacoes Ltda	A Rua Do Terror
Richmond Educacao Ltda	Antologia De Contos Indígenas De Ensino - Tempo De Histórias
Editora Atica S.A.	Contos Africanos Dos Países De Língua Portuguesa
Editora Jpa Ltda	Crônicas Para Jovens: De Bichos e Pessoas
Alaude Editorial Ltda	De Volta à Caixa De Desejos
Bom De Ler Editora Ltda	Do Rock Ao Clássico: Cem Crônicas Afetivas Sobre Música
Almada Livros Ltda	Ecos De Um Mundo Não Percebido
Editora Jose Olympio Ltda	Eles Não Usam Black-Tie
Caio Vilela Fotografia Ltda	Escalando Sonhos Livro Do Aluno
Vitrine Editora Ltda	Estrela De Rabo e Mais Histórias: Contos
Domo 72 Empreendimentos e Participacoes Ltda	Fausto 1
Editora Morro Branco Ltda	Floresta é o Nome Do Mundo
Garcia e Garcia Producoes Ltda	Marie Curie, Uma Vida Dedicada à Ciência
Livraria e Distribuidora Multicampi Ltda	Melhores Contos Rubem Braga
Atelie Da Escrita Editora Ltda	Noite Na Taverna De Álvares De Azevedo
Sandra Mendonca De Alencar Tannuri Costa 00546163793	O Castelo Ao Lado

Buqui Comercio De Livros Eireli	Poemas Para Jovens Inquietos
Ediouro Grafica e Editora Participacoes S.A	Quase Memória: Quase Romance
Morales Perlingeiro Editora e Assessoria Ltda	Querido Bebê: Um Romance Sobre Planos, Imprevistos e Encontros
Editora Lunna Ltda	RashôMon e Outros Contos
Editora Wisdom Ltda	Sherlock Holmes: Um Estudo Em Vermelho
Editora Estrela Cultural Ltda	Viajantes Do Vento
Fenix Livraria e Distribuidora De Livros - Eireli	Vocação De Cantador
Editora Todas As Letras Ltda	Vozes Do Retrato

EDITORA	VOLUME
Editora Mundareu Ltda	A Armadilha
Editora Agua Viva Ltda	A Muralha – Livro Do Estudante
Garcia e Garcia Producoes Ltda	Anne Frank, a Memória Do Holocausto
Rota Imaginaria Comunicacao e Comercio De Livros Ltda	As Amigas Que Fiz
Petra Editorial Ltda	As Conchambranças De Quaderna
Lrv Editora Ltda	As Feras Cúmplices
Editora Via Lactea Ltda	As Melhores Histórias Da Mitologia
Cameron Editora e Grafica Ltda	Bagagem
Editora Baoba Ltda	Contos Contidos
Jinkings Editores Associados Ltda	Duas Tardes
Casa Dos Mundos Producao Editorial e Games Ltda	Encontrando a Liberdade: Como o Corredor Da Morte Despertou e Sensibilizou Meu Coração
Vmp Representacoes e Comercio Ltda	Humberto De Campos - Renascendo 80 Anos Depois - Contos e Cronicas
Av. Edicoes e Servicos Eireli	Macbeth
Editora Wmf Martins Fontes Ltda	Monstro
Editora Gaivota Ltda	Morada Das Lembranças

Editora Miragem Ltda	O Mundo Que Habita Em Nós: Reflexões Filosóficas e Literárias Para Tempos (In)Tensos – Livro Do Estudante
Alaude Editorial Ltda	O Pior Dia De Todos
Grafica Oceano Ltda	O Retrato De Dorian Gray
Carochinha Editora Ltda	O Sítio Dos Bichos
Book Editora e Distribuidora De Livros Ltda	Objetos De Poder : a Maldição Das Fadas
Morales Perlingeiro Editora e Assessoria Ltda	Papel-Manteiga Para Embrulhar Segredos: Cartas Culinárias
Editora Vestigio Ltda	Pílulas Azuis
Fenix Livraria e Distribuidora De Livros - Eireli	Poeta Popular Paraense
Sb Sistema De Ensino e Editora Ltda	Trago Na Boca a Memória Do Meu Fim: Embarçosa Jornada De Basbaquices, Insolências e Lástimas
Editora Madreperola Ltda	Vozes Do Horror: Contos De Edgar Allan Poe, Charles Dickens, Bram Stoker e H. P. Lovecraft

EDITORA	VOLUME
Salamandra Editorial Ltda	A Máquina
Editora Gaivota Ltda	A Menina Que Não Queria Ser Top Model
Casa Dos Mundos Producao Editorial e Games Ltda	A Princesa Salva a Si Mesma Neste Livro
Av. Edicoes e Servicos Eireli	A Tempestade
Aluar Editora Ltda	Aluado e Outros Contos De Alumbramento
Editora Via Lactea Ltda	Crime e Castigo
Edlab Press Editora Eireli	Diários De Adão e Eva
Editora Moderna Ltda	Dois Amigos e Um Chato
Scoppio Editora Ltda	Dom Quixote De La Plancha
C.L.B. Producoes Artisticas Ltda	Enamorados
Editora Zahar Ltda	Ensaio Sobre a Cegueira
Guia Dos Curiosos Comunicacoes Ltda	Espelhos
Editora Projeto Eireli	Gilgámesh
Chao Editora Ltda	Ingleses No Brasil: Relatos De Viagem (1568-1609)
Editora Mundareu Ltda	Luto
Folia De Letras Editora e Servicos Editoriais Ltda	Macunaíma Em Cordel

Almada Livros Ltda	Mitos De Amor: o Amor Através Das Eras e Dos Povos
Amf Editora e Design Ltda	Momo e o Senhor Do Tempo
Editora Aleph Ltda	Nós
Youkali Casa De Autores Ltda	O Peru De Natal e Outros Contos
Casa Dos Livros Editora Ltda	O Reformatório Nickel
Grua Livros Ltda	Os Jacarés
Mutante Editora Ltda	Troia: o Romance De Uma Guerra
Editora Bmh Eireli	Um Conto De Natal
M. J. Karas Edicoes Eireli	Uma História Possível

EDITORA	VOLUME
Grua Livros Ltda	à Margem Da Linha
Santillana Educação Ltda	A Megera Domada
Antes Que o Mundo Acabe Ltda	A Menina De Aleppo
Caio Cesar Campos Ratton Ferreira 44093697841	A Sombra
Editora Bonifacio Ltda	Antes Do Baile Verde: Contos
M10 Editorial Eireli	Deslocamentos
Emediato Editores Ltda	Dia De São Nunca à Tarde
Andorinhas Editorial Eireli	Dublinenses
Inquilinos Producao Cultural e Comercio Ltda	E Eu Não Sou Uma Mulher? a Narrativa De Sojourner Truth
Sge Comercio De Material Didatico Ltda	éramos Seis
N2i Editora Ltda	Eu Estava Aqui...E Você?
Editora Taim Ltda	Incidentes Na Vida De Uma Menina Escrava: Escrito Por Ela Mesma
Editora Nova Aguilar Ltda	Melhores Contos João Guimarães Rosa
Editora Globo Livros Ltda	Moletom
Estante De Livros Editora Ltda	O Pagador De Promessas Em Graphic Novel
Editora Original Ltda	O Retrato De Dorian Gray
Casa Dos Livros Editora Ltda	Orgulho
Box Editora Ltda	Os Miseráveis
Folia De Letras Editora e Servicos Editoriais Ltda	Os Sertões Em Cordel

Jinkings Editores Associados Ltda	Paragens
Edicoes Arlecchino Ltda	Pauliceia Desvairada
Editora Anzol Ltda	Sonho De Uma Noite De Verão
Zapt Editora Ltda	Sua Excelência, a Escola!
Editora Circuito Ltda	Um Suplício Moderno e Outros Contos
Editorial Vinte e Cinco Ltda	Zumbi Dos Palmares

EDITORA	VOLUME
Editora Casa Lygia Bojunga Ltda	6 Vezes Luca
Emediato Editores Ltda	A Grande Ilusão
Guia Dos Curiosos Comunicacoes Ltda	A Roda Da Vida
Editora Original Ltda	Alek Ciaran e Os Guardiões Da Escuridão
Global Editora e Distribuidora Ltda	Antologia Poética Cecília Meireles
Editora Taim Ltda	Cartas a Uma Negra: Narrativa Antilhana
Antes Que o Mundo Acabe Ltda	Depois Daquele Domingo Ou a História De Teresa e De João
Letra e Imagem Editora e Producoes Ltda	Dez Dias No Manicômio
Caio Cesar Campos Ratton Ferreira 44093697841	Dracula'S Guest
Editora Astrolabio Ltda	Eu, Minha Irmã e Seu Universo Particular: Uma História De Amor e Autismo
Chao Editora Ltda	Fantina: Cenas Da Escravidão
Zit Grafica e Editora Ltda	Humberto De Campos - Contos Satíricos Do Conselheiro Xx
Hedra Educacao Ltda	Inocência
Editora Anzol Ltda	Irmãos Para Sempre
Ediouro Publicacoes De Passatempos e Multimidia Ltda	O Sedutor Do Sertão: Ou o Grande Golpe Da Mulher e Da Malvada
Editora Astrolabio Ltda	Poemas De Pablo Neruda Para Jovens
Buqui Comercio De Livros Eireli	Qual o Problema Das Mulheres?
Editora Globo Livros Ltda	Quinze Dias
N2i Editora Ltda	Reflexões Refletidas - Um Retrato Meio Enquadrado Da Luz

Rhj Livros Ltda	Romieta e Julieu – Tecnotragédia Amorosa
Editora Nova Aguilar Ltda	Sagarana
Maira Nassif Passos	Sob o Pôr Do Sol
Embira Livros Ltda	Torto Arado
Sb Sistema De Ensino e Editora Ltda	Venha Ver o Pôr Do Sol e Outros Contos
Araucaria Edicoes De Livros Ltda	Viagem Em Volta Do Meu Quarto

EDITORA	VOLUME
Casa De Letras e Gráfica Ltda	A Causa Secreta
Arthur Silveira Editora Ltda	A Maldição Da Rainha Do Rock
Santillana Educação Ltda	A Morena Da Estação
Grafica Oceano Ltda	A Revolução Dos Bichos
Entrepalavras Producao De Textos Ltda	à Sombra Do Ciúme
Gutenberg Distribuidora De Livros Ltda	Amor e Guerra Em Canudos
Jc - Distribuidora De Livros Eireli	Anayde: Uma Biografia Em Quadrinhos
Sge Comercio De Material Didatico Ltda	Contos Da Infância e Da Adolescência
Mais e Melhores - Producoes Artisticas Ltda	Contos e Novelas
Editora Circuito Ltda	Eu Tudoamo: Antologia De Poemas
Jc - Distribuidora De Livros Eireli	Folhas Molhadas
Editora Papagaio Ltda	Gente De Hemsö
Editora Oficinar Ltda	Histórias De Cego
Lotus Cultural Editora Ltda	Lampião e o Vovô Da Vovó Na Cidade De Mossoró
Editora Baoba Ltda	Maurícia
Arqui Servicos Editoriais Ltda	Na Barriga Do Lobo
Newtec Editores Ltda	Noite Sem Fim

Editora Best Seller Ltda	Nossa Casa Está Em Chamas: Ninguém é Pequeno Demais Para Fazer a Diferença
Todavia Editora S.A.	O Apanhador No Campo De Centeio
Maxiprint Editora Ltda	O Cortiço
Editora Passarinho Ltda	O Livro Secreto: Uma Aventura No Clube Júlio Verne
Editora Globo S/A	O Menino De Alepo
Comboio De Corda Editora Ltda	Peças De Um Dominó
Capital Das Letras Distribuidora De Livros	Redemoinho Em Dia Quente
Embira Livros Ltda	Um Outro Brooklyn

EDITORA	VOLUME
Cortez Editora e Livraria Ltda	88 Histórias: Contos e Minicontos
Associacao Paranaense De Cultura - Apc	A Angústia Das Pequenas Coisas Ridículas
Editora Clave Ltda	A Casa Assombrada e Outros Contos De Horror
Arqui Servicos Editoriais Ltda	A Estrada Enluarada e Outras Histórias
Editora Bmh Eireli	A História De Mary Prince: Uma Escrava Das índias Ocidentais
Ediouro Publicacoes De Lazer e Cultura Ltda	A Pensão De Dona Berta e Outras Histórias Para Jovens
Signo Editora Ltda	A Tela Que Nos Habita
Empresa Brasileira De Sistemas De Ensino Ltda	A Teoria Do Iceberg
Editora Globo S/A	Admirável Mundo Novo
Editora Claro Enigma Ltda	Alguma Poesia
Newtec Editores Ltda	Aya De Yopougon
Novo Ser Editora e Distribuidora Ltda	Cabra-Cega
Imperial Novo Milenio Grafica e Editora Ltda	Esses Livros Dentro Da Gente: Uma Conversa Com a Pessoa Que Escreve
Male Editora e Produtora Cultural Ltda	Insubmissas Lágrimas De Mulheres
Comboio De Corda Editora Ltda	Irmãos Pretos

Jg Artigos Escolares, Uniformes e Editora Ltda	Literatura Em Quadrinhos: Poemas Escolhidos De Gregório De Matos
Editora Bertrand Brasil Ltda	Longa PéTala De Mar
Editora Sei Ltda	Memórias De Um Defunto Autor
Maira Nassif Passos	Narrativa De William Wells Brown, Escravo Fugitivo
Casa De Letras e Gráfica Ltda	O Alienista
Editora Paz e Terra Ltda	O Arroz De Palma
Harpercollins Brasil Holdings Participacoes Societarias Ltda	O Hobbit
Epp Publicacoes e Publicidade Ltda	O Mar Que Nos Abraça
Editora Oficinar Ltda	Oh, Margem! Reinventa Os Rios!
Trgd Editorial Ltda	Pedro e Inês De Castro - Uma História De Amor e Guerra

EDITORA	VOLUME
Companhia Editora Nacional	A Caçadora De árvores
Editora Clave Ltda	A Missa Dos Mortos
Arquipelago Editorial Ltda	A Vida Que Ninguém Vê
Editora Onca-Pintada Ltda	Almas Da Terra: Graciliano Ramos Por Seus Personagens
Cortez Editora e Livraria Ltda	Anacrônicas e Quase Inventadas
Trioleca Casa Editorial Ltda	Atrás Do Paraíso
Conrad Editora Do Brasil Ltda	Cais Do Porto
Mar Das Conchas Editora e Comercio Ltda	Coração De Bicho: Fábulas Modernas
Editora Compor Ltda	Cotidiano, Paixões & Outros Flashes: Haiquases
Livros Azuis Ltda	Dez Clássicos Universais Em Cordel
Palavras Projetos Editoriais Ltda	Divisao Azul
Jg Artigos Escolares, Uniformes e Editora Ltda	Dom Quixote De La Mancha Em Quadrinhos
Overview Servicos Graficos Eireli	Eu, Meu Cachorro e Meus Pais Separados
Editora Perspectiva Ltda	Expedição Ao Inverno
Sociedade Literaria Edicoes e Empreendimentos Ltda	Fala Sério, MãE!

Livraria e Distribuidora Multicampi Ltda	Lendas Brasileiras
Ediouro Publicacoes De Lazer e Cultura Ltda	Luciana Saudade
Melhoramentos De Sao Paulo Livrarias Limitada	Marcados Pelo Triângulo Rosa
Editora Hedra Ltda	Nascidos Na Escravidão: Depoimentos Norte-Americanos
Hsf Comercial Ltda	O Averso Da Pele
Empresa Brasileira De Sistemas De Ensino Ltda	O Menino Da Bengala
Editora Bertrand Brasil Ltda	O Menino Que Comeu Uma Biblioteca
Associacao Paranaense De Cultura - Apc	Piratas à Vista!
Editora Gutenberg Ltda	Vila Dos Confins
Estudio Madalena Producoes Fotograficas Eireli	Zeppelin: Algumas Crônicas

EDITORA	VOLUME
Caligrama Editorial Ltda	A Estepe
Sociedade Literaria Edicoes e Empreendimentos Ltda	A Hora Da Estrela
Editora Piu Ltda	A Morte Da Terra
Ateniense Publicacoes e Servicos Editoriais Ltda	Cidadã De Segunda Classe
Editora Papagaio Ltda	Crônicas Do Crack
Editora Confraria Servicos Ltda	Encontros à Hora Morta
Companhia Editora Nacional	Eterno
Editora Nova Fronteira Participacoes S/A	Farsa Da Boa Preguiça
Ibep - Instituto Brasileiro De Edicoes Pedagogicas Ltda	Grogue
Conrad Editora Do Brasil Ltda	IndivisiVel
Petra Editorial Ltda	Memórias Póstumas De Brás Cubas
Editora Fontanar Ltda	Morte e Vida Severina e Outros Poemas
Editora Rodopio Ltda	Nos Estilhaços De Espelho
Triplet Editorial & Publicacoes - Eireli	O Aprendiz Do Oriente

Arquipelago Editorial Ltda	O Espalhador De Passarinhos
Overview Servicos Graficos Eireli	O Filho Do Reno
Daimon Editora Ltda	O Olhar Da Plateia: Três Contos De Machado De Assis
Eureka Inovacoes Educacionais Ltda	O Pássaro De Fogo e Outros Contos De Fadas Russos
N-1 Editora e Distribuidora Ltda	O Surgimento Da Noite: Mitologias Yanomami
Mazza Edicoes Ltda	Olhar De Espanto
Editora Hr Ltda	Os Sinos Da Agonia
Nexus Producoes Artisticas Ltda	Poemas Escolhidos
Editora Joaquim Ltda	Prisioneiro B-3087 : Baseado Na Vida De Jack e Ruth Gruener
Editora Biruta Ltda	Quissama: Território Inimigo
Epp Publicacoes e Publicidade Ltda	Se Eu Pudesse, Danila, Te Levava Pra Tomar Banho De Mar Em Guarajuba
Joaninha Edicoes Ltda	Triste Fim De Policarpo Quaresma

EDITORA	VOLUME
Dias Dos Santos Participacoes Eireli	25 Contos De Machado De Assis
Caligrama Editorial Ltda	52 Balas De Estalo
Solucoes Moderna Editora e Servicos Educacionais Ltda	A Colina Dos Suspiros
Editora Nos Ltda	A Mulher De Pés Descalços
Troia Editora e Distribuidora Ltda	A Revolução Dos Bichos
Escala Empresa De Comunicacao Integrada Ltda	Anne De Green Gables
Domo 72 Empreendimentos e Participacoes Ltda	Avante, Soldados: Para Trás - Uma História Inspirada Na Guerra Do Paraguai
Bicho Coletivo Design e Arquitetura Ltda	Campo De Batalha
Meneghetti'S Grafica e Editora Ltda	Contos Macabros: 13 Histórias Sinistras Da Literatura Brasileira
Parabola Editorial Ltda	Eu(S) Pequena Antologia
Nexus Producoes Artisticas Ltda	Incidentes Da Vida De Uma Escrava

Fokaexpress Armazenagem e Logistica Ltda	Musas e Músicas: a Mulher Por Trás Da Canção
Editora Fontanar Ltda	Nao Pararei De Gritar: Poemas Reunidos
Ateniense Publicacoes e Servicos Editoriais Ltda	No Fundo Do Poço
Editora Confraria Servicos Ltda	Nove Lendas Urbanas Aterrorizantes
Kit'S Editora Comercio e Industria Ltda	O Enfermeiro - Machado De Assis Em Quadrinhos
Publicacoes Mercuryo Novo Tempo Ltda	O Espelho De Machado De Assis Em Hq
Editora Pigmento Ltda	O Ladrão De Sonhos e Outras Histórias
Fabbrica De Ideias Editora Ltda	O Que Quer Uma Mulher Livro Do Aluno
Ibep - Instituto Brasileiro De Edicoes Pedagogicas Ltda	Os Piratas Fantasmas
Editora Mediacao-Distribuidora e Livraria Ltda	Pride And Prejudice
Editora Campos Ltda	Sabrina
Editora Praxis Ltda	Sherlock Holmes: o Cão Dos Baskervilles
Prosper Editora e Grafica Ltda	Tratado Da Terra e Gente Do Brasil
Da Silva Prado Editores Ltda	Trilhas De Leo: Uma Jornada Musical

EDITORA	VOLUME
Dias Dos Santos Participacoes Eireli	A Lua Vem Da ásia
Troia Editora e Distribuidora Ltda	As Vidas e As Mortes De Frankenstein
Editora Prumo Ltda	Assassinato Na Biblioteca
Editora Biruta Ltda	Batendo à Porta Do Céu
Editora Nova Fronteira Participacoes S/A	Carta a Minha Filha
Editora Instante Ltda	Chama e Cinzas
Editora Dcl - Difusao Cultural Do Livro Eireli	Contos De Guy De Maupassant
Arthur Silveira Editora Ltda	Contos Mais Que Mínimos

Autentica Editora Ltda	Feliz Aniversário, Clarice: Contos Inspirados Em Laços De Família
Editora Timbo Ltda	Marie Curie No País Da Ciência
Mge - Distribuidora De Livros Ltda	Melhores Crônicas Marcos Rey
Penninha Edicoes Ltda	O Pequeno Príncipe Em Cordel
Sowilo Editora e Distribuidora De Livros Ltda	O Pomo Da Discórdia
Fbf Cultural Ltda	Paris,98!
Editora Pigmento Ltda	Penélope Manda Lembranças
Escala Empresa De Comunicacao Integrada Ltda	Poliana Cresceu
Ubu Editora Ltda	Popol Vuh
Imo S Grafica e Editora Ltda	Pra Onde Vão Os Dias Que Passam
Pantograf Grafica e Editora Ltda	Quem Chamarei De Lar?
Quinteto Editorial Ltda	Quincas Borba Em Quadrinhos
Editora Campos Ltda	Spinning (0263L21612130IL)
Kit'S Editora Comercio e Industria Ltda	Um Músico Extraordinário - Lima Barreto Em Quadrinhos
Editora Bonifacio Ltda	Um Rio Chamado Tempo, Uma Casa Chamada Terra
Editora Indico Ltda	Uma Voz Do Nordeste
Bambole Editora e Livraria Ltda	Vai Encarar?

EDITORA	VOLUME
Estudio Criadeira Ltda	Nãotãolonge
Editora Casa Lygia Bojunga Ltda	A Cama
Instituto Da Evolucao Individual Solaris Ltda	A Infância De Nikita
Editora Dimensao Eireli	A Sorte Pulou Da Janela
Distribuidora Record De Servicos De Imprensa S A	Cem Anos De Solidão
Livraria La Fontaine Ltda	Clara, Violino e Orquestra
Sowilo Editora e Distribuidora De Livros Ltda	Contos Canhotos
Editora Paz e Terra Ltda	Cuide Dos Pais Antes Que Seja Tarde
Editora Intrinseca Ltda	Daqui Pra Baixo

Editora Record Ltda	Demian
Penninha Edicoes Ltda	Desmineração
Representacoes Paulista Ltda	Dois Irmãos
Pingo De Ouro Editores Ltda	Elza
Bicho Coletivo Design e Arquitetura Ltda	Embarque Imediato
Uniao Brasileira De Educacao e Assistencia	Fronteiras
Mutante Editora Ltda	Histórias Para (Quase) Todos Os Gostos
Editora Ftd S A	Mapinguari
Gaudi Editorial Ltda	Menino De Engenho
Edelbra Editora Ltda	No Meio Da Multidão - Como Encontrar Seu Poema
Editora Piseagrama Ltda	O Alienista, o Imortal & a Cartomante
Bambole Editora e Livraria Ltda	O Som De Um Coração Vazio
Autentica Editora Ltda	Os Sabiás Da Crônica
Pantograf Grafica e Editora Ltda	Quando a Lua é Cheia
Fundacao Getulio Vargas	Sentimentos: Achados e Perdidos
Le Chat Design Unipessoal Ltda	Teatro? Hq! o Auto Da Barca Do Inferno De Gil Vicente Por Gil Tokio

EDITORA	VOLUME
Estudio Criadeira Ltda	A Aventura De Picasso No Brasil (Versão Zelosa De Zeida e Zé) (0335L21603130IL)
Vangivaldo S Dos Santos Servicos Graficos	A Gente Vai Se Separar
Avalia Qualidade Educacional Ltda	A Marca De Uma Lágrima
Editora Praxis Ltda	A Metamorfose
Tote Editora Ltda	Bandida!
Editora Claro Enigma Ltda	Capitães Da Areia
Da Silva Prado Editores Ltda	Coisas De Gente Viva
Le Chat Design Unipessoal Ltda	Conto? Hq! o Alienista De Machado De Assis Por Toni D Agostinho
Pingo De Ouro Editores Ltda	Eu Destilo Melanina e Mel
Barcelos Comercio De Livros e Servicos Ltda	Frankenstein Ou o Promoteu Moderno

Editora Hr Ltda	La Dansarina
Gaudi Editorial Ltda	Literatura, Pão e Poesia
Salamandra Editorial Ltda	Mestres Da Paixão - Aprendendo Com Quem Ama o Que Faz
Pizotti Oficina De Ideias e Comercio De Livros Ltda	Namida: As Lágrimas De Uma Princesa
Distribuidora Record De Servicos De Imprensa S A	O Filho Eterno
Saraiva Educacao S.A.	O Quinze
Lfe Editora, Consultoria e Negocios Ltda	O Vestido
Editora Jose Olympio Ltda	Pedro Páramo
Palavras Projetos Editoriais Ltda	Quimera
Gc Editora Eireli	Sobre As Coisas: Antologia De Contos Clássicos
Editora Record Ltda	Sonata Em Auschwitz
Edelbra Editora Ltda	Tão Eu, Tão Você
Editora Magrela Eireli	Teogonia & Trabalhos e Dias
Editora Dimensao Eireli	Viagem Fantástica
Editora Porto De Ideias Ltda	Vincent Van Gogh

EDITORA	VOLUME
Trama Editora Ltda	13 Dos Melhores Contos De Amor Da Literatura Brasileira
Verba Editorial Ltda	A Cidade Das Sombras Dançantes
Editora Compore Ltda	A Filha Do Alquimista
Avalia Qualidade Educacional Ltda	A Melancia Quadrada - Crônicas
Sergio Ricardo Alves Producao Editorial - Eireli	A Metamorfose De Kafka
Livraria La Fontaine Ltda	A Moreninha
Trgd Editorial Ltda	A Professora e o Nobel - Gabriel García Márquez
Edelbra Grafica Ltda	Cecília Que Amava Fernando
Terras Bonsucesso Ltda	Dom Casmurro, o Filme
Editora Prumo Ltda	Felicidade Clandestina
Editora Reviravolta Ltda	Grande Sertão: Veredas
Becbooks Solucoes Educacionais Ltda	Hibisco Roxo

Editora Do Brasil Sa	Ilegais
Fb Publicacoes Eireli	Mar1.0
Editora Moderna Ltda	Nariz De Vidro
Editora Intrinseca Ltda	O Labirinto Do Fauno
Prime Editorial Ltda	O Menino Que Sobreviveu
Gutenberg Distribuidora De Livros Ltda	O Mínimo Imenso
Editora Lafonte Ltda	O Mistério Da Estrela Vésper
Dragon Logistica e Distribuicao Eireli	Os Inconfidentes - Uma História De Amor e Liberdade
Editora Rakun e Servicos De Texto Ltda	Que Nem Maré
Pinto e Zincone Editora Ltda	Quem Me Dera Ser Onda
Macmillan Do Brasil Edit.Coml Imp e Distribuidora Ltda	Romeo And Juliet
Promobook Editorial De Livros e Produtos Educativos Eireli	Rotas De Fuga: Versos Para Voar
Editora Mamute Ltda	Triste Fim De Policarpo Quaresma

EDITORIA	VOLUME
Ayllon Editora Ltda	A Demanda Do Santo Graal: o Manuscrito De Heidelberg
Editora Madreperola Ltda	A Fazenda Dos Bichos
Trioleca Casa Editorial Ltda	A Sardinha Ansiosa
Van Blad Comunicacao e Entretenimento Ltda	Ana Néri - a MãE Sitiada
Editora Rocco Ltda	As áGuas-Vivas Não Sabem De Si
Publibook - Livros e Papeis Ltda	Assassinato No Expresso Oriente
Editora Rakun e Servicos De Texto Ltda	Histórias De Tirar o Sono
Vida Melhor Editora Ltda	Identidade
Tudiliba Editorial Ltda	Italo Ferreira – o Campeão Do Povo

Editora Da Ponte Solucoes Em Educacao - Eireli	Maurício: a Saga Do Gênio Musical Negro Que Brilhou Na Aurora Do Brasil
Imo S Grafica e Editora Ltda	Minissaia, Batom & Futebol
Editora Roca Nova Ltda	Muito Prazer, Sou Mário De Andrade!
Editora Melhoramentos Ltda	O Alienista Em Quadrinhos
Editora Ftd S A	O Amanhã Cheio De Histórias
Lexikon Editora Digital Ltda	O Corvo e Outros Poemas
Lotus Cultural Editora Ltda	O Gosto Do Apfelstrudel
Editora Moitara Ltda	O Jogo De Ler o Mundo
Becbooks Solucoes Educacionais Ltda	O Visconde Partido Ao Meio
Sg-Amarante Editorial Ltda	Olhares – Cartemas e Haicais
Fb Publicacoes Eireli	Os Garotos Além Da Trilha
Revistas De Cultura Producoes Artisticas Eireli	Poesia.Br : Uma Viagem Pela Poesia Brasileira, Dos Cantos Ameríndios Ao Modernismo
Pizotti Oficina De Ideias e Comercio De Livros Ltda	Sombras No Abismo: Contos De Suspense e Terror
M10 Editorial Eireli	Tabacaria e Outros Eus De Fernando Pessoa Em Quadrinhos
Dragon Logistica e Distribuicao Eireli	Teseu e Ariadne - Aventura, Abandono e Terror
Edelbra Grafica Ltda	Um Parafuso a Mais

EDITORA	VOLUME (CÓDIGO)
Editora Perspectiva Ltda	2 Ou + Corpos No Mesmo Espaço
Editora Moitara Ltda	A Chegada
Berlendis Editores Ltda	A Familia Dionti
Baiao Editora Ltda	A Mercadoria Mais Preciosa: Uma Fábula
Uniao Brasileira De Educacao e Assistencia	A Metamorfose e Outras Narrativas
N-1 Editora e Distribuidora Ltda	A Pequena Prisão
Universo Dos Livros Editora Ltda	A última Mensagem De Hiroshima
Duna Dueto Editora Ltda	Amara e Beijo Frio
Rodrigues & Rodrigues Editora Ltda	As Rugosidades Do Caos
Rafael Illeis De B. Silva Editorial	As Santas

Lrv Editora Ltda	Fahrenheit 451
Editora Gaia Ltda	Manuelzão e Miguilim (Corpo De Baile)
Fbf Cultural Ltda	Me Liga! Romances, Encrencas e Confissões
Imperial Novo Milenio Grafica e Editora Ltda	Meu Rosto Não Será Como o Teu e Outros Medos
Sg-Amarante Editorial Ltda	Mobilidade – Arte Em Movimento
Abacatte Editorial Ltda	O Livro Do Acaso
Vienense Conteudo e Servicos Editoriais Ltda	Preço De Noiva
Edicoes Besourobox Ltda	Quando Somos Todos Quase
Tocalivros Ltda	Quatro Dias Na Vida De Joel
Editora Da Ponte Solucoes Em Educacao - Eireli	Relembro: Tramas Em Família
Editora Magrela Eireli	Stephen Heról
Prosa Nova Editora De Livros Ltda	Tarja Branca o Libreto Que Faltava
Editora Rodopio Ltda	Tomoromu, a árvore Do Mundo
Maxiprint Editora Ltda	Triste Fim De Policarpo Quaresma
Editora Rocco Ltda	Uma Canção Pra Você

ANEXO 1- RESPOSTA OBTIDA VIA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE A SUSPENSÃO DO OBJETO 4 (RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS)

05/04/2024, 11:09

SEI/FNDE - 4064779 - Formulário de Resposta ao Cidadão



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F Edifício FNDE - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929
Telefone: 0800-616161 - <https://www.fnde.gov.br>

FORMULÁRIO: RESPOSTA AO CIDADÃO

ASSUNTO:

Pedido de acesso à informação – NUP 23546.031193/2024-64.

À ouvidoria, favor incluir planilha anexa (SEI 4057003).

RESPOSTA:

Prezado Cidadão(ã),

Em resposta ao pedido de acesso à informação registrado na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) sob o Número Único de Processo (NUP) 23546.031193/2024-64:

Sobre as obras de formação continuada e recursos educacionais digitais, segue planilha anexa contendo o detalhamento dos livros negociados para o **PNLD 2021 objeto 3**.

Acerca do **PNLD 2021 objeto 4**, esses **recursos ainda não foram comprados**.

Lembro que a ferramenta do recurso não deve ser usada para especificar ou reformular pedidos, pois é necessário, nessas situações, preencher novo formulário de solicitação.

Atenciosamente,

DAPLI

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

RESUMO DA RESPOSTA

<p>(X) Acesso concedido</p> <p>() Acesso negado, justifique a negativa:</p> <p><input type="checkbox"/> Dados pessoais;</p> <p><input type="checkbox"/> Informação sigilosa de acordo classificada conforme a Lei nº 12.527/2011; <input type="checkbox"/> Informação sigilosa de acordo com a legislação específica;</p> <p><input type="checkbox"/> Pedido desproporcional ou desarrazoado;</p> <p><input type="checkbox"/> Pedido exige tratamento adicional de dados; <input type="checkbox"/> Pedido genérico;</p> <p><input type="checkbox"/> Pedido incompreensível;</p> <p><input type="checkbox"/> Processo decisório em curso.</p> <p>() Acesso parcialmente concedido, justifique:</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação contém dados pessoais;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação demandará mais tempo para produção;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei nº 12.527/2011;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação é inexistente;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoado;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte do pedido é genérico;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte do pedido é incompreensível;</p> <p><input type="checkbox"/> Trata-se de processo decisório em curso.</p> <p>() Informação inexistente.</p> <p>() O FNDE não tem competência para responder sobre o assunto.</p> <p><input type="checkbox"/> Não se sabe órgão ou a entidade que detém a informação;</p>
<p>O pedido de acesso ou sua resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na Lei nº 12.527/2011?</p> <p>(X) Não () Sim</p>

05/04/2024, 11:09

SEI/FNDE - 4064779 - Formulário de Resposta ao Cidadão

Unidade responsável pela resposta:
DAPLI

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **SAMELLA MICHELLY FREITAS RUSSO, Chefe de Divisão de Apoio aos Programas do Livro**, em 04/04/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fnde.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4064779** e o código CRC **72CD136A**.

Criado por 02951766106, versão 8 por 00261127101 em 04/04/2024 15:44:05.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
 Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F Edifício FNDE - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929
 Telefone: 0800-616161 - <https://www.fnde.gov.br>

FORMULÁRIO: RESPOSTA AO CIDADÃO

ASSUNTO:

Pedido de acesso à informação – NUP 23546.065891/2024-63.

RESPOSTA:

Prezado Cidadão(ã),

Em resposta ao pedido de acesso à informação registrado na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR) sob o Número Único de Processo (NUP) 23546.065891/2024-63:

Cumpre-nos, inicialmente, registro sobre a extensão do processo dessa política pública, que chega em todas as turmas das 140 mil escolas brasileiras - para se vislumbrar a granularidade do PNLD. O PNLD é uma das políticas educacionais mais tradicionais do Ministério da Educação. Ao longo dos seus 86 anos de história o Programa vem beneficiando estudantes e professores das escolas públicas e conveniadas com o poder público, sem fins lucrativos. A partir de 2017, com a publicação do Decreto 9.099/2017, o escopo do PNLD ganhou contornos que vão muito além da aquisição e da distribuição de Livros Didáticos e Literários. Vejamos o que dispõe o Decreto:

Art. 1º O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.

§ 1º O PNLD abrange a avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, softwares e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos.

§ 2º As ações do PNLD serão destinadas aos estudantes, aos professores e aos gestores das instituições a que se refere o caput, as quais garantirão o acesso aos materiais didáticos distribuídos, inclusive fora do ambiente escolar, no caso dos materiais didáticos de uso individual.

(...)

O Decreto 9.099/2017 também estabeleceu as etapas básicas a serem observadas nos processos de aquisição de materiais, quais sejam:

Art. 8º O PNLD obedecerá às etapas e os procedimentos seguintes:

I - Inscrição;

II - Avaliação pedagógica;

III - Habilitação;

IV - Escolha;

V - Negociação;

VI - Aquisição;

VII - Distribuição; e

VIII - Monitoramento e Avaliação.

(...)

§ 2º As etapas de que tratam os incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII do caput serão executadas pelo FNDE, nos termos a serem definidas em Resolução.

Como se depreende a partir do art. 8º, com exceção da Avaliação Pedagógica, as demais fases do processo estão sob o encargo do FNDE, que deve executá-las com seus próprios recursos financeiros, humanos e tecnológicos e em um contexto que viabilize a entrega tempestiva dos materiais. Em síntese, os procedimentos cumprem os passos a seguir delineados.

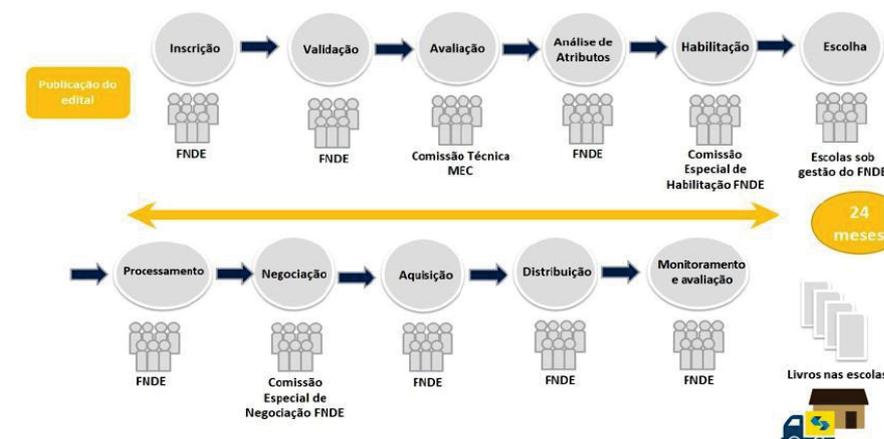
Cada processo de aquisição de Livros e materiais didáticos é iniciado com a elaboração do Edital que, em média, é publicado com dois anos de antecedência da primeira distribuição desses materiais, a qual deve ser realizada até o início do ano letivo nas escolas públicas brasileiras. A primeira etapa é a de Inscrição, que consiste no cadastro dos livros pelas editoras para participar do programa. Nessa etapa qualquer editora interessada pode inscrever seus materiais, ficando todas submetidas às mesmas regras previstas no edital.

Após essa fase, passa-se à Validação da Inscrição e à Análise de Atributos Físicos, ambos processos objetivam garantir que a obra inscrita apresenta a integridade necessária para serem encaminhadas para avaliação pedagógica. Essa avaliação consiste na análise de adequação pedagógica do conteúdo, competência exclusiva do Ministério da Educação.

As etapas seguintes são a Habilitação e a Escolha. A primeira contém todos os itens de verificação de conformidade legal e técnica, com a finalidade de garantir a segurança jurídica da futura contratação. Já na Escolha, a escola reúne seus professores para decidir quais livros são os mais adequados à sua proposta político-pedagógica.

Em resumida síntese, depreende-se que o PNLD inicia com regras determinadas em edital, prosseguindo a cada etapa até a aquisição e distribuição dos materiais escolhidos em cada uma das mais de 140 mil escolas, dispersas em todo o nosso extenso território.

Quadro - etapas de execução do PNLD:



Depreende-se do exposto que o PNLD realiza suas entregas de forma capilarizada, a um expressivo número de beneficiários, tempestivamente e com qualidade, contribuindo para a educação, principalmente, dos estudantes matriculados na rede pública, com acesso reduzido a ferramentas de aprendizado.

Igualmente desafiador é a aquisição e distribuição dos recursos educacionais digitais, consignados no EDITAL COMPLEMENTAR Nº 01/2020 – CGPLI EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO - PNLD 2021 – OBJETO 4. Os próprios recursos desse Objeto já exigiram desta Autarquia a cultura inovadora, face a um dos catalisadores para ideias inovadoras, qual seja a necessidade gerada devido ao cenário pandêmico enfrentado no último triênio.

Destacamos que a aquisição dos Recursos Educacionais Digitais, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático – (PNLD), impõe a esta Autarquia maior desafio notadamente pela inovação e propósito de disponibilizá-los a todos os estudantes e professores, tal como o material impresso, tempestivamente e sem a dependência de artefatos da própria escola (do contrário a maior parte das 140 mil escolas seriam excluídas da oportunidade de agregar esse ferramental), correndo à conta deste FNDE o Desenvolvimento, Disponibilização e Manutenção da **Plataforma Digital PNLD**, com o fim de oferecer simultaneamente às escolas referido material.

Nesse contexto, de desenvolvimento da referida Plataforma, não caberia ao FNDE contratar e efetuar desembolso para a aquisição dos Redts anterior à viabilização de meios para disponibilizar esses recursos.

Assim, quanto à edição do PNLD2021 - Objeto 4 (recursos educacionais digitais) está em andamento o projeto de Desenvolvimento, Disponibilização e Manutenção da **Plataforma Digital PNLD**, não cabendo nesta oportunidade à Administração Pública a aquisição dos recursos em comento.

Nossas equipes técnicas trabalham com afinco nesse projeto e também anseiam pela sua conclusão e oferta dos recursos educacionais digitais aos mais de trinta milhões de estudantes da rede pública.

Cabe ressaltar que a ferramenta do recurso não deve ser usada para especificar ou reformular pedidos, pois é necessário, nessas situações, preencher novo formulário de solicitação.

Esperamos ter ajudado,

Equipe do Livro

Atenciosamente,

DAPLI

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

RESUMO DA RESPOSTA

<p>(X) Acesso concedido</p> <p>() Acesso negado, justifique a negativa:</p> <p><input type="checkbox"/> Dados pessoais;</p> <p><input type="checkbox"/> Informação sigilosa de acordo classificada conforme a Lei nº 12.527/2011; <input type="checkbox"/> Informação sigilosa de acordo com a legislação específica;</p> <p><input type="checkbox"/> Pedido desproporcional ou desarrazoados;</p> <p><input type="checkbox"/> Pedido exige tratamento adicional de dados; <input type="checkbox"/> Pedido genérico;</p> <p><input type="checkbox"/> Pedido incompreensível;</p> <p><input type="checkbox"/> Processo decisório em curso.</p> <p>() Acesso parcialmente concedido, justifique:</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação contém dados pessoais;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação demandará mais tempo para produção;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação é de competência de outro órgão/entidade;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação é sigilosa de acordo com legislação específica;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação é sigilosa e classificada conforme a Lei nº 12.527/2011;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte da informação é inexistente;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte do pedido é desproporcional ou desarrazoados;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte do pedido é genérico;</p> <p><input type="checkbox"/> Parte do pedido é incompreensível;</p> <p><input type="checkbox"/> Trata-se de processo decisório em curso.</p> <p>() Informação inexistente.</p> <p>() O FNDE não tem competência para responder sobre o assunto.</p> <p><input type="checkbox"/> Não se sabe órgão ou a entidade que detém a informação;</p>
<p>O pedido de acesso ou sua resposta contém informações sujeitas à restrição de acesso, conforme previsto na Lei nº 12.527/2011?</p> <p>(X) Não () Sim</p>
<p>Unidade responsável pela resposta:</p> <p>DAPLI</p>

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **JUDITE RAMOS DA SILVA, Chefe de Divisão de Apoio aos Programas do Livro, Substituto(a)**, em 25/07/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4259607** e o código CRC **B989C929**.